

Pesquisa em Desenvolvimento Rural

**Aportes Teóricos
e Proposições Metodológicas**

VOLUME 1

**Marcelo Antonio Conterato
Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
Sergio Schneider**

ORGANIZADORES

Pesquisa em Desenvolvimento Rural



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretor (interino)

Rui Vicente Oppermann

Pesquisa em Desenvolvimento Rural

**Aportes Teóricos
e Proposições Metodológicas**

VOLUME 1

**Marcelo Antonio Conterato
Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
Sergio Schneider**

ORGANIZADORES

© dos autores
1ª edição: 2014

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

P438 Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas – volume 1 / Organizadores Marcelo Antonio Conterato, Guilherme Francisco Waterloo Radomsky [e] Sergio Schneider. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

320p. : il. ; 16x23cm

(Série Estudos Rurais)

Inclui figuras, quadros e tabelas.

Inclui referências.

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento rural – Metodologia da pesquisa. 3. Epistemologia – Pesquisa científica. 4. Estudos rurais – Metodologia da pesquisa. 5. Políticas públicas – Avaliação – Impacto. 6. Etnodesenvolvimento. I. Conterato, Marcelo Antonio. II. Radomsky, Guilherme Francisco Waterloo. III. Schneider, Sergio. IV. Série

CDU 631.1:316.324.5:001.891

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0245-3

Sumário

INTRODUÇÃO	9
<i>Marcelo Antonio Conterato, Guilherme Francisco Waterloo Radomsky e Sergio Schneider</i>	
Parte I: Epistemologia da pesquisa científica	
Capítulo I:	19
ESPAÇOS EPISTÊMICOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>José Carlos Gomes dos Anjos</i>	
Capítulo II:	35
METODOLOGIA E PRÁTICA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM DESENVOLVIMENTO RURAL	
<i>Lovois de Andrade Miguel, Tatiana Engel Gerhardt, Roberto Verdum, Fábio de Lima Beck, Jalcione Pereira Almeida, Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto, Marta Julia Marques Lopes, Claude Raynaut e Magda Maria Zanoni</i>	
Capítulo III:	57
METODOLOGIA DE PESQUISA EM ESTUDOS RURAIS: investigando a partir de estudo de caso	
<i>Egon Roque Fröhlich e Clarice Fröhlich</i>	

Capítulo IV: AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: desafios e perspectivas a partir do Programa Bolsa Família <i>Marília Patta Ramos e Luciana Leite Lima</i>	77
--	----

Parte II: O rural sob diferentes perspectivas teóricas

Capítulo V: A TEORIA DAS CAPACITAÇÕES NOS ESTUDOS SOBRE OS MEIOS DE VIDA E DESENVOLVIMENTO RURAL <i>Miguel Angelo Perondi</i>	95
--	----

Capítulo VI: INSTITUIÇÕES E DESEMPENHO: interpretações para o entendimento do desenvolvimento rural <i>Leonardo Xavier da Silva</i>	117
--	-----

Capítulo VII: ENFOQUES TEÓRICOS EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: aplicações aos estudos em desenvolvimento rural <i>Marcio Gazolla</i>	135
--	-----

Capítulo VIII: ETNODESENVOLVIMENTO: a inserção da diversidade étnica no debate sobre desenvolvimento <i>Gabriela Coelho-de-Souza e Rumi Regina Kubo</i>	153
--	-----

Capítulo IX: PÓS-DESENVOLVIMENTO E ESTUDOS RURAIS: notas sobre o debate e agenda de pesquisa <i>Guilherme Francisco Waterloo Radomsky</i>	167
--	-----

Parte III: Metodologias de pesquisa em desenvolvimento rural

Capítulo X: SOBRE A DELIMITAÇÃO DO RURAL: atualizando o debate sobre as metodologias que desmistificam o fim do rural no Brasil <i>Roni Blume e Sergio Schneider</i>	185
---	-----

Capítulo XI: ESTILOS DE AGRICULTURA: capturando a diversidade do rural contemporâneo <i>Paulo André Niederle, Fabiano Escher e Marcelo Antonio Conterato</i>	205
Capítulo XII: O AUTOCONSUMO NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS BRASILEIROS: importância e distintas propostas de mensuração <i>Cátia Grisa, Sergio Schneider e Marcelo Antonio Conterato</i>	227
Capítulo XIII: ANÁLISE ESCALAR: apreendendo práticas e processos rurais de desenvolvimento <i>Anelise Graciele Rambo</i>	243
Capítulo XIV: POBREZA RURAL: instrumental para a abordagem monetária <i>Ely José de Mattos, Paulo Dabdab Waquil e Marcus Vinicius Alves Finco</i>	261
Capítulo XV: MÉTODOS PARTICIPATIVOS NA EXTENSÃO RURAL: processos e práticas <i>Alberto Bracagioli</i>	281
Capítulo XVI: SISTEMAS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL <i>Lovois de Andrade Miguel e Marcel Mazoyer</i>	297
Sobre os autores e autoras	313

Introdução

Entre docentes universitários, gestores de políticas e programas governamentais, assim como entre praticantes do desenvolvimento rural, há uma incógnita recorrente sobre o estatuto teórico deste campo. Será que existe uma teoria social do desenvolvimento rural, ou (o que é o mesmo), qual é a teoria que dá sustentação ao desenvolvimento rural? É provável que muitos se façam estas perguntas. São questões legítimas e pertinentes e por mais que pareça simples, a resposta afirmativa ou negativa implica em vários complicadores.

O ponto de vista deste livro e de seus organizadores (talvez não de todos os autores) é que o desenvolvimento rural não constitui uma disciplina e nem possui uma teoria específica. Nos afiliamos à perspectiva de que o desenvolvimento rural é tributário das teorias sociais e das bases epistemológicas sob as quais estão assentadas as ciências sociais em geral. Portanto, as teorias que são mobilizadas por aqueles que estudam ou praticam o desenvolvimento rural são extraídas do diálogo com as demais teorias sociais. Ainda que a sociologia ou a economia, disciplinas que pioneiramente fizeram um esforço em criar uma área de estudos sobre o desenvolvimento, seguidas da antropologia, tenham autores consagrados a esta problemática de investigação, não é possível dizer que estes esforços são suficientes para formar uma subdisciplina ou mesmo criar uma teoria *tout court* sobre o desenvolvimento.

Este é, na verdade, o ponto de partida que motivou a organização deste livro. Os autores que foram convidados a escrever os capítulos que seguem foram incitados a fazê-lo para mostrar o modo ou o lugar que as discussões sobre o desenvolvimento ocupam em determinada teoria ou abordagem analítica. Assim, é possível afirmar que as teorias utilizadas por quem estuda o desenvolvimento rural são aplicações, inspirações ou mesmo adaptações de referências que estão presentes na teoria social em geral. Por esta razão, estudar desenvolvimento rural

requer um diálogo constante e profundo com as teorias das ciências sociais, o que impõe um grande desafio em face de sua extensão e variabilidade.

Entre as características mais salientes do desenvolvimento rural está a sua relação umbilical com as práticas sociais de atores e ações de intervenção do estado e seus agentes, ou até mesmo organizações da sociedade civil, como associações e movimentos sociais. Neste sentido, o desenvolvimento rural constitui um campo de reflexão sobre os fatores e processos de mudança social, sobre as formas de apropriação e exercício do poder e dominação, em diferentes níveis (local, territorial e global), segundo distintos atores e agentes (públicos e privados) e nas mais diversas dimensões (cultural, econômica, social, etc.). Em última análise, os estudiosos do desenvolvimento rural defrontam-se com a interação constante e dialética entre a ação política e a análise teórica. Embora o estudo do desenvolvimento não reclame um compromisso ou vínculo político com a mudança social para uma dada direção, o fato é que a dimensão política acaba informando e influenciando as opções teóricas. E daí deriva a dificuldade que muitos analistas encontram em manter sob suspensão ou mesmo separar a análise ou estudo teórico dos processos e ações de desenvolvimento rural das suas opções e preferências políticas.

O exercício multidisciplinar em desenvolvimento rural também necessita ancoragem em pressupostos epistemológicos. Estes, por sua vez, são construídos e testados a partir de fenômenos rurais ou agrícolas. Não obstante, o avanço do conhecimento científico sobre as práticas e processos que se desenvolvem nos espaços rurais requer constante vigilância em relação ao estado da arte sobre o desenvolvimento rural, bem como permitir que novas metodologias sejam constantemente testadas e (re)constituídas a partir da realidade empírica. Cada vez mais os fenômenos rurais requerem a ampliação das perspectivas teóricas e metodológicas e isso se apresentou como um desafio aos organizadores desta obra na medida em que, confrontados com a impossibilidade de reunir em um só volume tal estado da arte, fosse possível reunir o que poderíamos definir como o essencial para os interessados em tais fenômenos.

Este livro procura contribuir com o esclarecimento deste tipo de dificuldade indicando possíveis opções teóricas para o estudo dos diferentes temas e problemas do e sobre o desenvolvimento rural. Embora sem propugnar uma resposta única, nos parece que uma saída a estes problemas e limitantes reside nas opções teóricas a serem adotadas, que podem garantir uma interface com as questões políticas, mas sem deixar que estas determinem ou orientem o ofício do estudioso e do pesquisador.

Estas questões podem parecer triviais para pesquisadores experientes ou mesmo para àqueles ativistas ou agentes de intervenção e mediação social que

não carecem de referências teóricas sobre o seu agir-prático. No entanto, para uma geração de jovens estudiosos que acabam de adentrar nas universidades e programas de formação que tem o desenvolvimento rural como seu objeto principal de preocupação, estes problemas representam reptos que exigem reflexão e amadurecimento intelectual. Nosso compromisso e nosso foco com este livro é atingir este público.

Isto explica a própria concepção e a formatação deste livro, que surgiu da necessidade dos próprios proponentes. Os organizadores deste volume são docentes e pesquisadores dedicados ao estudo dos processos de desenvolvimento em áreas rurais e têm sob sua incumbência a formação de recursos humanos nesta área do conhecimento. Depois de anos trabalhando com o tema do desenvolvimento rural, suas injunções políticas e interfaces com outros espaços e agentes do saber, perceberam a necessidade de sistematizar o estado da arte das teorias e referências epistemológicas sobre o desenvolvimento rural com o fito de que as ações e interfaces sociais pudessem ser orientadas por estas lentes. Nestes termos, este livro atende a uma demanda dos próprios organizadores e autores que participam com capítulos, que é a existência de uma obra que pudesse cobrir a lacuna de referências teóricas e metodológicas no âmbito dos estudos sobre o desenvolvimento rural.

Em seu conjunto, esta obra reúne textos em que seus autores abordam questões teóricas e metodológicas emergentes e capazes de captar alguns destes processos e algumas destas práticas apresentando ao leitor um amplo leque de possibilidades e interpretações.

Muitos dos capítulos foram escritos por estudiosos de grande reputação em suas áreas de especialização, enquanto outros capítulos são contribuições de estudiosos mais jovens nos temas rurais. O livro deixa claro que o rural é mais do que a agricultura e que já dispomos de uma ampla gama de opções teóricas e metodológicas para debater e pesquisar o rural contemporâneo. Isso significa que este livro se apresenta como uma opção de consulta para ambos os estudiosos e profissionais do desenvolvimento rural. Este livro, primeiro volume da publicação *Pesquisa em Desenvolvimento Rural*, se apresenta como uma obra que é ampla em termos de contribuições teóricas e metodológicas, mas com foco em elementos recentes em termos teóricos e metodológicos e suas contribuições aos estudos rurais.

O reconhecimento cada vez mais evidente da necessidade de se adotar distintos aportes teóricos e proposições metodológicas, particularmente a partir da confirmação empírica da diversidade em que se manifestam os processos e as práticas no meio rural, impõe, ao mesmo tempo, a necessidade de reformular o acumulado de trabalhos produzidos e o imperativo de estabelecer novos pa-

râmetros teóricos e metodológicos aplicados aos estudos rurais. Neste sentido, o conteúdo desta obra apresenta contribuições já experimentadas e testadas, porém em processo contínuo de aperfeiçoamento, atestando a necessidade de buscar novas contribuições em função das metamorfoses evidenciadas no meio rural em termos de práticas e processos. O desafio está em reunir tais aportes em uma única obra. Além disso, trata-se, indubitavelmente, de uma obra com enfoque multidisciplinar.

A estrutura do livro está dividida em três partes. Uma primeira parte com contribuições epistemológicas, mas não exclusivamente, aos estudos rurais. A segunda seção concentra distintas propostas teóricas para análise e discussão do rural privilegiando enfoques contemporâneos. A terceira e última parte concentra proposições metodológicas em que a preocupação não é apenas recortar ou delimitar o rural enquanto objeto em análise, mas também em que medida tais proposições metodológicas permitem reconhecer a diversidade de práticas e processos que se manifestam no meio rural. Neste sentido, esta obra é dedicada especialmente, porém não exclusivamente, para alunos de graduação no grande campo das ciências sociais e mestrandos em estudos rurais.

O foco da primeira parte é apresentar em um pequeno número de artigos algumas contribuições de cunho epistemológico, ainda que nem sempre apresentando uma afiliação epistêmica tão evidente, em relação aos estudos rurais. É uma tentativa de evidenciar a importância das bases epistemológicas na construção contínua do conhecimento em relação ao rural e às atividades que este sustenta. A ideia é consolidar a perspectiva de vinculação dos estudos rurais ao debate que envolve a construção do conhecimento, especialmente em função do cunho no mínimo multidisciplinar dos estudos rurais contemporâneos. Esta parte do livro conta assim com cinco capítulos. O de José Carlos Gomes dos Anjos aborda a construção de espaços epistêmicos nas ciências sociais na contemporaneidade. O texto avança então no sentido de argumentar que atualmente as ciências sociais, ao se defrontarem com a retomada da problemática do desenvolvimento, tem exigido a revisão dos pressupostos epistemológicos até então hegemônicos em função das evidentes imbricações em relação aos exercícios públicos de poder em nome do desenvolvimento.

O trabalho assinado por Lovois de Andrade Miguel e colaboradores é um esforço interdisciplinar de construção do conhecimento em estudos rurais conduzido por reconhecidos pesquisadores universitários. Após trajetória consolidada no escopo de grupo de pesquisa, os autores avançam a partir de experiência concreta na restituição dos principais aspectos do processo de realização de um programa de pesquisa interdisciplinar. Mais que uma apresentação dos resultados, cujo interesse seria limitado em razão de sua especifi-

cidade temática e geográfica, o trabalho retrata as reflexões sobre a construção desse processo, sobre suas dificuldades e sucessos. Por sua vez, o trabalho de Egon Roque Fröhlich e Clarice Fröhlich trata da aplicação e importância do estudo de caso nas pesquisas científicas, inclusive voltadas aos processos e práticas presentes no meio rural. A importância do trabalho pode ser atestada pelo crescente interesse, inclusive nas ciências rurais, pelo uso do estudo de caso enquanto método científico abrindo espaço para que tanto estudantes de graduação e de pós-graduação bem como pesquisadores em geral utilizem o estudo de caso nos estudos rurais.

O trabalho assinado por Marília Patta Ramos e Luciana Leite Lima inova duplamente. Primeiro por buscar avançar na avaliação de políticas públicas, algo ainda novo nas ciências sociais no Brasil e num segundo momento por tomar como referência de política pública o programa Bolsa Família. De forma isenta e qualificada as autoras avançam consideravelmente ao informar aos leitores e pesquisadores uma valiosa proposta de recortar e analisar impactos de políticas e programas públicos amplamente acessados pelas populações rurais em todo Brasil.

A segunda parte do livro é dedicada à exposição de aportes teóricos aplicados aos estudos rurais. São aportes teóricos que já expressam alguma trajetória de aplicação em estudos empíricos. O fundamental é que as proposições que compõem esta parte do livro procurem responder as seguintes indagações: como se faz pesquisa em desenvolvimento rural a partir de uma determinada perspectiva teórica? Ou, dito de outra forma, o rural é absorvido pelas diferentes perspectivas teóricas? Qual a contribuição de cada uma delas para o debate sobre desenvolvimento rural? Igualmente, os autores serão instigados a definir o que é determinada perspectiva teórica, como delimitar, principais questões envolvidas, sugestões de aplicação, técnicas de investigação e referenciais teóricos envolvidos.

Utilizando referencial teórico inovador, aproximando dois ícones internacionais dos estudos rurais, Miguel Angelo Perondi procura tirar o foco das ações sobre variáveis clássicas nos estudos rurais brasileiros – disponibilidade de recursos e sua capacidade de exploração e o uso que os agricultores fazem destes, ou seja, as escolhas, para privilegiar uma construção analítica a partir dos meios e dos modos de vida que os indivíduos (agricultores familiares, por exemplo) dispõem para lidar com situações adversas, tais como estiagens, baixos preços agrícolas ou aspectos ambientais. Neste sentido a análise consegue demonstrar de que forma os agricultores familiares se reproduzem enquanto tais, frente a situações adversas, o que inclui situações de vulnerabilidade social, econômica e ambiental.

O enfoque a partir das instituições tem se tornado cada vez mais frequente em estudos rurais e essa é a contribuição de Leonardo Xavier da Silva. No texto, o autor traz elementos consistentes para justificar que os aportes ou fundamentos do institucionalismo cada vez mais são utilizados para identificar, analisar e explicar aspectos relacionados ao meio rural, sejam estes produtivos ou de conotação social, econômica ou cultural. Neste caso, os mercados rurais e o próprio uso comum dos recursos surgem como possibilidades a partir do enfoque das instituições e dos custos de transação. O trabalho de Marcio Gazolla é um esforço em apresentar e testar a Perspectiva Multinível e Coevolucionária (PMN) e a noção de produção de novidades em estudos rurais. Em seu conjunto, o texto serve como fonte de inspiração na medida em que consegue oferecer ferramentas analíticas para os estudiosos que desejam investigar práticas inovativas e criativas dos agricultores familiares nos espaços rurais e processos de desenvolvimento rural.

Já o trabalho assinado por Gabriela Coelho-de-Souza e Rumi Regina Kubo se apresenta como um esforço fundamental na importância cada vez mais premente do reconhecimento étnico no debate sobre desenvolvimento e desenvolvimento rural. Focado nos povos indígenas e nas populações tradicionais as autoras demonstram que o debate acerca do etnodesenvolvimento está em constante conflito com algumas das principais instituições, tais como o Estado, resultado direto dos padrões e modelos de desenvolvimento hegemônicos atuais, já que estes se caracterizam por uma grande incapacidade de incorporar grupos marginais do ponto de vista da produção de riqueza. Fechando a segunda parte do livro temos o capítulo de Guilherme Francisco Waterloo Radomsky em que o autor procura apresentar ao leitor debate ainda relativamente recente no Brasil, que é o debate sobre pós-desenvolvimento. Apresentando argumentos sólidos, o autor realiza um balanço panorâmico sobre o tema e procura avançar nas contribuições que o enfoque do pós-desenvolvimento poderia dar aos estudos rurais.

Na terceira e última parte do livro o foco é a apresentação de textos em que o principal aspecto é a exposição de propostas metodológicas para estudos em desenvolvimento rural. Trata-se, portanto, de apresentar de que forma cada proposta metodológica contribui para investigar o rural. A principal pergunta talvez seja: como diferentes propostas metodológicas recortam o rural, sob as mais diversas perspectivas teóricas, e quais suas principais contribuições e mesmo limitações em desenvolvimento rural. Nestes termos, o trabalho assinado por Roni Blume e Sergio Schneider apresenta uma interessantíssima proposta metodológica de não só recortar o rural, mas a partir disso definir novas estratégias analíticas, como é o caso da relação do rural com o urbano.

Isso permite avançar consideravelmente em relação ao atual dualismo conceitual, empírico e analítico a respeito de como se dá a relação entre o rural e o urbano no Brasil a partir de uma nova concepção de ruralidade.

O segundo trabalho desta seção, assinado por Paulo André Niederle, Fabiano Escher e Marcelo Antonio Conterato se constitui num legítimo esforço metodológico de captura da diversidade da agricultura contemporânea a partir da perspectiva dos estilos de agricultura. Partindo do estado da arte a respeito das tipologias, os autores procuram realçar as potencialidades desta perspectiva para tratar das distintas formas de agricultura existentes no rural contemporâneo. No capítulo seguinte, Catia Grisa, Sergio Schneider e Marcelo Antonio Conterato abordam temática praticamente esquecida nos estudos rurais, o autoconsumo ou autoprovisionamento. A partir de metodologia inédita os autores apresentam um conjunto de dados que refletem a importância quantitativa do autoconsumo na agricultura brasileira (em perspectiva comparada entre unidades da federação) a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006, apontando a necessidade de estudos qualitativos para aprofundar o tema.

No quarto trabalho da última seção do livro temos o capítulo assinado por Anelise Graciele Rambo, em que a autora apresenta a perspectiva da análise escalar para captar e analisar práticas e processos de desenvolvimento rural. Numa clara vinculação com a Geografia, a autora demonstra a necessidade de que tais práticas e processos sejam analisados numa perspectiva interescalar, na ideia de múltiplas escalas, no caso em questão para analisar a produção de etanol pela agricultura familiar. No capítulo seguinte Ely José de Mattos, Paulo Dabdab Waquil e Marcos Vinícius Alves Finco apresentam instrumental para abordar a pobreza rural a partir da concepção monetária, comparando dados entre o rural e o urbano. No texto os autores demonstram a importância e a necessidade de avançar nas proposições metodológicas da apreensão da pobreza, seja ela rural ou urbana, bem como os limites da perspectiva abordada pelos próprios autores. Na sequência Alberto Bracagioli apresenta ao leitor a importância dos métodos participativos na extensão rural. Com o cuidado devido o autor apresenta a importância da participação nos processos e práticas da extensão rural, mas também alerta sobre os próprios riscos que as metodologias participativas incorrem na medida em que a participação também envolve tensão, incerteza e conflito. O livro se encerra com capítulo assinado por Lovois de Andrade Miguel e Marcel Mazoyer ao apresentarem a contribuição da perspectiva dos sistemas agrários para problematizar o desenvolvimento rural na atualidade. A compreensão das dinâmicas agrícolas e agrárias é o sustentáculo da abordagem dos sistemas agrários na medida em

que permite identificar a evolução das práticas e processos agrícolas e agrários e em que medida as alterações observadas elucidam o funcionamento das sociedades agrárias na atualidade.

MARCELO ANTONIO CONTERATO
GUILHERME F. W. RADOMSKY
SERGIO SCHNEIDER

Parte I

Epistemologia da pesquisa científica

Espaços epistêmicos das ciências sociais na contemporaneidade

José Carlos Gomes dos Anjos

Não é consensual que um pesquisador em ciências sociais precise ter muita clareza epistemológica a respeito de seu empreendimento, até porque os congêneres das ciências naturais raramente a têm, o que não os impede de praticarem bem seus ofícios. Neste texto argumento que no momento atual das lutas em ciências sociais, quando o que está em jogo é a problemática do desenvolvimento, a revisão dos pressupostos epistemológicos é tão decisiva quanto são evidentes as imbricações entre as ciências sociais e os exercícios públicos de poder em nome do desenvolvimento. A dimensão epistemológica das ciências sociais é entendida aqui como o esforço para se 1) esclarecer os pressupostos ontológicos e gnosiológicos das escolhas teóricas do pesquisador; 2) discutir a especificidade do objeto das ciências sociais; 3) esclarecer como o conhecimento obtido através dos procedimentos teórico-metodológicos se justifica enquanto científico; 4) expor as implicações para a construção do objeto científico de engajamentos práticos do pesquisador na arena de disputa que estuda; 5) apontar as finalidades do conhecimento produzido em ciências sociais.

Obviamente, os modos de formulação de problemáticas tipicamente epistemológicas, a precisão e readequação que as questões muito gerais sofrem

no interior de cada campo epistêmico não está acima, mas já é parte do processo de construção de uma opção epistemológica. Sugiro, neste artigo, que as ciências sociais abrem-se, contemporaneamente, em cinco grandes espaços epistemológicos a partir dos quais regularmente se constrói uma imensa massa de objetos sociológicos, dentre os quais aqueles relacionados à temática do desenvolvimento. Delinearei ao longo do capítulo esses cinco espaços de dispersão de teorias e estratégias de construção de objetos científicos. Finalizarei o capítulo discutindo a urgência contemporânea de se praticar epistemologia política.

Não disponho de espaço para seguir as várias ramificações que configuram cada um dos espaços epistêmicos de que apenas posso delinear os contornos nucleares. Também não pretendo esboçar todas as estratégias que vêm sendo adotadas no interior de cada um desses espaços de construção de objetos sociológicos. Na medida em que os melhores trabalhos concretos em ciências sociais são esforços para se operacionalizar em um ou outro espaço epistêmico problemas e materiais específicos, mais do que tentativas de se situar na fronteira de comunidades epistêmicas com material empírico que experimente a hibridação das lógicas e estratégias subjacentes, os campos de conformações epistemológicas são tão paroquiais que tornam plausível este trabalho de reconstrução do “*a priori* histórico”¹ das ciências sociais na contemporaneidade.

○ espaço epistêmico bachelardiano

Chamo de espaço epistêmico bachelardiano a um campo de possibilidades de se fazer ciências sociais em que o que está em jogo é o desvendar de estruturas parcialmente ocultas aos atores de uma arena recortada como objeto de estudo. Bachelard é o filósofo francês que, entre as décadas de 1930 e 1950, desenvolveu, especialmente em observação à Teoria da Relatividade, uma epistemologia vigorosamente antipositivista; pretendia relativizar as conquistas científicas já feitas e fazer a apologia das descobertas que se estava a fazer, ao enquadrar os processos de produção de ciências em marcos históricos precedidos e sucedidos por rupturas epistemológicas. Cada região de saberes historicamente constituída conforma modalidades de produção de conhecimento científico que está sujeita a rupturas sistêmicas regulares. As rupturas são, portanto, modalidades renovadas de lutas contra o erro. Aqui uma dose de relativismo histórico e um

¹ Tal como se poderia depreender da Arqueologia do Saber, o *priori histórico* seria o espaço de regularidades enunciativas pelas quais objetos, conceitos, e estratégias de discurso se formam, impõem constrangimentos e injunções a se ver e a se dizer, próprios a uma época (Foucault, 1977, p. 144).

racionalismo vigoroso se aliam em um equilíbrio precário. Sob a injunção a provocar rupturas epistemológicas, os cientistas são idealizados pelos bachelardianos em operações sistemáticas de polêmica contra os tecidos resistentes de erros que portam as teorias anteriores ainda impregnadas de figurações do senso comum. A ciência, concebida como luta interminável contra os erros impregnados em uma figuração anterior do objeto, equaciona-se como uma fenomenotécnica insurgente contra a fenomenologia do senso comum; portanto o cientista se estabelece como um crítico do senso estabelecido.

Quando incorporadas pela sociologia (Bourdieu, Passeron, Castel, entre os principais representantes desse desdobramento sociológico de uma epistemologia que figurava inicialmente a física, a química e a biologia), as injunções à vigilância epistemológica conduzem o pesquisador a adotar um conjunto de regras quanto à construção do objeto de estudo que obedece a uma geometria que expõe e compreende, mas transcende as perspectivas sempre parciais e demasiadamente urgentes dos agentes inseridos em demandas práticas. O mundo social traduzido pela crítica bachelardiana é um mundo geométrico de forças em trajetórias de colisões mais ou menos previsíveis. A principal modalidade de desdobramento dos princípios epistemológicos subjacentes a esse espaço é a da reconstrução da trajetória de agentes e de problemas sociais, o que acaba culminando, nos melhores trabalhos empíricos, numa consistente história social de colisões de forças políticas, culturais e econômicas.

Particularmente bem adaptada à análise de espaços de concorrências políticas e culturais e em que se destaca a sobreposição de linguagens e sistemas de conhecimento, a principal estratégia de escritura do sociólogo crítico bachelardiano é a exposição dos processos de imposição de arbitrários culturais. A relação entre os atores, medida em termos de correlações de força, compreende as posições sociais como conformadas pela concorrência por recursos raros.

Em abordagens às arenas de políticas públicas, qualquer agenda de desenvolvimento social pode ser objetivada, colocada em uma perspectiva da história da gênese dos interesses e processos de legitimação e, portanto, relativizada. A reconstrução da gênese do dispositivo de políticas públicas permite correlacionar crenças dos mediadores, interesses mobilizados e procedimentos de racionalização incorporados de forma mais ou menos inconsciente pelos agentes. Exposta a uma hermenêutica da suspeita sistemática, toda a razão desenvolvimentista acaba sendo desvelada como a imposição de um arbitrário momentânea e precariamente vitorioso. Do mesmo modo, os críticos de um procedimento ou agenda desenvolvimentista podem ser objetivados por uma crítica mais contundente que aquela em pauta; trata-se da hipercrítica dessa sociologia sistematicamente alicerçada na historicização das lutas concorrenciais pela legitimação de versões

de destinos sociais. História social, etnografia e estatísticas são aqui utilizados como instrumentos de provocação de efeitos de ruptura com as figurações estabelecidas (Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 2000, p. 24).

A forte ênfase na historicização dos processos de racionalização implicados nas produções institucionais constrange o cientista bachelardiano quanto à possibilidade de se apresentar como o “super-realista” que validaria a mais razoável das posições em jogo na arena. A força dessa perspectiva que relativiza todas as posições em jogo em uma arena reside em sua exigência de autoconsciência, autojustificação e de reflexividade enquanto vigilância epistemológica. Sob a exigência de situar qualquer institucionalização como a instalação de um arbitrário cultural, o pesquisador exime-se de qualquer modalidade de intervenção enquanto alguém que esclarece a melhor posição técnica ou moral nas arenas de correlações de força que examina. A posição política do pesquisador é sempre primeiramente dependente da afirmação da autonomia necessária à lógica da busca máxima de conhecimentos sobre as fontes de legitimação da problemática pela qual se luta.

Trata-se, sob essa perspectiva, de se submeter o senso prático ao crivo da crítica nas arenas em que o papel de porta-voz esconde as contradições da tradução e da mediação de interesses, nomeadamente a necessidade de se fazer simultaneamente a apologia e a denegação dos conhecimentos e estilos de vida dos grupos dominados. Sob esse prisma faz-se ciência contra o senso comum, mesmo aquele estabelecido como científico.

A teoria crítica da Escola de Frankfurt

E se não se jogar contra o senso comum as possibilidades científicas da crítica social? E se as potencialidades normativas das ciências sociais tiverem de ficar assentes sobre as experiências mundanas? Esse é o desafio antipositivista da tradição de teoria crítica da Escola de Frankfurt. A ênfase no esforço metodológico e interdisciplinar de uma análise científica das forças normativas de emancipação é o ângulo epistemológico, retomado há pelo menos três gerações de pensadores cruciais na Escola.

As experiências de sofrimento e suas consequências em termos de exigência para uma ordem moral racionalizada é, sob essa episteme, o ponto de partida. O espaço da teoria crítica acaba sendo o do desafio teórico de se ilustrar as condições de possibilidade de se erradicar o sofrimento derivado de desigualdades sociais racionalmente injustificáveis. Pela ênfase e confiança nas ciências sociais estabelecidas, em seus recursos heurísticos e em seu potencial

interdisciplinar, a Escola de Frankfurt se distancia das modalidades ortodoxas do marxismo. Ciente de que a teoria crítica é apenas uma dimensão intelectual do processo histórico de emancipação, o empreendimento de crítica científica se insere na carne do sofrimento e desenvolve a dimensão científica a partir das expressões ordinárias de uma quotidianidade de lutas sociais.

Em todas as versões da Escola, as experiências comuns de sofrimento podem ser alçadas a condição de base de vigorosos impulsos epistemológicos. Exigências de justiça que emanam dos lamentos quotidianos são submetidas a exames que vasculham sistematicamente suas debilidades e forças normativas. A análise sociológica se erige como o procedimento de formalização consistente dos lamentos ordinários em direção a uma sociologia crítica das patologias sociais relacionadas à deformação dos usos da razão sob os imperativos reificadores do capitalismo.

O momento epistemologicamente mais ousado do empreendimento frankfurtiano pretendeu fazer a teoria crítica aderir de tal forma ao acontecimento emancipador que a “dialética, cujo sentido literal é organon do pensamento, seria a tentativa de salvar de maneira crítica o momento retórico: aproximar a coisa e a expressão entre si até indiferenciá-las” (Adorno, 1975, p. 66). Mas a sedução de se amalgamar a análise sociológica às práticas emancipadoras não teóricas não encontra uma modalidade de realização satisfatória em nenhuma das gerações da Escola. Por si só, o mal-estar, demandas e queixas ordinárias não recebem o estatuto de dimensões constitutivas e exigentes de validação moral. Impõe-se, portanto, ao sociólogo o trabalho de trazer o mal-estar dos afetados a um patamar teoricamente elevado, a saber, lá onde pode ser um auxílio decisivo na escolha entre perspectivas de racionalização do devir social do mundo. Sobretudo em Habermas, a crítica teórica só se justifica na medida em que está imanente a uma racionalidade já presente na sociedade e que lhe serve de padrão. Nesse sentido a tarefa da teoria é a de reconstruir formas racionais de comunicação que podem servir de padrão para a crítica às patologias sociais.

Ao tomar a esfera pública como estrutura orientada pelo agir comunicativo excluindo desse espaço ações estrategicamente orientadas e instrumentalizadas em direção a fins, Habermas (1997, p. 91-121) purificou o espaço dos debates públicos a ponto de idealizá-lo como uma esfera orientada para o entendimento, em que o potencial emancipador da instância pré-científica de experiências mundanas fica inteiramente dependente do desenvolvimento de regras linguísticas – processo pensado por Habermas como racionalização comunicativa do mundo da vida. O que fica problemático neste ponto é a manutenção do vínculo entre exigências de um processo de racionalização comunicativa, entendido como desenvolvimento de regras linguísticas, e as

expectativas morais subjacentes às experiências ordinárias de reclamação por justiça, sobretudo por parte de atores sociais com identidades violadas (vide Honneth, 2009, p. 260).

Quando os atores não estão especializados culturalmente para articulação de suas experiências morais segundo dominantes parâmetros influenciados filosófica e academicamente, ainda podem participar do que Habermas concebe como desenvolvimento de uma racionalidade comunicativa? Diante da questão, na terceira geração da Escola de Frankfurt, a reabertura do potencial epistemológico e de emancipação das experiências cotidianas apresenta-se como uma pragmática dos conflitos por reconhecimento.

A par de levar a atenção aos conflitos de modo a desconstituir qualquer concepção harmônica de esfera pública, Honneth traz o mercado, particularmente o mercado de trabalho em suas dimensões normativas, para o exame sociológico e, portanto, para o escrutínio em suas fontes de moralização. A abertura para a análise sociológica 1) das dimensões pré-políticas da formação de esferas públicas e 2) do mercado de trabalho em suas exigências morais, tornam de novo pujante essa perspectiva epistemológica, quando o que está em jogo são interrogações sobre o porquê e como os atores se organizam para atuações políticas em situações de conflito que demandam deliberações racionais para o desenvolvimento social.

O desdobramento das discussões a partir de Habermas, Appel, Honneth, principalmente, permite toda uma agenda de pesquisas empíricas em torno de questões relativas à estruturação das esferas públicas como associações, assembleias, fóruns e outros espaços que oscilam entre o agonismo argumentativo e a deliberação consensual; sobretudo, emergem com contudência objetos relacionados às lutas por reconhecimento identitário; fica aberta ao escrutínio empírico a relação entre as desigualdades de distribuição de recursos e as possibilidades da deliberação em comum que as instituições democráticas prometem.

Quando aplicado às arenas de desenvolvimento, essa perspectiva epistemológica conduz comumente a sociologia ao exercício da medição das distâncias entre as situações reais de usos práticos da razão e as pretensões de validade e legitimidade que a deliberação e cooperação democrática idealmente exigem.

○ pós-positivismo: entre a racionalidade e a reflexividade da agência humana

O espaço epistêmico pós-positivista anglo-saxão resulta de um confronto indireto com o positivismo. A modalidade anglo-saxã do confronto

com o positivismo teve como contêntores mais diretos e mais visíveis Kuhn e Popper e teve como repercussão a vigorosa abertura das ciências sociais para concepções menos deterministas da ação humana do que aquelas estabelecidas pelo estruturalismo e pelo funcionalismo da primeira metade do século XX (Giddens, 1978, p. 149-185; 1997, p. 169-240).

O principal efeito, nas ciências sociais, do embate Popper-Kuhn-Lakatos, foi a tematização da racionalidade e da reflexividade do ator como pontos de partida em direção a sociologias da ação. Três espaços de posicionalidades epistemológicas, nas ciências sociais anglo-saxônicas, tiveram entradas triunfais facilitadas pela querela epistemológica: saíram fortalecidos do debate, a fenomenologia hermenêutica portada por Schutz e desenvolvida na forma da etnometodologia por Garfinkel; o interacionismo simbólico formalizado como teoria sociológica por Blumer; e a Teoria da Escolha Racional que se estendeu a partir dos anos 1960 para subtrair parte importante do terreno hegemônico reservado ao funcionalismo conservador de Parsons.

Por um lado, Kuhn abre flancos, nas ciências sociais, para a entrada com força do pragmatismo americano e da fenomenologia como gramáticas para informar o registro complexo das possibilidades de ação na modernidade. A radicalização da vertente interpretativista hermenêutica, conjugada a uma modalidade de prática desconstrutivista (Derrida) de raiz bachelardiana, levou às versões idealistas do pós-modernismo.

Do outro lado da mesma trama epistemológica, na esteira de Popper, se desenvolveu uma virulenta crítica à cumplicidade entre o positivismo, o historicismo e concepções normativas de ação. Uma das posições fortalecidas nas ciências sociais pelo racionalismo falsificacionista popperiano é a Teoria da Escolha Racional.

No fim do século XX, simultaneamente contra a Teoria da Escolha Racional e contra as derivações idealistas do pós-modernismo, o desafio da conciliação entre a agência humana e estruturas abertas passa necessariamente por alguma versão de realismo que sustente a ideia de que estruturas existem independentemente das possibilidades de se conhecê-las. Levando em conta o construtivismo comumente associado ao rótulo da pós-modernidade, o realismo crítico se ergue concedendo que o mundo só pode ter descrições particulares e em termos de discursos disponíveis. Porém, enfatiza que há descrições melhores e piores justamente porque as estruturas do mundo são independentes do que sabemos delas.

Os sistemas sociais são necessariamente abertos porque as pessoas têm a capacidade de aprender e mudar de comportamento. Explicar a mudança em sistemas abertos implica em teorizar sobre mundos de “significados consti-

tutivos”, portanto dimensões do interpretativismo precisam ser incorporadas sem que se tenha que reduzir toda a vida social ao nível do significado como procede o construtivismo idealista que reduz o mundo social a textos. Não se pode ignorar que mudanças materiais acontecem mesmo que os atores não disponham das compreensões plenas dos processos envolvidos. A principal argumentação dos realistas críticos é a de que mesmo que a compreensão interpretativa seja uma dimensão indispensável da ciência social, isso não significa que não se deva buscar integrá-la em nexos de explicação causal.

Um resgate das dimensões sistêmicas do social que não abra mão do caráter indeterminado da agência humana acaba instaurando alguma modalidade de realismo crítico. Na Teoria da Estruturação (Giddens), princípios ontológicos do individualismo metodológico revelam-se compatíveis com uma hermenêutica schutziana em que as razões individuais são reconstruídas de modo a permitirem a explicitação da processualidade das rotinas. Seja pensado na forma da dualidade que amalgama agência e estrutura (Giddens) ou de dualismo que mantém as estruturas como domínio ontológico real, mas não necessariamente atual (Archer), a correlação entre estrutura e ação sobre o fundo pós-positivista tende a uma epistemologia realista. Esgueirando-se entre o individualismo metodológico e o funcionalismo, uma epistemologia realista tem buscado atribuir realidade tanto à agência humana quanto às estruturas que potencializam o devir das formas sociais. O resultado tem sido uma interessante definição (invenção) de um território irredutível ao cientificismo sociológico: uma concepção de pessoa cujas divisões internas são sociologicamente não tematizáveis a não ser enquanto conversação interna (Archer, 2001, p. 228). A consequência desse esforço para se manter a agência humana relativamente indeterminada e ao mesmo tempo se conceder peso a potencialidades causais de estruturas abertas é uma subtematização do inconsciente.² A epistemologia que emerge é uma modalidade de realismo crítico em que o sujeito da ação é relativamente indeterminado, a contingência histórica deve ser garantida, porém as estruturas são reais mesmo quando não atualizadas. Graças a um esforço para se produzir uma distinção ontológica entre o real, o atual e o virtual, estabelecem-se vínculos não inteiramente determináveis entre o inconsciente, as estruturas e as agências humanas. As estruturas ficam então definidas como conjuntos de elementos internamente relacionados

² Esse aspecto, particularmente evidenciado pelas críticas de Elliott ao conceito de inconsciente de Giddens (Elliott, 2003, p. 61) se estende às demais versões do realismo crítico anglo-saxão. O que na apropriação pós-estruturalista de Freud tem sido pensado como uma forma de alteridade perturbadora da unicidade do sujeito, sob o realismo crítico aparece como sendo apenas uma relação de si para consigo-mesmo, uma conversação interna.

cujos poderes causais, quando combinados, tornam-se objetos emergentes (Sayer, 2000, p. 14). Duas premissas sustentam essa modalidade de realismo: 1) que estruturas causais existem mesmo quando não as conhecemos; 2) que os acontecimentos sociais derivam de relações causais.

○ pragmatismo francês como ontologia sociológica rasa

Que tipo de realismo se desdobraria de um ceticismo quanto às premissas modernas de relações de causa e efeito? E se alguma metodologia permitisse que os acontecimentos fossem colhidos no modo como superam suas condições causais? Numa perspectiva frontalmente oposta ao realismo crítico se pode encontrar a sociologia que segue as atuações que compõem redes de heterogeneidades que configuram acontecimentos.

Paradoxalmente, é o antirrealismo do Programa Forte em sociologia das ciências que na década de 1980 potencializou essa outra modalidade radical de realismo. Ao apostarem na agenda segundo a qual a sociologia poderia ocupar-se tanto do contexto da descoberta científica quanto do conteúdo do conhecimento científico, os sociólogos das ciências da Escola de Edimburgo criaram as condições lógicas para a implosão do imperialismo construtivista da sociologia do conhecimento. Se a sociologia do conhecimento se dedica a relativizar os conteúdos da biologia, da física, da química, relacionando-os às causas e contextos sociais da prática científica, os próprios enunciados dos sociólogos são também conteúdos de ciência e que podem também ser relativizados a contextos sociais num processo infinito típico do círculo vicioso do relativismo. Na medida em que o princípio de tratamento relativizante dos conteúdos das demais ciências pode ser aplicado à própria sociologia, a real potência do acontecimento (não integralmente causado) emerge como a última barreira a um completo relativismo. Para se sair da aporia do relativismo sociologista, Latour convoca o construtivismo das ciências sociais a dissolver a oposição entre natureza e cultura e a romper com toda a concepção linear de causalidade. Sob essa dupla implosão é possível combinar um realismo que enfatiza que as coisas do mundo que se provam efetivamente existem e o construtivismo que assume que a agência humana é parte do processo de criação de regimes de provas de existências.³

³ Uma realização concreta dessa confluência de realismo e construtivismo pode ser encontrada no modo como Boltanski e Chiapello (2009, p. 133-194) apresentam a historicidade ontológica da emergência de um mundo conexcionista. O conceito de rede é sob essa confluência simultaneamenteêmico e ético.

Sob o princípio de simetria generalizada, a ruptura de Latour com o Programa Forte de sociologia das ciências abriu a agenda dos Estudos Sociais das Ciências para que os conceitos causais da sociologia pudessem ser simetrizados aos saberes da biologia, do direito, da religião e de todas as outras metafísicas não ocidentais. É como se de cada regime de existência devesse emanar os princípios de sua própria metafísica, irreduzível a qualquer sociologismo (busca de causas e contextos sociológicos subjacentes ao acontecimento em estudo). A sociologia é convocada a ser uma espécie de etnociência se não quiser mais ser uma ciência imperialista em relação aos demais regimes de existência de objetos que recobre. E a etnometodologia é aqui um recurso metodológico para se reconstruir regimes de comprovações de existências. Nunca se sabe com quantas redes já estabelecidas se tem que romper para que uma nova rede faça emergir novos seres e essa reconstrução etnográfica de tecidos de heterogeneidades é a sociologia das associações.

A ontologia específica à disciplina deve ser tão rasa que uma multiplicidade de metafísicas possa ser perspectivada sob um mesmo plano de imanência. É a opção por um agnosticismo generalizado: nenhum ente é, a menos que resista às provações que a metafísica de seu regime de existência lhe impõe (Harman, 2009, p. 22-23). Toda a existência precisa provocar interesses criando elos que suportem sua subsistência e cortando relações competitivas, portanto redefinindo, em relação ao estado anterior das coisas, o repertório e o alcance das atuações. A sociologia descreve essas atuações associativas que faz emergir coisas sempre em metamorfose. Portanto, não existe uma realidade em si mesma a ser tocada privilegiadamente pelas ciências, e existem realmente todos os seres que resistem as provações que se lhes impõem. Sob essa formulação agnóstica, rompe-se a ligação privilegiada das ciências modernas com a “natureza das coisas”.

O que se poderia produzir de conhecimentos sob o deslocamento da pretensão cientificizante de um acesso privilegiado à natureza das coisas – noção sempre subjacente às intervenções técnicas visando ao desenvolvimento? O discurso do desenvolvimento enquanto operador de mudança se constitui como um conjunto de aportes disciplinares da sociologia, da economia, da demografia, da geografia, ciências para se pensar o subdesenvolvimento enquanto situação passível de tratamento técnico-científico. Essas ciências, nos dispositivos do desenvolvimento, ocupam lugar similar ao da ciência médica em relação aos pacientes. Sob a perspectiva pragmática da sociologia da tradução, o saber do desenvolvimento como toda a ciência curativa moderna, pode ser considerado como o que Stengers (2002) denomina de “ficção”. O que está em jogo não é invalidar a eficácia de seus tratamentos, tão pouco

reduzi-los à condição de ficções entre ficções. Trata-se, no caso das ciências de curativas, de práticas que põem à prova de modo singular os seus enunciados, inserindo-os em cadeias metrológicas longas, e que são os meios de se fazer a diferença em relação às demais ficções. Entretanto, essa singularidade não faz as ciências curativas mais verdadeiras ou menos fictícias que os saberes que “desconsideram” como “charlatães”. Se as ciências do desenvolvimento são essencialmente metrológicas, se impõe lembrar que a medição provém da “extensão relativa das redes de medidas e de interpretação” (Latour, 2012, p. 117). Redes mais extensas em lugar de conteúdos mais verdadeiros seria a forma mais adequada de se contrapor saberes locais às ciências que de todo o modo também são locais, mesmo se seus conteúdos são transportados em redes que se estendem a nível planetário. Tratar as ciências que mais profundamente intervêm na carne do acontecimento humano como ficções é o modo como se dissolve sob essa episteme o pretensão privilégio da ciência moderna à natureza do real. Em lugar de uma Natureza exterior à Cultura que realegaria as culturas não científicas ao lugar de meras representações do real, temos de um lado modernos e do outro lado tradicionais apenas como coletivos constituídos de redes mais curtas e mais longas. O privilégio dos modernos reside em suas redes metrológicas longas que colonizam o mundo sob o pretexto da universalidade de suas premissas.

Mas construir uma ontologia (mesmo que rasa) para acolher as metafísicas dos “outros”, mesmo quando “diplomaticamente” acolhedora, não é dar continuidade a dimensão epistemicida da colonização europeia?

○ pós-colonialismo: do lado de fora?

Poderia outra formação discursiva emergir nas margens dessas configurações esboçadas acima? Geopolíticas marginais poderiam situar estrategicamente a modernidade de um modo tal que as ontologias modernas ocidentais não podem vislumbrar? Haverá realmente para as ciências sociais um lado exterior?

O pós-colonialismo é o espaço epistêmico que se esboça no fim do século XX como dobra exterior às ciências modernas ocidentais. Ao tomar a expansão europeia como o acontecimento que instaura a modernidade, abre-se a possibilidade de que a contemporaneidade se apresente a uma perspectiva nos interstícios do que a colonização fundou como a sua exterioridade.

A modernidade passa a ser vista estritamente vinculada à colonização do resto do mundo pela Europa. Mais do que outra meta-narrativa da modernidade, a perspectiva da colonialidade tende a uma ontologia histórica

assente nas perspectivas que emanam da colonialidade dos lugares. Por essa ontologia a cotidianidade se desvela como colonialidade do ser pelo poder que se globaliza e se faz hegemônico desde a expansão europeia do século XV ao capitalismo global atual. A epistemologia que se ergue assim desvela os limites da possibilidade do conhecer que a colonialidade encobre e também expõe a sua positividade enquanto produtora de tecnologias de governo colonizadoras.

A exposição dos efeitos epistemológicos da colonização passa a ser o núcleo do procedimento crítico de um pensamento geo-situado. A colonização de povos, territórios e saberes transformados em outros da Europa/América do Norte pode ser agora visto como intrinsecamente correlacionada ao estabelecimento de agendas de civilização, progresso e desenvolvimento como dispositivos de saber-poder. A dinâmica de invenção e reprodução de territórios como fronteiras renováveis do capitalismo em globalização permanente inventa subdesenvolvimentos locais como artifício e como vontade geo-política de domínio global.

A perspectiva da modernidade-colonialidade suspende a crença na necessidade do desenvolvimento e nos propõe o reconhecimento de que tal imperativo é forjado num espaço de relações de força ainda articulado às dinâmicas da expansão europeia do século XV. A analítica do desenvolvimento é, sob esse prisma, também uma ontologia da colonialidade do ser e do poder. A perspectiva da modernidade-colonialidade deve abrir brechas para a eclosão de saberes subalternizados enquanto contrapontos ao dispositivo do desenvolvimento.

A colonialidade do poder pode, portanto, sob essa perspectiva, ser percebida em profundidade no modo como estabelece modos de organização do tempo que são irreduzíveis às temporalidades dos lugares outrora colonizados e agora neo-colonizados. Os espaços de alteridade radical em relação ao paradigma ocidental do progresso devem, então, sob essa perspectiva pós-colonial serem resgatados como lugares de saberes subalternizados que podem orientar outras epistemes. Essa orientação para a renovação de paradigmas a partir de saberes locais é o núcleo central da agenda des-colonial. Consequentemente, o horizonte político de engajamento dessa abordagem são as modalidades ainda não inteiramente explicitadas de pós-desenvolvimento, do não capitalismo e de alter-natureza localizáveis na periferia do capitalismo globalizado e que podem se constituir como bases locais de redes alternativas mais humano-ecológicas do mundo.

O engajamento crítico da teoria nas arenas de intervenção desenvolvimentista passa a ser o horizonte interventivo da perspectiva. O desenvolvimento deixa de ser encarado como necessidade e deverá agora a ser vislumbrado como dispositivo de poder. O pós-desenvolvimento emerge no horizonte como a temporalidade intrínseca a uma cultura e a um ambiente que nunca

é apenas natural. Formas alternativas de constituição de naturezas-culturas se oferecem a essa perspectiva como agenda de etnografias focadas nos conflitos do desenvolvimento.

Conclusão

Ficaram de fora desta figuração esquemática as três maiores provocações às ciências sociais do século XX: o feminismo, as reconfigurações do marxismo ao longo do século XX e as desconstruções nietzschenas da metafísica da modernidade (particularmente inspiradas por Heidegger, Derrida, Deleuze e Foucault). Uma modalidade metafórica de evocá-las é considerá-las como as forças motrizes que impelem os cinco espaços epistêmicos para fora dos efeitos modernizantes do poder capitalista. Os cinco espaços epistêmicos aqui configurados estão em diferentes proporções compelidos por essas forças de fora (porque não se definem no interior do campo das ciências sociais).

Busquei argumentar que as ciências sociais contemporaneamente estilhaçam posições a partir de cinco focos centrífugos que as impelem para fora da metafísica da modernidade. Para delinear esses espaços epistêmicos busquei em cada um deles o núcleo da problemática que relaciona cientificidade e modernidade. As modalidades de formulação da lógica da distinção epistêmica revelam os termos de configuração do espaço. Assim, se pode encontrar nos termos de Popper, do problema da demarcação entre ciência e não ciência, o núcleo desencadeador de desafios que conduzem a sociologia anglo-saxônica das microsociologias da metade do século XX ao realismo crítico da virada ao século XXI. Esse espaço é aqui chamado de pós-positivista, pois se fortalece no confronto indireto das ciências sociais anglo-saxônicas contra o positivismo e que teve como frontais Kuhn e Popper. Argumentei que do confronto contra o positivismo resultou uma maior permeabilidade e justificação para as influências da fenomenologia hermenêutica (Husserl) e do pragmatismo americano (Mead, Peirce) nas ciências sociais, particularmente no espaço geopolítico anglo-saxão. Por um lado, correntes como a etnometodologia (Garfinkel), o interacionismo simbólico (Blumer) foram, pela demolidora crítica de Kuhn ao positivismo, fortemente autorizadas a reconstruções menos científicas da agência humana. Por outro lado, na esteira de Popper, a ontologia subjacente à perspectiva do individualismo metodológico, esboçada por Weber, ganhou versões de um cientificismo que hoje ainda informa grande parte das políticas públicas neoliberais, pós-neoliberais e as teorias dos movimentos sociais na vertente do escrutínio das estratégias de mobilização de recursos.

Contemporaneamente, o espaço sociológico anglo-saxão se redefine em versões de realismos críticos.

O contraste entre o senso comum e os objetos científicos é o problema desencadeador do espaço bachelardiano. Ao caracterizar, entre as décadas de 1930 e 1950, a descoberta científica como fenômeno-técnica, Bachelard deu vazão a um cientificismo mais inventivo do que realista, portanto suficientemente distanciado do cientificismo positivista. Bourdieu, Passeron e seguidores compuseram a estrutura metodológica para uma prodigiosa produção científica que reconstrói a subjetividade dos agentes a posterior a um laboratorial trabalho de construção do objeto científico; a sociologia se faz nos termos da contraposição entre a fenomenologia do vivido e as dimensões estruturais objetivadas e subjetivadas (como a alteridade no interior da subjetividade consciente). Assim, se recobriu, no espaço geopolítico francófono, os interstícios das múltiplas formas de passagem do subjetivismo ao objetivismo.

Numa comparação rápida dos dois espaços epistêmicos diria que o espaço pós-positivista anglo-saxão conduz a equações realistas para problemas com os quais os sociólogos classicamente têm lidado; o espaço bachelardiano é criticamente mais aguçado e politicamente mais estéril do que as versões do realismo crítico. Ambas seduzem por um cientificismo que não cede ao empiricismo.

No espaço intermédio de realismos críticos, a Escola de Frankfurt escava uma epistemologia nas queixas ordinárias relacionadas às patologias da modernidade. Nos três casos estão em jogo modalidades de realismos que o ocidente conquistou a par e passo à colonização do resto do mundo e do epistemocídio de outras metafísicas.

E se um deslocamento na geopolítica do conhecimento multiplicar os lugares de crítica social a partir de uma ontologia do colonialismo como o acontecimento moderno? Esse é o ensejo mais potente de diferenciação epistemológica de um espaço do pós-colonial. O resultado empírico mais concreto é que, mais intensamente do que nos debates inspirados pela Escola de Frankfurth, se pode questionar o conceito de esfera pública em suas dimensões geopolíticas. A realização empiricamente mais acabada do experimento dessa ruptura epistemológica pode ser encontrada no modo como a epistemologia do *Atlântico Negro* (Gilroy) se inspira no legado das músicas negras das Américas para questionar e ampliar a noção de esfera pública, saturando o abismo das partições ontológicas ocidentais que separam as dimensões da estética, das ciências, da política e do direito de modo a idealizar a intervenção pública como mais argumentativa do que performática.

E em relação à epistemologia bachelardiana, o pós-colonialismo tem a vantagem de uma ontologia de maior profundidade histórica do que a mera

reconstrução da historicidade da razão escolástica (Bourdieu, 1998). Porém, seus instrumentos e conceitos permanecem largamente dependentes dos desdobramentos operacionais das duas abordagens epistemológicas anteriores: a hermenêutica da Escola de Frankfurt e o historicismo bachelardiano (sobretudo na vertente inspirada por Derrida).

Em ruptura simultaneamente epistemológica e metodológica com os pressupostos da sociologia “moderna” se pode encontrar a ontologia subjacente à Teoria do Ator Rede: uma ontologia para abrigar uma multiplicidade de metafísicas. Sob essa perspectiva, a etnometodologia é operacionalizada para se seguir redes longas e contrapô-las a redes curtas; faz-se das situações de lutas cosmopolíticas entre modernos e não modernos o objeto privilegiado de uma nova sociologia.

Na medida em que as disciplinas científicas impregnaram o mundo das agências de desenvolvimento e os não ocidentais estão sob o desafio de simetrizarem seus saberes diante das ciências “ocidentais”, se poderia perguntar se o que lhes resta fazer não será necessariamente epistemologia política. A questão epistemológica crucial do pós-colonialismo ficou cristalizada na pergunta sofisticadamente elaborada por Spivak (1988): “pode o subalterno falar?” Essa questão crucial é respondida de forma quase sempre equívoca porque a pergunta não é complementada com a seguinte: falar sobre o quê? – a resposta deveria ser sim, desde que seja sobre as perspectivas dos não subalternos. A subalternidade poderia falar se convencionalizada a interpelar os sentidos do sistema simbólico ocidental-moderno por excelência – as ciências. A epistemologia política poderia ser então uma modalidade de se praticar ciências reversas; se abriria então como a agenda de pesquisas sobre as fissuras que desvelam o paroquialismo das epistemes contemporâneas. Poder-se-ia então experimentar como as convenções discursivas não ocidentais poderiam falar sobre os modos modernos de racionalização do mundo pensado como “o desenvolvimento” – essa crença “moderna” por excelência!

Referências

ADORNO, T. W. *Dialectica negativa*. Madri: Taurus, 1975.

ARCHER, M. *Being human: the problem of agency*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. A formação da cidade por projetos. In: _____. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. *Meditações pascalianas*. Oeiras: Celta Editora, 1998.

- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. -C.; PASSERON, J.-C. *A profissão de sociólogo – preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ELLIOTT, A. *Critical visions: new directions in social theory*. Oxford: Rowman & Littlefield, 2003.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Vozes: Petrópolis, 1977.
- GIDDENS, A. *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- _____. *Política, sociologia e teoria social*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre a faticidade e a validade*. Vol. II. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1997.
- HARMAN, G. *Prince of networks: Bruno Latour and metaphysics*. Melbourne: re.press, 2009.
- HONNETH, A. *Crítica del agravio moral: patologias de la sociedade contemporânea*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- LATOUR, B. *Reagregando o social*. Uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA, 2012.
- PLEASANTS, N. *Wittgenstein and the idea of a critical social theory: a critique of Giddens, Habermas and Bhaskar*. Routledge Studies in Social and Political Thought. Londres: Routledge, 1999.
- SAYER, A. *Realism and social science*. London: Sage Publications, 2000.
- SPIVAK, G. C. Can the subaltern speak? In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. (Ed.). *Marxism and the interpretation of culture*. Chicago: Chicago Press, 1988, p. 271-313.
- STENGERS, I. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Ed. 34, 2002

Metodologia e prática da pesquisa interdisciplinar em desenvolvimento rural

Lovois de Andrade Miguel
Tatiana Engel Gerhardt
Roberto Verdum
Fábio de Lima Beck
Jalcione Pereira de Almeida
Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto
Marta Julia Marques Lopes
Claude Raynaut
Magda Maria Zanoni

Introdução

A partir da segunda metade do século passado, a compreensão e a interpretação do chamado “mundo rural”, em especial no que tange às questões relacionadas ao desenvolvimento rural, foram profundamente afetadas por questionamentos e inquietações de grande magnitude. Da ineficácia dos grandes projetos de desenvolvimento rural, que em inúmeras e amplamente relatadas situações se associaram a fracassos ou resultados pífios, ao mal-estar reinante no meio científico-acadêmico acerca da incapacidade de apreensão de situações complexas e corriqueiramente encontradas nas sociedades agrárias,

muitos são os indícios da necessidade de novos paradigmas para a pesquisa e intervenção na área do desenvolvimento rural. Gradativamente, passa-se a constatar que as abordagens e as aproximações teórico-metodológicas fortemente calcadas na disciplinaridade, tradicionalmente empregadas nas ciências sociais e agrárias no âmbito do desenvolvimento rural, se mostraram insuficientemente amplas e agregadoras para enfrentar uma nova situação exigida pela prática da pesquisa e da intervenção social.

Essas reflexões motivaram a elaboração de um programa de pesquisa interdisciplinar, iniciado em 1999 e intitulado *Evolução e diferenciação da agricultura, transformação do meio rural e desenvolvimento sustentável em municípios da planície costeira e do planalto sul-rio-grandense: uma abordagem interdisciplinar* (Prointer). Esse programa de pesquisa foi implementado pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Meio Ambiente e Desenvolvimento (GRIMAD – www.ufrgs.br/pgdr/grimad), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O GRIMAD teve origem no agrupamento espontâneo de pessoas (professores, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação) que buscavam ultrapassar os limites de suas abordagens disciplinares, notadamente para examinar as questões do desenvolvimento rural. O Prointer agrega um conjunto de estudos de caráter interdisciplinar em torno de uma estrutura analítica e problemática comuns. Em outras palavras, esse programa de pesquisa procura identificar as dinâmicas do meio e os entraves relativos à transformação socioeconômica, produtiva e de uso dos elementos naturais em sua área empírica.¹

Este texto tem a pretensão de, a partir desta experiência concreta, restituir os principais aspectos do processo de realização de um programa de pesquisa interdisciplinar; aspectos esses que, de um modo geral, não aparecem explicitamente nos relatórios de pesquisa, nem nos artigos publicados e disponibilizados no meio acadêmico-científico.

Algumas precisões sempre pertinentes e atuais acerca da interdisciplinaridade

Inicialmente, cabe salientar que não existe definição de interdisciplinaridade que seja consensual, e menos ainda um procedimento padrão para

¹ Para mais detalhes acerca do programa de pesquisa interdisciplinar Prointer/UFRGS, ver Almeida *et al.*, 2006 (disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/546.pdf>); Almeida *et al.*, 2004 (disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/426.pdf>) e Beck *et al.*, 2010.

esta relativamente nova forma de construção do conhecimento. O desafio fundamental ao se adotar um enfoque interdisciplinar é tentar restituir, ainda que de maneira parcial, o caráter de totalidade e complexidade do mundo real dentro do qual e sobre o qual se pretende atuar. A realidade é construída de interações múltiplas e complexas entre os muitos elementos que a compõem, não conhecendo ou admitindo fronteiras estanques. A totalidade do mundo, sua unicidade, as correspondências entre os elementos que compõem a realidade constituíram um dos primeiros modos de construção da consciência do universo pelo pensamento humano e de concepção da posição do ser humano dentro dele.

A novidade trazida pelo pensamento científico, quando comparado a outras formas de pensamento, foi justamente a de aceitar dividir o mundo em facetas ou níveis de organização diferentes e tentar desenvolver instrumentos específicos – conceitos, definições de objetos, métodos de observação – para tentar explicar os fenômenos observados dentro de limites bem demarcados. Foi este reducionismo, este esforço de abstração no próprio sentido da palavra, que possibilitou a produção de um conhecimento que permitiu uma ação mais decisiva sobre o mundo. Isto nos permite afirmar que os recortes da realidade operados pelas disciplinas é consequência do movimento histórico do pensamento humano que viabilizou o surgimento e o desenvolvimento do pensamento científico (Raynaut, 2004).

No entanto, esses recortes são sempre arbitrários, não apenas na medida em que segmentam uma totalidade complexa, mas também por terem nascido de contextos culturais e socioeconômicos particulares, como era o da Europa pós-Renascença. Reata-se neste momento um esforço iniciado na Antiguidade e confirma-se o divórcio entre o Homem e o resto do Mundo.

É preciso, entretanto, quando se questionam os recortes das disciplinas, não esquecer que a emergência destas e a possibilidade de pensar o mundo cientificamente surgiram de um mesmo processo histórico. As fronteiras disciplinares serviram para construir divisões institucionais – principalmente nas universidades – que se transformaram progressivamente em redes de interações privilegiadas, quadros de afirmação de identidade intelectual e, por fim, em territórios de poder. O sistema educacional reforçou e cristalizou o que era no início uma diversidade epistemológica nas abordagens do real. A evolução do mundo acadêmico operou-se, em especial, durante o último século, no sentido de uma crescente especialização que tornou cada vez mais difícil a comunicação entre as disciplinas (Raynaut, 2004).

Nesta perspectiva, optar pela interdisciplinaridade não significa desejar que todas as pesquisas científicas devam necessariamente ser interdisciplinares.

Menos ainda imaginar o fim das disciplinas. Em outros termos, a interdisciplinaridade não deve se tornar uma nova exigência para toda e qualquer produção científica, mesmo se os modismos que afetam as instituições de pesquisa possam às vezes nos fazer pensar o contrário. São certos objetos e certos temas que necessitam uma colaboração entre diferentes disciplinas, para serem adequadamente estudados. De onde surgem e como é que se constroem esses “objetos científicos híbridos”? Sem dúvida, esta construção não pode ser feita a partir da problemática única e inerente a uma disciplina, na medida em que a coerência de uma problemática disciplinar é dada justamente pela sua capacidade de fixar limites entre o que lhe diz respeito e o que lhe é exterior. Certamente, pesquisadores que se interessam pelas fronteiras de seu próprio campo de atuação podem sentir, como resultado de sua trajetória intelectual pessoal, a necessidade de interagir com – ou buscar a contribuição de – outras disciplinas (Raynaut, 2006).

Na prática, a identificação inicial de objetos e assuntos de pesquisa interdisciplinar nasce de uma visão do mundo que não é a mesma proporcionada pela ciência disciplinar e que não pode se satisfazer em trabalhar um segmento da realidade isolado por razões apenas conceituais e metodológicas. Tais objetos e assuntos “híbridos” são geralmente reconhecidos a partir de uma posição social que obriga a considerar a realidade tal como se apresenta coletivamente, ou seja, como um conjunto de relações que não pode ser reduzido *a priori* ao recorte instituído pelas disciplinas.

A interdisciplinaridade é sempre um processo de diálogo entre disciplinas firmemente estabelecidas na sua identidade teórica e metodológica, mas conscientes de seus limites, do caráter parcial do recorte da realidade sobre a qual elas operam – resultado de uma construção com finalidade heurística. Isto exige que os pesquisadores respeitem o saber produzido por outras disciplinas e recusem qualquer hierarquia *a priori* entre elas. Implica também, fundamentalmente, em uma vontade de aprender junto ao “outro” e uma deliberada ausência de qualquer postura defensiva de um território de poder simbólico ou institucional. Sem dúvida, é neste ponto que se encontram os obstáculos mais importantes à colaboração interdisciplinar (Raynaut, 2004).

A pesquisa interdisciplinar na prática

A prática da pesquisa interdisciplinar merece uma atenção particular, pois ainda são raras as experiências de trabalho verdadeiramente interdiscipli-

nares conhecidas no Brasil.² Além de dificuldades de ordem administrativa e financeira, se pode elencar uma série de elementos relevantes à realização da pesquisa interdisciplinar.

A constituição de uma equipe de pesquisadores é, sem dúvida, elemento crucial na realização de pesquisas interdisciplinares. Em geral, o grupo de pesquisadores envolvido em projetos interdisciplinares tem como denominador comum uma trajetória social e profissional semelhante. A esses elementos se acrescentam o interesse pela multidisciplinaridade e interdisciplinaridade e a possibilidade de atuação em um espaço mais tolerante e maleável na pesquisa acadêmico-universitária. Mais especificamente, no caso da experiência do Prointer, este denominador comum foi (é) a contestação das formas de agricultura e desenvolvimento rural originários do ideário da Revolução Verde e uma identidade sociopolítica formada em torno da perspectiva de um novo modo de desenvolvimento em termos sociais, culturais, políticos e ambientais.

Outro elemento de extrema relevância cabe à coordenação de projetos/programas interdisciplinares. A coordenação da pesquisa interdisciplinar, reunindo pesquisadores de instituições diferentes, de distintas formações disciplinares e de nacionalidades diversas, deve obrigatoriamente recair sobre pesquisador experimentado academicamente e no campo da negociação, com grande capacidade de articulação. Um segundo ponto diz respeito ao calendário e à execução das atividades previstas. A complexidade e a especificidade das situações e dos objetos analisados, aliadas aos procedimentos de interlocução e concertação inerentes à prática interdisciplinar, tornam a pesquisa interdisciplinar, seguidamente, muito exigente em tempo e dedicação. Ademais, cabe salientar as persistentes dificuldades de avaliação e reconhecimento da produção acadêmica interdisciplinar por parte da comunidade científica brasileira, ainda fortemente marcada pela valorização da disciplinaridade e do produtivismo científico.

De uma maneira geral e partindo da reflexão decorrente da execução do Prointer, se pode considerar que duas etapas distintas pontuam a prática da pesquisa interdisciplinar (Figura 1).

A primeira etapa consiste no conjunto de procedimentos que permitem a construção da chamada problemática comum, podendo ser considerada como o primeiro produto resultante do diálogo interdisciplinar propriamente dito. Envolvendo diretamente o conjunto de pesquisadores, esta etapa consiste na

² Aqui se pode referir, em particular, a experiência do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (Made), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), concebido e implantado com o apoio de equipe francesa que colabora no Prointer. Ver, entre outros, Raynaut e Zanoni (2011).

construção de uma problemática a partir do conhecimento produzido por um diagnóstico da região/área empírica estudada. Busca-se, assim, identificar as principais heterogeneidades e diversidades nas relações entre a sociedade e natureza, que ela (a sociedade) ocupa e explora, por intermédio de suas manifestações aparentes e suas exteriorizações.

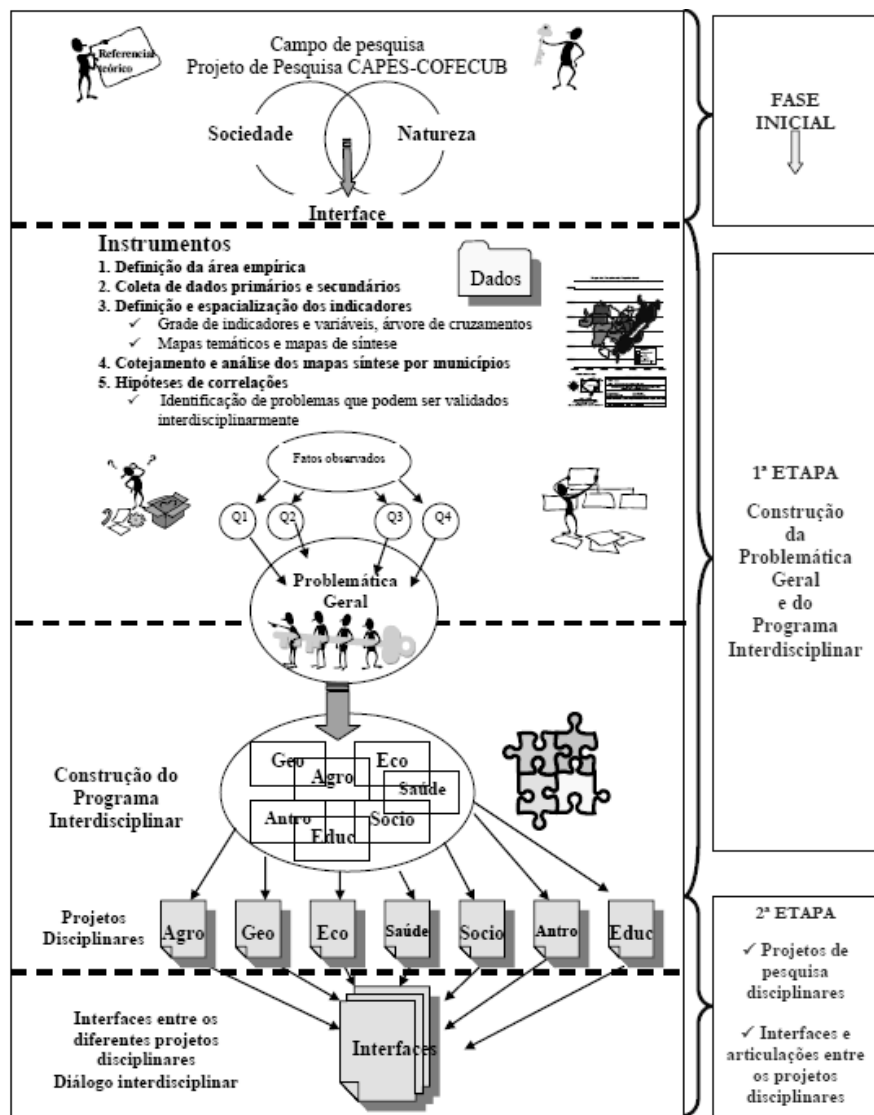


Figura 1. Etapas metodológicas do Programa de Pesquisa Interdisciplinar – Printer/ UFRGS. Fonte: Printer (2008).

Neste contexto, uma das dificuldades iniciais é elaborar este diagnóstico sem hipóteses de trabalho estabelecidas, que poderiam orientar a coleta dos dados, e sem tampouco uma problemática definida *a priori*, ambos os elementos de construção de um programa clássico de pesquisa. Assim, o realce destas informações é um precedente indispensável à elaboração *a posteriori* de hipóteses ligadas à realidade da área empírica e articuladas no seio de uma problemática comum (ZANONI e RAYNAUT, 1994; RAYNAUT *et al.*, 2002).

A segunda etapa, intitulada *pesquisas disciplinares*, agrega o conjunto de estudos realizados a partir e em decorrência da tutela proporcionada pela *problemática comum*, permitindo a construção de um programa de pesquisa que permitirá a manutenção de interfaces permanentemente.

Consciente das particularidades e especificidades que cercam a prática interdisciplinar, alguns procedimentos se destacam no processo de construção do espaço de diálogo interdisciplinar, especialmente na elaboração da problemática comum. Sem ser exaustivo e enciclopédico, se pode destacar os seguintes procedimentos: a) *recorte espacial*; b) *glossário evolutivo de termos de uso comum*; c) *oficinas de pesquisa*; d) *seminários de pesquisa*; e) *saídas a campo e pesquisa secundária* e f) *representação da realidade agrária*.³

O *recorte espacial*

A definição do espaço geográfico de base pode ser considerada como um procedimento inicial e a condição principal para realização de uma pesquisa interdisciplinar, em especial no que tange ao tema do desenvolvimento rural.

Assim, se entende que no período inicial de uma pesquisa interdisciplinar deve-se dedicar à realização de discussões, a fim de definir a base geográfica que servirá de referência à espacialização da pesquisa. Tomando por referência o trabalho realizado no estado do Paraná (Raynaut *et al.*, 2002), procurou-se representar as heterogeneidades espaciais originárias das diferentes interações entre os sistemas naturais e os sistemas sociais da região em questão. Tratando-se da análise socioeconômica dos sistemas sociais, é a divisão municipal que representa a base espacial de geração de dados, a partir de censos e outras pesquisas disponibilizadas por diferentes instituições.⁴ De outra parte, as dinâmicas dos

³ Este procedimento, por exemplo, foi adotado nas pesquisas efetuadas no Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (Made) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com obtenção de resultados satisfatórios.

⁴ Como, por exemplo, a Fundação de Economia e Estatística (FEE), do Rio Grande do Sul, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Emater/RS.

sistemas naturais foram analisadas segundo outros recortes do espaço geográfico, pelo conceito de paisagem, por exemplo. É fundamental destacar que a definição do recorte espacial, em especial no que tange à escolha da escala de análise, permite uma clara identificação das particularidades e singularidades dos sistemas naturais e sociais. Normalmente, se opta como unidade espacial de referência a divisão municipal, resguardando-se o cuidado de adaptar as análises das dinâmicas dos sistemas naturais aos recortes políticos e administrativos.

No caso do Prointer, a escolha do espaço geográfico que serviu de referência foi a região denominada de “Metade Sul” do Rio Grande do Sul (Figura 2). Ela se caracteriza por uma evidente marginalização socioeconômica, como revelam os índices oficiais. Os primeiros contatos com a realidade local mostraram a existência de degradação ambiental, ainda muito pouco considerada pela bibliografia, mesmo potencialmente contribuindo para o agravamento das condições de vida da população local.

Na definição da área estudada, a primeira proposta considerava toda a região designada como Metade Sul, que cobre 104 municípios. Contemplando essa porção do Estado como espaço geográfico, se pode definir, cartograficamente, uma primeira possibilidade de espacialização das variáveis dos dois sistemas em análise.

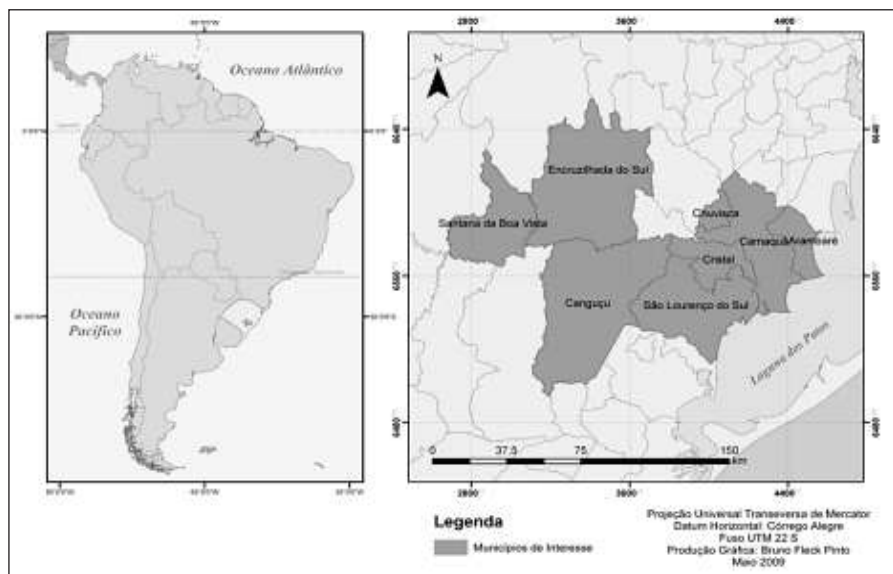


Figura 2. Mapa da localização da área empírica do Prointer, com a denominação dos oito municípios de interesse, localizados na “Metade Sul” do Estado do Rio Grande do Sul.
Fonte: Prointer (2008).

Pode-se definir, no conjunto desses municípios, três grandes compartimentos da paisagem, que articulam as dinâmicas naturais e as atividades neles desenvolvidas: “Paisagem Campestre das Coxilhas da Depressão Periférica” (região de encostas); “Paisagem Campestre das Coxilhas e Serras do Escudo” (região de domos e platô) e “Paisagem Campestre da Planície Costeira” (região de planície). Estes compartimentos da paisagem, diferentes em função das variáveis litológicas, pedológicas, geomorfológicas e biogeográficas, caracterizam as potencialidades e as fragilidades naturais, diante de variáveis das atividades sociais desenvolvidas. A dimensão do espaço geográfico adotado até então, a Metade Sul com seus 104 municípios, e a complexidade das variáveis a analisar necessitaram uma redefinição da área a ser estudada. Em um segundo momento foram selecionados 51 municípios da região em questão, apresentando as principais características socioeconômicas e naturais, e, em seguida, oito municípios entre eles constituindo os limites espaciais da área de interesse (Figura 2). Entre os principais critérios adotados para essa escolha se pode citar a presença de três compartimentos da paisagem mencionados anteriormente (planície costeira, colinas da borda do planalto e topo do planalto), a diversidade das atividades primárias e a estrutura fundiária em cada um desses compartimentos de paisagem, indicando assim condicionantes naturais que interagem com o processo histórico de ocupação e de desenvolvimento dos sistemas sociais.

Os oito municípios que compõem a área delimitada são: Arambaré, Camaquã, Canguçu, Chuvisca, Cristal, Encruzilhada do Sul, São Lourenço do Sul e Santana da Boa Vista. Sobre eles concentrou-se o interesse do programa interdisciplinar e do grupo de pesquisa em elaborar uma metodologia suscetível de articular as interações entre dinâmicas sociais e dinâmicas naturais. Com essa delimitação geográfica, o grupo de pesquisadores do Prointer procurou garantir uma proximidade com a realidade desses municípios, por meio dos trabalhos de campo e dos contatos com as instituições públicas (prefeituras, secretarias estaduais, etc.) e não governamentais (sindicatos, conselhos locais, etc.).

Glossário evolutivo de termos de uso comum

Este procedimento consiste na elaboração de um glossário comum a partir das diferentes noções e conceitos utilizados por cada disciplina implicada. O glossário deve ser elaborado a partir do início das atividades de pesquisa, condição necessária ao diálogo entre as diferentes disciplinas. Nele, cada pesquisador integra as noções e os conceitos mais empregados em sua disciplina, de modo a ser compreendido por seus colegas. Neste glossário disciplinar, concebido em uma perspectiva evolutiva e integradora, devem ser

adicionados conceitos e noções na medida do avanço das etapas da pesquisa. Novas noções e conceitos derivados do trabalho de construção interdisciplinar devem ser continuamente integrados ao glossário, permitindo a sua evolução, até o ponto necessário para cada disciplina.⁵

Oficinas de pesquisa

O objetivo das oficinas de pesquisa é o de propiciar um espaço de trabalho conjunto permitindo aproximar os membros da equipe interdisciplinar. As oficinas devem possuir um programa de trabalho bem definido e as atividades realizadas são de diversas ordens: discussões metodológicas, avaliação dos processos de pesquisa, apresentação dos resultados, apresentação e discussão do glossário, relatórios de missões a campo, etc. A periodicidade é condicionada pelo ritmo de evolução da pesquisa (saídas a campo, coleta de dados, etc.) e pela descoberta de novos questionamentos e de novas dificuldades específicas.

A prática das oficinas de pesquisa se revela uma forte estratégia de motivação e de engajamento dos pesquisadores. No entanto, a preparação das mesmas exige uma importante concentração de trabalho para alguns pesquisadores. Pode-se considerar o fato de que a maior parte dos pesquisadores considera a oficina como lugar privilegiado de diálogo e pesquisa interdisciplinares, mas não a sua preparação.

Do mesmo modo, se pode destacar que muitas ferramentas e procedimentos de pesquisa (grade, indicadores, glossário, anotações de campo, etc.) utilizados ao longo da pesquisa são concebidos ou adaptados nas oficinas. Estas últimas se revelam ocasiões ímpares de reflexão e de criação da prática de pesquisa interdisciplinar, sobretudo para os pesquisadores, que dispõem de pouco tempo para desenvolver atividades suplementares.

Tratando-se da construção do processo, destaca-se que as oficinas permitem a apropriação coletiva das informações e dos dados coletados, pois são ocasiões ímpares de diálogo e de intercâmbio entre as diferentes disciplinas envolvidas. Desde as discussões iniciais, realizadas ao longo das primeiras oficinas (essencialmente orientadas à elaboração e à definição de indicadores), até as discussões finais (marcadas pela comparação dos mapas de síntese e pela descrição da realidade dos municípios), se pôde constatar um enriquecimento progressivo da reflexão sobre a problemática da área estudada e da prática da

⁵ Outro artigo está em fase final de elaboração pela equipe de pesquisadores do Prointer relatando e analisando esta etapa da pesquisa interdisciplinar, focando particularmente na construção de conceitos “híbridos” necessários ao diálogo interdisciplinar no tema escolhido, o desenvolvimento rural.

pesquisa interdisciplinar. Acumulou-se uma enorme diversidade de questionamentos e de contribuições críticas, de tipo estritamente disciplinar, originária de leituras cruzadas das várias disciplinas presentes.

Seminários de pesquisa

Consistem em momentos de reflexão envolvendo a totalidade da equipe de pesquisa e onde são apresentados e discutidos os avanços no desenvolvimento da pesquisa, questões de ordem metodológica ou para iniciar novas etapas da pesquisa.

Destaca-se neste procedimento de pesquisa interdisciplinar uma desejável participação de pesquisadores externos, com experiência em pesquisa interdisciplinar, para relatarem as experiências e interajam com a equipe de pesquisadores.

Saídas a campo e pesquisa secundária

As saídas a campo e a pesquisa secundária têm como objetivo proporcionar a coleta de dados. Esta deve ser organizada com o objetivo de evidenciar a heterogeneidade geográfica dos fenômenos observados, revelando assim as diferentes combinações locais das variáveis analisadas e alimentando igualmente uma reflexão sobre as relações que as unem. Para tal, as informações são ordenadas cartograficamente, mesmo que de maneira empírica, de modo a produzir categorias de “zoneamento” e podendo realçar, do ponto de vista espacial, as diferentes situações que salientem as questões e as hipóteses sobre as interações sociedade-natureza.

As saídas a campo têm por objetivo completar as lacunas surgidas no decorrer da utilização das fontes secundárias (censos, relatórios de pesquisa, etc.), em uma primeira etapa. Igualmente, as saídas de campo buscam responder às questões identificadas ao longo das oficinas de pesquisa. Normalmente, duas ferramentas de coleta de informações se destacam na realização das pesquisas de campo: as entrevistas junto aos atores locais (prefeitos, outras autoridades municipais, técnicos, responsáveis de associações, de cooperativas e de sindicatos locais, além de moradores e agricultores) e a leitura de paisagem.

As entrevistas devem ser orientadas por um roteiro esquemático comportando questões gerais necessárias para preencher as lacunas, etapa indispensável para aprofundar a compreensão da realidade local, mas também questões específicas identificadas quando da avaliação dos dados secundários.

A leitura da paisagem consiste na realização de uma leitura da realidade local com vistas a uma melhor compreensão e visualização das principais características e particularidades da área de estudo, como também permitir uma rápida caracterização espacial da realidade social e ambiental.

A compreensão da realidade da área estudada é o resultado da articulação de dois dispositivos distintos: aquele produzido pela interpretação dos dados secundários (resultado da pesquisa secundária e materializado sob a forma de mapa de síntese) e outro oriundo da avaliação por meio de leitura direta e objetiva da realidade (por intermédio dos relatórios e discussões quando das oficinas de pesquisa organizadas após as saídas a campo). A construção da problemática comum pode ser assim consideravelmente enriquecida pelo trabalho a campo.

Representação da realidade agrária

Em uma pesquisa interdisciplinar, a representação da realidade agrária de um espaço geográfico tem por objetivo evidenciar as heterogeneidades naturais e as diversidades sociais, a fim de melhor compreender as dinâmicas existentes por detrás da complexidade de situações existentes. Trata-se de uma relação descritiva em um quadro espacial comum, essencial para cruzar os diferentes olhares disciplinares sobre uma mesma realidade. Este procedimento de pesquisa tem como base duas ferramentas distintas, mas essencialmente complementares: a *grade de análise* e a *cartografia*.

A elaboração de uma grade de análise ocupa lugar de destaque, pois é ao longo de sua construção que ocorrem os principais afrontamentos na equipe de pesquisadores. Esta deve necessariamente incorporar critérios reveladores das relações entre a sociedade e a natureza na área de estudo. A grade parte de um quadro teórico geral no qual cada um dos sistemas (social e natural) funciona de acordo com suas lógicas específicas e dinâmicas próprias e no qual os problemas ambientais são as manifestações das tensões, das contradições e dos conflitos entre elas (Zanoni e Raynaut, 1994; Raynaut *et al.*, 2002).

O modo de estruturação da grade permite confrontar as interpretações e os conceitos dos domínios disciplinares dos pesquisadores engajados no programa de pesquisa. Assim, a construção da grade de análise constitui um dos pontos-chave de construção do diálogo interdisciplinar. Sua evolução – da inicialmente proposta (domínios, indicadores, variáveis) até a sua finalização – é permeada por discussões animadas sobre o número e o conteúdo dos indicadores, os termos empregados, a qualidade das fontes de informação, a escala adotada e a exploração dos dados. Todas estas questões exigem uma

reconsideração constante do conjunto desses pontos, em razão notadamente da inserção de cada disciplina nesse processo.

A escolha dos domínios deve ocorrer a partir da avaliação da capacidade dos mesmos em restituir as principais dinâmicas sociais e naturais e da capacidade de revelar a situação do desenvolvimento local na área de estudo. No caso do Pointer, pela amplitude e pertinência, os principais domínios utilizados foram: a *demografia*, o *controle fundiário*, a *economia*, a *agricultura*, a *utilização da terra* e os “*recursos naturais*” (Quadro 1). Os domínios devem ser abordados por meio de um pequeno número de variáveis e indicadores, permitindo uma efetiva interpretação das interações das dinâmicas sociais e naturais.

QUADRO 1

Exemplo de grade de análise: domínios de investigação, indicadores e variáveis, mapas de síntese utilizados no Pointer.

Domínios de Investigação	Indicadores/Variáveis	Mapas de Síntese
DEMOGRAFIA	Densidade de população Crescimento demográfico	Situação demográfica
CONTROLE DO FUNDIÁRIO	Estratificação fundiária Estatuto do produtor Evolução da estrutura fundiária	Situação da apropriação privada do fundiário
ECONOMIA	PIB <i>per capita</i> Renda do chefe de família Principais setores na formação do PIB Crescimento do PIB	Situação econômica
AGRICULTURA	Força de tração Número de homens por hectare Principais atividades de cultivo e criação Rendimento das principais cultivos e criações	Situação técnico-agrícola
UTILIZAÇÃO DA TERRA	Ocorrência de reflorestamento Área de cultivo em relação à área produtiva Área de cultivo em relação à área total Ocorrência de pastagens	Situação do uso agrosilvopastoril do solo
RECURSOS NATURAIS	Solo Relevo Cobertura vegetal Temperatura Pluviosidade	Situação geocológica

Fonte: Pointer (2008).

Outra razão para optar por um número simplificado de domínios consiste no fato de que cada domínio, por si só, pode abarcar um grande número de variáveis e indicadores, sendo necessário escolher somente aqueles capazes de ilustrar as questões colocadas e de adentrar na complexidade aos poucos.

As variáveis utilizadas foram cartograficamente ordenadas e geraram categorias que evidenciaram, de um ponto de vista espacial, as diferentes situações de interação entre sociedade e natureza. A materialização cartográfica das diferentes variáveis utilizadas em cada domínio formou mapas temáticos (Figura 3).

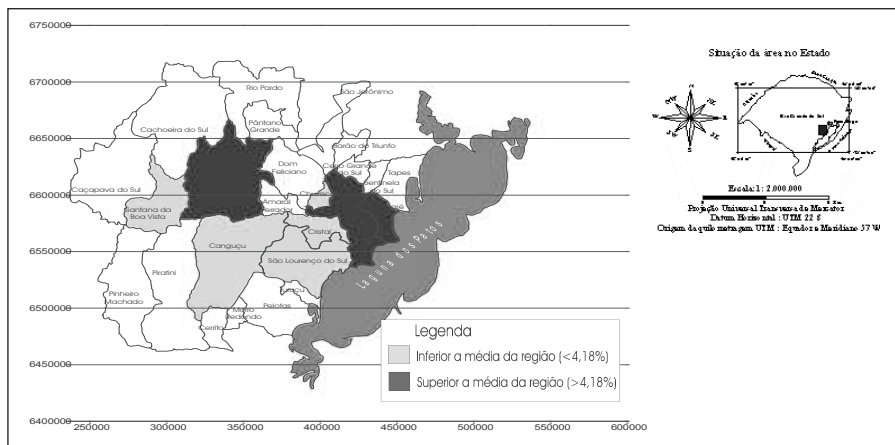


Figura 3. Exemplo de mapas temáticos do domínio demografia (Printer). Mapa temático crescimento populacional 1996-2000.

Fonte: Printer (2008).

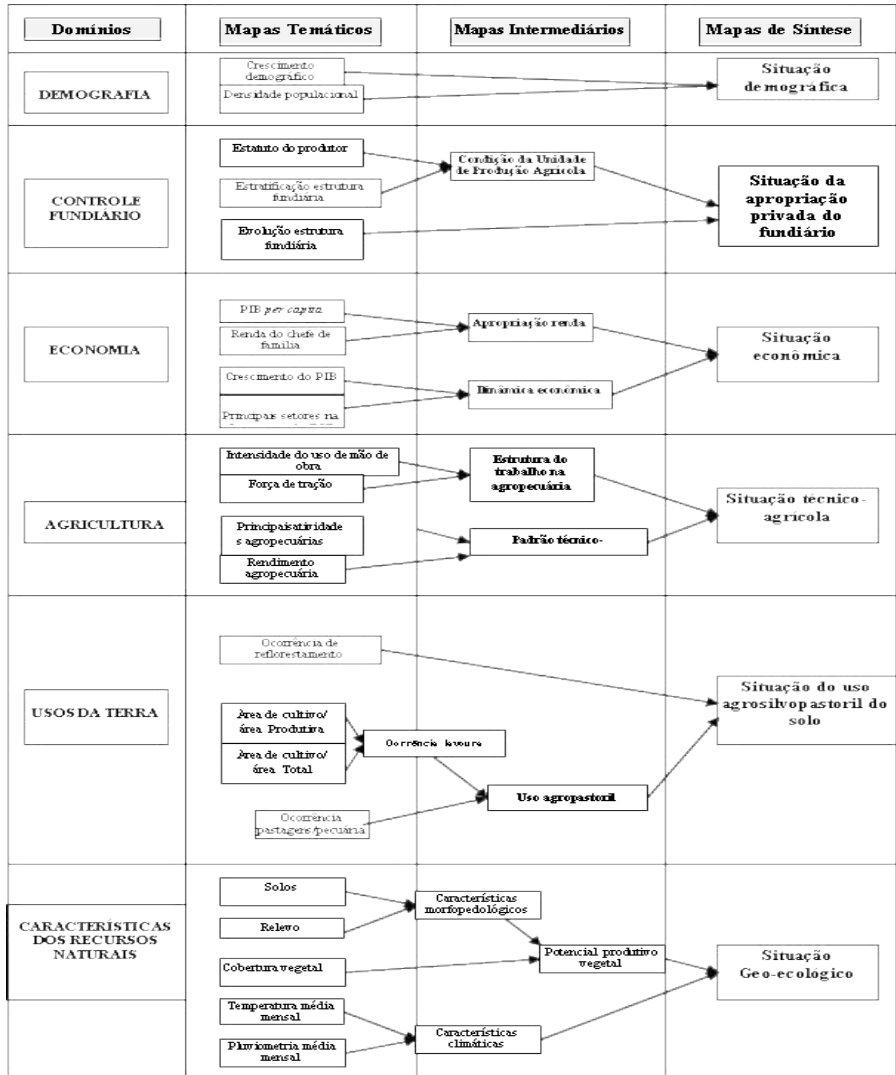
Em cada domínio, cada indicador ou variável escolhida deu origem a um mapa temático. Os mapas temáticos (no interior de cada domínio) foram sobrepostos, cruzados, a partir do que se denominou “árvore de cruzamentos” (Quadro 2), cujos resultados foram a obtenção de mapas de síntese.

Os mapas de síntese (exemplo de um mapa na Figura 4) permitem recuperar os domínios iniciais da grade de análise, agora na forma integrada de situações: situação demográfica, situação fundiária, situação econômica, situação técnico-agrícola, situação antrópica e situação dos “recursos naturais”. Com os mapas de situação foi possível expressar, da forma mais realista possível, as interações sociedade-natureza na área de estudo.

A produção de uma base cartográfica digital referenciada por coordenadas geográficas dos mapas temáticos (tanto em nível das variáveis como em nível

das situações) se mostra fundamental, pois permite espacializar cada uma das variáveis estudadas, notadamente aquelas dos sistemas naturais que não se limitam às fronteiras municipais.

QUADRO 2
 “Árvore de cruzamentos” dos mapas temáticos (Printer)



Fonte: Printer (2008).

QUADRO 3

Exemplo de matriz de síntese dos mapas de situação dos oito municípios da área empírica⁵

Municípios	Unidades de Paisagem*	Situação Demográfica**	Situação da Apropriação Privada do Fundiário	Situação Técnico-agrícola	Situação do Uso agrossilvopastoril do solo	Situação Econômica
Arambaré	I	Progressiva	Em processo de parcelamento/ Concentração fundiária/Elevada exploração indireta	Agricultura especializada em lavoura com rendimento superior e elevado uso de mão de obra e motomecanização	Elevado uso para lavoura e baixo uso para pastagens e reflorestamentos	Desigual, em expansão e base agrícola/terciária
Camaquã	I, II e III	Polo	Em processo de parcelamento/ Concentração fundiária/Elevada exploração indireta	Agricultura especializada em lavoura com rendimento superior e elevado uso de mão de obra e motomecanização	Elevado uso para lavoura e baixo uso para pastagens e reflorestamentos	Igualitária, em expansão e base diversificada
São Lourenço do Sul	I, II e III	Regressiva (intermediária)	Em processo de parcelamento/ Baixa concentração fundiária/Exploração direta	Agricultura especializada em lavoura com baixo rendimento e elevado uso de mão de obra e elevada mecanização	Elevado uso para lavoura e baixo uso para pastagens e reflorestamentos	Igualitária e estagnada
Críстал	I, II e III	Estacionária	Em processo de parcelamento/ Concentração fundiária/Elevada exploração indireta	Agricultura especializada em lavoura com rendimento superior e elevado uso de mão de obra e motomecanização	Baixo uso agrossilvopastoril	Igualitária e estagnada

⁵ É importante ressaltar que as categorias e suas respectivas denominações apresentadas para cada situação são comparativas entre os oito municípios da área de estudo.

Municípios	Unidades de Paisagem*	Situação Demográfica**	Situação da Apropriação Privada do Fundiário	Situação Técnico-agrícola	Situação do Uso agroflorestal do solo	Situação Econômica
Chuvisca	III	Regressiva	Estabilidade parcelamento/ Baixa concentração/ Exploração direta	Agricultura especializada em lavoura com baixo rendimento e elevado uso de mão de obra e de tração animal	Elevado uso para lavoura e baixo uso para pastagens e reflorestamentos	Precária, em expansão e base agrícola/terciária
Canguçu	III e IV	Estacionária (intermediária)	Estabilidade parcelamento/ Baixa concentração fundiária/ Elevada exploração indireta	Agricultura diversificada com rendimento superior lavoura e inferior pecuária, baixo uso de mão de obra e elevado uso de tração animal	Elevado uso para lavoura e baixo uso para pastagens e reflorestamentos	Precária, em expansão e base agrícola/terciária
Encruzilhada do Sul	III e IV	Progressiva (intermediária)	Estabilidade parcelamento/ Concentração fundiária/ Exploração direta	Agricultura diversificada com rendimento superior lavoura e inferior pecuária, elevado uso de mão de obra e baixa mecanização	Baixo uso para lavoura e elevado uso para pastagens e reflorestamentos	Precária, em expansão e base agrícola/terciária
Santana da Boa Vista	III e IV	Estacionária	Estabilidade parcelamento/ Baixa concentração fundiária/ Exploração direta	Agricultura especializada em pecuária com rendimento superior e elevado uso de mão de obra e tração animal	Baixo uso para lavoura e elevado uso para pastagens e reflorestamentos	Precária, em expansão e base agrícola/terciária

* Unidades de paisagem:

I = Planície com predomínio de campo; temperaturas médias anuais superiores a 16°C e índice pluviométrico mensal inferior à média regional (50-60 mm);

II = Planície, colinas e domos, com presença de campo, floresta nativa, agricultura e solo exposto; temperaturas médias anuais superiores a 16°C e índice pluviométrico mensal igual à média regional (50-60 mm);

III = Domos e cristas, com predomínio de campo, floresta nativa e agricultura; temperaturas médias anuais inferiores a 16°C e índice pluviométrico mensal superior à média regional (50-60 mm);

IV = Cristas, com presença de campo e floresta nativa; temperaturas médias anuais inferiores a 16°C e índice pluviométrico mensal superior à média regional (50-60 mm).

** Situação demográfica:

– **Polo**: taxa de crescimento populacional maior que a média (4,2%) e a densidade populacional maior que a média (15,4 hab/km²). A situação representa uma taxa de crescimento e densidade superior à média, indicando uma tendência de crescimento populacional, que na área de estudo é representado pelo município de Camaquã (área urbana grande).

– **Progressiva**: taxa de crescimento maior que a média (4,2%) e densidade populacional menor que 15,42 hab/km². A situação Progressiva

representa uma taxa de crescimento maior que a média e densidade menor, indicando uma tendência ao aumento da densidade pelo alto crescimento populacional. Essa situação é representada pelos municípios de Arambaré e Encruzilhada do Sul (Intermediário).

– **Estacionária**: Taxa de crescimento menor que 0% até 4,2% e densidade populacional menor que 15,4 hab/km². A situação Estacionária representa uma taxa de crescimento e densidade populacional menores que a média, indicando uma tendência de variação populacional menor que os demais municípios das outras classes. Esta situação é representada por Cristal, Santana da Boa Vista e Canguçu (Intermediário).

– **Regressiva**: taxa de crescimento menor que 0% até 4,2% e densidade populacional maior que 15,4 hab/km². A situação Regressiva apresenta taxa de crescimento populacional menor que a média e densidade maior, indicando uma tendência de diminuição da densidade populacional em relação à média, não necessariamente indicando perda de população. Essa situação é representada pelos municípios de Chuvisca e São Lourenço do Sul (Intermediário).

Obs.: A situação “Intermediário” ocorre nos municípios da área de estudo que, mesmo dentro da mesma classe, apresentam situação muito próxima à média da região e, portanto, foram assinalados no mapa.
Fonte: Pointer (2008).

Convém destacar que as divergências no grupo sobre a escolha e o número de variáveis passíveis de utilização nos cruzamentos podem contrariar determinadas posturas disciplinares por parte de alguns pesquisadores. Cabe salientar, ainda, que a utilização da cartografia se mostra uma ferramenta de diálogo interdisciplinar e de elaboração de uma linguagem comum.

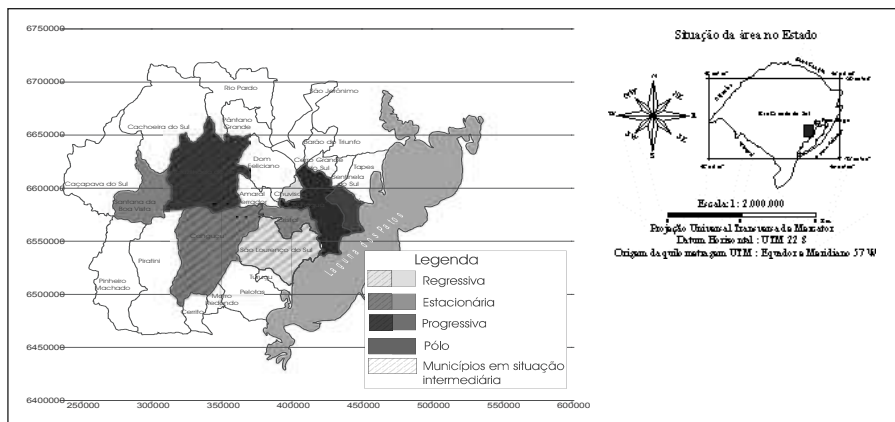


Figura 4 – Exemplo de mapa de síntese do domínio demografia, apresentando a situação demográfica dos municípios estudados pelo Pointer.
Fonte: Pointer (2008).

De uma simples informação válida para quase toda a área empírica, indicando uma marginalização socioeconômica e forte degradação ambiental, se alcançou uma teia rica de associações progressivas entre dados secundários, dados primários, percepções, constatações e intuições que, aos poucos, contribuíram para compor uma complexidade crescente de problemas espaciais e temporais típicos de interações entre a sociedade e a natureza, o que foi materializado na matriz de síntese (Quadro 3).

A elaboração da matriz de síntese permite ao grupo de trabalho obter ao mesmo tempo a *visão global* da área estudada, com as suas características dominantes e isoladas e a *visão específica*, diferenciando ou homogeneizando os municípios e as paisagens de acordo com as situações que os caracterizam.

A construção de uma teia de relações, de forma interdisciplinar, procura representar as efetivas interações ocorridas no tempo e no espaço e somente pode ocorrer com a matriz de síntese. Esta matriz permite a releitura ou o diagnóstico do conjunto de municípios com um potencial de riqueza analítica impossível de ser visto anteriormente. Esta releitura tem duas direções complementares: *na direção horizontal* indica a condição do município e de

sua paisagem em termos de cada situação identificada acima e, *na direção vertical*, indica a variação de cada uma das situações ao longo do conjunto de municípios e paisagens a serem estudados.

Considerações finais

Ao relatar esta experiência, ainda em andamento, põe-se em evidência a prática interdisciplinar na pesquisa acadêmica em desenvolvimento rural. Considera-se fundamental tratar este tema buscando novas formas de integração técnico-científica na perspectiva de desenvolver conceitos, definições de objetos e métodos de observação que possam ir além das disciplinas tradicionalmente dedicadas ao tema. Ademais, o esforço para romper fronteiras disciplinares possibilitou a produção de um conhecimento que parte de um objeto definido, uma problemática bem delimitada e um glossário comuns ao grupo. Esta condição, criada no âmbito do Prointer, potencializa tratar as diversas facetas do desenvolvimento rural, como ele está sendo tratado, atualmente, na segunda fase da pesquisa, isto é, na perspectiva dos projetos e das interfaces disciplinares a partir de uma problemática comum. Neste sentido, esta experiência, se comparada à realidade brasileira, pode ser considerada como uma das precursoras na construção de uma prática concreta de experiência interdisciplinar de pesquisa.

Com esta experiência de interdisciplinaridade realizada se pode reforçar que, para o grupo de pesquisadores do Prointer, parece evidente a inexistência de procedimentos e padrões autorreaplicáveis, segundo o tema e área escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa. Ou seja, cada realidade e cada situação demandam um procedimento específico e único. Os procedimentos na pesquisa interdisciplinar são fruto e resultado da prática interdisciplinar e do convívio e debate entre as disciplinas, que são representadas e referenciadas pelos pesquisadores que se comprometem a participar dessa experiência.

Para finalizar, é importante salientar que os instrumentos específicos das pesquisas disciplinares ainda consistem nas referências, na busca de tentar explicar a realidade e os fenômenos observados. Mesmo que se possam considerar os limites da pesquisa disciplinar em uma trajetória técnico-científica reducionista para a compreensão da realidade concreta, ainda se identificam dificuldades e empecilhos à realização da pesquisa interdisciplinar. Mesmo com as dificuldades apontadas acima, se pode observar que os resultados dão conta de uma realidade complexa, mais do que se obteria disciplinarmente, se a problemática implica em trabalhar com processos de desenvolvimento e as relações entre sociedade e natureza estão continuamente em pauta.

Referências

- ALMEIDA, J.; GERHARDT, T. E.; MIGUEL, L. A.; MIELITZ NETTO, C. G. A.; VERDUM, R.; BECK, F. L.; ZANONI, M. Pesquisa interdisciplinar na pós-graduação: (des)caminhos de uma experiência em andamento. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 1, n. 2, p. 116-140, 2004.
- ALMEIDA, J.; GERHARDT, T. E.; MIGUEL, L. de A.; MIELITZ NETTO, C. G. A.; BECK, F. de L.; VERDUM, R.; ZANONI, M. Por caminhos tortuosos da interdisciplinaridade: uma experiência de pesquisa acadêmica no sul do Brasil. In: JACOBI, P.; FERREIRA, L. da C. *Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil*. São Paulo: ANPPAS, Annablume, 2006, p. 251-278.
- BECK, F. L.; ALMEIDA, J.; VERDUM, R.; ZANONI, M.; MIELITZ, C. G. A.; GERHARDT, T. E.; RAYNAUT, C.; LOPES, M. J.; MIGUEL, L. A.; COELHO-DE-SOUZA, G. Construção de uma problemática interdisciplinar de pesquisa: trajetória e reflexões. In: PHILIPPI Jr., A.; SILVA NETO, A. J. (Org.). *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação*. Vol. 1. 1.ed. São Paulo: Manole, 2010, p. 263-297.
- BILLAUD, J-P. De l'objet de l'interdisciplinarité à l'interdisciplinarité autor des objets. *Nature Sciences Sociétés*, Paris, v. 11, n. 1, p. 29-36, jan. 2003.
- CARNEIRO, S. M. M. A dimensão ambiental da educação escolar: contextualização teórico-metodológica e diagnóstico nas séries iniciais da rede escolar pública. In: RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; DA CUNHA LANA, P.; FLORIANI, D.; FERREIRA, A. D.; ANDRIGUETTO, J. M. *Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade*. Pesquisas urbanas e rurais. Curitiba: Ed. UFPR, 2002, p. 73-99.
- GERHARDT, T. E. *Anthropologie et santé publique: approche interdisciplinaire? Pauvreté, situations de vie et santé au quotidien à Paranaguá, Paraná, Brésil*. Tese (Docteur en Ethnologie, option Anthropologie sociale et culturelle), Université de Bordeaux 2, Bordeaux, 2000.
- PROINTER. *Desenvolvimento rural na "Metade Sul" do Rio Grande do Sul: sistemas de relações, mecanismos e dinâmicas sociais e naturais*. Porto Alegre: GRIMAD/PGDR/UFRGS, dez. 2008. Não publicado.
- RAYNAUT, C. Processo de construção de um programa interdisciplinar de pesquisa no quadro do doutorado em meio ambiente e desenvolvimento (MADE/UFPR). *Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 3, p. 23-34, 1996.
- _____. L'antropologie de la santé, carrefour de questionnements: l'humain et le naturel, l'individuel et le social. *Etnologies comparées*, n. 3, 2001. Disponível em: <<http://recherche.univ-montp3.fr/cerce/revue.htm>>.
- _____. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. *Desenvolvimento e meio ambiente*, Curitiba, n. 10, p. 21-32, 2004.
- _____. *Ideal e material em busca de novos paradigmas: o papel da interdisciplinaridade*. Conferência ministrada no curso de doutorado em meio ambiente e desenvolvimento, UFPR, mar. 2006. Não publicado.

RAYNAUT, C.; ZANONI, M. Reflexões sobre princípios de uma prática interdisciplinar na pesquisa e no ensino superior. In: PHILIPPI Jr., A.; SILVA NETO, A. J. *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri: Manole, 2011, p. 143-208.

RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; DA CUNHA LANA, P.; FLORIANI, D.; FERREIRA, A. D.; ANDRIGUETTO, J. M. *Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade*. Pesquisas urbanas e rurais. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

ZANONI, M.; RAYNAUT, C. Meio ambiente e desenvolvimento: imperativos para a pesquisa e a formação? Reflexões em torno do doutorado da UFPR. *Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 1, p. 143-166, 1994.

ZANONI, M.; PIVOT, A.; VARGAS, M.; RAYNAUT, C.; LESCURE, J. P.; QUENSIERE, J. La recherche en environnement: a propos de quelques pratiques interdisciplinaires. *Nature Sciences Sociétés*, Paris, n. 1, p. 50-57, 1998.

ZANONI, M.; RAYNAUT, C.; MENDONÇA, F. Une expérience de formation interdisciplinaire aux recherches sur le développement durable: la chaire de l'Unesco de l'Université Fédérale du Paraná (Curitiba, Brésil). *Natures Sciences Sociétés*, Paris, v. 13, n. 3, p. 284-290, 2005.

Metodologia de pesquisa em estudos rurais: investigando a partir de estudo de caso

Egon Roque Fröhlich
Clarice Fröhlich

Introdução

O presente texto aborda a aplicação do estudo de caso na pesquisa científica. Valem-se dessa abordagem pesquisas na Antropologia, na Sociologia e na História, estudos organizacionais e sobre administração pública, experimentos em Psicologia Social, levantamentos em arquivos, dissertações e teses em diferentes disciplinas das Ciências Sociais e Humanas.

Também nas Ciências Rurais se recorre cada vez mais a esse método, pois ele pode ser utilizado por estudantes de graduação e de pós-graduação e por pesquisadores em geral, como ferramenta valiosa em investigações sobre problemas concernentes às áreas rurais e ao seu entorno, ou seja, aqueles relacionados direta ou indiretamente com a vida rural, em seu contexto socioeconômico, histórico, cultural ou outro.

Dependendo do tipo de enfoque dado a fenômenos de observação e análise rural, cada estratégia de investigação apresenta vantagens e desvantagens.

Isso também é válido para estudos de caso, adotados preferencialmente quando se propõem questões do tipo “como?”, “por quê?”, “em que profundidade?”, “em que contexto?”, etc., devido ao limitado controle que se detém sobre fenômenos da vida real.¹

O texto que segue, focando principalmente pesquisas em áreas rurais, comporta, além de Introdução e Conclusão, três seções: Processo de estruturação de estudo de caso; Projetos de estudo de caso; Metodologia, plano e execução de estudos de caso.

Processo de estruturação de estudo de caso

A presente seção delinea os passos iniciais que o pesquisador deve dar para elaborar seu projeto de pesquisa. A ênfase recai sobre a conceituação do estudo de caso, a caracterização do processo, a confrontação com outros métodos e as habilidades requeridas do pesquisador na realização desse tipo de estudo.

*Conceituando estudo de caso*²

Nesta subseção, focaliza-se a definição de *estudo de caso* e as áreas de sua aplicação em investigações referentes a áreas sociais rurais, que tiveram expansão significativa nas últimas décadas.

Conceituar *estudo de caso* é tarefa mais complexa do que possa parecer. Na literatura específica, há divergências quanto a essa conceituação, ao contrário do que se verifica com a caracterização da pesquisa experimental e dos levantamentos de campo, baseados em métodos rigorosos. Na operacionalização

¹ Aristóteles, filósofo grego (384-322 a.C.), em vida formulou perguntas claras para orientar os discípulos na busca da verdade: *Quis?* / Quem? (Autor da pesquisa); *Quid?* / O quê? (O que estudar – Problema da pesquisa); *Ubi?* / Onde? (Lugar da pesquisa); *Quibus auxiliis?* / Com que recursos? (Orçamento); *Cur?* / Por quê? (Justificativa); *Ad quid?* / Para quê? (Objetivo); *Quomodo?* / De que maneira? (Metodologia); *Quando?* / Quando? (Cronograma). Assim, há milênios, estas perguntas simples e diretas orientam estudiosos na procura da verdade, inclusive em estudos acadêmicos ou científicos. Na prática, a pesquisa científica, nos moldes atuais, segue perguntas norteadoras que foram elaboradas e redirecionadas desde a antiguidade grega. Uma maravilha!

² A obra de Yin (2010) é, provavelmente, uma das mais completas e atualizadas sobre *estudo de caso*. No Prefácio, o autor se congratula: “Parabéns! Você está lendo a melhor edição de *Estudo de Caso* já publicada. Ela contém mais material, tem leitura mais fácil e mais valor prático do que as edições anteriores” (p. XIII). Outra obra digna de menção é *Estudo de caso*, de Gil (2009). Essas duas obras constituíram fontes importantes para a elaboração do presente texto.

dos estudos de caso, não existe, de modo geral, a normatização minuciosa que rege os demais tipos de pesquisa.

Entre as conceituações de *estudo de caso*, a mais referenciada na literatura é a de Yin (2010, p. 39-40):

1. O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes [...]. 2. A investigação do estudo de caso enfrenta a situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados; e, como resultado, conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular; e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e a análise de dados.

Essa definição evidencia que o método aplicado no estudo de caso inclui sua lógica, as técnicas de coletar dados e os procedimentos de análise dos dados.

Gil (2009, p. 7-8) assinala que a crescente popularidade do estudo de caso tem induzido pesquisadores a apresentarem equivocadamente investigações e trabalhos acadêmicos como “estudos de caso”. Segundo o autor, o estudo de caso não constitui uma estratégia de pesquisa, nem um estudo exploratório, tampouco uma pesquisa qualitativa, ou uma análise de caso, ou um relato ou simulacro de pesquisa. Essencialmente, o estudo de caso

- é um delineamento de pesquisa (diferente de método ou técnica);
- preserva o caráter unitário do fenômeno pesquisado (este é estudado como um todo, podendo ser um indivíduo, um grupo, um programa, etc.);
- investiga um fenômeno contemporâneo (em sua atualidade, no momento em que se realiza a pesquisa);
- mantém o fenômeno integrado em seu contexto (não seleciona, como experimentos e levantamentos, as variáveis a serem incluídas);
- é uma pesquisa em profundidade (recorre a entrevistas pouco estruturadas, para obter dados de maior alcance); e
- requer procedimentos múltiplos de coleta de dados (múltiplas fontes de evidência).

É perceptível a natureza holística dos estudos de caso, pois visam a captar em sua totalidade o objeto estudado. No âmbito da metodologia científica, o estudo de caso, assim como o experimento laboratorial e o levantamento de

campo, constitui um modelo que visa a produzir conhecimento em determinada área da ciência – no caso, a das Ciências Rurais.

Os estudos de caso podem ser exploratórios, descritivos e explicativos. Quanto aos seus objetivos, observa Gil (2009, p. 15):

Alguns estudos de caso assumem propósitos generalizantes, mas o que se almeja com eles não é uma generalização estatística demonstrada por distribuições de frequências, mas, sim, uma generalização analítica, que tem como propósito construir ou expandir teorias.

Houve períodos em que os estudos de caso foram alvo de *desconfiança* e de *crítica*; os pesquisadores pretextavam que eles (i) pecavam por falta de rigor (talvez tenha havido, no passado, negligência quanto aos procedimentos sistemáticos exigidos em pesquisa); (ii) forneciam base pouco consistente para generalizações científicas, ao contrário do que ocorre em pesquisas de laboratório e de campo; (iii) levavam tempo demasiado para serem executados, demandando relatórios densos, frequentemente irrelevantes para a ciência; e (iv) eram desprestigiados por não investigarem causalidades, conforme era praxe em Educação (Yin, 2010, p. 36-37).

Recentemente, autores passaram a assinalar as *vantagens* proporcionadas pelos estudos de caso, entre as quais o fato de proporcionarem uma visão mais nítida de fenômenos pouco conhecidos e de contribuírem para um conhecimento mais aprofundado das características de organizações, grupos, comunidades, etc.

Entretanto, autores mais severos enfatizam as *desvantagens* de estudos de caso, alegando que eles (i) demandam tempo e são de difícil replicação; (ii) são complexos em suas análises e não generalizam; (iii) são de viabilidade e fidedignidade críticas; e (iv) exigem alta competência do pesquisador para executar a tarefa (Gil, 2009).

A relevância do estudo de caso passou a ser ressaltada por acadêmicos e pesquisadores, que preconizam seu uso como base para explicações e generalizações em uma multiplicidade complexa de situações. Estudar, por exemplo, um caso típico de uma cooperativa agrícola ou escola agrícola permite generalizações para casos similares no âmbito rural.

Estudos de caso em sua abordagem geral

O estudo de caso constitui um delineamento de pesquisa cada vez mais aceito na pesquisa aplicada e na academia. É usado com sucesso nas ciências

humanas, sociais e da saúde, tais como Medicina (o fumante com câncer no pulmão), Psicologia (a gênese da depressão juvenil), Saúde Pública (a dengue causada pelo *Aedes aegypti*) e Enfermagem (tratamento de doentes com HIV), bem como em planejamento comunitário, onde seu uso se difunde mais e mais, e na Administração, onde parece haver a maior concentração de estudos recentes desse gênero.

Entram no rol dos temas que propiciam estudos na área de Desenvolvimento Rural: a agronomia e a veterinária; a gestão de organizações agroindustriais ou cooperativas agrícolas; a questão ambiental; a agricultura familiar e a educação rural; o turismo rural; os assentamentos rurais; a evasão rural; os movimentos sociais rurais; a etnociência; a história agrária local e regional; o planejamento e a gestão de unidades de produção agrícola; a rotação de culturas e a irrigação das lavouras; as populações quilombolas e a questão indígena; a construção de barragens e o deslocamento e realocação de populações com história secular de residência e de cultivo na lavoura; e assim por diante.

O uso do estudo de caso em comparação com outros métodos de pesquisa

Cada ciência orienta-se por um método próprio para avançar no campo do conhecimento. Os manuais de metodologia³ salientam que os métodos estatísticos, próprios da economia, da econometria e dos testes de mensuração, se servem de ferramentas norteadoras na pesquisa experimental e de laboratório e se baseiam fundamentalmente em dados quantitativos e numéricos. É o domínio das ciências exatas, com todo o seu espectro diversificado de áreas e campos.

Segundo Yin (2010), os métodos de pesquisa podem ser usados com tríplice finalidade: exploratória, descritiva e explanatória. Embora cada método tenha suas características próprias, diferentes métodos por vezes se sobrepõem, sendo necessário descobrir qual deles é o mais vantajoso para o estudo pretendido, o que não exclui a adoção eventual de mais de um método em determinado estudo.

É pertinente lembrar, com Ruiz (2002, p. 137), que “a palavra *método* é de origem grega e significa o conjunto de etapas e processos a serem vencidos ordenadamente na investigação dos fatos ou na procura da verdade”. Já para

³ Além das obras citadas no presente texto, recomenda-se a consulta de outras pertinentes à área, com destaque para Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1988), Demo (1985), Durkheim (1987), Gerhardt e Silveira (2009), Lakatos (1983) e Pinto e Guazzelli (2008).

Lakatos e Marconi (1996, p. 83), “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Em complementação à conceituação de método, impõe-se distinguir três conceitos a ela relacionados:

- *métodos de investigação* – são os procedimentos usados para atingir os objetivos da pesquisa, mediante a coordenação das técnicas de coletar informações. Alguns caminhos ou métodos de investigação relevantes a que os cientistas recorrem são: o funcional, o comparativo, o funcionalista, o estatístico, o dialético, o estruturalista, o histórico, a pesquisa participante, a pesquisa-ação, o estudo de caso, a observação etnográfica e outros;
- *técnicas de investigação* – são as operações usadas para coletar os dados e as informações necessárias para operacionalizar os objetivos da pesquisa. Entre as principais técnicas, citam-se: a história de vida, a história oral, a pesquisa bibliográfica, a análise de mensagem (de conteúdo e do discurso), as técnicas audiovisuais, a observação participante, a documentação, a microinformática e outros;
- *procedimentos* – compreendem os passos da realização da pesquisa, tais como o pré-teste do instrumento de coleta de dados, a coleta em si, a codificação e o tratamento, a redação do relatório que contém a análise e a discussão dos dados, além das implicações do estudo.

Habilidades e preparo do pesquisador para realizar estudos de caso

É importante que o acadêmico ou pesquisador, principalmente se tiver como enfoque estudos de caso rurais, forje persistentemente sua capacidade de investigador e conquiste habilidades específicas.

Para ser bem-sucedido, requer-se, segundo Yin (2010, p. 95), que o pesquisador de estudo de caso

- seja capaz de *formular boas questões* e de interpretar as respostas;
- seja *um bom ouvinte*, que não se deixe atralhar por suas ideologias ou preconceitos;
- seja *adaptável e flexível*, para que situações novas possam ser vistas como oportunidades, e não como ameaças;

- tenha *noção clara dos assuntos em estudo*, mesmo no modo exploratório (reduzindo a proporções administrativas os elementos relevantes e as informações a serem buscados);
- seja *imparcial quanto às noções preconcebidas*, inclusive as derivadas da teoria, e, conseqüentemente, sensível à evidência contraditória.

Os autores experientes nessa área têm sugestões variadas e propõem roteiros precisos e abrangentes,⁴ que vale a pena ter em mente quando se efetua uma pesquisa recorrendo ao método do estudo de caso.

Projetos de estudo de caso

Em quaisquer projetos de pesquisa relacionados a estudos rurais, especialmente naqueles que visam a obter recursos financeiros, é necessário iniciar com a proposta do estudo de caso; enunciar a questão ou problema de pesquisa e sua justificativa; formular os objetivos; e fazer a revisão teórica.

Introdução e objetivos em estudos de caso nas ciências rurais

O estudo de caso constitui uma pesquisa de uma ou várias questões que devem ser investigadas exaustivamente, ou seja, em profundidade. Bons estudos de caso geralmente não são fáceis de serem conduzidos com o devido rigor, sendo desafiadores mesmo para pesquisadores calejados. O desafio é, porém, um princípio dinâmico, produtivo na ampliação do conhecimento.

Numerosas pesquisas já foram levadas a efeito na área rural por meio de medidas da estatística, da econometria e da matemática aplicadas a estudos amostrais ou a universos constituídos por grupos, para chegarem a generalizações acerca de populações, organizações ou regiões. Tais estudos continuam tendo inegavelmente sua relevância na produção científica no âmbito dos estudos rurais.

A par dessa rica produção científica, com as variadas abordagens teóricas e metodologias operacionais, cabe focar a realidade rural partindo do estudo de um ou mais casos. O estudo de caso tornou-se recentemente ferramenta preciosa, e sua metodologia merece expandir-se na academia, principalmente na área do Desenvolvimento Rural, onde têm predominado os levantamentos de campo.

⁴ Ver a seção Roteiro de estudo de caso, em Waquil, Miele e Schultz (2010).

No levantamento ou trabalho de campo, as diretrizes para a coleta de dados compreendem: (i) escolha e definição das pessoas e entidades a serem pesquisadas; (ii) procedimentos para conseguir acesso a organizações e entrevistados; (iii) uso de recursos como filmagem, gravador, computador, fotografia, etc.; (iv) agendamento da coleta de dados nos distritos e nas localidades do município; e (v) elaboração de termos de consentimento para os entrevistados fornecerem os dados (Gil, 2009).

A questão de pesquisa e a explicitação do tema relacionado às ciências rurais

A formulação do problema de pesquisa, ou a pergunta sobre a questão a ser investigada, constitui o passo inicial mais relevante do processo de investigação. Segundo pesquisadores, não é fácil elaborar problemas de pesquisa. Se essa constatação provém de estudiosos e de pessoas experimentadas em deslindar problemas submetidos a investigação, quanto mais esforço, agudeza intelectual e reflexão se requerem de pesquisadores neófitos, como graduandos e pós-graduandos, no vasto campo das ciências sociais rurais.

Em torno da formulação do problema, que é o cerne da elaboração do projeto de pesquisa, gravitam as posteriores opções teóricas e metodológicas. Considere-se, por exemplo, esta questão: “Que influência exercerá a construção de uma barragem sobre o meio ambiente local, com o deslocamento dos produtores rurais cujas terras serão invadidas?” A formulação de tal problema inicia-se geralmente com uma indagação acerca da realidade circundante e pode ser suscitada pela observação direta, por leituras e estudos, ou pela própria intuição do pesquisador.

A enunciação do problema pode por si mesma orientar quanto ao método a ser utilizado. O desenrolar do estudo ocorre articuladamente entre a realidade pesquisada e a tentativa de compreendê-la. Na prática, para que o pesquisador seja bem-sucedido, a efetivação da pesquisa depende dessa formulação inicial (Rey, 2010).

Como nosso foco se situa no contexto de estudos rurais em seu sentido amplo, numerosas interrogações aguçam a curiosidade dos estudantes e dos pesquisadores, impulsionando-os a buscarem sua solução. Podem surgir questões iniciais tais como: “Quais são os contornos do problema em si?”; “Em que contexto se realizará o estudo?”; “Como vislumbrar sua solução na vida prática?” No exemplo da construção da barragem referido acima, os contornos vão compreender a história da região bem como as implicações culturais, sociais e políticas para os desalojados. O estudo se efetuará na região afetada pela execução da obra e buscará uma solução rápida, para que os atingidos pela barragem possam decidir sobre como e para onde migrar.

Recentemente, ampliou-se o leque de temáticas passíveis de investigação em estudos rurais. Entre estas, merecem destaque: o planejamento e a gestão de unidades de produção agrícola e organizações agroindustriais, a questão ambiental, o turismo rural, a educação no campo, movimentos sociais rurais, assentamentos rurais, minorias étnicas, história agrária e reforma agrária, agroecologia, biotecnologia e agrocombustíveis.

Tavares dos Santos (1991, p. 83-84) conceitua assim a construção da problemática da investigação:

Significa elaborar uma explanação lógica na qual a problematização teórica do tema, sua conversão em problema sociológico, a definição dos conceitos e a formulação das hipóteses conduzem à montagem da orientação teórica da investigação. Em outras palavras, consiste na construção do objeto científico possível, após a ruptura com o senso comum e com o conhecimento convencional, e viável, pelos procedimentos de constatação de hipóteses que aponta.

Como subsídios nessa etapa exploratória ou de formulação do problema, podem ser propostas questões como: “O tema é original?”; “O tema é atual e relevante?”; “O assunto já foi investigado por estudiosos?”; “A que desejo responder com o estudo?”; “Tenho condições intelectuais e recursos financeiros para levar ao termo o estudo?”

A justificativa do estudo a ser efetuado

De acordo com a tradição consagrada em pesquisas, todo projeto apresenta uma *justificativa*, ou *motivação*, para se levar adiante a investigação, mostrando sua relevância atual, seus possíveis benefícios e seus impactos sociais nas áreas envolvidas. Trata-se, na prática, de responder a perguntas do tipo: “Por que estudar este tema ou questão?”; “A quem o estudo poderá beneficiar ou interessar?”; “O tema contribui para a ampliação do conhecimento na área de estudo?”; “Que utilidade me trará o aprofundamento desse tema para minha atividade profissional?” Em suma: a justificativa constitui a exposição das razões teóricas e práticas que valorizam a realização da pesquisa.

Formulação dos objetivos: objetivo geral e objetivos específicos

Em qualquer estudo ou pesquisa científica, os *objetivos* são elementos relevantes para orientar sua efetivação. Os objetivos indicam a meta à qual se pretende chegar. Respondem basicamente à pergunta “Para que efetuar a

pesquisa?” (Fröhlich e Dorneles, 2011; Brumer *et al.*, 2008). Isso também é válido para estudos de caso. Pode haver objetivos propostos pelo órgão financiador do projeto ou pela instituição de ensino e/ou pesquisa na qual o investigador está inserido, como também objetivos pessoais podem impelir o pesquisador a realizar o estudo. Aconselha-se redigir os objetivos em forma de itens, usando verbos na forma infinitiva, tais como: analisar, apresentar, comparar, constatar, descobrir, descrever, examinar, identificar, investigar, verificar e outros.

Comumente, distinguem-se *objetivo geral* e *objetivos específicos*. O *objetivo geral* está relacionado com as implicações teóricas e práticas do estudo e está atrelado diretamente ao problema da pesquisa e às hipóteses (se houver). Assim, no caso de uma pesquisa sobre a questão “Quais são os fatores que explicam a evasão do homem do campo para áreas urbanas?”, o objetivo geral visaria ao entendimento da teoria das migrações e à compreensão do crescimento do fluxo migratório.

Os *objetivos específicos*, por sua vez, estão relacionados diretamente à execução dos aspectos do problema, que serão investigados em sua operacionalização no mundo empírico. Eles facilitam a consecução do objetivo geral. No caso das migrações, seria pertinente propor como objetivos específicos: verificar como a capitalização do campo auxiliou na evasão de populações das áreas rurais; avaliar o tamanho da área agricultável; verificar o tamanho da família e seu nível de escolaridade; examinar a contribuição da mulher na gestão da propriedade rural e sua influência em sindicatos de trabalhadores rurais; determinar a influência dos meios de comunicação no plantio direto nas propriedades; e assim por diante (Fröhlich e Dorneles, 2011).

Revisão teórica ou bibliográfica

Essa revisão fundamenta o tema de pesquisa na literatura publicada ou em discussões na academia sobre algum caso similar ao que deve ser estudado. Na verdade, a revisão apreende o “estado da arte”, descrevendo pesquisas desenvolvidas nessa perspectiva no respectivo ramo da ciência. Tanto em estudos de caso quanto em investigações históricas, exploratórias, causais, etc., a revisão de literatura é indispensável para o sucesso do empreendimento. Ela dá sustentação ao estudo que se pretende iniciar, inserindo-o no contexto das teorias resultantes das pesquisas efetuadas até o presente. Assinalam Fröhlich e Dorneles (2011, p. 22):

Na literatura de pesquisa, o termo *revisão bibliográfica* às vezes é usado como equivalente de fundamentação teórica, revisão teórica, abordagem teórica, teoria, marco, quadro ou modelo teórico, ou, ainda, revisão da literatura.

Tradicionalmente, sugere-se que, ao apresentar a revisão bibliográfica, se inicie a exposição adotando uma sequência temporal para relatar como o tema foi estudado, vindo do passado até o presente, ou que se passe de um contexto mais geral a uma dimensão mais específica.

Não se preconiza um formato rígido e único para a revisão de literatura. Na pesquisa qualitativa, a revisão de literatura tende a progredir com as diferentes etapas do processo, ao passo que a pesquisa quantitativa avança com a revisão já concluída.

O levantamento teórico ou bibliográfico em torno do tema a ser pesquisado permitirá ao autor, após ter concluído sua investigação, contribuir para a confirmação das hipóteses ou para a ampliação do conhecimento teórico.⁵

Metodologia, plano e execução de estudos de caso

A presente seção descreve os passos necessários à implementação da pesquisa. Constituem tópicos importantes, nessa seção: a construção e reconstrução da análise do objeto, a localização do contexto, considerações em torno de pesquisas qualitativas e quantitativas, uso das ferramentas analíticas e operacionalização dos objetivos.

⁵ Dois componentes importantes do projeto de pesquisa são o *cronograma* e o *orçamento*.

O *cronograma* é fundamental e indispensável. Não há, no entanto, rigidez quanto à sua apresentação. Nele, são arroladas as tarefas do processo de pesquisa e é determinado em que momento cada tarefa será executada, a fim de se assegurar o fluxo contínuo e dinâmico de todo o processo. O cronograma está relacionado à complexidade e à amplitude da investigação, requerendo, por isso, um detalhamento cuidadoso das tarefas. É preciso estabelecer a duração total da pesquisa (em meses e/ou anos) e a duração de cada uma das etapas: revisão bibliográfica, planejamento do trabalho de campo, tratamento dos dados coletados, análise e interpretação, redação do relatório final.

Outro item importante e indispensável do projeto é o *orçamento*. Ao submeter-se qualquer projeto a órgãos financiadores para solicitar recursos orçamentários, é preciso apresentar um orçamento detalhado e criterioso, elaborado com esmero. Dependendo da amplitude e da extensão do projeto, pode ocorrer que seja conveniente estreitar o foco do estudo, redefinir o período de realização e o local do estudo. As rubricas do orçamento também variam de acordo com o tipo e a dimensão da pesquisa, os procedimentos da coleta de dados, o pessoal técnico, os entrevistadores, o material permanente e de custeio e outros encargos.

No fim de qualquer projeto de pesquisa submetido à avaliação, devem ser incluídas as *referências*, ou seja, a relação de todas as obras citadas no texto, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Construção e reconstrução do objeto a ser analisado

Este item merece especial atenção e cuidado na construção da problemática da investigação. Para Tavares dos Santos (1991, p. 58), “o passo fundamental na produção do conhecimento sociológico consiste na distinção epistemológica entre o objeto real e o objeto científico”. Nessa perspectiva, o objeto real são os acontecimentos do dia a dia, a serem captados, construídos e verificados; mas é importante ultrapassar a percepção imediata dos sentidos e as ideologias que podem desvirtuar a interpretação do mundo real.

O objeto científico resulta do processo de trabalho em si, envolvendo elementos teóricos e práticos confrontados com os objetos reais; ele necessita ser definido, mostrando sua estrutura social, dentro da qual as dimensões do objeto real são organizadas pelo pensamento teórico. É nesse momento que o autor propõe hipóteses e sugere a operacionalização através de métodos e técnicas. Esse processo constitui a *construção do objeto*. Ao final do processo de pesquisa, cumpre confirmar as hipóteses e verificar a concretização dos objetivos, estabelecendo as relações entre a teoria e o objeto real captado, no que concerne ao problema inicialmente formulado.

Devido ao distanciamento do pesquisador em relação ao objeto de pesquisa, este costuma ser de difícil observação, pois as pré-concepções e ideologias podem interferir na escolha do tema e na interpretação dos resultados. Os estudiosos afirmam que é difícil haver neutralidade na ciência; por isso, é desejável e salutar ter a maior cautela na análise e na interpretação dos dados.

A *reconstrução do objeto* ou da realidade investigada é o caminho do retorno que abrange o conhecimento captado na empiria, partindo dos sujeitos investigados. Os dados brutos, imediatos provêm das respostas aos questionamentos efetuados, da documentação, dos registros feitos mediante as técnicas disponíveis e de sua posterior categorização para interpretá-los. Nesse retorno ao início, o sujeito pesquisador vale-se da indução para sumarizar as informações, visando à sua interpretação e generalização. Esse processo diacrônico da investigação da realidade, em duas vias – *construção e reconstrução do objeto* –, possibilita o surgimento de novas teorias, modelos de explicação e paradigmas, propiciando avanços nas investigações sociais rurais (Tavares dos Santos, 1991, p. 58-59).

Descrição do contexto e da localização do caso a ser pesquisado

Neste item, relativo ao campo de investigação ou lócus da pesquisa, define-se e justifica-se o âmbito espacial e temporal que vai configurar o espaço

do estudo planejado, ou sua referência empírica, e, quiçá, sua contextualização histórica.

Convém que o pesquisador faça uma inquirição exploratória para certificar-se da escolha adequada do espaço ou da realidade para seu estudo e que saiba até que ponto contará com o apoio infraestrutural da comunidade, dos órgãos públicos e das entidades particulares, pois esse apoio e essa cooperação constituem condições decisivas para o sucesso do empreendimento e representam não só ganho de tempo, como também facilidades para efetuar a coleta de dados dentro do cronograma estabelecido. O aparamento de arestas nas relações humanas facilitará a execução do processo investigativo do pesquisador no momento em que este for acolhido pelos entrevistados.

A experiência ensina que visitar prefeituras locais e contatar técnicos da Emater, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), de lideranças cooperativas e religiosas abre canais de comunicação preciosos e facilitadores para conseguir a adesão das pessoas a serem entrevistadas, pois são instâncias que conhecem a realidade agrícola local e a respectiva população.

Considerações acerca de pesquisas quantitativas e qualitativas

As pesquisas qualitativas – entre as quais o estudo de caso – também se têm valido recentemente de medições ou quantificações, quando necessárias e passíveis de operacionalização. A orientação geral para o pesquisador é simples: cumprir recorrer aos métodos quantitativos na medida em que auxiliam na coleta de dados e em sua posterior análise e interpretação. O recurso a dados qualitativos exige atenção redobrada no momento de sua interpretação.

As pesquisas quantitativas testam teorias objetivas, examinando a relação entre variáveis que podem ser medidas com instrumentos e análises estatísticas. As pesquisas qualitativas, por sua vez, envolvem questões e procedimentos que emergem do ambiente do participante; a análise dos dados é em geral indutivamente construída a partir das informações coletadas.

Tanto a quantificação quanto a qualificação constituem paradigmas aceitos em pesquisas científicas. Pesquisas qualitativas, como aquelas realizadas na etnografia, na fenomenologia, na sociologia, na comunicação e em outras áreas, são vistas como alternativas em relação às pesquisas quantitativas, predominantes em investigações laboratoriais, em experimentações ou em estudos causais e de abordagem positivista, que apreciam análises estatísticas, visando à mensuração exata dos fenômenos.

Verifica-se atualmente uma interrelação maior entre essas duas abordagens e a superação dos antagonismos das décadas de 1980 e 1990,

quando os intransigentes defensores da quantificação começaram a aceitar a qualificação em pesquisas, admitindo que a realidade não é totalmente mensurável e que há situações do mundo real não passíveis de medição exata. O acolhimento da dimensão qualitativa representou uma mudança lenta, decorrente de muita discussão e reflexão. Os cultores do qualificável, por sua vez, começaram a aceitar o “olhar quantitavista”, valendo-se mais e mais das quantificações, na medida em que estas subsidiam a análise e a explicação objetiva da realidade.

Nas últimas décadas, os pesquisadores aprenderam a conjugar as duas abordagens de acordo com suas necessidades e passaram a recorrer a ferramentas quantitativas e qualitativas no tratamento dos dados para melhor fundamentarem generalizações. Laville e Dionne (1999, p. 43) afirmam:

A partir do momento em que a pesquisa centra-se em um problema específico, é em virtude deste problema específico que o pesquisador escolherá o procedimento mais apto, segundo ele, para chegar à compreensão visada. Poderá ser um procedimento quantitativo, qualitativo, ou uma mistura de ambos.

Isso, claro, também vale para os estudos de caso, que lidam predominantemente com dados de cunho qualitativo, e significa que eles se valem de ambos os procedimentos, na medida em que auxiliem na interpretação dos dados.

Em obras recentes, Creswell (2010), Creswell e Clark (2013) apresentam pesquisas baseadas em métodos mistos, ou seja, que associam formas qualitativas e quantitativas. Elas envolvem a aplicação conjunta das duas abordagens, de sorte que a qualidade dos estudos tem abrangência mais ampla do que quando as abordagens são feitas isoladamente. Há, pois, uma interpenetração que associa as duas formas de pesquisar.

Estratégia analítica: familiaridade com o uso das ferramentas analíticas

É importante optar por uma estratégia analítica consentânea à análise e à interpretação dos dados, de acordo com o método ou a técnica adotada na pesquisa. Trata-se, na prática, de um roteiro que serve de orientação para encadear os diferentes passos do projeto, permitindo a ampliação das possibilidades de descoberta, através do uso criterioso e criativo das ferramentas analíticas. Casos há em que as técnicas de coleta de informações são dispensáveis, porque os dados necessários podem ser obtidos junto a instituições públicas e entidades particulares, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação de Economia e Estatística (FEE), a Empresa Brasileira

de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e outras. Quando, porém, se necessita coletar a integralidade dos dados, cumpre estabelecer com o orientador ou o pesquisador responsável um critério para selecionar a técnica ou método mais adequado de levantamento de campo e os testes estatísticos mais apropriados para a posterior análise. Uma orientação segura na escolha desse critério é condição para conseguir êxito na coleta de dados e para proceder com acerto no uso das ferramentas de análise. A leitura de estudos realizados em cursos de pós-graduação pode ser de grande valia para indicar o norte no processo de codificação e interpretação dos dados.

Coleta das evidências para operacionalizar os objetivos

Yin (2010, p. 110-111) define estudos de caso como “estudos dos eventos em seu contexto de vida real”. No tocante ao presente texto, trata-se de eventos da vida rural em sentido amplo. Isso, na verdade, tem implicações nos levantamentos de campo ou na coleta de dados, pois o investigador atuará em situações do dia a dia, ao contrário do que ocorre em pesquisas de laboratório ou de campo, onde se aplicam instrumentos de coleta de dados bem estruturados, geralmente com questões fechadas e de múltipla escolha. Talvez queira nosso pesquisador elucidar as circunstâncias do desmatamento de trechos da floresta de pinheiros em determinada fazenda no município X e seu conseqüente impacto no meio ambiente; ou examinar as causas da expulsão de índios por parte de agricultores da reserva no município Y. Em ambas as situações, o questionário constará de questões fechadas, para inquirir diretamente os entrevistados acerca do problema investigado.

No estudo de caso, não se detém o controle sobre o ambiente da coleta – ao contrário do que sói acontecer em outros tipos de levantamento, onde o controle é rígido (experimentação) ou o espaço é delimitado (pesquisa de campo) –, mas é necessário integrar os eventos da vida real às necessidades do próprio plano de pesquisa. Por isso, mesmo em estudos de caso sobre questões históricas, o pesquisador tem liberdade para levantar dados de acordo com seu ritmo e programação pessoais.

É aconselhável proceder a um pré-teste do instrumento de coleta de dados. Faz parte da estratégia de coletar informações verificar se as questões do formulário ou do questionário são de fácil entendimento para os entrevistados. Assim, é possível controlar a clareza das formulações, a objetividade e o foco, a abrangência com relação aos objetivos da pesquisa, visando a uma coleta de informações segura e fiel.

No centro dos procedimentos de campo encontram-se as questões fulcrais da investigação a serem respondidas; o pesquisador deve, pois, ao longo do processo de coleta de dados, manter-se fiel com o rumo do estudo proposto no projeto. Recomenda-se que revise a estrutura das questões antes da entrevista. Cada questão tem que estar relacionada à evidenciação dos objetivos do estudo; além das questões previamente elaboradas, convém, todavia, estar preparado para captar outras possíveis fontes de evidência. Às vezes, ocorrem surpresas que podem enriquecer a coleta de informações. E isso é fascinante para o estudante ou o pesquisador que inquire e quer entender o mundo em seu dia a dia.

Tipos de entrevistas e de observações⁶

Nos estudos de caso, a situação difere bastante daquelas que se verificam na pesquisa experimental e de campo. Nas entrevistas com pessoas-chave, o pesquisador depende da disponibilidade do entrevistado e requer a cooperação deste, precisamente por ser a entrevista aberta. Além de ser entrevistador, o pesquisador agirá como observador, para captar possíveis informações não previstas no formulário aberto. Os métodos observacionais constituem a melhor fonte para se obterem dados em pesquisas. Quando o estudo de caso ocorre no ambiente natural da realidade investigada, é preferível fazer observações diretas, registrando falas, filmando, gravando, redigindo um diário de campo para anotar eventos casuais.

Para fazer observações nas áreas rurais, pode-se recorrer a múltiplas técnicas, tais como: observar reuniões de afiliados à cooperativa agrícola ou a um sindicato de trabalhadores rurais; acompanhar um dia de campo, visando à introdução de novo cultivar na lavoura; ouvir a explicação da operação de uma colheitadeira para produtores rurais; registrar a participação dos alunos de uma escola técnica agrícola em aula prática sobre jardinagem.

O pesquisador necessita encontrar tempo e proceder com calma em suas observações, pois evidências observacionais imprevistas podem trazer informações úteis para um entendimento mais amplo da situação e do entorno, sobretudo se elas advêm ao acaso. O que mais auxilia o pesquisador é sua perspicácia mental e sua persistência na busca e na descoberta.

⁶ Entre as inúmeras obras que abordam os tipos de entrevistas e de observações aplicáveis em pesquisas, recomenda-se, especialmente aos ingressantes em cursos de ensino superior e de mestrado, a consulta de *Técnicas de pesquisa*, de Marconi e Lakatos (1996).

Por fim, a análise dos dados deve ser registrada com precisão, clareza, lógica e correção de linguagem (Fröhlich e Dorneles, 2011). Para apresentar os dados, o pesquisador pode valer-se de tabelas, quadros, gráficos, ilustrações e outros recursos que auxiliem em sua visualização e facilitem seu entendimento.

A análise e a interpretação dos dados seguem a lógica do delineamento inicial dos objetivos. Tudo o que neles foi proposto é discutido neste momento. A interpretação dos dados coletados propicia fazer generalizações ou inferências de caráter objetivo e evitar a inserção de avaliações subjetivas ou de juízos de valor, que interferem na objetividade do processo de análise e interpretação, desvirtuando-o.

Para coroar todo o processo do estudo de caso, resta aos estudantes da graduação e da pós-graduação redigir a monografia de conclusão (TCC), a dissertação de mestrado, a tese de doutorado ou o relatório de pesquisa, que comportará, em princípio, as três partes do modelo clássico de apresentação: introdução, desenvolvimento e conclusão. Assim coroado, o processo de aprendizado que se concretizou ao longo de todo o caminho percorrido pelos discentes terá certamente sido fascinante, criativo e compensador, graças ao esforço e à dedicação do estudante e do pesquisador.

Conclusão

Este texto propôs-se a introduzir o estudante universitário ou mestrando no método ou técnica do estudo de caso. Iniciamos nossas reflexões conceituando o termo *estudo de caso*. Enfatizamos a perspectiva dos estudos de caso em tópicos ou assuntos relacionados a temas rurais, cujo leque se amplia mais e mais nas pesquisas.

As três seções do texto tratam, sucessivamente, da estruturação do estudo de caso, dos projetos de estudos de caso e da metodologia, do plano e da execução de estudos de caso. O cerne do projeto é a escolha do tema e sua problematização, a definição dos objetivos e a justificativa do estudo. Devem ser ressaltadas as sugestões e proposições que concernem à efetiva escolha do método ou tipo de pesquisa para o estudo de caso. O texto termina enfatizando a relevância da aplicação correta de ferramentas estatísticas, como a observação e a entrevista.

Constitui, sem dúvida, um desafio para pesquisadores, em seus estágios iniciais de graduação e pós-graduação, enveredar por um caminho que abre

perspectivas promissoras para descobertas e convida a evoluir na pesquisa acadêmica.

Referências

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas Ciências Sociais e Naturais*: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1988.
- BRUMER, A.; ROSENFELD, C. L.; HOLZMANN, L.; SANTOS, T. S. dos. A elaboração do projeto em Ciências Sociais. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (Org.). *Ciências Humanas*: pesquisa e método. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008, p. 125-146.
- CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa*: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. *Métodos de pesquisa mistos*. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- DEMO, P. *Ciências Sociais e qualidade*. São Paulo: Almed, 1985.
- DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- FRÖHLICH, E. R.; DORNELES, S. B. (Org.). *Elaboração de monografia na área de Desenvolvimento Rural*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011. (Educação a Distância, 23).
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. (Educação a Distância, 5).
- GIL, A. C. *Estudo de caso*: fundamentação científica; subsídios para a coleta de dados; como redigir o relatório. São Paulo: Atlas, 2009.
- LAKATOS, E. M. *Metodologia do trabalho científico*: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 1983.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber*: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (Org.). *Ciências Humanas*: pesquisa e método. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.
- REY, F. G. *Pesquisa qualitativa e subjetividade*: os processos de construção da informação. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- RUIZ, J. A. *Metodologia científica*: guia para eficiência nos estudos. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. A construção da viagem inversa: ensaio sobre a investigação nas Ciências Sociais. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 55-88, jan./jul. 1991.

WAQUIL, P. D.; MIELE, M.; SCHULTZ, G. Roteiro de estudo de caso. In: _____. *Mercado e comercialização de produtos agrícolas*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010, p. 67-69. (Educação a Distância, 16).

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Avaliação de Impacto de Políticas Públicas: desafios e perspectivas a partir do Programa Bolsa Família

Marília Patta Ramos
Luciana Leite Lima

Introdução

O foco deste artigo são os aspectos conceituais e principalmente metodológicos relacionados com a avaliação de políticas e programas sociais em geral e com ilustração através das avaliações do Programa Bolsa Família já realizadas no Brasil.

Primeiramente são apresentados o desenho de uma pesquisa de avaliação; os procedimentos necessários para que uma política possa ser objetivamente avaliada e alguns dos recursos metodológicos e estatísticos necessários para que possamos ter os resultados mais fidedignos e válidos possíveis. São descritos e explicados os principais aspectos a serem considerados no processo de avaliação de uma política pública.

Por fim são apresentados os desenhos das avaliações oficiais do governo¹ que o Programa Bolsa Família já foi submetido, bem como alguns dos procedimentos metodológicos empregados na tentativa de levantar impactos do referido programa.

Considerações gerais sobre a metodologia de avaliação de impacto

As definições de avaliação são muitas, mas um aspecto consensual é a sua característica de atribuição de valor. A decisão de aplicar recursos em uma ação pública sugere o reconhecimento do valor de seus objetivos pela sociedade. Sendo assim, sua avaliação deve “verificar o cumprimento de objetivos e validar continuamente o valor social incorporado ao cumprimento desses objetivos” (Mokate, 2002).

Observamos a proliferação de pesquisas, denominadas de avaliação, as quais não se utilizam de técnicas objetivas de avaliação e ficam restritas à opinião dos sujeitos participantes, ou seja, a visão subjetiva dos atingidos diretamente pela referida política. Este capítulo visa esclarecer alguns condicionantes necessários para realização de avaliações de impacto de políticas públicas (resultados) para além das avaliações que visam ouvir opiniões dos beneficiários das referidas políticas.

Começamos salientando que as condições para a avaliação já devem estar presentes desde o processo de formulação da referida política/programa. Especificamente precisamos ter informações sobre as condições dos grupos (ou regiões, instituições ou qualquer outra unidade de análise) antes da política/programa ter sido implantado(a). Estes dois momentos no tempo (o antes e o depois) são essenciais, pois sem eles não temos como identificar possíveis mudanças que possam ter ocorrido em função daquela intervenção.

Outro pré-requisito crucial em desenhos de avaliação diz respeito à necessidade de um grupo comparativo. Aqui entramos numa das mais complexas discussões presentes no processo de delineamento de uma pesquisa de avaliação: a necessidade de pelo menos dois grupos: o que recebe o tratamento (grupo experimental ou, no nosso caso, que foi atingido pela política/programa

¹ Não incluímos neste artigo todas as avaliações acadêmicas feitas por pesquisadores individuais, apenas priorizamos algumas com desenhos de investigação mais ilustrativos e focamos naquelas avaliações governamentais realizadas/encomendadas pelo MDS.

social) e grupo de controle (aquele que não recebe ou no caso não foi atingido pela política/programa social).

O mais correto seria que pudéssemos comparar o mesmo grupo (ou sujeitos, instituições, regiões) fazendo parte de uma política/programa social e ele mesmo sem ter feito parte. Então questionamos: por que não podemos somente trabalhar com informações referentes ao grupo tratado (que é alvo de uma determinada política ou programa social) antes e depois do tratamento?

Se analisarmos somente o grupo de tratamento (no nosso caso os atingidos pela política/programa social) antes e depois, teremos muita dificuldade de separar o impacto daquele programa/política do efeito de outros aspectos que interferem no resultado que está sendo investigado. Este aspecto diz respeito à questão da validade interna da pesquisa. Devemos isolar, controlar, tudo aquilo que poderia afetar o resultado, mas que não diz respeito ao tratamento que estamos querendo avaliar. Por exemplo, se dizemos que um curso de redação melhora as habilidades de redação dos alunos iniciantes na universidade, devemos demonstrar que não foram outras causas através do tempo que melhoraram tal habilidade, como, por exemplo, o fato deles terem se tornado mais velhos e maduros.

Enumeramos a seguir alguns aspectos que podem afetar os resultados da aplicação de algum tratamento e que podem atrapalhar a avaliação (inferência causal) se não as considerarmos (ameaças à validade interna):

1. **Maturação:** Mudanças que ocorrem naturalmente, dada a passagem do tempo. Por exemplo, quanto mais tempo leva um estudo, existem maiores as chances dos sujeitos envolvidos ficarem cansados ou chateados, mais ou menos motivados. Ou os sujeitos podem ter envelhecido e por isso suas respostas mudaram. Uma solução seria observar ambos os grupos (tratamento e controle) pelo mesmo período de tempo.

2. **História:** existem experiências únicas que os sujeitos têm entre os momentos da pesquisa (antes e após o tratamento). Estas experiências podem afetar as respostas dos sujeitos. Ex: programa para reduzir agressividade na escola, se ocorrer crise econômica alunos poderão ficar mais agressivos. Uma possível solução seria que ambos (tratamento e controle) estivessem vivendo sob a mesma situação.

3. **Instrumentação:** Mudar os métodos de medida (ou a maneira de administrá-los) pode afetar o que está sendo medido. Por exemplo: mudar a ordem das questões; pode ser que o julgamento do observador tenha mudado através do tempo e não a performance dos pesquisados. Uma possível solução seria o codificador dos dados não saber quem é tratamento e quem é controle.

4. Teste: experimentos realizam um pré-teste com os sujeitos para saberem em que nível eles estão. Uma consequência é que este pré-teste pode contaminar as respostas futuras ao teste após o tratamento recebido.
5. Seleção: grupos não equivalentes. O que garante a equivalência nos experimentos é a aleatoriedade (nem sempre possível). Uma possível solução seria o uso de técnicas de pareamento.
6. Regressão em direção à média: quando os sujeitos participantes de um estudo são escolhidos porque eles apresentam escores muito altos ou muito baixos em alguma variável. Ao re-testar estes sujeitos, as médias daqueles com altos escores somente poderão baixar e daqueles com baixos tenderão a subir. O escore maior apenas pode diminuir e o escore mais baixo apenas pode aumentar. A solução seria tomar grupo tratamento e controle com pontuações extremas.
7. Mortalidade amostral: quando sujeitos saem do estudo. Se, por exemplo, um grupo de comparação tem um alto nível de sujeitos que saíam do programa ou morreram após o tratamento, em comparação com o outro grupo, as diferenças observadas entre os grupos são questionáveis. Isto é muito comum em estudos através do tempo. Se estes sujeitos que saíram do tratamento forem pessoas com características especiais, isso gerará um viés nos resultados. A solução seria verificar se o viés é significativo através de técnicas específicas ou também propor pareamento.
8. Difusão ou imitação de tratamentos: o grupo controle pode acabar recebendo parte do tratamento destinado ao grupo experimental. Devemos evitar que tenham contato. A solução seria usar unidades mais agregadas para cada grupo ao invés de indivíduos. Ex.: salas de aula ao invés de alunos.
9. Equalização compensatória de tratamentos: programas que são benéficos podem levar outras instituições a canalizar recursos para o grupo de controle para diminuir a desigualdade. Uma solução seria comparar intensidades do tratamento e não mais controle e tratamento. Isso é muito usado nos casos em que estamos avaliando impacto de políticas universais e não focadas em grupos específicos.
10. Rivalidade compensatória no grupo de controle: ocorre quando sujeitos sabem que são controle e mudam seu comportamento para concorrerem com aqueles do grupo de tratamento. Ou também quando sabem que fazem parte do grupo experimental e mudam seu comportamento. Uma solução seria evitar ao máximo que os sujeitos saibam a que grupo pertencem.
11. Desmoralização do grupo de controle: contrariamente ao item anterior, aqueles que sabem que fazem parte do grupo de controle podem se desengajar de forma menos satisfatória.

12. Adivinhação das hipóteses do estudo pelos participantes: participantes sabem que fazem parte de uma pesquisa e tentam adivinhar as expectativas dos pesquisadores e por isso mudam seu comportamento natural. Uma solução seria evitar que saibam ou verificar se aqueles que tiveram hipóteses diferentes apresentaram desempenhos diferentes.

13. Apreensão pela avaliação: pesquisados tendem a agir de acordo com que acham que os outros pensam delas. Uma solução seria observar a conduta dos pesquisados ao invés de perguntar diretamente a ele.

14. Expectativas do pesquisador: expectativas do experimentador podem influenciar a conduta dos participantes de forma convergente. A solução seria utilizar pesquisadores que desconhecem a hipótese do estudo e não sabem quem é controle e nem quem é tratamento.

Com relação às ameaças à validade externa (capacidade de generalização da inferência causal) podemos dizer que a capacidade de generalização é maior à medida que as condições para a inferência causal sejam similares àquelas para as quais pretende-se estender o programa que está sendo avaliado. Incluir pessoas e agregados de pessoas de diferentes tipos; fazer com que, na medida do possível, o peso relativo de cada um desses tipos seja similar nos participantes da pesquisa e na população geral a que se pretende generalizar.

E, ainda, o fato de um programa funcionar para uma população não garante que ele funcione para todos os subgrupos populacionais. É preciso realizar também análises parciais (ex.: impacto para meninos e meninas).

As ameaças à validade externa são interações entre o tratamento e alguma condição particular que limita a aplicação do mesmo a outros contextos.

1. Interação entre o tratamento e o pré-teste (pesquisa antes):

Ex.: com programa para fumantes, o pré-teste assusta (radiografia dos pulmões) pesquisados e eles ficam mais motivados para o conteúdo do programa e tendem a estar mais abertos a largar o fumo (causa: medo pelo que saiu na radiografia mais programa). Solução: mudar o pré-teste e ver se obtém os mesmos resultados.

2. Interação entre tratamento e seleção:

O programa pode ter funcionado devido às características especiais da população em que foi testado (grupo de tratamento e de controle com características muito especiais; comum em participação voluntária a certos

programas). O programa pode servir para populações com este perfil, mas não para outras. Quanto mais diversa a população, maior a capacidade de se generalizar.

3. Interação entre outros elementos e o tratamento experimental:

O programa tem efeito apenas em situações históricas especiais. Ex.: ocorreu aumento salarial dos professores junto com a introdução de nova metodologia pedagógica e isto os motivou mais. Uma solução seria repetir o programa em outro momento, sob outras circunstâncias.

4. Reatividade ao contexto:

O ambiente gerado pelo experimento tende a gerar respostas diferentes daquelas que seriam dadas em situações naturais. Contexto artificial dificulta a generalização. Ex.: realizar experimentos na própria sala de aula dos alunos onde eles nem percebam quem é tratamento e quem é controle.

5. Interferência de outros tratamentos:

Quando vários programas estão atuando ao mesmo tempo. Ex.: nada garante que os receptores do Bolsa Família também não recebam benefícios de outras fontes (ONGs, Pastoral da Criança, etc.). Se os grupos (tratamento e controle) são aleatoriamente selecionados este problema estará resolvido; o efeito de outros programas poderá atingir ambos os grupos. A presença do grupo comparativo é característica primeira dos desenhos de pesquisa experimentais, sobre os quais discorreremos a seguir.

Experimentos sociais se constituem no método mais adequado para estimarmos o impacto de programas ou políticas sociais. O pesquisador introduz a causa (variável independente). Ela não acontece naturalmente. Observam-se então os efeitos produzidos. A sequência temporal entre causa e efeito é controlada pelo pesquisador. Existe o controle da situação experimental para evitar interferências de outros fenômenos além dos pesquisados. A partir de um conjunto de potenciais participantes, alguns são aleatoriamente selecionados para receber o tratamento (grupo tratamento) e outros para não receber (grupo controle). O resultado para o grupo controle é o contrafactual; este permite identificar o resultado no estado não tratado (Ramos, 2009).

A seleção para receber ou não o tratamento é independente de qualquer característica específica, observada ou não, que os grupos possam ter e isso garante o bloqueio de possíveis vieses de seleção quando comparamos o resultado observado entre grupo de tratamento (experimental) e grupo de controle.

Podemos equiparar os grupos através das seguintes estratégias:

- Pela equalização dos grupos experimental e de controle nas dimensões mais importantes. Quanto mais variáveis são necessárias para equalizar, mais difícil fica o pareamento.
- Pela aleatorização: a sorte é que determina quem participará de cada grupo. A aleatoriedade garante probabilisticamente a equivalência dos grupos, desde que o tamanho da amostra seja grande.

Ex.: avaliar o impacto de programas de qualificação profissional (p. ex., cursos profissionalizantes) na empregabilidade: se os participantes do curso não forem selecionados aleatoriamente entre um grupo de desempregados, mas decidirem por n razões procurar o referido curso, pode ser que aqueles que procuraram sejam pessoas com características especiais, as quais afetariam sua capacidade de conseguir um emprego e aí não conseguiremos isolar o efeito específico do curso na probabilidade de conseguirem um emprego. Assim sendo, a aleatoriedade garantiria que teríamos, entre aqueles que participaram do curso e aqueles que não participaram, indivíduos com características equivalentes.

Os experimentos sociais não são sempre possíveis de serem realizados por uma série de razões, tais como os custos políticos e monetários, a inability de realizar experimentos em desenhos universais de políticas (onde a política ou programa não tem um público alvo, mas vale para todos) e porque o uso de grupos de controle pode levantar discussões éticas. A saída seriam os chamados “quase-experimentos”.

Pesquisa quase-experimental é aquela concebida sob o esquema experimental, quando não existe controle sobre quem recebe e quem não recebe o tratamento. A designação dos grupos não é feita de modo aleatório. Os grupos não são equivalentes e aí a necessidade de torná-los equivalentes.

Um dos maiores desafios na tentativa de se estimar intervenções de políticas sociais apresentado na literatura sobre avaliação é medir o resultado de interesse utilizando-se um contrafactual realmente equivalente.

Dado que os possíveis resultados não podem ser observados através de uma única unidade de observação (p. ex., um mesmo sujeito ter participado e não ter participado), a essência da estratégia de identificação seria identificar os resultados num contrafactual.

A análise causal, no caso do impacto de uma política ou programa social, está inserida em um problema que, segundo Moffitt (2003), é baseado na noção fundamental do contrafactual de uma unidade de análise, como o indivíduo, o estado ou o país. Este contrafactual seria uma espécie de clone do grupo que recebeu algum tratamento (foi alvo de um programa, por exemplo).

Tal “clone” pode ser obtido a partir da chamada técnica do *propensity score matching*, o qual visa encontrar um grupo de unidades comparáveis entre não participantes e participantes de alguma intervenção. Basicamente ela é utilizada quando os grupos (participantes e não participantes de um programa ou política social) não foram selecionados aleatoriamente e por isso pode haver algum viés nos resultados, dado o fato da possibilidade de incomparabilidade dos grupos. Esta técnica consiste em identificar unidades não tratadas que sejam similares às unidades tratadas e comparar as médias no resultado procurado entre estes dois grupos para identificar o impacto do tratamento (programa). A técnica do pareamento baseado no escore de propensão considera que a seleção se dá por características observáveis.

A seguir apresentaremos exemplos das avaliações de impacto do Programa Bolsa Família nas quais os aspectos técnicos salientados acima, em especial o procedimento do *propensity score matching*, podem ser melhores compreendidos empiricamente.

Avaliação de impacto do Programa Bolsa Família

O Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda condicionada focalizado nas famílias pobres e extremamente pobres do país. Foi formado em 2003 pela integração de quatro programas federais de transferência monetária: Bolsa Escola (1997), Bolsa Alimentação (2001), Auxílio Gás (2002) e Cartão Alimentação (2003) (Draibe, 2003 e 2009).

O critério principal de elegibilidade do programa é a renda mensal per capita familiar. São elegíveis as famílias com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa. As famílias com renda mensal entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00 por pessoa podem ingressar no programa desde que tenham gestantes, nutrizes e crianças e adolescentes entre 0 a 15 anos (MDS, 2012a). O recebimento do benefício está condicionado à frequência escolar das crianças e adolescentes; acompanhamento da saúde de grávidas, nutrizes e crianças menores de sete anos; e frequência em serviços socioeducativos para crianças e adolescentes em risco ou retiradas do trabalho infantil (Draibe, 2006; MDS, 2012b).

A operacionalização do programa é feita de forma descentralizada envolvendo o governo federal, estados e municípios. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é responsável pela direção nacional do programa e sua normatização. A execução da política está a cargo dos municípios, que fazem o cadastramento das famílias e acompanham o cumprimento das condicionalidades. Os estados devem prestar apoio técnico aos municípios, e a Caixa Econômica Federal é a gestora do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e responde pelo pagamento dos benefícios (Bichir, 2010).

Uma característica distintiva do Programa Bolsa Família é a focalização. Evitar erros de focalização e monitorar o cumprimento dos objetivos do programa são preocupações frequentemente explicitadas pelo MDS. Por isso, é um dos poucos ministérios que possuem em sua estrutura uma secretaria voltada especificamente para a avaliação dos programas e ações formulados, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.

Além das avaliações produzidas pelo próprio ministério, o MDS vem financiando o desenvolvimento de diversas pesquisas que investigam diferentes efeitos do Bolsa Família sobre dimensões da vida das famílias beneficiárias e sobre a economia local (Paes-Sousa e Vaitsman, 2007; Tapajós e Quiroga, 2010). Duas dessas pesquisas são avaliações de impacto: Avaliação do Impacto do Programa Bolsa Família (AIBF) primeira (2004) e segunda (2009) rodada.

Desenhos das pesquisas de avaliação de impacto do BF

A pesquisa “Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família” foi realizada em duas rodadas, cujo objetivo geral foi avaliar impacto do programa sobre a melhoria do bem-estar das famílias beneficiárias. Na primeira rodada,² foi desenvolvida uma pesquisa de linha de base para servir às investigações subsequentes. Isso porque o programa foi formado a partir de outros preexistentes, o que impossibilitava a construção de um momento “antes” de sua implantação. Assim, os pesquisadores descartaram a utilização do desenho experimental optando pelo quase-experimental.

Os grupos de tratamento e controle foram construídos por meio da técnica de pareamento por escore de propensão (*propensity score matching*) que permite estimar a probabilidade de um indivíduo ou grupo receber um tratamento (no caso, o programa Bolsa Família) levando em consideração variáveis

² A pesquisa foi executada pelo Cedeplar/UFMG.

observáveis. O método auxilia na criação de conjuntos de dados pareados com características semelhantes, reduzindo o viés de seleção.

Foram criados três grupos de comparação: um de tratamento e dois de controle. Um dos grupos de controle era formado por famílias não beneficiárias, mas que estavam cadastradas no CadÚnico. O segundo grupo de controle era composto por famílias não beneficiárias, mas com perfil semelhante ao das famílias cadastradas. A técnica de avaliação de impacto utilizada foi a diferenças em diferenças, que permite avaliar o impacto quando o indicador de interesse é observado em mais de um período no tempo. Essa técnica consiste em comparar a variação no indicador antes e depois da intervenção para o grupo de tratamento com a variação observada para o grupo de controle. O impacto é estimado a partir da diferença entre essas duas variações (Schor e Afonso, 2007).

A pesquisa foi domiciliar. A amostra é representativa para três áreas do país: nordeste, sudeste e sul, norte, e centro-oeste. O grupo de tratamento representou 30% da amostra, o grupo de controle com famílias cadastradas, 60% e o grupo de controle de não beneficiários, 10%. Os dados foram coletados em novembro de 2005 e foram obtidos 15.426 questionários em 269 municípios de 23 estados.

A segunda rodada da AIBF foi realizada em 2009.³ A amostra pesquisada foi a mesma da primeira rodada com uma perda de 25,9%. A técnica de avaliação foi novamente a diferenças em diferenças. Nessa etapa, foi possível fazer a comparação entre os resultados de 2005 e 2009 estimando o impacto entre os grupos em dois momentos.

Entre as publicações do MDS não constam pesquisas de impacto especificamente referidas à população residente em áreas rurais. Para ilustrar o uso nesse campo, citaremos o trabalho de Duarte, Sampaio e Sampaio (2009) e Melo e Duarte (2010).

Duarte, Sampaio e Sampaio (2009) avaliaram o impacto do Bolsa Família sobre os gastos com alimentos de famílias rurais beneficiadas. O desenho da pesquisa é quase-experimental e o método de avaliação é o pareamento por escore de propensão. A amostra foi composta por 838 famílias de agricultores familiares de 32 municípios da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe.⁴ O grupo de tratamento foi composto por 189 famílias e o grupo de controle por 649 famílias.

³ A pesquisa foi executada pelo Consórcio IFPRI (International Food Policy Research Institute)/Datamétrica- Consultoria, Pesquisa & Telemarketing.

⁴ Os dados foram coletados em 2005 para pesquisa realizada pelo PADR-UFRPE/Fadurpe.

Melo e Duarte (2010) avaliaram o impacto do Bolsa Família sobre a frequência escolar de crianças e adolescentes de cinco a 14 anos na agricultura familiar dos estados de Pernambuco, Ceará, Sergipe e Paraíba. O desenho da pesquisa é quase-experimental. Os autores construíram três grupos de comparação a partir de dados coletados em pesquisa de campo e microdados da PNAD 2005: um de tratamento e dois de controle. O grupo de tratamento foi composto por crianças e adolescentes de cinco a 14 anos que moravam em domicílios rurais beneficiados pelo PBF e nos quais a principal atividade da propriedade é a agricultura. Um dos grupos de controle foi formado por crianças e adolescentes de domicílios rurais não beneficiados pelo programa cuja principal atividade da propriedade é a agricultura. O segundo grupo de controle foi composto por crianças e adolescentes residentes em domicílios que não recebiam o benefício e cujo chefe da família trabalhava no meio rural em ocupação agrícola. A mostra foi composta por 1.120 observações: 460 indivíduos no grupo de tratamento, 285 no primeiro grupo de controle e 375 no segundo grupo de controle. A avaliação do impacto foi realizada por meio da técnica de pareamento por escore de propensão.

Sistematizamos os desenhos das pesquisas no quadro abaixo. Percebe-se o uso comum de desenhos quase-experimentais em virtude da impossibilidade de construir um cenário experimental para avaliar a política pública. Também verificamos o uso frequente da técnica de pareamento por escore de propensão, que nos casos destacados foi utilizada para construir os grupos de comparação e também como método de avaliação de impacto.

Os desenhos das pesquisas são semelhantes apontando para uma unidade metodológica na área de análise de impacto. Percebe-se também a variedade das fontes de dados. As pesquisas utilizaram dados primários e secundários. A unidade de análise foi principalmente a família, já que é também a unidade beneficiária.

A vantagem dos desenhos de pesquisa utilizados é que permitem construir grupos comparáveis e verificar se houve alteração nas variáveis selecionadas ao longo do tempo ou entre os grupos de controle e tratamento. A questão fundamental da avaliação de impacto é verificar se houve alteração de uma dada situação e se essa alteração foi provocada pela intervenção estudada. Por isso, o uso disseminado do desenho quase-experimental.

No caso da AIBF I, como os programas que formaram o Bolsa Família já existiam desde a década de 1990, não foi possível construir um quadro característico da população antes da intervenção. A saída foi comparar o grupo de tratamento com o grupo de controle no mesmo período de tempo. Na AIBF II, a linha de base foi os resultados da AIBF I, que possibilitou a comparação no

Sistematização dos desenhos das pesquisas de avaliação de impacto do BF

Pesquisa	Objetivo	Objetivos específicos	Desenho da pesquisa	Fonte dos dados	Amostra
AIBF 1	Avaliar impacto do BF sobre a melhoria do bem-estar das famílias beneficiárias	<p>Avaliar efeitos sobre:</p> <p>a) consumo domiciliar</p> <p>b) educação de crianças entre 7 e 14 anos</p> <p>c) saúde das crianças de 0 a 6 anos</p> <p>d) condições de ocupação e da procura de trabalho</p> <p>e) dados antropométricos das crianças entre 6 e 60 meses</p>	<p>Desenho quase-experimental</p> <p>Técnica para construção dos grupos de comparação: pareamento por escore de propensão</p> <p>Técnica para avaliação do impacto: diferenças em diferenças</p>	Dados primários	15.426 famílias
AIBF 2		<p>Avaliar efeitos BF sobre:</p> <p>a) gastos com alimentação</p> <p>b) diversificação dos itens de alimentação</p> <p>c) dados antropométricos de crianças com menos de 7 anos</p> <p>d) gastos com educação, saúde, vestuário, entre outros</p>			11.433 famílias
Duarte, Sampaio e Sampaio (2009)	Avaliar o impacto do BF sobre os gastos com alimentos de famílias rurais		<p>Desenho quase-experimental</p> <p>Técnica para avaliação do impacto: pareamento por escore de propensão</p>	Dados secundários	838 famílias
Melo e Duarte (2010)	Avaliar o impacto do BF sobre a frequência escolar de crianças e adolescentes de cinco a 14 anos na agricultura familiar		<p>Desenho quase-experimental</p> <p>Técnica para avaliação do impacto: pareamento por escore de propensão</p>	Dados primários e secundários	1.120 indivíduos.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

tempo e entre os grupos. A comparação no tempo permite verificar se as características selecionadas sofreram modificações no período. A comparação entre grupos permite verificar se essa alteração tem relação com a intervenção pública.

Isso é bastante relevante, pois as condições socioeconômicas da população sofrem influência de uma variedade ampla de variáveis. E não é incomum atribuir modificações sociais unicamente ao funcionamento de novas políticas públicas. As pesquisas de avaliação de impacto expostas aqui não se encaixam nesse tipo de superficialismo e pouco rigor metodológico. Aliás, o rigor metodológico é uma questão extremamente importante nesta área, conforme se pode notar nos tópicos que antecedem.

Por isso, em geral, o trabalho com avaliação de impacto exige conhecimentos de estatística e econometria, além de familiaridade com o manuseio de bancos de dados. Objetivamente, a construção dos grupos de tratamento e controle exige a seleção e coleta de características socioeconômicas da população que se deseja estudar nos grandes bancos de dados oficiais. Em seguida, a seleção dos indivíduos alvo da pesquisa exige o conhecimento de programas estatísticos que fazem o pareamento. Constrói-se, dessa forma, um grupo que sofre a intervenção comparável com o outro que não sofre a intervenção. O segundo passo é a coleta de dados sobre as variáveis de interesse – nas avaliações selecionadas isso foi feito por meio de pesquisa domiciliar.

Os dados coletados na pesquisa de campo podem ser tratados por meio de programas estatísticos como o STATA ou R. Os resultados permitirão verificar as diferenças nas características selecionadas no tempo e entre os grupos e, assim, estimar o impacto do programa.

Especificamente todas as informações usadas nas avaliações do Programa Bolsa Família se encontram no CadÚnico. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos.

O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.

O Governo Federal, por meio de um sistema informatizado, consolida os dados coletados no Cadastro Único. A partir daí, o poder público pode formular e implementar políticas específicas, que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas. Atualmente, o Cadastro Único conta com mais de 21 milhões de famílias inscritas.

O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família.

Além disso o MDS disponibiliza todas as informações para o público em geral: quatro meses após a divulgação dos resultados da pesquisa internamente ao MDS, os microdados – sem a identificação pessoal de qualquer entrevistado – são disponibilizados para o Consórcio de Informações Sociais (CIS), USP-ANPOCS (disponível em: <http://www.nadd.prp.usp.br/cis/index.aspx>). Assim sendo, qualquer pesquisador tem amplo acesso às informações e poderá realizar avaliações de acordo com o recorte específico que queira.

Considerações finais

Concluimos que pesquisas de avaliação de impacto (resultados) além de serem necessárias para melhor efetivação das referidas ações, exigem também uma série de cuidados metodológicos, sem os quais qualquer inferência causal ficaria prejudicada colocando em cheque todo um esforço de se avaliar o uso de recursos públicos e seu resultado concreto.

O Quadro 1 apresentado acima resume claramente os esforços da administração pública federal brasileira em aplicar com rigor, ainda que nem sempre existam informações necessárias disponíveis, os procedimentos científicos necessários para toda e qualquer tentativa de se avaliar os resultados gerados pela implementação de uma política pública.

O capítulo aqui apresentado demonstrou que tais procedimentos metodológicos foram usados com rigor em todas as avaliações do Programa Bolsa Família. O que caracteriza um esforço por parte do MDS em realizar avaliações de impacto que levem em conta os procedimentos científicos necessários para que possamos falar em causalidade, aspecto este fundamental sempre que queremos mensurar resultados de intervenções na realidade, sejam elas públicas ou não, sejam elas no meio urbano ou rural.

Referências

BICHIR, R. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 87, p. 115-129, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 nov. 2012.

DRAIBE, S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 63-102, 2003.

_____. Brasil: Bolsa-Escola y Bolsa-Família. *Cadernos NEPP*, Campinas, n. 76, 2006.

_____. Programas de Transferências Condicionadas de Renda. In: CARDOSO, F. H.; FOXLEY, A. (Org.). *América Latina – Desafios da democracia e do desenvolvimento. Políticas sociais para além da crise*. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

DUARTE, G. B.; SAMPAIO, B.; SAMPAIO, Y. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 47, n. 4, p. 903-918, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032009000400005&lng=en&nrn=iso>. Acesso em: 13 nov. 2012.

MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). *Critérios de elegibilidade*. Brasília: MDS, 2012a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/conteudo-antigo/programa-bolsa-familia1/criterios-de-elegibilidade>>. Acesso em: 16 nov. 2012.

_____. *Condicionalidades do Bolsa Família*. Brasília: MDS, 2012b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/condicionalidades/o-que-sao-condicionalidades/>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

MELO, R. da M. S.; DUARTE, G. B. Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar no nordeste do Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 48, n. 3, p. 635-657, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032010000300007&lng=en&nrn=iso>. Acesso em: 18 nov. 2012.

MOKATE, K. M. Convirtiendo el ‘monstruo’ en aliado: la evaluación como herramienta de la gerencia social. *Revista do Serviço Público*, 8(1), p. 91-136, 2002.

MOFFITT, R. *Causal analysis in population research: an economist’s perspective*. Baltimore: Johns Hopkins University, 2003. Disponível em: <<http://www.econ.jhu.edu/People/Moffitt/causal.pdf>> Acesso em: 19 set. 2006.

PAES-SOUSA, R.; VAITSMAN, J. (Org.). Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS 2004-2006. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, Brasília, n. 5, 2007.

RAMOS, M. P. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. *Planejamento e Políticas Públicas IPEA*, n. 32, p. 95-114, 2009.

SCHOR, A.; AFONSO, L. E. *Avaliação econômica de projetos sociais*. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2007.

TAPAJÓS, L.; QUIROGA, J. Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS 2006-20010. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, Brasília, n. 13, 2010.

Parte II

O rural sob diferentes perspectivas teóricas

A teoria das capacitações nos estudos sobre os meios de vida e desenvolvimento rural¹

Miguel Angelo Perondi

Introdução

A proposta deste estudo consiste, basicamente, em tirar o foco das ações sobre variáveis como a disponibilidade de recursos ou sua capacidade de exploração e uso pelos beneficiários e privilegiar o fortalecimento dos meios e modos que os indivíduos dispõem para lidar com as adversidades dos contextos em que vivem, procurando explicar “como”, afinal, as pessoas fazem para sobreviver em situações de risco ou em crises ambientais, sociais ou econômicas, ou seja, em situações de vulnerabilidade.

Para tanto, este artigo procura dar ênfase aos esforços de tradução dos conjuntos de recursos em estratégia dos meios de vida, revisando as contribuições de Scoones (1998) e Carney (1998) para que se possa compreender o

¹ Este texto parte das reflexões acumuladas na tese de doutorado do autor (Perondi, 2007) e do artigo publicado na revista *Redes*, com prof. dr. Sergio Schneider (Perondi e Schneider, 2012), bem como conta com valiosas sugestões da pesquisadora profa. dra. Norma Kiyota (IAPAR), a quem agradecemos.

“contexto de vulnerabilidade” e os “processos de transformação” que incluem políticas, instituições, leis, incentivos (preços relativos) e as relações sociais. No entanto, a principal versão da abordagem de meios de vida mediando processos é encontrada em Ellis (2000), onde tais considerações são tomadas como “fatores condicionantes”.

A abordagem dos meios de vida parte da noção de pobreza, que é vista como “privação de capacidades básicas em vez de meramente como o baixo nível de renda” (Sen, 2000, p. 109). Assim, a relação entre renda, pobreza e distribuição dos recursos entre as populações permite a análise sobre o papel das políticas públicas na redução da desigualdade ou pobreza, por relacionar a pobreza com falta de bem estar. Para Sen (2000) não basta viver bastante, há necessidade de se viver bem e, para tanto, necessita-se fomentar processos produtivos que resultem em oportunidades reais para resolver as questões pessoais e sociais.

É nesse contexto que Ellis (2000) propõe que o lado positivo do bem estar pode ser visto como a expressão das capacidades humanas de fazer e ser feliz. Segundo Sen (2000), a falta de bem estar implica na combinação entre incapacidade de ação e miséria forçada, que em conjunto implica em severa diminuição das capacidades humanas. A pobreza significa a incapacidade de a pessoa perceber o seu potencial.

E, para o mesmo autor, a principal característica compartilhada pelos pobres é a falta de recursos, devido à desapropriação ou falta de acesso a terra, ou outros recursos produtivos, habilidades, educação e boa saúde. Não ter acesso a terra é um indicador de pobreza, mas a falta ou o baixo capital humano que resulta da saúde debilitada e a falta ou o inapropriado acesso à educação também são indicadores de pobreza rural.

A partir dessa nova compreensão sobre os condicionantes da pobreza e de como interpretá-la surge a *livelihoods approach* ou “abordagem dos meios de vida”,² uma ferramenta analítica que surgiu na Inglaterra, no início dos anos 1990, fruto da demanda das agências de desenvolvimento internacionais, que a utilizam com maior ênfase nos estudos sobre a pobreza no mundo rural, procurando explicar como as pessoas pobres fazem para sobreviver em situações de vulnerabilidade.

² No Brasil os primeiros estudos procurando explorar a abordagem dos meios de vida aparecem em Paredes Peñafiel (2006), Perondi (2007) e Zotti (2010), produções acadêmicas do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS e mais recentemente nas sínteses de Nierdele e Grisa (2008), Pereira, Souza e Schneider (2010), Schneider e Niederle (2010), Schneider (2010) e, finalmente, Perondi e Schneider (2012).

Neste íterim é importante salientar que neste artigo, o meio de vida é visto como “um sistema aberto, com interface com outros sistemas e utilizando vários recursos e ativos para produzir meio de vida, com o agregado familiar como o lócus da geração de meios de vida” (Niehof, 2004, p. 1, tradução nossa). Ou seja, “um meio de vida compreende os ativos (natural, físico, humano, financeiro e capital social), as atividades, e o acesso a estes (mediada por instituições e relações sociais) que, juntos, determinam o ganho de vida pelo indivíduo ou família” (Ellis, 2000, p. 10)

Assim, o texto a seguir inicia por resgatar a trajetória da abordagem dos meios de vida, para então, esclarecer como essa noção se fundamenta na teoria das capacitações e, por fim, apresenta algumas perspectivas de uso daquela abordagem nos estudos rurais no Brasil.

Trajетórias da abordagem dos meios de vida

Segundo Haan (2000), uma primeira versão do que hoje seria a abordagem dos meios de vida é encontrada na noção de *genre de vie* introduzida por Vidal de La Blanche no século XIX. Entretanto, naquela época havia uma forte convicção no poder do ambiente físico em modelar as atividades humanas e esse interesse quase que desapareceu da Geografia após a Segunda Guerra Mundial frente às abordagens da teoria da dependência e das neomarxistas. Somente a partir dos anos 1980, quando a perspectiva estruturalista entrou em crise é que houve a necessidade de encontrar uma abordagem orientada ao ator nos estudos sobre desenvolvimento, chegando a constituir a abordagem dos meios de vida nos anos 1990 com Chambers e Conway (1992).

Para Haan e Zoomers (2003) a tendência inicial dos estudos sobre os meios de vida era estabelecer as unidades de análise na família (*household studies*) prestando mais atenção às estratégias domésticas para capturar o comportamento das populações pobres. Salienta-se que esses estudos focados nos espaços e estratégias domésticas passaram a dar um papel mais pró-ativo aos pobres, um papel que permitiu entender como eles providenciavam o seu sustento a despeito da falta de acesso aos serviços e da renda inadequada.

Após uma série de evidências que promoveram a substituição da unidade de análise na família para o indivíduo,³ Chambers e Conway (1992) contribuíram com o debate propondo superar a visão pessimista anterior que invariavelmente concluía que os espaços domésticos pobres estavam sendo

³ Ver a síntese desses motivos em Perondi e Schneider (2012).

excluídos dos benefícios do crescimento econômico e, a partir desta visão otimista, consolida-se uma nova perspectiva denominada *livelihoods* (meios de vida), numa abordagem que se propõem analisar o comportamento das pessoas de uma forma mais ampla, não apenas encapsulada na família, e demonstrar que as pessoas são hábeis em sobreviver nos momentos de crise.

Para Chambers e Conway (1992) os meios de vida seriam as capacidades, ativos (estoques, recursos, direitos e acessos) e atividades requeridas para se obter um meio de vida. E para um meio de vida ser sustentável deveria ser capaz de: (a) suportar as crises mantendo elevadas as suas capacidades e ativos; (b) prover um meio de vida sustentável para a próxima geração; e (c) contribuir em rede com benefícios para outros meios de vida em nível local e global no curto e no longo prazo. Sendo que essa sustentabilidade dos meios de vida poderia ser tanto numa perspectiva ambiental como social. A primeira, ao avaliar os impactos externos de um meio de vida sobre os outros meios de vida e, a segunda, ao se avaliar a capacidade interna de um meio de vida resistir à pressão externa, isto é, numa situação de crise. Neste ponto, os autores conseguiram capturar com muita precisão a dimensão positiva da crise, trazendo novas luzes para a leitura e interpretação da capacidade de resistência e transformação dos atores sociais que se adaptam e exploram as mudanças físicas, sociais e econômicas, transformando uma ameaça numa oportunidade.

E, fruto desse novo otimismo, a abordagem dos meios de vida passou rapidamente a ser incorporada nas agências internacionais de desenvolvimento,⁴ como também por importantes instituições de pesquisa em desenvolvimento, como do *Institute of Development Studies* (IDS)⁵ e *Overseas Development Institute* (ODI).⁶

O adjetivo sustentável em meios de vida é utilizado nas referências promovidas pelo IDS. O tema da sustentabilidade dos meios de vida foi exaustivamente pesquisado por essa instituição sediada na Universidade de Sussex, que também passou a pesquisar de forma mais intensa as políticas que promovem a sustentabilidade social e ambiental. Frutos desse debate existem várias publicações desse instituto, em que destaco duas publicações chaves que fundamentam os “meios de vida sustentáveis”: Scoones (1998) e Scoones (2009), a primeira ao inaugurar o uso instrumental dessa abordagem e a segunda quando realizou um balanço do uso dessa abordagem após uma década.

⁴ Um estudo que avalia essa transformação no PNUD é Hoon, Singh e Wanmali (1997).

⁵ IDS mantém a *LivelihoodsConnections*, disponível no site: <http://www.livelihoods.org>.

⁶ ODI disponibiliza *Livelihoodsdocuments* em: <http://www.odi.org.uk>.

Segundo Cornwall e Scoones (2011) a história dos estudos práticos de desenvolvimento ao longo dos últimos 50 anos e inaugurados por Robert Chambers trouxe uma crítica contundente aos grandes projetos de desenvolvimento rural impostos de cima para baixo e introduziu a necessidade de contemplar uma abordagem participativa nos processos. Esse precursor provocou grandes mudanças no pensamento das práticas de desenvolvimento ao longo deste meio século, popularizando termos que agora estão no centro do léxico desenvolvimento, tais como vulnerabilidade, pobreza multidimensional, meios de vida e *farmer first*. Robert Chambers desempenhou um papel importante no crescimento maciço de abordagens participativas para o desenvolvimento e, especialmente, na aplicação de métodos participativos em pesquisa, desenvolvimento e avaliação. E isso levou a desafios fundamentais para a prática do desenvolvimento, que vão desde abordagens de monitoramento e avaliação para a aprendizagem institucional e formação profissional.

Entretanto, como reconhece o próprio Scoones (2009), a principal fragilidade da abordagem dos meios de vida é ter sido “um bom método em busca de uma teoria”.

Outra contribuição para compreender a abordagem dos meios de vida aconteceu com Ellis (2000) que substituiu o uso do adjetivo “sustentável” por “diversificado” nos meios de vida. Neste caso, houve inclusive uma inversão, pois Ellis (1998) procurou utilizar a abordagem dos meios de vida para explicar a utilidade e a função da diversidade. Seu trabalho se foca na capacidade das pessoas em diversificar o seu meio de vida, uma capacidade que cria a diversidade em processos sociais e econômicos e pressiona e oportuniza às famílias que estas diversifiquem suas rendas e a própria economia local.

Segundo Niehof (2004) Frank Ellis inferiu que a diversificação pode ter um efeito equalizador sobre os rendimentos e riqueza rurais, bem como o efeito oposto, porque existem diferentes mecanismos envolvidos. Por um lado, os agricultores podem ser tão pobres que a falta de recursos e de outros ativos façam que este dependa apenas de seu próprio trabalho, fazendo com que estes tenham que recorrer a atividades não agrícolas e fontes de rendimento, o que resulta em uma relação negativa entre partes de renda não agrícola e a renda total. Por outro lado, os pobres são impedidos de se relacionar com mercados de trabalho mais favoráveis por causa de seu baixo nível de capital humano, o que resulta em uma relação positiva.

Para Ellis (2000), portanto, a diversificação é entendida como um processo pelo qual as famílias constroem portfólios cada vez mais diversificados de meios de vida, fazendo uso de combinações cada vez mais diversificadas dos recursos e bens.

Para compreender esse conceito, apresenta-se a Figura 1 a seguir, que representa o diagrama de análise dos meios de vida proposto por Ellis (2000), com uma interpretação que parte de uma plataforma de ativos (coluna A) que são acessados de diferentes formas (coluna B), mediados por um contexto social, econômico e político (coluna C), que podem vulnerabilizar ou estimular a transformação. O resultado consiste, então, em estratégias de meios de vida (coluna D) sobre as atividades econômicas que utilizam (ou não) recursos naturais (coluna E) com efeitos sobre a segurança social e ambiental dos meios de vida (coluna F).

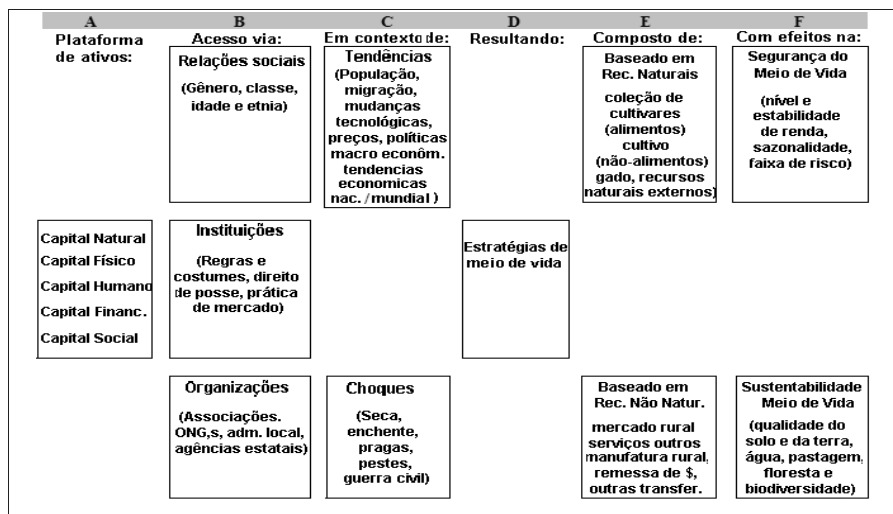


Figura 1 – Diagrama de análise dos meios de vida no meio rural.
Fonte: Ellis (2000, p. 30, tradução nossa).

Para Haan e Zoomers (2005), essa abordagem de Frank Ellis discerne de um modo claro as relações sociais das instituições e organizações, inspirado em North (1990), e está mais próximo de ser um estatuto teórico da abordagem dos meios de vida. Douglas North foi quem primeiramente distinguiu instituições de organizações, e Frank Ellis não poderia deixar de usar este aporte da economia institucional para distinguir as formas de mediação no acesso aos recursos dos meios de vida.⁷ Mas qual é afinal o estatuto teórico que rege a abordagem dos meios de vida?

⁷ Para North (1990) as instituições são os contratos que as pessoas fazem para formatar as interações humanas, seriam como as regras de um jogo no qual uma parte essencial do funcionamento das

Fundamentos para compreender a diversificação dos meios de vida

Sabe-se até agora que a abordagem dos meios de vida foi inaugurada com Chambers e Conway (1992), que definiu meios de vida como as capacidades, bens e atividades requeridas para o sustento. Scoones (1998), contribuindo com os trabalhos de Chambers e outros do IDS, utilizou uma definição similar de meios de vida e amarrou este mais explicitamente com a noção de sustentabilidade fazendo emergir a “Abordagem dos Meios de Vida Sustentáveis”. Ellis (2000) foi o último que contribuiu com mais fundamento para essa abordagem ao explicitar que se fundamenta nos conceitos-chaves de intitulamento⁸ e capacidade⁹ de Amartya Sen.

A estratégia de meios de vida é um processo que se consolida no tempo, o que altera os intitulamentos individuais. O foco nos intitulamentos é fundamental na abordagem dos meios de vida, sendo que a questão do “acesso” passou a ser uma questão chave que caracteriza as pesquisas com essa abordagem (Haan, 2000). A noção de intitulamentos foi desenvolvida por Sen (1981) para relacionar a fome com a falta de acesso aos recursos e compreender porque uma determinada sociedade enfrenta crises de fome em meio à presença física dos alimentos, assim, no mesmo sentido, a abordagem dos meios de vida procura compreender o que leva um agricultor a não acessar os recursos dos meios de vida em meio à sua aparente disponibilidade.

Para Ellis (2000) a noção de “intitulamento” significa convencionalmente o que o indivíduo tem de direito, incluindo os direitos informais dos membros da família baseados em costumes e reciprocidades. Como a propriedade dos recursos e as relações mudam é importante manter a discussão de talentos unida à de intitulamento. Os talentos se referem ao que é apropriado ou o direito de posse e os intitulamentos se referem à forma como se apropria ou o direito de uso fruto da posse.

Neste ponto também é importante salientar que Chambers e Conway (1992) procuraram explicar o processo de tomada de decisão dos agricultores

instituições são as penalidade por se transgredir as regras, sendo que as organizações são as próprias pessoas organizadas em grupos políticos (partidos, conselhos), econômicos (firmas, agricultor familiar, cooperativa), sociais (igreja, clubes) e educacionais (escolas, universidades).

⁸ Intitulamentos são “[...] jogos de pacotes alternativos de mercadorias pelo qual uma pessoa pode estabelecer a ordem dada a prevalência de planos legais, políticos e econômicos” (Dreze e Sen, 1989, p. 9 *apud* Ellis, 2000, p. 17).

⁹ Capacidade “[...] consiste nas combinações alternativas de funcionamento cuja realização é factível para ela” (Sen, 2000, p. 95).

propondo que a abordagem dos meios de vida esteja inter-relacionada em três conceitos-chaves: capacidade, equidade e sustentabilidade. “Unidos [...] podem apresentar um diagrama ou um paradigma para pensar o desenvolvimento de uma forma normativa e prática” (Chambers e Conway, 1992, p. 4).

Portanto, meio de vida sustentável seria uma forma de combinar as compreensões de capacidade, equidade e sustentabilidade de forma conjunta. Entretanto, para Ellis (2000) essa sobreposição que Chambers e Conway fizeram da noção de capacidade com equidade e sustentabilidade é muito questionável, pois são jargões de diferentes significados e intenções.

O que Amartya Sen propõe é uma abordagem baseada na forma de vida que a pessoa realmente leva, independente se a estratégia é equitativa e sustentável. Compreender a abordagem das capacitações implica considerar os aspectos das heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais e sociais, e questões subjetivas, como as diferentes visões de mundo (perspectivas relativas). Sendo os princípios constituintes dessa abordagem: os funcionamentos e as capacitações. Funcionamentos são as várias coisas que uma pessoa pode ser ou fazer, ou seja, podem ser identificados nos requisitos de bem-estar como o de estar bem nutrido até os mais complexos como a autoestima. Capacitação seria mais a liberdade para buscar o bem-estar, um conjunto capacitário que dá liberdade ao indivíduo de levar a vida que deseja ter (Sen, 2001).

De modo geral, como medida normativa, interessa mais as capacidades dos que os funcionamentos já executados. Isso pelo fato de que a liberdade de gerar bem-estar é o que realmente importa, sendo observada através do conjunto capacitário do indivíduo. Como o próprio autor afirma: “Se visamos à igualdade no espaço de recursos ou de bens primários, isso pode ser visto como uma mudança do exercício avaliatório em direção à avaliação da liberdade, afastando-o da avaliação da realização como tal” (Sen, 2001).

Nesse caso, a pobreza, por exemplo, passa a ser vista como privação das capacitações das pessoas e não apenas uma renda insuficiente. Percebe-se assim que o foco da abordagem dos meios de vida é mais nas capacidades que nas necessidades.¹⁰ Como o próprio autor afirma: “[...] diversificação dos meios de vida é o processo pelo qual as famílias rurais constroem um diversificado portfólio de atividades e de capacidades de apoio social para sobreviver e melhorar o seu padrão de vida” (Ellis, 1998, p. 15, tradução nossa).

¹⁰ Scoones (2009), ao apontar que o conhecimento é um problema ainda não resolvido pela abordagem dos meios de vida, na realidade admite que o foco no acesso aos recursos é insuficiente, mas desconsidera as contribuições de Frank Ellis.

Frank Ellis enfatiza sua preocupação em preservar e potencializar a capacidade de diversificação dos indivíduos de uma família rural, uma característica que propicia a liberdade de escolher diferentes alternativas de renda num portfólio variado de possibilidades. Essa é uma concepção diretamente relacionada às capacidades descritas por Sen (2001), isto é, um conjunto capacitário que dá liberdade ao indivíduo de levar a vida que deseja. Isto denota sua clara ênfase normativa sobre a pobreza e a marginalidade.

A diversificação é a criação de diversidade em processos sociais e econômicos que pressionam e oportunizam às famílias adaptar e diversificar os seus meios de vida. Diversidade é mais um agregado dos meios de vida num contexto mais amplo, podendo ser, inclusive, um indicador de desenvolvimento rural. Entretanto, diversificação do meio de vida não é sinônimo de diversificação da renda. A segunda se refere às diversas entradas monetárias que podem ser observadas num instante qualquer, mas a diversificação de meios de vida inclui a variável do tempo, isto é, necessita que haja uma observação de uma crescente disponibilidade de portfólios alternativos de atividades no tempo (Ellis, 1998).

Segundo Niehof (2004) o tempo é um fator importante no uso e gestão dos recursos. Não é nem humano nem material, mas todas as atividades têm uma dimensão de tempo, pois não pode ser acumulado ou aumentado, mas tão somente organizado. Assim, para a pesquisa dos meios de vida o tempo é uma variável fundamental e particularmente sensível às diferenças de gênero, bem como para a história da família, pois eventos e decisões do passado irão condicionar a tomada de decisão no presente. Outra influência é justamente sobre o tamanho e a composição do agregado familiar ser jovem ou não. Assim, o tempo é um elemento integrante das estratégias de subsistência, já que o conceito de estratégia implica antecipar o futuro. Nas áreas rurais, as estratégias e opções de meios de vida serão afetadas pela sazonalidade do tempo. Finalmente, há tempo histórico, que fornece o contexto econômico, social e político para a geração de meios de vida.

Nesse propósito é importante observar a unidade familiar como uma unidade de multipropósitos, pois os seus membros são, na verdade, indivíduos dotados de identidade e os meios de vida da família dependem e envolvem um contínuo processo de renegociações e redefinições da relação familiar, gênero, poder e propriedade.

O reconhecimento da importância do processo de diversificação é decorrente de um interesse particular em explicar a relação entre as atividades agrícolas e não agrícolas rurais. Essa questão surge quando se observa que o desenvolvimento agrícola estimula as atividades não agrícolas no meio rural

dos países desenvolvidos, e essas crescem de tal forma, que os recursos decorrentes destas novas atividades iniciam por induzir novas transformações na agricultura, levando o crescimento das atividades não agrícolas a se tornarem agente das mudanças agrícolas (Ellis, 1998).

Esse pensamento leva a retomar um velho ditado e concluir que “o rabo pode sim sacudir o cachorro”, ou seja, a pluriatividade intersetorial não é apenas um recurso complementar, mas é o principal agente de transformação das capacidades de diversificação. Exemplo disso é a análise de Francks sobre a diversificação dos meios de vida dos agricultores do Japão que convivem com a indústria, concluindo que ambas, agricultura e indústria, desenvolveram-se de forma complementar (Francks, 2005).

Portanto, o incremento da capacidade de diversificação proporciona e reflete efeitos socioeconômicos numa forma mais ampla e além da unidade de produção. Então, qual sentido teria o desenvolvimento rural na abordagem de Frank Ellis?

Para Frank Ellis a finalidade do desenvolvimento rural faz parte do seu próprio conceito: “[...] uma organização de políticas antipobreza para áreas rurais dos países de baixa renda” (Ellis, 2000, p. 25). Sendo a diversificação dos meios de vida a melhor e mais efetiva estratégia de ação.

Como diretrizes de políticas de apoio à diversificação dos meios de vida no meio rural dos países em desenvolvimento, o autor propõe: (a) direcionar as políticas para determinados grupos sociais respeitando sua especificidade; (b) proporcionar políticas que procuram reduzir o risco das atividades das pessoas pobres; (c) disponibilizar o microcrédito; (d) alavancar as possibilidades de trabalho no setor de serviços no meio rural; (e) estimular os empreendimentos não agrícolas no meio rural; (f) fortalecer as vilas rurais e a infraestrutura das pequenas cidades; e (g) investir em educação.

Perspectivas de uso da abordagem dos meios de vida em estudos rurais

Ao assumir que o desenvolvimento (rural) preconiza a diversificação dos meios de vida das populações (do campo), é possível estabelecer alguns conceitos e entendimentos que caracterizam a abordagem da diversificação dos meios de vida. Primeiramente, que os meios de vida (*livelihoods*) são um conjunto de ativos, atividades, formas de acesso e uso que determinam o modo de viver de um indivíduo ou família. Em segundo lugar, que a noção de diversidade é um atributo que se manifesta segundo diferentes formas de renda, atividades, ocu-

pações, sistemas de produção, estrutura fundiária, entre outras. E, em terceiro lugar, que o processo de diversificação remete ao processo social e econômico de criação da diversidade dos meios de vida (Ellis e Freeman, 2005).

Nas áreas rurais, o processo de diversificação pode representar uma alternativa viável para a saída da pobreza ou vulnerabilidade em que se encontram as populações. Em contextos marcados por uma crescente coerção, vulnerabilidade e condicionantes adversos à diversificação podem ser entendidas tanto como uma estratégia de reação a uma situação de crise, precariedade ou necessidade, assim como uma estratégia de adaptação ou escolha, que ocorre quando há uma busca pró-ativa por alternativas de investimentos.

Os determinantes da diversificação dos meios de vida rurais são variados e podem estar relacionados a aspectos edafoclimáticos ou socioeconômicos que se manifestam através da sazonalidade, dos riscos, da vulnerabilidade, das migrações, dos efeitos do mercado de trabalho, do acesso ao crédito e a outros ativos. Por sua vez, os efeitos da diversificação se apresentam ou se expressam como atributos da diversidade na forma de atividades (pluriatividade) e de rendimentos (multirrendimentos), de tal forma que podem ser medidos ou classificados segundo critérios quantitativos e qualitativos (Ellis, 2000).

Ellis (2000) sugere que a diversificação dos meios de vida seja uma contribuição decisiva ao desenvolvimento rural em vários níveis. Primeiro, pela distribuição da renda, pois existe uma correlação positiva entre a superação da pobreza rural e a diversificação das fontes de rendimentos. Segundo, via aumento da produtividade propiciado pela diversificação nas unidades de produção, ocorrida via ingresso de rendas não agrícolas que melhoram a capacidade de custeio das atividades agrícolas. Terceiro, através do meio ambiente, em face da redução da necessidade dos agricultores pobres de sobre-explorar o solo agrícola por meio de práticas extrativas para garantir a sobrevivência. Quarto, através das relações de gênero, pois a melhoria da distribuição da renda entre membros da família pode alterar as relações de dominação. Quinto, por meio de uma maior segurança em relação aos efeitos macroeconômicos, como o acesso ao mercado e a variação constante de preços.

Desta forma, a abordagem da diversificação dos meios de vida pode ser uma ferramenta para a compreensão do grau de vulnerabilidade ou mesmo exposição a riscos de agricultores ou de famílias rurais. Hipoteticamente, pode-se supor que aqueles que estão em uma situação de dependência em relação a um repertório restrito de fontes de renda e tipos de atividades estão mais vulneráveis e, portanto, encontram-se menos desenvolvidos. Neste caso, tanto a falta de autonomia, como o risco que sofrem por estarem expostos a fatores imponderáveis (clima, pragas, doenças, preços, etc.) constituem

ameaças ao exercício de sua liberdade de escolha e à manutenção do domínio sobre os meios que lhes permitem exercer esta condição. A julgar pelas bases teóricas da teoria das capacitações, esta situação de vulnerabilidade e risco seria antagônica ao desenvolvimento.

Em Perondi (2007) procurou-se exercitar essa capacidade de diversificação no estudo sobre uma realidade concreta, no caso, as políticas municipais de fortalecimento da capacidade de diversificação dos meios de vida rural no município de Itapejara d'Oeste (PR). Neste exercício se percebeu que a capacidade de diversificação resulta, entre outros fatores, pela melhor escolaridade. Constatou-se que a pluriatividade intersetorial possuía uma relação direta com a média do número de anos de estudo dos membros ativos da família, pois quanto maior o número de anos de estudo de uma família, maior a chance desta diversificar a renda com atividades não agrícolas.

Quanto à integração dos agricultores nas redes sociais e econômicas do município e região, observou-se que aqueles com diversificação intersetorial possuíam um maior compromisso com o comércio local, bem como uma maior independência do crédito rural devido sua autossuficiência de capital financeiro e menor consumo.

Como sugestão de políticas públicas para o incentivo da diversificação do meio rural, em Perondi, Kiyota e Gnoatto (2007) recomendou-se direcionar algumas ações para determinados grupos sociais, como apoiar os produtores de queijo do município para que extrapolem legalmente as vendas para um mercado regional. Outra sugestão foi reduzir o risco das atividades das pessoas mais pobres, como no apoio aos produtores de vassoura – uma atividade reconhecidamente desenvolvida pelos mais pobres do município – sendo um segmento que também deveria ser incentivado a atingir um mercado mais amplo.

Da mesma forma, o microcrédito pode ser ainda mais popular, pois existem determinadas iniciativas empreendedoras que poderiam ser viabilizadas com pouco investimento, como no incentivo a aquisição de máquinas de produzir maravalha, que poderiam gerar um insumo muito demandado nos aviários da região.

No trabalho de Perondi, Kiyota e Gnoatto (2007), também foram sugeridas políticas que alavancassem as possibilidades de trabalho no setor de serviços no meio rural, como nas obras de reforma das moradias rurais, pois várias obras realizadas ao mesmo tempo e em locais distantes e de difícil acesso somente podem ser supridas com o trabalho não agrícola de agricultores.

E, do ponto de vista dos empreendimentos não agrícolas no meio rural, existe a demanda das indústrias que se instalam no município, entretanto,

mais importante ainda é fortalecer as iniciativas de agregação de valor local, suplantando as barreiras fiscais e sanitárias, bem como as de comercialização.

Por fim, sugeriu-se a criação de políticas de fortalecimento da infraestrutura de transporte e educação do município. Primeiro, permitindo que todos usufruam de um sistema de transporte coletivo para o centro da cidade. Segundo, investindo na oferta e na qualidade da educação para melhorar a capacidade daqueles que usufruem desta.

Operacionalizando a pesquisa sobre os meios de vida no mundo rural¹¹

A dificuldade inicial para qualquer pesquisador que procura aplicar a abordagem dos meios de vida em sua interpretação da realidade é assumir que sua pesquisa será de caráter eminentemente qualitativo, embora alguns indicadores possam ser empregados – sendo alguns deles a seguir pormenorizados – a interpretação sobre os condicionantes da vulnerabilidade num certo contexto institucional, organizacional e de relações sociais sob o ambiente econômico, social, político e ambiental é próprio de cada estudo.

Entretanto, mesmo tratando-se de uma abordagem qualitativa e de a interpretação utilizar parâmetros comparativos, essa comparação pode se apoiar em instrumentos que traduzem a capacidade de mobilização e acesso aos recursos dos meios de vida sintetizados por Carney (1998) e Ellis (2000), na figura de um pentágono de capitais: financeiro, social, físico, natural e humano.

Assim, uma síntese do diagnóstico de acesso aos recursos pode ser demonstrada graficamente pela variação do acesso de determinados grupos aos recursos dos meios de vida. O ponto central do pentágono, onde as linhas se encontram, representa acesso zero aos recursos, enquanto o perímetro externo representa acesso máximo aos recursos. A partir desta base, e com os vértices de uma figura geométrica que refletem os valores proporcionais de capital natural, humano, físico, financeiro e social, é possível se desenhar diferentes

¹¹ A experiência de uso da abordagem dos meios de vida pode ser vivida entre 2008 e 2012 nos esforços da Universidade Tecnológica Federal do Paraná e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul apoiados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Saúde para estudar proposições para o Grupo de Estudo, que teve como mandato identificar alternativas sustentáveis e economicamente viáveis para os produtores de tabaco e explicitamente recomendada no Artigo 17 da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) da Organização Mundial da Saúde (OMS), da qual o Brasil é país signatário. O relatório dessa experiência está registrado em Schneider et al. (2012) e Perondi et al. (2012).

pentágonos para as diferentes comunidades ou grupos dentro de uma comunidade. A seguir, procurar-se-á demonstrar os componentes deste pentágono.

Tal figura geométrica, no cálculo da sua área, pode resultar num único índice de acesso aos recursos dos meios de vida que possui a característica de expressar o produto da maior presença (e também equidade) de indicadores de renda total por UTH (capital financeiro), vínculos associativos (capital social), escolaridade (capital humano), questões ambientais (capital natural) e sobre o capital disponível por superfície agrícola útil (capital físico).

Em Perondi (2007), para construir tais indicadores, utilizou-se de algumas estratégias analíticas: (1) o capital financeiro foi avaliado segundo a produtividade do trabalho e obtido da divisão da renda total da família pela oferta efetiva de trabalho medida em unidades de trabalho homem (UTH); (2) o capital social foi composto a partir de questões que procuravam descobrir as relações sociais com vizinhos e a comunidade via a participação da família em associações, cooperativas, sindicatos, igreja e lazer; (3) o capital humano foi em razão da escolaridade da família, mas também existe a possibilidade de utilizar indicadores de saúde neste caso; (4) o capital natural foi derivado a partir da avaliação das despesas com a produção vegetal, práticas conservacionistas de solo e reservas naturais; por fim, (5) o capital físico resultou do cálculo da relação entre o capital disponível e a superfície agrícola útil.

Uma questão operacional importante que serviu para compatibilizar a comparação desses indicadores foi criar uma escala de mesma proporção e, para tanto, atribuiu-se um ponto para cada fração de 10% da maior soma encontrada de participação para cada uma dos indicadores de capital.

Também é importante alertar que a área do pentágono é sensível à ordem das dimensões consideradas no gráfico de radar, por isso a sequência dos capitais na conformação do pentágono da Figura 2, a seguir, expressa exatamente a mesma utilizada por Carney (1998).

Observa-se que a área geométrica do pentágono apresentado pode resultar num indicador que compara o acesso aos recursos dos meios de vida. A Figura 2 representa que numa escala de zero a dez, as famílias daquele município obtiveram, em média, a nota de 3,9 em uso do capital físico (P); 2,8 no capital financeiro (F); 6,8 no capital natural (N); 5,2 no capital humano (H); e 5,2 no capital social (S).

Assim, quando a área formada por tais indicadores resulta numa área igual a 53,54, baseando-se nos valores extremos encontrados na pesquisa (máximo de 153,12) significou um índice médio igual a quatro. Então, este é o valor que servirá para avaliar de forma comparativa, pois os eixos

não são calibrados em termos de quantidade, mas representam a ordem hierárquica, quando as comparações são feitas entre grupos diferentes (Ellis, 2000).

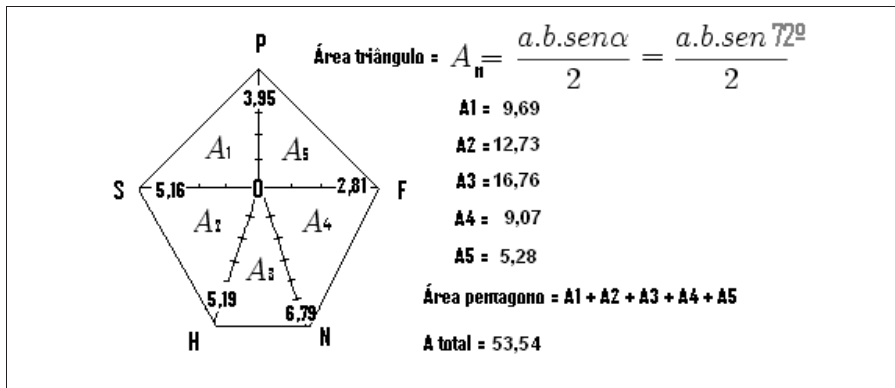


Figura 2 – Área média do pentágono que representa o acesso aos recursos dos meios de vida pela agricultura familiar de Itapejara d'Oeste no ano de 2005.
 Fonte: Perondi (2007)

O indicador da unidade de trabalho nesta proposição segue a recomendação de Lima, Basso e Neumann (1995), ou seja, uma unidade de trabalho homem (UTH) representa 300 dias de trabalho de oito horas diárias de uma pessoa adulta, ou seja, entre 18 e 59 anos. Como no meio rural ocorre que fora desta faixa etária também se encontram pessoas ativas, ainda consideramos: crianças de 7 a 13 anos = 0,5 UTH; jovens de 14 a 17 = 0,65 UTH; adultos de 18 a 59 = 1 UTH; e idosos com mais de 60 anos = 0,75 UTH.

A renda total utilizada no cálculo do capital financeiro foi obtida a partir da compreensão de que esta é fruto da renda agrícola somada a outras rendas, como a renda para-agrícola (fruto das transformações dos produtos agrícolas), a renda não agrícola (fruto do trabalho em outros setores econômicos), a renda obtida por serviços agrícolas fora do estabelecimento, as transferências sociais e as rendas outras que não são produto estrito do trabalho, como alugueis e ganhos financeiros. Sendo que todas essas rendas são sintetizadas na Figura 3, a seguir.

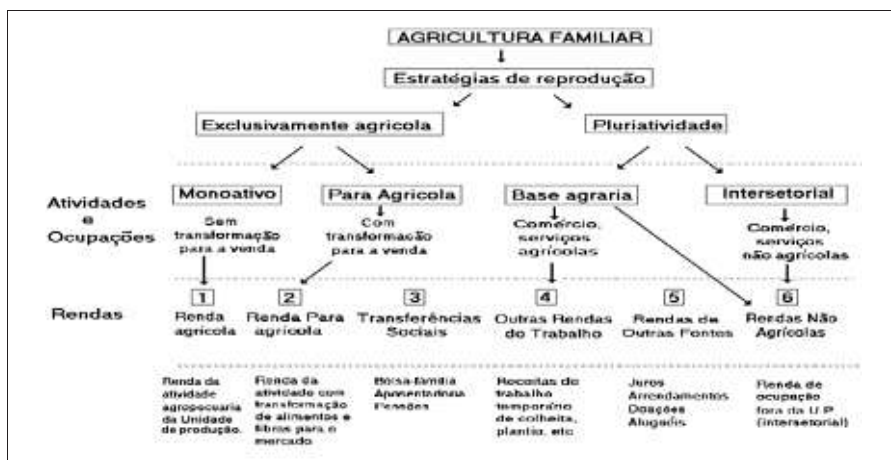


Figura 3 – Organograma de tipificação das rendas.
 Fonte: Schneider e Anjos (2003), adaptada por Perondi (2007).

De todas as diferentes rendas possíveis de se encontrar numa família rural, sem dúvida a mais difícil de ser estimada é justamente a agrícola e, para tanto, recomenda-se que a estimativa seja iniciada a partir do Produto Bruto (PB), ou seja, do valor referente a toda produção que foi gerada durante o período analisado, dentro do estabelecimento rural. Este engloba a produção vendida, estocada e consumida pela família. A partir desse montante, deve-se subtrair o Consumo Intermediário (CI) que é o valor dos insumos e serviços adquiridos fora da unidade de produção e utilizados na produção. Estes insumos são totalmente consumidos no processo produtivo. A seguir, deve-se estimar o valor da Depreciação (D), que corresponde ao desgaste dos meios de produção que existem no estabelecimento, mas que não são consumidos totalmente no processo produtivo (máquinas, implementos, benfeitorias e outras). E, por fim, o cálculo do Divisor do Valor Agregado (DVA) que são as despesas do sistema produtivo como arrendamentos, impostos, juros de financiamento e salários. Assim a Renda Agrícola (RA) é a subtração de todos esses elementos do produto bruto (PB), ou seja, é a remuneração do trabalho da família rural na seguinte equação: $RA = PB - CI - D - DVA$

Outra possibilidade concreta de usos desses indicadores no debate sobre a diversificação dos meios de vida é o cálculo do índice de diversificação (ID). Neste caso, utiliza-se o indicador proposto por Graebin (2008) que mede a desconcentração das atividades familiares com a seguinte expressão: $ID = 1 - \sum Fi^2$, sendo que Fi representa a fração da renda bruta total (ou margem

bruta) proveniente da linha de exploração i ($i = 1, 2, \dots, n$, sendo n = número de explorações da propriedade). Sendo válido destacar que este é um indicador que mede a concentração da renda em suas fontes, assim, o resultado varia entre os valores de zero e um, enquanto mais próximo de um, mais diversificada é a fonte de renda.

Neste caso, recomenda-se compor o índice de diversificação considerando a renda total do estabelecimento, incluindo as rendas agrícolas e não agrícolas e aquelas adquiridas fora e dentro da unidade de produção. Salienta-se que as transferências sociais, como aposentadorias, pensões e bolsa família não precisam ser consideradas por não ser oriundas da força de trabalho.

Tais instrumentos podem dar a impressão que o simples levantamento de dados é suficiente para interpretar as estratégias de meios de vida, entretanto, o conhecimento sobre os meios de vida e, especialmente, das estratégias de diversificação dos pobres requer mais precisão que apenas remarcar aquilo que ocorre, de maneira vaga (Ellis, 2000). Então, para capturar as características espacialmente dispersas dos meios de vida e para fazer conexões entre políticas macroeconômicas e as adaptações dos meios de vida em nível micro é necessário extrair as forças de empoderamento de forma participativa e de colaboração com os sujeitos da pesquisa.

Assim, um modelo de entrevista fechada ou de método participativo de forma individualizada não provém uma completa aproximação com a diversidade investigativa dos meios de vida, principalmente se o foco é prospectar propostas de políticas. É requerida a aproximação desses dois modelos de pesquisa de forma complementar quando se procura encontrar um entendimento adequado das estratégias dos meios de vida. A investigação participativa tem dois papéis primordiais: (1) descobrir o contexto dos meios de vida envolvidos, a mudança de acesso, atividades, restrições e problemas chave identificados para a comunidade como um todo; (2) estratificar a comunidade entre grupos de saúde ou renda. Já os métodos de entrevista são construídos para descobrir razoavelmente ativos e atividades exatas e os portfólios de renda. Assim, alerta-se que as entrevistas individuais e estruturadas produzem modelos focados em extrair aquela informação que os exercícios participativos não cobrem.

Considerações finais

O crescente questionamento da abordagem estruturalista da sociologia rural brasileira, principalmente a partir da década 1990, impulsionou a busca por abordagens mais direcionadas ao papel do ator e das agências no

desenvolvimento rural. Entretanto, ainda são escassos os estudos acadêmicos que utilizam uma abordagem voltada ao ator e mais raro ainda são os que procuram compreender e fortalecer a capacidade de diversificação econômica da agricultura familiar.

Este texto propicia perceber que é comum aos pobres rurais a falta de acesso aos recursos, não somente da terra, mas também os produtivos, habilidades, educação e saúde. Não ter acesso a terra é um indicador de pobreza, mas a falta do capital humano, como em aspectos de saúde ou instrução, também indica a presença da pobreza rural.

O texto apresentou a abordagem dos meios de vida como um instrumento metodológico que permite compreender a pobreza ao se focar nas razões da falta de acesso aos recursos. Para Scoones (2009), a abordagem dos meios de vida ainda é “um bom método em busca de uma teoria”; entretanto, para Ellis (2000) está claro que essa abordagem está fundada em Amartya Sen e, justamente, sobre seus conceitos-chaves de intitlamento e capacidade.

A teoria das capacitações de Amartya Sen foi estruturada para captar a forma de vida que as pessoas realmente levam, independente da sustentabilidade, assim como a abordagem dos meios de vida. Portanto, a abordagem dos meios de vida considera os mesmos funcionamentos e capacitações da teoria das capacitações, ou seja, os funcionamentos das coisas que uma pessoa pode ser ou fazer e as capacidades que dão liberdade ao indivíduo de buscar o que deseja para o seu bem estar.

Assim como pobreza para Amartya Sen resulta da privação das capacitações das pessoas, para Frank Ellis o que importa é a capacidade de diversificação dos meios de vida. Uma capacidade que também resulta das transformações do próprio meio, como é o caso dos países desenvolvidos, onde o processo de diversificação decorre da interatividade agrícola e não agrícola rural, o que induz novas transformações na agricultura, conduzindo para que o crescimento das atividades não agrícolas se torne agente das mudanças agrícolas.

Dentre os diversos fatores que podem fortalecer a capacidade de diversificação dos meios de vida no meio rural, a melhoria na escolaridade é o que parece causar o maior impacto, principalmente por fomentar a pluriatividade intersetorial da família.

Assim, a diversificação dos meios de vida parece ser um caminho seguro para o desenvolvimento rural, contribuindo na melhoria da distribuição da renda e das fontes de rendimentos. Resultando também no: (1) aumento da produção rural devido à melhoria da capacidade de custeio das atividades agrícolas; (2) redução substancial da sobre-exploração dos recursos naturais; (3) na melhoria da distribuição da renda entre os membros da família, atenuando

as relações de dominação; e, por fim, (4) proporcionando maior segurança em relação ao mercado e suas variações de preços.

Referências

CARNEY, D. Implementing the sustainable rural livelihoods approach. In: CARNEY, D. (Ed.). *Sustainable rural livelihoods: what contribution can we make?* London: Department for International Development, 1998, p. 3-23.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. *IDS discussion paper*, Brighton, n. 296, p. 1-33, 1992.

CORNWALL, A.; SCOONES, I. *Revolutionizing development: reflections on the work of Robert Chambers*. London: Earthscan, 2011.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. *Journal of Development Studies*, London, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

_____. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University, 2000.

ELLIS, F.; FREEMAN, H. A. de. *Rural livelihoods and poverty reduction policies*. London: Routledge, 2005, p. 4.

FRANCKS, P. Multiple choices: rural household diversification and Japan's path to industrialization. *Journal of Agrarian Change*, Oxford, v. 5, n. 4, p. 451-475, oct. 2005.

GRAEBIN, C. *Caracterização do espaço rural dos municípios do Rio Grande do Sul: um estudo sob o enfoque do desenvolvimento humano*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

HAAN, L. de. Globalization, localization and sustainable livelihood. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 40, n. 3, p. 339-365, jul. 2000.

HAAN, L. de; ZOOMERS, A. Development geography at the grossroads of livelihood and globalisation. *Tijdschriftvoor economische en sociale geografie*, Nijmegen, v. 94, n. 3, p. 350-362, 2003.

_____. Exploring the frontier of livelihoods research. *Development and Change*, Oxford, v. 36, n. 1, p. 27-47, 2005.

HOON, P.; SINGH, N.; WANMALI, S. *Sustainable livelihoods: concepts, principles and approaches to indicator development*. New York: UNDP, 1997.

LIMA, A. J. P. de.; BASSO, N.; NEUMANN, P. S.; Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí: UNIJUÍ, 1995.

NIEHOF, A. The significance of diversification for rural livelihood systems. *Food Policy*, 29, p. 321-338, 2004.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. *Cuadernos Desarrollo Rural*, Bogotá, v. 5, n. 61, p. 41-69, 2008.

NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*. New York: Cambridge University, 1990.

PAREDES PEÑAFIEL, A. P. *Modos de vida e heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssego da região de Pelotas*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PEREIRA, M. de A.; SOUZA, M.; SCHNEIDER, S. Meios de vida e livelihoods: aproximações e diferenças conceituais. *Revista IdeAS*, v. 4, n. 1, p. 203-224, 2010.

PERONDI, M. A. *Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PERONDI, M. A.; ZOTTI, C. F.; KIYOTA, N.; VILWOCK, A. P. S. Prospecção de meios de vida alternativos ao cultivo do tabaco no Sudoeste do Paraná. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 28, p. 675-695, 2012.

PERONDI, M. A.; KIYOTA, N.; GNOATTO, A. A. Políticas de apoio a diversificação dos meios de vida da agricultura familiar: uma análise propositiva. In: XLV Congresso da SOBER, 2007, Londrina. *Anais...* Brasília: Sober, 2007. CD-ROM.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. *Revista REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 117-135, maio/ago. 2012.

SCHNEIDER, S.; ANJOS, F. S. dos. *Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS/PGDR; Pelotas: UFPel/PPGA, 2003. Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico).

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers. *The Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 2, 2010.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. *Ruris*, v. 4, n. 1, 2010.

SCHNEIDER, S. *et al.* *Methodological guidelines for the analysis of tobacco growers livelihoods diversification*: references to identify alternative strategies based on preliminary results from a case study in Brazil. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2012. Projeto de pesquisa apresentado para: Working Group's policy options and recommendations concerning Articles 17 & 18 of Framework Convention on Tobacco Control (FCTC) at World Health Organization. Projeto financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Saúde (MS).

SCOONES, I. Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis. *IDS working paper*, Brighton, n. 72, p. 1-22, 1998.

_____. Livelihoods perspectives and rural development. *Journal of Peasant Studies*, Abingdon, v. 36, n. 1, jan. 2009.

SEN, A. *Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation*. Oxford: Oxford University Press, 1981.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Desigualdade reexaminada*. Trad. Ricardo Donielli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ZOTTI, C. F. *Meios de vida alternativos a cultura do tabaco nos municípios de Capanema e Planalto - PR*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

Instituições e desempenho: interpretações para o entendimento do desenvolvimento rural

Leonardo Xavier da Silva

Introdução

A discussão sobre desenvolvimento rural no século XXI tem-se apoiado em propostas teóricas que abrangem cada vez mais elementos, a partir da constatação de que o tema é mais complexo do que se verificou na literatura do século anterior. Exemplo disso tem sido a construção de estudos frequentemente baseados nas instituições, especialmente naquelas cujo autor de inspiração original é Ronald Coase, pois com essas há possibilidade de se encontrar elementos que permitem construir interpretações sobre os processos sociais, ambientais e econômicos (alguns deles) peculiares à ruralidade.

Em função de tal evidência nas pesquisas da área, este capítulo tem por finalidade expor os fundamentos do institucionalismo, a partir de argumentos de notórios pesquisadores que servem de referência para os estudos internacionais e brasileiros. Assim, o capítulo está estruturado da seguinte forma: em primeiro lugar, há uma breve apresentação da proposta de interpretação do que é “firma” na visão de Coase; em seguida, faz-se uma discussão sobre o que tem guiado o pensamento institucional, particularmente sob o

enfoque de Douglass North; no momento seguinte, tem-se a exposição da chamada economia dos custos de transação (ECT), largamente empregada nas discussões dos mercados rurais e inspirada em Oliver Williamson; a seção seguinte apresenta argumentos da gestão coletiva dos recursos e da análise institucional e desenvolvimento, de Elinor Ostrom. O capítulo é finalizado com algumas aplicações desse referencial teórico para a compreensão dos mercados e sugestões de interpretações institucionalistas para o desenvolvimento rural. Ainda nessa apresentação, cabe mencionar que os autores supracitados, além da construção teórica a partir das instituições, também têm em comum o reconhecimento de sua contribuição para a compreensão do mundo pelo prêmio Nobel de Economia.

Por que entender o que é firma?

Em *The nature of the firm*, Ronald Coase (1937) afirmou que havia um aparato teórico conceitual robusto para a compreensão da firma, especialmente desenvolvido a partir dos preceitos da teoria neoclássica sintetizados por Alfred Marshall (1996).¹ Sob tal ponto de vista, a firma poderia ser objetivamente caracterizada por uma função de produção. Contudo, a realidade do final do século XIX e do início do século XX revelou a insuficiência de tal interpretação sobre firma. Assim, ao procurar definir de forma realista e maleável o que seria uma firma, Coase avaliou que nem sempre o mecanismo de preços é a alternativa escolhida para a realização das trocas. Além disso, outra constatação do autor era a de que, diferentemente do pressuposto neoclássico, o uso do mecanismo de preços incorre em custos. É o cerne do que a literatura internacional batizou de “custos de transação” e que é objeto de uma larga agenda de pesquisas sobre trocas e mercados, inclusive na realidade rural. Isso acontece porque no mundo real há incerteza,² o que leva à assimetria de informação, diferenças nas negociações e disputas relacionadas ao poder de barganha dos agentes participantes das transações.

A proposta de Coase (1937) busca compreender porque há trocas mercantis ou, alternativamente, porque há a decisão pela internalização de etapas

¹ Sua obra mais notória, *Princípios de Economia: tratado introdutório*, originalmente publicada em 1890, é referência básica para cursos de microeconomia e economia de empresas ao redor do mundo.

² Incerteza institucionalista está baseada na definição construída por Frank Knight (1921), de imprevisibilidade das atitudes posteriores dos agentes econômicos e com o desconhecimento de elementos relacionados ao ambiente econômico e institucional, de forma que não há como calcular o que acontecerá no futuro.

diversas do processo de produção, no âmbito da firma.³ Fundamentalmente, a decisão é guiada pela comparação entre custos de internalizar contratos e custos de fazer uso do mecanismo de preços. E aí o termo contrato ganha evidência, já que, para Coase (1937), a firma é um “nexo” ou um “feixe” de contratos.⁴ Ou seja, a firma é resultado de um conjunto de contratos em que ela está envolvida, seja internamente, ou pela via do mercado. E, assim, revela-se que há formas alternativas de se coordenar a produção e as trocas.

A decisão entre internalizar etapas do processo de produção, ou estabelecer as trocas pelo mecanismo de preços, simplificada, dar-se-á pela comparação entre custos de manter as atividades internamente – coordenação dos contratos no interior da firma – e custos de transacionar usando o mercado. Com isso, formas híbridas de contratos são verificadas na realidade, como alianças estratégicas, redes de cooperação, subcontratação, associações e outras parcerias não formalizadas, comuns na agricultura familiar. Atualmente, a proposta de Coase inspira estudos vinculados às formas de coordenação dos contratos, avaliados a partir de concepções como as de cadeias curtas, propostas por Marsden, Banks e Bristow (2000), com valorização de relações locais, até chegar às interpretações dos grandes sistemas agroindustriais discutidos por autores como Zylbersztajn (1995) e Farina (1999), para carnes e café, por exemplo. Também, sugere análise de acordos através das dimensões de motivação e controle de seu cumprimento, pela capacidade de construção de relações estáveis pelos agentes.

○ que são instituições?

Provavelmente esta deveria ter sido a primeira questão a ser respondida. Todavia, como se optou neste texto por desenvolver cronologicamente os temas institucionalistas, é neste momento que tal termo é esclarecido. A obra de North (1990 e 1994), especialmente até os anos 1990, centrou esforços na explicação deste termo, porque, para ele, a análise das instituições e a de suas mudanças são a principal fonte para a compreensão do desempenho eco-

³ Por firma, é possível entender como propriedade rural e agroindustrial, empresa agrícola, agroindústria processadora, cooperativa, associação de produtores, de trabalhadores, empresas industriais, etc.

⁴ Contratos pensados não necessariamente como documentos assinados entre as partes que os compõem. Contratos informais, não redigidos e que podem ter na confiança seu único alicerce para serem cumpridos também fazem parte da discussão de Coase. Especialmente esses são recorrentes objetos de análise quando o rural é o cenário das pesquisas.

nômico dos países (e das regiões). É um estudo, conforme Azevedo (2000), das macroinstituições. Uma inicial definição é dada na primeira frase do livro *Institutions, institutional change and economic performance* (North, 1990). Nela, o autor afirma simplificarmente que instituições são “as regras do jogo” de uma sociedade, ou são as imposições (restrições) criadas pelo homem e que moldam a interação humana. As instituições e a mudança institucional são observadas somente se for admitido que a história importa.

Antes de esclarecer possíveis dúvidas sobre o que são instituições, vale a pena fazer uma breve consideração de que a forma usual do termo “instituição” entre os latinos – e particularmente a língua portuguesa – difere-se um pouco da forma conhecida no mundo anglo-saxônico. Normalmente, chama-se bancos de instituições bancárias, escolas de instituições de ensino, etc. Isso, para a análise institucional, são as organizações, assim como as propriedades rurais, as empresas de insumos e as processadoras, enfim, o que North (1990) chama de “jogadores” que jogam conforme as regras do jogo, mas que também constroem, destroem e mudam essas regras. Num amplo sentido, conforme Hodgson (2006), as organizações são especial tipo de instituições, ou, ainda, segundo North (1990), resultado das instituições.

Mas o que tudo isso significa? Pois bem, o pensamento desta vertente teórica sustenta que existe um aparato, uma matriz institucional que dá suporte e que explica o desempenho da economia dos países. Tal matriz é constituída por regras formais e informais. Por regras formais, entende-se o conjunto de normas, leis, convenções, a constituição de um país, enfim, restrições escritas e divulgadas para a sociedade, ao passo que regras informais podem ser consideradas padrões de conduta vinculados a hábitos, costumes, tradições, etc., e que não necessariamente estão registradas (escritas), senão pelo senso comum. A crença nessas regras está, na visão de North (1990), baseada em pelo menos dois atributos: de que as instituições são reflexo das normais sociais – em outras palavras, acreditar que as regras (especialmente as formais) são a cristalização das maneiras da sociedade se comportar; e de que há penalizações críveis, para o caso de seu não cumprimento. Esse último estaria vinculado ao que os institucionalistas chamam de *enforcement*, cuja finalidade é dar credibilidade à matriz institucional, mesmo admitindo-se sua imperfeição, derivada de características do mundo real como incerteza e assimetria de informação. Essas, por sua vez, explicam a existência de custos de transação.

A análise institucional de North está baseada na interpretação dos processos históricos. Ao afirmar que a história importa, acrescenta a necessidade de discutir a evolução econômica e a evolução institucional, de maneira a compreender o desempenho econômico dos países. E isso implica no que a

literatura institucionalista chama de *Path dependence*, ou seja, no conhecimento de um caminho trilhado pelos países, do quanto esse prende (“enraíza”) a economia a uma história de fracassos, ou o conduz a êxitos, e o quanto esse pode ser alterado ao longo do tempo.

Admitindo-se que os fenômenos encontram explicação, a partir de um contexto histórico e de como as instituições são identificadas, North (1990) sugeriu a interpretação do conceito de eficiência não como algo estático, mas numa lógica dinâmica. Assim, tem-se o que o autor chamou de eficiência adaptativa, que é a capacidade de interpretar adequadamente as mudanças no ambiente e, a partir disso, ajustar-se às condições mutáveis da realidade, para que seja possível ter um comportamento econômico mais próximo do ótimo (observado teoricamente num mundo sem mudanças).⁵

A abordagem institucionalista de North não pretende responder a todas as questões. Todavia, apresenta elementos e critérios de análise dos processos históricos dos países que permitem inferir sobre as causas da riqueza ou da pobreza dos mesmos. Isso tem sido bastante útil para as interpretações relativas ao desenvolvimento rural, mesmo que na sua origem, a abordagem do autor não tenha como objetivo instrumentalizar a academia para a compreensão de fenômenos estritos a determinados cenários. Mas isso é algo a ser retomado adiante, neste texto.

Abordando as organizações pelo enfoque microinstitucional

Azevedo (2000) propôs que o enfoque microanalítico fosse considerado a partir de uma abordagem a partir de uma proposta “microinstitucional”, alternativamente à macroinstitucional de North. As microinstituições conduzem as organizações, sejam sociais privadas ou coletivas. Por essa lógica, merecem destaque as construções teórico-analíticas de Williamson e Ostrom.

A Economia dos custos de transação

Com a admissão de que a firma é umnexo, ou um feixe de contratos, do que são instituições e do porquê tudo isso é importante, voltam-se esforços

⁵ Aqui, evidencia-se a impossibilidade de se chegar a uma decisão ótima, situação observável somente se o mundo fosse ergódico. Há, na realidade, incerteza, capacidade cognitiva limitada das pessoas, forças desequilibradas nos mercados, etc. Argumentos detalhados sobre esses aspectos podem ser encontrados em Coase (1937), North (1990 e 2005) e Williamson (1985 e 1989), por exemplo.

para a abordagem da chamada economia dos custos de transação, construção teórica empregada frequentemente para análises dos mercados rurais. Seus elementos remontam especialmente a Coase e tiveram um notório incremento analítico com Williamson (1975 e 1985), desde o momento que esse autor decidiu “rebatizar” as discussões, iniciadas com o primeiro, de Nova Economia Institucional (NEI). Seu enfoque é microanalítico, ou, conforme chamado por Azevedo (2000), baseado nas microinstituições que ajudam a compreender a construção, destruição, mudança dos mercados. Duas são as obras mais citadas de Williamson: *Markets and hierarchies* (1975) e *The economic institutions of capitalism* (1985).

Assim como em North (1990), o mercado também é uma instituição em Williamson (1975), o que significa interpretar que é resultado de um conjunto de regras de conduta (formais e informais) impostas pela coletividade. Contudo, o último autor dá um passo adiante, ao tornar mais explícito que existem forças cooperativas e contraditórias que agem na construção desses mercados, o que permite inferir que há disputas nesses mercados que revelam o poder de barganha maior de uns agentes, em relação a outros. Desta forma, a decisão entre estabelecer contratos via mercado, ou hierarquizados (verticalizar a produção), ou, ainda híbridos, irá depender das instituições que regem (formam) os mercados.

A conveniência no emprego da análise de Williamson para os estudos do mercado se dá por causa do pragmatismo de seu programa de pesquisas. Ou seja, existem indicações de como interpretar as transações e seus custos,⁶ conforme o desenho contratual, as características dos agentes e das transações.

Seguindo a lógica coaseana de que as transações incorrem em custos, tem-se com Williamson (1985) que esses são custos *ex-ante* de preparar um contrato e custos *ex-post* de monitorar o contrato, de forma que o mesmo seja cumprido, permitindo adaptações, se as mesmas melhorarem o resultado final do arranjo constituído entre as partes da transação. Para isso, a ECT propõe interpretar os agentes a partir de duas características: racionalidade e oportunismo.

A interpretação institucionalista de racionalidade está calcada em Simon (1965). Para esse autor, o ambiente de tomada de decisão é muito complexo e há incerteza. Em face disso, a racionalidade dos agentes é limitada, ou subjetiva, o que provoca como consequência dúvidas sobre o melhor arranjo

⁶ Ainda que na atualidade existam vários estudos dedicados a quantificar os custos de uma transação – de uma relação contratual – normalmente, não é prioridade chegar a tal nível de especificação ao se empregar esse olhar teórico. O que mais importa é conhecer o comportamento dos agentes diante do ambiente institucional que molda os contratos, as transações e os próprios agentes.

contratual e a necessidade de estabelecer alguma governança nas relações contratuais. Sobre o oportunismo, tal característica tem sentido pejorativo na economia dos custos de transação. Ao agir em interesse próprio, o indivíduo poderá causar dano a outrem, contudo não de forma inconsciente, mas sim ao perceber que há insuficiência na capacidade de alguns agentes do mercado de obter informações sobre as trocas. E isso pode ocorrer tanto antes quanto após a execução de uma transação. Somente um aparato institucional crível é capaz de inibir ações oportunistas.

Além dos agentes, as transações também possuem características na ECT. A primeira delas é a especificidade dos ativos, que carrega consigo uma perda em seu valor, para o caso de não ser concluída uma transação. Diz respeito ao quanto um fator de produção, insumo, produto, ou serviço é preparado para executar determinada atividade.⁷ Atualmente, a literatura⁸ sugere seis formas de especificidade dos ativos:

a) Especificidade local – relaciona-se às condições edafoclimáticas de um produto, ou aos seus aspectos logísticos, por exemplo. Ainda hoje é difícil viabilizar a produção de café no sul da América do Sul;

b) Especificidade física – vincula-se à finalidade do produto gerado – carnes são fonte de proteína, não servindo como suprimento de carboidratos ao organismo humano;

c) Especificidade humana está relacionada à especialização do trabalho para cumprir determinada atividade. Por exemplo, a habilidade do fumicultor de classificar as folhas do produto em acordo com as regras/normas preestabelecidas;

d) Especificidade de ativos dedicados – ferramentas, máquinas e outros instrumentos que servem a um produto de maneira mais apropriada do que a outros. Salas de ordenha, mesmo manual, têm elevada especificidade, não sendo adequadas para outros fins;

e) Especificidade da marca surge pela proposta de identificar de forma evidente a origem do produto. Isso acontece em casos de empresas multinacionais de sementes, herbicidas, etc., mas também localidades que buscam identidade pela certificação, via selo de denominação de origem e identificação geográfica, por exemplo. Nesses dois últimos casos, isso também provoca, pelo menos, um aumento na especificidade local;

⁷ Aborda-se que é a especificidade dos ativos que guia as decisões sobre transações via mercado, ou via hierarquia (verticalização), ou, ainda, em forma híbrida.

⁸ Entre vários estudiosos brasileiros no assunto, é possível encontrar em Azevedo (2000), por exemplo, tal detalhamento.

f) Especificidade temporal – sazonalidade, perecibilidade, ou não, de insumos e produtos finais alteram o quão vinculado está um ativo a sua finalidade. Isso é verificado usualmente no mercado de frutas frescas.

Outra característica das transações é a frequência. Essa é importante porque a partir dela há possibilidade de diluição dos custos de adoção de um mecanismo complexo por várias transações. Também há possibilidade de construção de reputação por parte dos agentes envolvidos na transação. A frequência pode ser ocasional, discreta, ou recorrente. A ocasional induz os agentes a manterem relações de mercado, sem a necessidade de um compromisso rígido. A discreta já aponta para uma repetição das trocas entre os agentes econômicos e pode acabar por demandar uma formalização contratual. Por fim, a recorrente revela alta frequência das relações contratuais, o que pode levar a construção de contratos que, ao mesmo tempo, imponham seu cumprimento e que permitam ser ajustados, de forma a reduzir os custos de transação.

A terceira característica das transações, evidenciada por Coase (1937) e reforçada por Williamson (1985) e North (1990) é a incerteza. Tal característica foi descrita por Knight (1921) como sendo a impossibilidade de calcular o que acontecerá no futuro. Algumas atitudes posteriores dos agentes econômicos são imprevisíveis, em função do próprio comportamento humano, mas também por causa do desconhecimento de elementos relacionados ao ambiente econômico e institucional. De toda forma, não há como prever com erro zero os eventos vindouros. E isso faz com que os agentes optem por estabelecer contratos, de acordo com as características das transações e dos agentes. As características dos agentes, racionalidade limitada e oportunismo, relacionam-se à incerteza.

O institucionalismo que sustenta a ECT, conforme já evidenciado desde Coase (1937), destaca os contratos como elemento-chave para a compreensão das trocas. A manutenção dos acordos tem como algumas razões as garantias legais, reputação e princípios éticos (Zylbersztajn, 2000). As primeiras, instituições formais, enquanto as duas últimas, instituições informais (transformáveis, ou não, em instituições formais).

Os contratos, por esta lógica teórica, podem ser: a) planejados (em que há racionalidade ilimitada, oportunismo e ativo específico); b) de compromisso (com a existência de racionalidade limitada e ausência de oportunismo); c) competitivo (em que há racionalidade limitada, oportunismo e com ativos de baixa especificidade); e d) governável (com a existência de racionalidade limitada, oportunismo e ativos específicos) (Siffert Filho, 1995).

É sobre esse último modelo de contrato que se debruçam as mais recorrentes análises dos custos de transação. E essas se apoiam na teoria dos contratos

relacionais, que recentemente ganhou uma importante contribuição da academia brasileira, com trabalho construído por Zylbersztajn e Sztajn (2005). Os contratos relacionais, comentados preliminarmente acima, objetivam manter uma estrutura de contrato flexível, negocial e continuada, ao contrário de tentar obter e manter um contrato completo.

A ECT ainda está constituída através da verificação das estruturas de governança. Elas podem ser de mercado, hierarquizada (ou unificada), ou, ainda, híbridas (bilateral ou trilateral) (Williamson, 1985). Na primeira, as trocas ocorrem exclusivamente pelo sistema de preços e normalmente são ocasionais, sem elevada especificidade dos ativos. No segundo caso, onde há alta especificidade dos ativos, as trocas são recorrentes e há potenciais ações oportunistas, prefere-se internalizar a totalidade das etapas do processo de produção e de comercialização, até o consumidor final. No terceiro caso, há fortes incentivos a se vigiar o cumprimento do contrato até o final e percebe-se as características das transações como sendo ocasionais de classe mista à classe altamente específica. Também a estrutura híbrida inclui transações corriqueiras que envolvem ativos específicos. Nesses casos, é usual a elaboração de contratos relacionais.

Gestão comum de recursos e análise institucional e desenvolvimento

O universo de análise de Ostrom (1990) tem início na delimitação dos direitos de propriedade. Em contrariedade à hipótese de que o uso eficiente dos recursos é possível somente se a propriedade dos mesmos for privada, ou alternativamente, do Estado,⁹ Ostrom acreditava que os recursos poderiam ser geridos de forma comunal. Sua construção teórica pode ser encontrada de maneira detalhada em duas de suas obras: *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action* (1990) e *Understanding institutional diversity* (2005).

Sobre o tema, a autora ganhou notoriedade com sua agenda de pesquisa conhecida pela gestão do que se chama *Common Poor Resource* (CPR), ou recursos de propriedade comum (comunal). Sua construção analítica original está inspirada em argumentos como os de Mary Douglas e Douglass North, conforme apontado por Baiardi (2011). Assim, sua crença era de que a ação coletiva é retroalimentada permanentemente por convenções e instituições capazes de oferecer a gestão comunitária como alternativa às triviais formas vinculadas ao Estado, ou aos mercados – decisões pelas firmas.

⁹ Sobre isso, é possível ver Coase (1960) e Hardin (1968), além de Demsetz (1967), por exemplo.

Em sua análise institucional ligada ao uso comunitário dos recursos, Ostrom (1990) admitia que se as comunidades não são pressionadas por razões de subsistência a desfrutar predatoriamente os recursos, então poderão fomentar a credibilidade e a confiança entre os seus integrantes. Também, se existem regras de monitoramento aceitas pela coletividade, com vistas a dividir custos e benefícios, e distribuir responsabilidades, então existirá condições de criação de um autogoverno de bens comuns. Como consequência, bens comuns serão tão mais preservados, quanto mais próximos estiverem de uma gestão compartilhada. A construção analítica da autora particularmente se mostra útil para casos em que os recursos são de difícil exclusão de seus usuários e elevada rivalidade.

De similar forma pragmática àquela observada em Williamson (1975 e 1985), Ostrom (1990) propôs princípios para o uso de recursos pela coletividade. São eles:

- a) Demarcação clara das fronteiras dos recursos de bem comum e dos seus utilizadores;
- b) As regras definidas têm de ser adequadas às condições locais;
- c) Os utilizadores participam da definição/adaptação das próprias regras – acordos coletivos;
- d) Os fluxos de benefícios proporcionados pela gestão comum são proporcionais aos custos de utilização;
- e) Há um reconhecimento das regras da comunidade pelas autoridades externas;
- f) É realizado o monitoramento e são respeitadas as regras por parte dos utilizadores, com penalizações para os transgressores;
- g) É garantido o fácil acesso a meios de resolução de conflitos bem como a custos reduzidos;
- h) Há uma ligação na gestão de recursos de menor escala com os de maior escala, partindo do particular para o geral.

Como é possível notar, há uma rigidez de regras, não necessariamente formais, que permite o uso mais eficiente dos recursos. Tanto no que diz respeito à identificação, delimitação e uso desses que são, na prática, fatores de produção, quanto nas regras de seus usos, monitoramento e penalizações pelo seu não cumprimento. E isso é sustentado porque as instituições são resultado de construções feitas pela própria coletividade que se beneficia e se responsabiliza pela gestão dos recursos.

A autora também sugeriu que o desempenho no uso dos fatores de propriedade da comunidade poderia ser otimizado se fossem respeitadas as seguintes normas, tais como (Ostrom, 2000): a) informações precisas sobre a

condição do recurso e espera do fluxo de benefícios e custos disponíveis a baixo custo para os participantes (Blomquist, 1992; Gilles e Jamtgaard, 1981); b) compartilhamento de um entendimento comum sobre os potenciais benefícios e os riscos associados com a manutenção ou mudança em normas e regras; c) compartilhamento de normas generalizadas de reciprocidade e de confiança; d) estabilidade do grupo que usufrui do recurso; e) longevidade do grupo que ocupa a área; f) os participantes que usam regras de escolha coletiva e democrática podem minimizar custos de transação; g) os participantes podem desenvolver um sistema de monitoramento preciso e de relativamente baixo custo, além de promover arranjos de penalização (Berkes, 1992).

Provocada por North, Ostrom (1990) construiu uma abordagem teórica (institucionalista) que foi batizada de “Análise Institucional e Desenvolvimento” (IAD, do original, em inglês). Pode-se afirmar que essa foi uma proposta objetiva de abordar “desenvolvimento”, tendo os usos de recursos caros aos temas rurais frequentes¹⁰ como exemplo de sua aplicação. As demais propostas (Coase, 1937, 1960 e 1998; North, 1990 e 1994; Williamson, 1975 e 1985) são parcimoniosas no uso do termo “desenvolvimento”, ao preferirem abordar a evolução econômica através de termos como desempenho e eficiência adaptativa, por exemplo.

A IAD admite que a autogestão dos recursos naturais evidentemente escassos é possível mediante a criação ou adoção de instituições – entendidas como criações humanas – que promovam o desenvolvimento. A partir disso, é possível encontrar comunidades que optam pela gestão coletiva dos recursos e que são bem-sucedidas em circunstâncias em que esses seriam insuficientes em termos de dotação individualizada. Assim, há uso de fatores escassos de forma racional, ou seja, que não sejam exauridos e que, logo, possam ser usados de maneira intergeracional.

Uma última agenda proposta por Ostrom foi a da análise dos chamados sistemas socioecológicos (SSE). Para a autora, esses sistemas são analisados a partir da complexidade, incerteza e instituições. Um SSE é um sistema ecológico que se relaciona com sistemas político, socioeconômico e de governança direta dos recursos e suas interações.

Assim sendo, instituições bem construídas se revelam robustos mecanismos de governança que tenham a capacidade de resistir a ameaças para dar uma dimensão de sustentabilidade à ação coletiva. E a construção de Ostrom

¹⁰ O grupo de pesquisadores coordenado por Ostrom mapeou 4 mil casos de usos de recursos de propriedade comunitária, tendo observado casos como de recursos florestais, pesqueiros, áreas de pastagens, água de rios e do mar.

que remonta aos elementos originais da economia e a sua forma de administrar os recursos escassos se mostra capaz de servir o pesquisador de ferramentas de análise do desenvolvimento rural em diversos estudos de caso.

Como pensar o desenvolvimento rural a partir da abordagem institucionalista? Algumas aplicações da abordagem institucional na agricultura brasileira

A construção da abordagem institucional de North concentra estudos históricos macroinstitucionais, conforme anteriormente exposto. Assim, é na interpretação do desempenho econômico dos países que são feitas análises inspiradas nesse autor. Mesmo assim, os estudos brasileiros têm adotado crescentemente seus argumentos para, a partir de seu método histórico-dedutivo, construir-se cenários sobre o desenvolvimento, ou não, em contextos rurais. Um exercício bem-sucedido foi construído por Azevedo (2000), ao propor, no âmbito da NEI, ferramentas para análise na agricultura. Dentre cinco exemplos que o autor apresenta, particularmente o que se refere à desregulamentação do sistema agroindustrial do trigo expressa traços novo-institucionalistas, ao argumentar que “a mudança das “regras do jogo” provocou uma intensa reestruturação produtiva nos setores aptos à concorrência, em termos de realização de economias de escala, capacitação tecnológica e organização da produção” (Azevedo, 2000, p. 49). Ou seja, até novembro de 1990, o Estado brasileiro era o principal agente do mercado. A partir deste momento, houve um processo de desregulamentação e de saída do governo das ações diretas no mercado. Como contrapartida, as políticas governamentais continuaram a acontecer, porém, provocando aumento na incerteza do mercado e, logo, resultados de baixa eficiência para o sistema.

Recentemente, Plein (2012) construiu uma matriz analítica para compreender o subdesenvolvimento de determinado território rural situado em região do estado do Paraná. Sua pesquisa, baseada em dados secundários e pesquisa de campo, apontou que a existência de instituições informais vinculadas a hábitos e técnicas de produção e, logo, *path dependence* no meio rural, tem levado os residentes no meio rural – prioritariamente agricultores – a desconhecer possibilidades de melhorar seu desempenho econômico, perpetuando a condição de pobreza na zona rural dos municípios abordados.

Diferentemente da visão macroinstitucional de North para a construção de análises que podem dar suporte à discussão do desenvolvimento rural, a visão microinstitucional dos custos de transação inspirada em Coase

e em Williamson tem sido frequentemente empregada nas discussões sobre mercados agrícolas e agroindustriais. No Brasil, houve importante contribuição de Zylbersztajn (1995) para os estudos da agricultura, ao abordar em sua tese de livre docência a coordenação dos sistemas agroindustriais, reinterpretando o que chamou Goldberg de *agribusiness*, ou agronegócio. Em seus resultados finais, o autor confirmou sua hipótese de que a economia dos custos de transação seria capaz de servir às análises da organização dos sistemas vinculados ao agronegócio, com a aplicação dos preceitos da ECT na discussão sobre coordenação e competitividade dos sistemas produtivos. A partir disso, as interpretações dos mercados agrícolas sob esse fundamento teórico ganharam notoriedade e nortearam grupos de pesquisas na área, destacando-se aqui o caso do Programa dos Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (Pensa), da USP. Também o trabalho de Farina (1999), ao buscar conceituar competitividade e coordenação nos sistemas agroindustriais, permitiu uma ampla discussão analítica do tema baseada no institucionalismo, de forma geral, e nos custos de transação, ao nível das organizações e mercados.

Dentre algumas das várias interpretações dos mercados baseadas na ECT, cita-se a discussão sobre arranjos organizacionais e institucionais no mercado de flores, construída por Claro e Santos (1998). Nessa, a partir de uma análise qualitativa, chegou-se à conclusão de que as transações ocorrem por diferentes estruturas de governança (particularmente, hierárquica e via mercado), relacionadas aos canais de comercialização utilizados. Por sua vez, a análise do mercado de carne bovina feita por Vinholis (1999) expressou que as relações contratuais entre criadores de novinho precoce e frigorífico no estado de São Paulo aumentaram sua frequência e especificidade do ativo carne, contudo, em função da incerteza inerente às trocas, há possibilidades de verificação de custos que reduzem a eficiência contratual.

A tese de Silva (2002) teve como objeto o tabaco produzido no sul do Brasil e permitiu a interpretação de que há eficiência na coordenação da cadeia, por parte da indústria, pois a mesma consegue impor regras que reduzem incerteza na estrutura produtiva, incluindo-se a etapa agrícola, de responsabilidade de agricultores familiares. A construção de uma governança híbrida bem-sucedida se reflete no êxito que o tabaco sul-brasileiro tem mercado mundial, onde ocupa a posição de liderança há duas décadas. O trabalho de Faulin e Azevedo (2003) teve a distribuição de hortaliças pelos agricultores familiares do município de São Carlos (SP) como objeto analisado e constatou que a estrutura de governança híbrida é predominante, em face à elevada especificidade desses produtos e à alta frequência das relações contratuais. Contudo,

os contratos informais permaneciam os mais corriqueiros. Por fim, Zonin (2013), ao tratar do selo de combustível social criado para incluir o agricultor familiar na produção de biodiesel, constatou que o mesmo criou custos de transação, permitindo inferir que esses possivelmente se tornaram superiores àqueles observados antes da constituição dessas regras formais, reveladas por portaria ministerial, publicada no segundo semestre de 2012.

A abordagem institucionalista de Ostrom se tornou mais frequentemente empregada aos estudos brasileiros, particularmente a partir do reconhecimento de seu trabalho, pelo prêmio Nobel de Economia, em 2009 (ganho junto com Williamson). Silva Filho e outros autores (Silva Filho et al., 2009) se propuseram a abordar a política de gestão ambiental da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA) a partir da IAD de Ostrom. Identificaram um quadro institucional do gerenciamento da região, com resultados da ação em forma de rede para a gestão de problemas específicos locais. Observaram também uma interação entre os atores do sistema do meio ambiente e atores de um novo sistema de recursos hídricos, sendo este último uma peça fundamental no caso da poluição hídrica da RMPA.

Rudnick (2012) abordou a confiança nas relações contratuais da produção de tabaco no sul do Brasil e no seu *mix* de considerações teóricas institucionalistas recorreu a Ostrom para interpretar a ação coletiva. Dentre os resultados, observou que os orientadores agrícolas, contratos das empresas, servem de elo indústria-fumicultor, o que garante a confiança e a reputação para o sistema, evidenciando-se mecanismos de sanção aos desvios contratuais e êxito na coordenação da fumicultura gaúcha. Pereira (2013), por seu turno, ao abordar a ação coletiva envolvida nos direitos de propriedade do Parque Nacional da Serra da Boquena (PNSB – no estado do Mato Grosso do Sul) se propôs a trabalhar os chamados sistemas socioambientais (SES, do original, em inglês) e verificou conflitos sobre o uso dos recursos ali localizados, provavelmente por causa do não reconhecimento pelos atores das regras criadas para seu usufruto. Isso, num contexto em que à forte rivalidade e à dificuldade de excluir tantos agentes interessados naquela área.

Os estudos acima são uma pequena amostra das muitas interpretações do rural baseadas na abordagem institucional. Esses permitem recuperar a necessidade de áreas da ciência, como é o caso da economia, avaliarem os processos de transformação e como esses ocorrem ao longo do tempo. Ou seja, defendem que o mundo rural somente pode ser compreendido se for considerada a história. Além disso, os estudos que têm o rural brasileiro como tema central mostram que as instituições informais são decisivas para o sucesso, ou não, da aplicação e do respeito a leis, normas e, logo, de políticas públicas.

Análises centradas nos contratos e nas transações também expressam que é preciso considerar a força das regras informais. Do contrário, estudos sobre coordenação, seja pelo mercado, seja pela hierarquia vinculada a empresas agroindustriais, ou associações, cooperativas, entre outros, mesmo quando aparentemente têm organização baseada em normativas explícitas, não terão a capacidade de interpretar de forma adequada os padrões de comportamento dos agricultores e demais ocupantes dos espaços rurais. Isso, pois as instituições formais mais respeitadas e eficientes são resultado da cristalização de hábitos e modos de vida de grupos sociais (ou da sociedade como um todo) construídos ao longo de vários períodos de tempo.

O que, de modo geral, ainda carece de aprofundamento nas análises do mundo rural sob o olhar institucionalista é a aplicação de métodos de análise que aliem ferramentas quantitativas, ao lado daquelas qualitativas, frequentes nas pesquisas com esse viés teórico. Estudar as configurações agroindustriais e, mais genericamente, o que ocorre no espaço rural com o aproveitamento conjunto desses dois tipos de método é parte da agenda de pesquisas em curso ultimamente, especialmente no campo da economia dos custos de transação, observadas em centros de pesquisa como Pensa (USP), Esalq (USP) e Capan (UFRGS).

Considerações finais

A construção de um aparato teórico baseado na compreensão das instituições devolveu à economia seu caráter interdisciplinar e recuperou seus elementos fundamentais. Pensar de forma destacada na escassez dos recursos e, logo, discutir a eficiência na sua gestão conectam a economia institucional aos temas rurais. Ao se admitir que o uso dos recursos e que as transações são guiadas por instituições, e que tudo incorre em custos, abre-se um campo de estudos que poderia ser negligenciado, o da compreensão da estrutura das relações sociais, de como são conduzidas as relações econômicas.

O desenvolvimento é um processo compreendido historicamente. É percebido pelas interações humanas refletidas em arranjos institucionais que sustentam uma matriz institucional que impõe determinados padrões de comportamento. As instituições são construídas pela coletividade e somente permitirão o uso adaptativamente mais eficiente dos recursos – que são exauríveis – se a ação humana estiver alicerçada em tal percepção.

Sem um processo de evolução das interações sociais com os recursos não há como pensar em desenvolvimento rural. A abordagem institucionalista

sugere a apreensão desses elementos humanos e do meio onde vivem. O institucionalismo que trata questões agrárias e agrícolas as aborda pelas dimensões social, política, histórica, geográfica e biológica, além da econômica. E admite o rural permeável ao espaço e acontecimentos urbano-industriais, num modo complexo de interações com lógicas próprias, em certo sentido, e comuns, em significado genérico. De todos esses elementos, cabe ainda afirmar que decisões sobre estratégias competitivas para o mercado, sobre políticas públicas que afetem residentes no ambiente rural, entre outras, somente serão bem-sucedidas se forem coerentes com a matriz institucional das comunidades beneficiadas. Ou seja, se não entrarem em conflito com o conjunto de regras e costumes desses grupos sociais. Por seu turno, as instituições formais e as informais são responsáveis pelo estímulo ao uso mais apropriado dos recursos, ou não. Assim, pensar o desenvolvimento rural é possível através da compreensão do seu desenvolvimento institucional.

Referências

- AZEVEDO, P. F. de. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para agricultura. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 33-52, 2000.
- BAIARDI, A. Elinor Ostrom, a premiação da visão unificada das ciências humanas. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 61, p. 203-216, jan./abr. 2011.
- BERKES, F. Success and Failure in Marine Coastal Fisheries of Turkey. In: BROMLEY, D. W. et al. (eds.). *Making the Commons Work: Theory, Practice, and Policy*. San Francisco: ICS Press, 1992. p. 161-182.
- BLOMQUIST, W. *Dividing the Waters: Governing Groundwater in Southern California*. San Francisco: ICS Press, 1992.
- CLARO, D. P.; SANTOS, A. C. dos. O complexo agroindustrial das flores sob o enfoque da economia dos custos de transação (ECT). *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 18-30, 2.trim./1998.
- COASE, R. The nature of the firm. *Economica*, New Series, v. 4, n. 16, p. 386-405, nov. 1937.
- _____. The problem of social cost. *Journal of Law and Economics*, vol. 3, p. 1-44, oct. 1960.
- _____. The new institutional economics. *The American Economic Review*, v. 88, issue 2, p. 72-74, may 1998.
- DEMSETZ, H. Toward a theory of property rights. *American Economic Review*, v. 57, n. 2, p. 347-359, 1967.
- FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um esquema conceitual. *Gestão e Produção*, v. 6, n. 3, p. 147-161, dez. 1999.

- FAULIN, E. J.; AZEVEDO, P. F. de. Distribuição de hortaliças na agricultura familiar: uma análise das transações. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 33, n. 11, p. 24-37, nov. 2003.
- FENDT, R. Sumário. Entendendo o processo de mudança econômica. Clássicos Liberais. *Revista Banco de Ideias*, n. 46, mar./abr./maio 2009.
- GILLES, J. L.; JAMTGAARD, K. Overgrazing in Pastoral Areas: The Commons Reconsidered. *Sociologia Ruralis*, vol. 2, p. – 335-358, 1981.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science*, New Series, v. 162, n. 3859, dec. 1968.
- HODGSON, G. What are institutions? *Journal of Economic Issues*, v. 30, n. 1, p. 1-25, mar. 2006.
- KNIGHT, F. *Risk, Uncertainty and profit*. Boston: Houghton Nifflin, 1921.
- MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their rules to rural development. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 424-438, out. 2000.
- MARSHALL, A. *Princípios de economia*: tratado introdutório. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas: Marshall).
- NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- _____. Economic performance through time. *The American Economic Review*, v. 84, n. 3, p. 359-368, jun. 1994.
- _____. *Understanding the process of economic change*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- _____. *Institutions, transaction cost and productivity in the long run*. St. Louis: Washington University, [s/d].
- _____. *The new institutional economics and development*. St. Louis: Washington University, [s/d].
- OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- _____. Private and common property rights. In: BOUCKAERT, B.; DE GEEST, G. *Encyclopedia of Law and Economics*. Vol. II. Civil Law and Economics. Cheltenham: Edward Elgar, 2000, p. 332-379. Disponível em: <<http://encyclo.findlaw.com/2000book.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2012.
- _____. *Understanding institutional diversity*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- PEREIRA, M. *Gestão de recursos comuns no entorno de áreas protegidas*: ação coletiva e desenvolvimento rural no sistema sócio-ecológico do Parque Nacional da Serra da Bodoquena – MS. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- PLEIN, C. *Os mercados da pobreza ou a pobreza dos mercados?* As instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na Microrregião de Pitanga, Paraná. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RUDNICK, C. P. S. *As relações de confiança no sistema integrado de produção de tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SIFFERT FILHO, N. F. A economia dos custos de transação. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 103-128, dez. 1995.

SILVA FILHO, J. C. L. da; KÜCHLER, J.; NASCIMENTO, L. F.; ABREU, M. C. S. de. Gestão ambiental regional: usando o IAD framework de Elinor Ostrom na “análise da política” da gestão ambiental da Região Metropolitana de Porto Alegre. *Revista O&S*, Salvador, v. 56, n. 21, p. 609-627, out./dez. 2009.

SILVA, L. X. da. *Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação*. Tese (Doutorado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SIMON, H. *Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965.

VINHOLIS, M. de M. B. *Uma análise da aliança mercadológica da carne bovina baseada nos conceitos da economia dos custos de transação*. Workshop de gestão de sistemas agroalimentares. 2. Ribeirão Preto: PENSA/FEA/USP, 1999.

WILLIAMSON, O. E. *Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications*. New York: The Free Press. 1975.

_____. *The economic institutions of capitalism*. [s/l]: [s/n], 1985.

_____. Transaction cost economics. In: SCHMALENSEE, R.; WILLIG, R. D. (Ed.). *Handbook of industrial organization*. [s/l]: Elsevier Science Publishers B.V., 1989.

_____. The new institutional economics: taking stock, looking ahead. *Journal of Economic Literature*, v. XXXVIII, p. 595-613, sept. 2000.

_____. The theory of the firm as governance structure: form choice to contract. *Journal of economic perspectives*, v. 16, n. 3, p. 171-195, 2002.

_____. Transaction costs economics: an introduction. *Economic discussion paper*, mar. 2007.

ZONIN, V. *A institucionalização e a identificação dos direcionadores de custos de transação do selo combustível social na cadeia do biodiesel*. Tese (Doutorado em Agronegócios). Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ZYLBERSZTAJN, D. *Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia institucional*. Tese (Livre docência). Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. Economia das organizações. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. *Economia e gestão dos negócios agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000, p. 23-38.

ZYLBERSZTAJN, D.; SZTAJN, R. A economia dos contratos. In: ZYLBERSZTAJN, D.; SZTAJN, R. (Org.). *Direito e economia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 102-136.

Enfoques teóricos em tecnologia e inovação: aplicações aos estudos em desenvolvimento rural

Marcio Gazolla

Introdução

Este capítulo objetiva apresentar as diferentes abordagens teóricas sobre tecnologia e inovação que influenciaram historicamente os estudos rurais no Brasil e outros países. Embora o trabalho perpassasse por várias abordagens teóricas sobre o tema, ele está voltado a discutir especialmente a Perspectiva Multinível e Coevolucionária (PMN) e a noção de produção de novidades, ressaltando as aplicações de seus conceitos aos estudos inovativos na área do desenvolvimento rural. Neste sentido, o capítulo oferece um conjunto de “ferramentas analíticas” para os estudiosos que desejam investigar práticas inovativas e criativas dos agricultores nos espaços rurais e processos de desenvolvimento rural.

O debate sobre tecnologia e inovação na agricultura foi marcado pela Teoria da Modernização e Inovação Induzida. De maneira geral, estas teorias ressaltavam que a agricultura deveria incrementar seus processos tecnológicos, sendo um dos resultados almejados o aumento da produtividade dos fato-

res.¹ A principal característica destas teorias é a inovação ser sempre externa aos conhecimentos dos agricultores, seus agroecossistemas, modos de vida e trabalho. Em função destas características que marcaram estes modelos tecnológicos existentes na agricultura nas décadas recentes é que se discute mais profundamente a PMN e a noção de produção de novidades. Este enfoque mostra-se mais adequado ao entendimento das práticas criativas dos atores sociais e agricultores nos processos de desenvolvimento rural, já que estas teorias anteriores pouco ou quase nada contribuíram nesse sentido.

A PMN e a noção de produção de novidades trazem avanços no entendimento das novas práticas de desenvolvimento rural. Primeiro, por considerar os conhecimentos dos agricultores importantes à inovação, atribuindo peso igual aos seus conhecimentos e de outros atores e instituições com os quais os agricultores interagem. Segundo, os agricultores podem desenvolver novidades em suas práticas de trabalho, sendo que as inovações não surgem somente de fora das propriedades rurais. Terceiro, as novidades produzidas pelos agricultores podem gerar mudanças (transições) em várias dimensões da vida e trabalho dos agricultores, mas também em aspectos mais amplos da sociedade e do contexto institucional (no regime sociotécnico) em que elas estão imersas. Quarto, com a produção de novidades pelos agricultores há aumento dos seus níveis relativos de autonomia reprodutiva e sustentabilidade de suas práticas, ficando menos dependentes das estruturas de mercados e do contexto institucional em que estão inseridos.

O capítulo está estruturado em duas partes, mais Introdução e Considerações finais. Na primeira discutem-se as abordagens clássicas sobre tecnologia e inovação, que dominaram o debate brasileiro a partir dos anos 1970. Na segunda parte do trabalho, desenvolvem-se os conceitos em torno da PMN e a noção de produção de novidades, ressaltando suas aplicações aos estudos das práticas criativas e inovativas nos espaços rurais e processos de desenvolvimento rural.

Enfoques teóricos clássicos em inovação e tecnologia na agricultura

Duas abordagens teóricas possuíram influências históricas nos processos de modernização da agricultura e incrementos tecnológicos existentes, uma

¹ Ver Gasques et al. (2010) e Gasques e Conceição (2000) para uma análise do crescimento da produtividade dos fatores na agricultura brasileira: terra, trabalho e capital.

de inspiração neoclássica e outra marxista, sendo esta segunda dividida em dois enfoques diferentes. Na abordagem neoclássica destacou-se a Teoria da Inovação Induzida de Hayami e Ruttan (1971 e 1988). Estes autores defendiam que se os agricultores não adotassem inovações, elas deveriam ser induzidas institucionalmente para que ocorresse a mudança técnica na agricultura. Caberia ao Estado e suas agências induzirem as mudanças na base técnica de produção da agricultura, visando aumentar a produtividade. Este processo de mudanças técnicas foi conduzido, por um lado, pela implantação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que deu conta dos processos de produção de conhecimentos e inovações para a agricultura a partir dos anos 1970. De outro lado, pela assistência técnica e extensão rural, na figura da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), responsável pelo difusionismo das técnicas, métodos e tecnologias junto aos agricultores e populações rurais.

Nas abordagens de inspiração marxista teve influência a ideia de progresso técnico, que para os autores desta tradição teórica é a forma clássica que o capitalismo consegue penetrar na agricultura. Por exemplo, para Graziano da Silva (1981), o progresso técnico chegou à agricultura na forma de três tipos de inovações: químicas, físicas e mecânicas. O efeito destas inovações foi gerar uma grande diferenciação social, econômica e produtiva na agricultura, na qual, de um lado, têm-se regiões modernizadas (sul e sudeste), agricultores capitalizados (especialmente os grandes proprietários de terras) e produtos específicos beneficiados (com crédito rural). De outro lado, as regiões norte e nordeste como “perdedoras” (com baixos graus de modernização), pequenos agricultores familiares vulnerabilizados e culturas voltadas à alimentação básica excluídas dos serviços do Estado (crédito rural, assistência técnica, pesquisa). Foram estes resultados da modernização da agricultura brasileira que levaram Graziano da Silva (1981) a caracterizá-la como desigual, concentradora e excludente.

A segunda vertente marxista influente no Brasil é a do apropriação/substitucionismo de Goodman, Sorj e Wilkinson (1990). O apropriação/substitucionismo é definido como o processo pelo qual a indústria apropriou-se dos elementos discretos utilizados no processo de produção agrícola. Segundo os autores, o apropriação/substitucionismo é um processo descontínuo, porém persistente de eliminação de elementos discretos da produção, sua transformação em atividades agrícolas e sua reincorporação na agricultura sob a forma de insumos e tecnologias. Já o substitucionismo é o processo pelo qual a indústria substituiu os produtos agropecuários naturais, por exemplo, os alimentos por produtos industrializados, produzidos pelo que os autores denominaram de fábricas rurais. Para

Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) as transformações tecnológicas foram tão intensas que quase conseguiram penetrar no centro do processo produtivo natural, gerando modificações estruturais no mesmo.

Estas três abordagens dominaram o debate sobre inovação e tecnologia na agricultura a partir dos anos 1970 no Brasil. A sua contribuição reside em diagnosticar a baixa produtividade da agricultura brasileira, que na época chegava a ser chamada de subdesenvolvida, por exemplo, por Furtado (1968). O aumento do nível técnico e produtivo era uma realidade necessária à agricultura e atividades rurais do país. Entretanto, estas teorias equivocaram-se na forma que conceberam a implementação de tais mudanças, pois as enfocaram de maneira a não considerar o papel dos agricultores como proativos na construção das tecnologias. Também propuseram “modelos” tecnológicos externos às propriedades rurais (concebidos por empresas, os mercados ou a própria Embrapa) e padrões lineares de incorporação técnica, muitas vezes, desconsiderando a realidade social, cultural e econômica dos agricultores e regiões rurais. De maneira geral, isso gerou inadequações tecnológicas e vulnerabilizou os processos reprodutivos das famílias rurais.

A Perspectiva Multinível e Coevolucionária e a noção de produção de novidades: aportes teóricos para o estudo das práticas inovativas no desenvolvimento rural

A PMN surge como uma abordagem que é definida como multidisciplinar. Segundo Marques (2009) em sua constituição notam-se traços de diversas disciplinas, figurando entre as principais a Teoria dos Sistemas Complexos Amplos (*Large Technical System Theory* com os trabalhos de Hughes), da Construção Social da Tecnologia (*Social Construction of Technology*, com Bijker), da Teoria do Ator-Rede (*Actor Network Theory*, com os estudos de Bruno Latour, Michael Callon e John Law), da noção de coevolução de Bijker e Law e Rip e Kemp, da Avaliação Construtiva da Tecnologia (*Constructive Technology Assessment*, com Rip) e dependência de trajetória de Douglass North.

Segundo Geels (2004) resumindo-se estas abordagens, diz-se que a PMN possui base em duas grandes áreas de estudos teóricos. De um lado, a Sociologia da Tecnologia e, de outro, a Economia Evolucionária. Os primeiros trabalhos referencias são dos economistas evolucionários como Kemp (Kemp et al., 1998), Geels (2004) e Nelson e Winter (2005), entre outros, que inauguraram a noção de regime sociotécnico. Este enfoque foi desenvolvido visando compreender os processos sociotécnicos nas firmas e indústrias, chegando

até setores intensivos em tecnologia. Ele é adaptado para as investigações dos processos tecnológicos no desenvolvimento rural por Wiskerke e Ploeg (2004) e outros autores. Com estes últimos, a abordagem incorpora os aspectos de agência dos agricultores e há a formulação da noção de produção de novidades.

A ideia da produção de novidades tem como principal característica diferenciar-se da noção de inovação (tecnológica), muito presente a partir dos anos 1970 no Brasil, em função da Teoria da Modernização. Como formularam Ploeg et al. (2004), novidades e inovações possuem “histórias de vida” diferentes. Na modernização, as inovações definiram-se exclusivamente como sinônimo de tecnologia e foram difundidas de modo linear, em que elas eram geradas pelo conhecimento científico em centros de pesquisa e investigação – posteriormente, difundidas pelos serviços de assistência técnica e extensão rural – chegando até os agricultores que as absorviam sob a forma de “pacotes tecnológicos” pelos mercados como demonstra a Figura 1 (Ploeg et al., 2004).

Segundo Stuver e Wiskerke (2004) esse modelo é baseado pela clara divisão de tarefas entre os atores, já que alguns atores são concebidos como supostos especialistas na geração de inovações, outros concentram-se na transferência, enquanto aos agricultores cabia o mero papel de aplicar passivamente as mesmas. Por esta abordagem, os agricultores não possuem agência e nem conseguiam influenciar e expressar as suas demandas ao regime sociotécnico institucionalizado, pois a trajetória de desenvolvimento das inovações e conhecimentos eram sempre externos as práticas dos atores envolvidos, unidades produtivas e saberes dos agricultores (Figura 1).

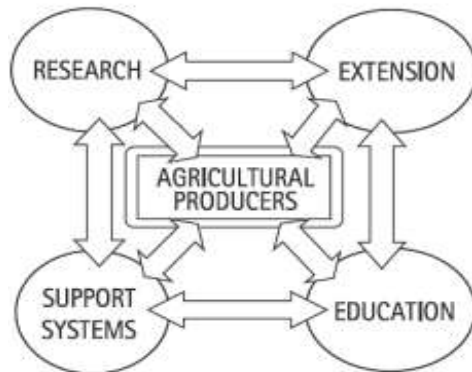


Figura 1 – O processo de geração, transferência e adoção de inovações e conhecimentos na agricultura moderna

Fonte: Knickel et al. (2008).

Segundo Knickel et al. (2008) este modelo ainda possuiria mais duas dimensões importantes, um sistema de educação e treinamento e um de suporte (Figura 1). No primeiro seriam reunidos e desenvolvidos os conhecimentos para a formação de técnicos e profissionais das ciências agrárias, agrônomos, especialistas e pesquisadores para serem repassadores das regras e técnicas aos agricultores. Os sistemas de suporte seriam constituídos de serviços e organizações de crédito rural, insumos, associações de produtores, que dariam suporte ao padrão “moderno”.²

Observa-se que estas dimensões do modelo linear possuíam papéis diferentes, porém agem integradas e com um mesmo objetivo: institucionalizar o padrão moderno de agricultura como um modelo monolítico de desenvolvimento. No Brasil, este processo social caracterizou-se pela produção de inovações padronizadas, externalizadas e globais ao local, consideradas fora da realidade ambiental dos agroecossistemas, modos de vida e práticas cotidianas dos agricultores (Stuiver, 2008; Roep e Wiskerke, 2004).

Segundo Ploeg et al. (2004), as novidades constituiriam as “sementes da transição”, pois através delas seria possível transições do padrão de agricultura existente para um mais sustentável, dentro dos princípios de desenvolvimento rural.³ Esse processo de transição é baseado numa Perspectiva Coevolucionária e Multinível. Segundo Moors e Wiskerke (2004), esta perspectiva possui o nome de multinível por possuir três níveis heurísticos e analíticos: nichos, regime e paisagem sociotécnica, conforme colocado na Figura 2. Estes três níveis de agregação possuiriam comunicação entre si e estão sempre institucionalmente interligados. Já a ideia coevolucionária é devido às práticas criativas dos atores coevoluiem no tempo e espaço social onde os mesmos estão posicionados e desenvolvendo suas atividades sociotécnicas.

Moors e Wiskerke (2004, p. 32) definem melhor esta perspectiva de análise.

No desenvolvimento de tal perspectiva chamada de multinível, multiator e multiaspecto, a dinâmica da mudança sociotécnica acontece com um foco na

² Um exemplo disso é a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, pelo Governo Militar no Brasil, que possuiu como objetivo principal modernizar a agricultura sem remover os entraves da estrutura agrária (concentração da terra).

³ Autores como Brunori et al. (2009) e Knickel et al. (2008) argumentam que o primeiro “modelo” seria composto de economias de escala, especialização, alta resposta para o uso de insumos externos, produtividade do trabalho, tecnologias químicas, mecânicas e na biotecnologia, queda do emprego rural e na exclusão dos residentes rurais não agrícolas. Já o desenvolvimento rural seria ancorado em economias de escopo, diversificação rural, redução do uso de insumos externos, obtenção de maiores valores agregados, agroecologia, comunicação e organização das tecnologias e empoderamento da população rural.

interação entre tecnologia e sociedade, conceitualizada como um processo de coevolução ou de coprodução em que a tecnologia e o contexto social interagem e mudam. [...] Nesta perspectiva, nós necessitamos compreender a dinâmica coevolucionária de interação entre o natural, o técnico e o institucional.

As novidades surgiriam nos nichos que seriam seus espaços protegidos e incubadores, onde elas desenvolveriam-se, permanecendo nos nichos através do tempo, ganhando o regime sociotécnico, modificando-o ou incrementando-o. Ou ainda, algumas poderiam atingir a paisagem, influenciando as suas tendências estruturais de longo prazo. Os nichos estariam posicionados em um nível micro (Figura 2), nos quais encontrariam-se os atores individuais como agricultores, tecnologias e práticas agrícolas. É no nível do nicho que o surgimento das novidades ocorre e são neles que as novidades realizam os “desvios de rota” e as novas práticas emergem, especialmente os novos produtos e serviços associados a novos mercados.

Também é nos nichos que os processos de conhecimento contextual são desenvolvidos pelos agricultores em interação constante com os outros atores sociais (extensionistas, pesquisadores, universidades, agências do Estado, consumidores, ambientalistas). Para Roep e Wiskerke (2004) três características são centrais para o sucesso no desenvolvimento dos nichos: (a) o desenvolvimento e alinhamento das estratégias e expectativas futuras dos atores; (b) a existência de um processo de aprendizagem social; e (c) a criação e estabilização das redes sociais existentes.

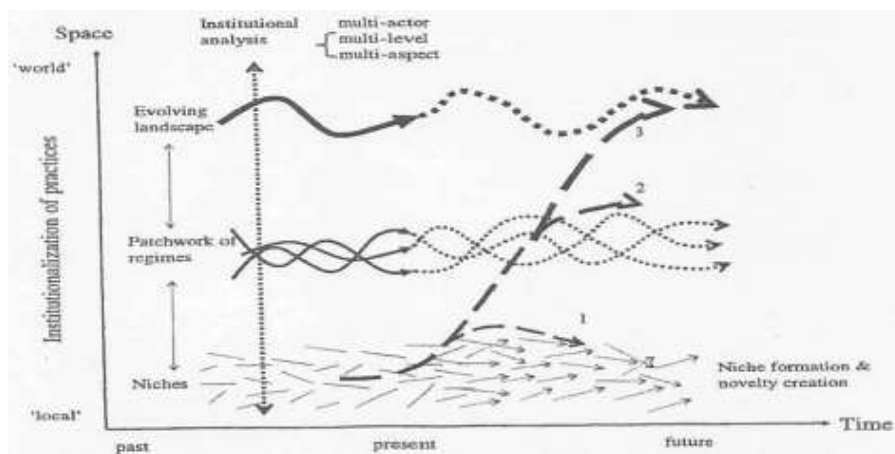


Figura 2 – Perspectiva Multinível e Coevolucionária e a produção de novidades

Fonte: Roep e Wiskerke (2004).

Esta noção de nicho sociotécnico pode ser utilizada junto ao estudo das experiências de desenvolvimento rural, por exemplo, onde há a formação de redes entre os atores, uso de conhecimentos tácitos e contextuais (o que se chama de processos de aprendizagem coletivos) e existência de expectativas comuns sobre as atividades e práticas, que são compartilhadas pelos atores sociais. A noção de nicho ajuda a entender como as novidades surgem a partir da base das experiências, os atores sociais envolvidos, como ocorrem os processos de agência social, os recursos ou redes sociais mobilizados, os tipos de novidades construídas, entre outros arranjos técnicos e produtivos que são criados por estes atores presentes nos nichos. Assim, a noção de nicho pode ser aplicada ao estudo de experiências de desenvolvimento rural que possuem potencial produtor de novidades.

Já a noção de regime sociotécnico é definida como um conjunto de práticas, tecnologias, regras e a institucionalidade vigente. No regime estão as normas, crenças e interesses que servem de guias para os atores privados e a ação política (Moors e Wiskerke, 2004). O regime é um sistema de regras e a gramática que coordena as redes de atores e coisas (artefatos, tecnologias, base material). Já a noção de paisagem sociotécnica compõe-se dos elementos materiais e imateriais do macro nível de agregação, como a infraestrutura material, cultura política, coalizões políticas, valores sociais, visões de mundo, paradigmas, macroeconomia, demografia e ambiente natural. Também compreende conglomerados de instituições e organizações, como, por exemplo, as nações. Segundo Brunori et al. (2009), podem ser incluídos nessa categoria situações e eventos fora do alcance das políticas nacionais, como a mudança climática global, relações norte-sul.

As noções de regime e paisagem sociotécnicas podem ser aplicadas nas experiências de desenvolvimento rural de duas formas. Primeiro, para estudar as novidades é necessário entender que elas não surgem em um local sem regras e normas ou tendências macroestruturais. Assim, tanto o regime como a paisagem são determinantes da produção de novidades que acontece no desenvolvimento rural. Isso implica que sempre há normas e regras já existentes que regulam e até sancionam a produção de novidades. Um exemplo disso é a legislação institucional alimentar existente no Brasil, que exerce regulações nos mercados de alimentos, especialmente entre os agricultores familiares e suas iniciativas.

Em segundo lugar, estas novidades produzidas nos processos de desenvolvimento rural podem ganhar o regime e paisagem sociotécnica, influenciando-os e até modificando-os. Para a análise da produção de novidades nas diferentes iniciativas de desenvolvimento rural é necessário considerar tanto

as interações que acontecem no nicho com suas novidades, bem como do regime e paisagem com as novidades do nicho, em um processo de coevolução e interações constantes. Estas novidades produzidas pelos processos de desenvolvimento rural também geram transições e/ou incrementalismos no regime sociotécnico instituído, sendo esta outra aplicação prática dos conceitos. Mas para isso é preciso definir o que se entende por regime sociotécnico, para poder-se confrontar as novidades desenvolvidas com as características essenciais do regime. Por exemplo, se estiver desenvolvendo-se um estudo na área agroalimentar o regime sociotécnico pode ser definido como o conjunto de normas e regras institucionais que regulam a produção, distribuição e consumo dos alimentos, que são dominantes no modo de regulação dos sistemas agroalimentares.⁴

Há outras duas aplicações para o conceito de produção de novidades nos processos de desenvolvimento rural. Algumas novidades produzidas pelos agricultores ocorrem internamente às unidades produtivas, já outras desenvolvem-se para além destas, ganhando o contexto institucional. No primeiro caso, as novidades principais que os agricultores geram relacionam-se a prestação de um novo serviço rural, o desenvolvimento de um novo processo produtivo ou produto. Também pode ser a invenção de uma nova tecnologia autóctone, com base em seus próprios conhecimentos e recursos. As práticas dos agricultores também poderiam criar redes de relações entre unidades produtivas, sendo que as novidades nestes casos seriam as redes sociais e técnicas que os agricultores formam entre si e com outros atores, como demonstram os estudos de Marques (2009) no setor de plantas medicinais e aromáticas e Gazolla (2012) nas agroindústrias familiares.

No segundo caso, quando as novidades ganham os espaços institucionais, geralmente caracterizam-se por serem novos mercados que foram construídos pelos agricultores para seus produtos e alimentos, em muitos casos são cadeias curtas de comercialização, vendas coletivas, comércios em redes, novas entidades sociais com formatos organizacionais inovadores voltadas à comercialização dos produtos. Estas novidades externas as propriedades rurais podem também ser novas organizações sociais, como é o caso da constituição de associações,

⁴ Neste exemplo, o regime sociotécnico poderia ser caracterizado pela padronização dos alimentos, monopólio das grandes cadeias de distribuição, fusões e aquisições entre as grandes firmas, dominância na coordenação das cadeias agroalimentares, industrialização acentuada dos produtos, produção em massa, dietas nutricionalmente desequilibradas, centralização dos capitais agroindustriais e por crises económicas, ambientais e ocorrência de doenças agroalimentares como no caso da vaca louca na Europa. Estas características todas definiriam os contornos do que considerar-se o regime sociotécnico alimentar. A produção de novidades pode ser comparada a estas características, no sentido de verificar-se quais novidades geram transições ou incrementam este regime definido.

cooperativas, grupos comunitários e redes coletivas de agricultores, como demonstraram Ploeg et al. (2004). Nesse sentido, as tarefas importantes dos estudos rurais seriam a de investigar como estas novidades internas e externas às unidades são construídas, desenvolvem-se, quais os atores e conhecimentos estão imbricados na sua origem, e como as novidades ganham espaços institucionais, algumas evoluindo para além das práticas técnicas e produtivas no interior das famílias.

A ideia da produção de novidades também diferencia-se das inovações por três características chave. As novidades são contextualizadas, internalizadas e territorializadas (Figura 3). A contextualização refere-se à forma como os agricultores obtêm os conhecimentos para gerar as novidades. Eles utilizam-se dos conhecimentos contextuais, que são conhecimentos apreendidos a partir do contexto socioeconômico, institucional e dos repertórios culturais que os agricultores estão inseridos. De um ponto de vista teórico, os conhecimentos contextuais são o resultado de “fusões de conhecimentos” e “mundos” dos agricultores (o chamado conhecimento tácito) com o de outros atores sociais, pesquisadores, extensionistas, agências do Estado, consumidores, agentes de desenvolvimento, ambientalistas, que utilizam-se de conhecimentos científicos, educação formal e outros conhecimentos (Stuiver e Wiskerke, 2004; Stuiver, 2008).

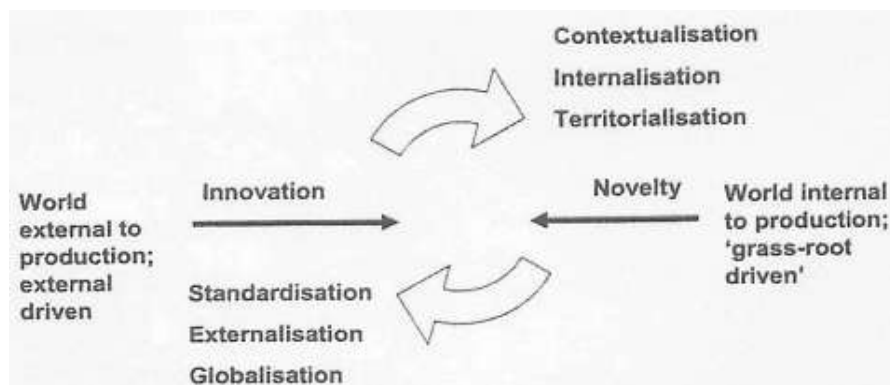


Figura 3 – Principais diferenças entre inovações e produção de novidades

Fonte: Oostindie e Broekhuizen (2008).

A internalização das novidades é o processo pelo qual elas são criadas com recursos internos ao local ou até à unidade de produção agrícola – a chamada endogenidade das práticas. É, por exemplo, o que acontece na chamada agri-

cultura econômica, como no caso da agroecologia, que é desenvolvida com recursos dos agricultores e poucas tecnologias e insumos externos a propriedade. Isso faz com que estas novidades sejam mais rentáveis e sustentáveis, pois elas conseguem através de rearranjos de recursos, sintonia nos fatores produtivos e nas práticas dos agricultores, baixar custos de produção na agricultura (Oostindie e Broekhuizen, 2008).

Já a territorialização envolve a ideia de que as novidades nascem inseridas (*embeddedness*) em um espaço social, num conjunto de relações locais e redes de atores. O processo de surgimento das novidades é sempre localizado e dependente do tempo, dos ecossistemas e repertórios culturais em que o processo de trabalho na agricultura está imerso. Além disso, as novidades são o resultado do processo de coprodução, que é a interação e transformação do social e com o natural, que se desenvolve no local ou no territorial (Ploeg et al., 2004).⁵

Já as novidades realizam um rompimento em relação à gramática do regime e da paisagem sociotécnicas existentes. As novidades são “desvios da rota” hegemônica e constituiriam as “sementes da transição” no sentido conotativo dado a elas por Ploeg et al. (2004). As novidades são consideradas radicais por: (a) romperem com as regras e trajetórias tecnológicas dominantes na agricultura; (b) serem geradas fora dos padrões lineares de produção dos conhecimentos e tecnologias; e (c) carregar consigo o potencial de gerar mudanças amplas e multidimensionais não mensuráveis em diferentes domínios das atividades produtivas, técnicas e sociais.

Estas características das novidades aplicadas às experiências de desenvolvimento rural são úteis aos estudiosos para identificar as novidades empiricamente, pelas ideias associadas a elas que o conceito exprime. Resumidamente, as novidades são internas ao local e as unidades de produção; são geradas a partir de processos não lineares; são contextualizadas; algumas possuem radicalidade; são baseadas nos conhecimentos locais (especialmente os tácitos e contextuais); são voltadas em direção aos pressupostos de sustentabilidade socioeconômica e ambiental; aumentam os graus relativos de autonomia dos agricultores em suas atividades sociais, técnicas e produtivas (Long, 2001).

⁵ Uma quarta diferença existente entre as noções de inovação e novidades é a ideia de as primeiras serem incrementais e as segundas radicais (Wiskerke e Ploeg, 2004). O caráter incremental das inovações é devido elas sofrerem poucas modificações em suas trajetórias tecnológicas ao longo do tempo. O que ocorre com as inovações são pequenos ajustamentos na trajetória tecnológica existente, sem levar a rompimentos com a mesma, apenas aprofundando uma direção adotada. Nesse caso, não haveria rompimentos com as regras e normas estabelecidas no regime e paisagem sociotécnicos. Um exemplo disso seria a trajetória tecnológica da modernização da agricultura brasileira, que no atual estágio aprofunda-se com a existência das biotecnologias agrícolas.

Estas características das novidades tornam-nas de mais fácil apreensão durante pesquisas voltadas ao desenvolvimento rural, embora a identificação de uma novidade seja desafiadora e só realizada com a ajuda de um bom trabalho de campo empírico. A principal dica para os estudiosos das práticas inovadoras de desenvolvimento rural é a de seguirem as estratégias e práticas dos atores em seus micromundos sociais, acompanhando suas atividades sociotécnicas. Nesse sentido, pesquisas já efetuadas utilizando-se das PMN e a ideia de produção de novidades evidenciaram que é necessário empreender processos de observação empírica continuada e atenciosa das rotinas e processos de trabalho dos agricultores, para proporcionar a correta identificação destas novas práticas e entender como elas surgiram e desenvolveram-se ao longo do tempo. Seguir os atores sociais e suas práticas é o principal método de investigação utilizado para observar, identificar, descrever e analisar as diferentes novidades que eles constroem em seus processos de trabalho e modos de vida (Marques, 2009; Gazolla, 2012).

Do ponto de vista prático da realização de investigações, as novidades identificadas junto às experiências de desenvolvimento rural podem ser agrupadas em diferentes tipos, para melhor compreender como cada uma surge, se desenvolve e os resultados que gera nas famílias, economia local ou ambiente institucional. Essa operação é central para demonstrar que existem vários tipos de novidades como, por exemplo, novos mercados, produtos, processos de processamento de alimentos, tecnologias, novas organizações, redes sociais, entre outras práticas criativas que os agricultores desenvolvem. Do ponto de vista da aplicação prática da noção de produção de novidades, também podem ser estabelecidas as relações causais e interligações entre as novidades existentes nas experiências, pois em muitos casos elas poderão formar as chamadas teias de novidades (*webs novelties*), já que algumas novidades possuem o potencial de gerar efeitos multidimensionais. Com a montagem das teias de novidades é possível elucidar como uma novidade está alinhada com outras e seu caráter sequencial e simbiótico.

A produção das novidades também é baseada nos conhecimentos dos agricultores e de outros atores, pois os diferentes tipos de conhecimentos em constantes interfaces sociais funcionam como catalisadores e “insumos” para a produção das novidades. Segundo Stuver e Wiskerke (2004), o conhecimento dos agricultores é definido como a capacidade dos agricultores para coordenar e remodelar uma ampla gama de fatores sociotécnicos nas suas localidades específicas e redes, em direção aos resultados desejados (como por exemplo, obtenção de níveis sustentáveis de produção).

Segundo Stuver e Wiskerke (2004), os conhecimentos dos agricultores possuem três características chave: (a) o conhecimento refere-se a um con-

texto específico e local, mas incorpora elementos de fora (ciência, educação formal e outros) e necessita formar uma malha com as práticas, recursos e modos de vida das famílias; (b) esse conhecimento é experimental e implícito aos trabalhos dos agricultores.⁶ Ao longo do tempo, os agricultores avaliam e monitoram os efeitos das suas práticas e decisões e fazem os ajustamentos necessários e possíveis, em forma de espiral: os agricultores constantemente ajustam, monitoram, avaliam e ajustam novamente as suas práticas. Desse modo, eles apreendem fazendo e fazem apreendendo; (c) o seu conhecimento é coordenado e integrado. Os agricultores conseguem construir um conhecimento integrado dos diferentes domínios da agricultura, como os objetos de trabalho, processos produtivos, ambiente, clima, plantas e animais e como estes se inter-relacionam entre si e com o todo.

Entretanto, os agricultores não constroem as novidades somente com os seus conhecimentos. Segundo Stuiver e Wiskerke (2004), também há outros tipos de conhecimentos, como o científico, contextual e educação formal na base da produção das novas técnicas sociais. Estes tipos de conhecimentos não são estanques, pois há processos de interação entre atores sociais e, com isso, acontecem coconstruções e coevoluções entre conhecimentos.⁷ Em função disso, os conhecimentos tácitos sofreriam interações com os conhecimentos científicos e outros tipos de conhecimentos existentes, constituindo o conhecimento contextual, que é um tipo de conhecimento que pertence ao contexto social, aos repertórios culturais e institucionais em que os atores sociais e práticas inovativas inserem-se (Roep e Wiskerke, 2004).⁸ Os conhecimentos contextuais são fruto da interação social que os atores desenvolvem ao nível local, ao executarem suas práticas sociotécnicas.

⁶ Segundo Amim e Cohendet (2004) o conhecimento tácito é aquele que o indivíduo adquiriu ao longo da vida, que está na cabeça das pessoas. Geralmente é difícil de ser formalizado ou explicado a outra pessoa, pois é subjetivo e inerente às habilidades de uma pessoa, como *know-how*. A palavra tácito vem do latim *tacitus*, que significa “não expresso por palavras”. Isto se deve ao fato que trabalha-se com algo subjetivo, não mensurável, quase impossível de ensinar, de passar através de manuais ou mesmo numa sala de aula. Este tipo de conhecimento parece ser mais valioso devido à sua difícil captura, registro e divulgação, exatamente por ele estar ligado às pessoas. É o que algumas pessoas chamam de conhecimento verdadeiro.

⁷ Outros autores vão utilizar outras classificações e nomenclaturas para designar os tipos de conhecimentos. É o caso de Brunori et al. (2009), que vão elencar quatro tipos de conhecimentos: tácito, codificado, sintético e analítico.

⁸ Não há a existência de conhecimentos tácitos, contextuais e científicos somente, eles são conceitos e classificações acadêmicas. Os agricultores constroem suas experiências inovativas com base numa multiplicidade de conhecimentos, que possuem aspectos da religião, astronomia, conhecimentos desenvolvidos pela prática do trabalho, agronomia, do mundo místico, história agrária, ambiente, seu modo de vida, dentre outros tipos de conhecimentos que são relevantes nas suas estratégias.

Estas ideias em torno dos diferentes tipos de conhecimentos aplicados às pesquisas em experiências inovativas de desenvolvimento rural faz necessário reconhecer a existência de vários tipos de conhecimentos na base do surgimento das novidades. Uma das tarefas dos estudos é identificar os tipos de conhecimentos existentes, verificar de quais atores sociais e instituições eles provêm, os processos de interfaces de conhecimentos entre os atores, como os diferentes conhecimentos foram construídos e entender os seus papéis junto aos agricultores, famílias e iniciativas de desenvolvimento rural. Nesse sentido, é necessário realizar uma “radiografia” dos tipos de conhecimentos que agem nas iniciativas de desenvolvimento rural, de forma a mapear sua história, relevância, coevoluções e novidades que deles resultam, já que eles são considerados os “insumos” básicos por trás dos processos de geração das novidades.

Considerações finais

As abordagens clássicas existentes sobre inovação e tecnologia como a neoclássica da inovação induzida e marxistas com os conceitos de progresso técnico e do apropriação/substitucionismo estavam mais voltadas ao contexto da modernização da agricultura, enquanto um modelo linear de incorporação de novas tecnologias. A principal forma que a modernização implantou foi utilizando métodos difusionistas, que visavam, sobremaneira, aumentar a produtividade da agricultura, sem preocupações com os efeitos sociais e ambientais de tal processo. Estas abordagens pouco contribuíram para o entendimento dos processos sociotécnicos de desenvolvimento rural existente a sua época.

Recentemente, outras abordagens surgiram, especialmente fora do Brasil, já que aqui estas três foram predominantes. Entretanto, nenhuma delas logrou êxitos práticos e analíticos junto à agricultura brasileira. Atualmente a PMN e a ideia de produção de novidades tem sido utilizada por alguns estudos na área de desenvolvimento rural para compreender as novas atividades, práticas e inovações desenvolvidas pelos agricultores. As características principais dessa perspectiva é entender a capacidade de agir ativamente dos atores sociais, especialmente os agricultores e a possibilidade das novidades surgirem das suas práticas, conhecimentos e recursos locais. Além disso, essa perspectiva coloca os diferentes tipos de conhecimentos existentes (tácito, científico, contextual, educação formal, etc.) num mesmo nível de importância na coconstrução e coevolução sociotécnicas das experiências de desenvolvimento rural. Anteriormente, na fase da modernização da agricultura isso não era aceito, pois os conhecimentos externos às unidades de produção e científicos eram consi-

derados mais importantes para os processos de geração-difusão-incorporação de tecnologias agropecuárias.

Dentre alguns dos principais estudos já desenvolvidos no Brasil com essa abordagem cita-se o de Marques (2009) sobre a produção de novidades e transições no setor de plantas aromáticas e medicinais no RS e SC; o estudo de Mello (2009) enfocando as novidades produzidas na agricultura familiar do oeste catarinense; Bulhões (2011) que enfocou as transições sociotécnicas geradas pelas novas práticas dos agricultores citricultores ecológicos no manejo de sistemas agroflorestais no Vale do Caí/RS; a investigação de Gazolla (2012) demonstrando as novidades produzidas pelas agroindústrias familiares no norte do RS, bem como algumas transições que estas produzem no regime sociotécnico alimentar vigente. Estes estudos dão uma ideia das aplicações práticas e de pesquisas em desenvolvimento rural que a PMN e noção de produção de novidades foram utilizadas recentemente.

Referências

AMIN, A; COHENDET, P. *Architectures of knowledge: firms, capabilities, and communities*. New York: Editora Oxford, 2004.

BRUNORI, G. et al. *Towards a conceptual framework for agricultural and rural innovation policies*. Pisa, 2009. Projeto Insight. 27p. (Manuscrito).

BULHÕES, F. M. *Conhecimento e inovação no manejo de sistemas agroflorestais por citricultores ecológicos no Vale do Caí/RS*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. *Transformações estruturais da agricultura e produtividade total dos fatores*. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 768).

GASQUES, J. G. et al. Produtividade total dos fatores e transformações da agricultura brasileira: análise dos dados dos Censos Agropecuários. In: GASQUES, J. G.; FILHO, J. E. R. V.; NAVARRO, Z. (Org.). *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2010.

GAZOLLA, M. *Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GEELS, F. W. Understanding system innovations: a critical literature review and a conceptual synthesis. In: ELZEN, B.; GEELS, F. W.; GREEN, K. *System innovation and the transition to sustainability*. Cheltenham: [s/n], 2004, p. 19-47.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Da lavoura as biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. *Induced innovation and agricultural development*. Minnesota: University of Minnesota/Institute of Agriculture, 1971.

_____. *Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais*. Brasília: Editora da Embrapa, 1988.

KEMP, R.; SCHOT, J.; HOOGMA, H. Regime shifts to sustainably through processes of niche formation: the approach of strategic niche management. *Technology Analysis & Strategic Management*, v. 10, n. 2, 1998.

KNICKEL, K. et al. Towards a better conceptual framework for innovation processes in agriculture and rural development: from linear models to systemic approaches. In: EUROPEAN IFSA SYMPOSIUM, 8., Clermont-Ferrand. *Anais...*, v. 1, p. 6-10, jul. 2008. CD-ROM.

LONG, N. *Development sociology: actor perspectives*. Amsterdam: Routledge, 2001.

MARQUES, F. C. *Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos: transições no regime socio-técnico da agricultura. A produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MELLO, M. A. *Sementes que brotam da crise: a produção de novidades organizacionais na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MOORS, E.; WISKERKE, J. S. C. The dynamics of innovation: a multilevel co-evolutionary perspective. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.). *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Wageningen: Royal Van Gorcum, 2004.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. *Uma teoria evolucionária da mudança econômica*. Trad. Cláudia Heller. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. (Coleção Clássicos da Inovação).

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. von. The dynamic of novelty production. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. (Ed.). *Unfolding webs: the dynamics of regional rural development*. Wageningen: Royal Van Gorgum, 2008.

PLOEG, J. D. van der et al. On regimes, novelties, niches and co-production. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.). *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Wageningen: Royal Van Gorcum, 2004, p. 1-28.

ROEP, D.; WISKERKE, J. S. C. Reflecting on novelty production and niches management in agriculture. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.). *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Wageningen: Royal Van Gorcum, 2004.

STUIVER, M. *Regime, change and storylines: a sociological analysis of manure practices in contemporary Dutch farming*. Wageningen: Wageningen University, 2008.

STUIVER, M.; WISKERKE, J. S. C. The power of experience: farmers' knowledge and sustainable innovations in agriculture. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.). *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Wageningen: Royal Van Gorcum, 2004.

WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, van der J. D. (Org.). *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Wageningen: Royal van Gorcum, 2004.

Etnodesenvolvimento: a inserção da diversidade étnica no debate sobre desenvolvimento

Gabriela Coelho-de-Souza
Rumi Regina Kubo

Etnodesenvolvimento: contexto e histórico

Este capítulo tem como objetivo apresentar a perspectiva do etnodesenvolvimento proposta pelos autores Rodolfo Stavenhagen e Bonfil Batalla, na década de 1980, buscando aproximar esta abordagem ao contexto brasileiro, com ênfase nos povos indígenas e populações tradicionais. O capítulo está organizado em duas seções, a primeira apresenta o etnodesenvolvimento como uma abordagem que se origina de uma crítica à abordagem da questão étnica pelas teorias de desenvolvimento, a qual se consolida na década de 1980 na América Latina. Apresenta-se o contexto do surgimento do etnodesenvolvimento, um breve histórico dos principais eventos e marcos que o estabelecem e as principais características desta abordagem. A seção seguinte discute a relação de povos indígenas e populações tradicionais, inscritos em uma cultura diferenciada, com o Estado e com a sociedade. Apresenta-se a condição destes grupos, a partir da Constituição Federal de 1988 e da Convenção 169 da OIT de 1989, discutindo-se seu reposicionamento frente à noção de modernidade.

A origem das tensões, que criam as condições para o surgimento do etnodesenvolvimento, estão localizadas historicamente no processo colonial, sendo posteriormente agravadas no contexto de criação dos Estados Nação, nos séculos XIX e XX. A partir da implementação de um sistema internacional, os Estados Nação passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direito internacional. As condições para este reconhecimento são a existência de território,¹ população própria e um governo efetivo e estável que garanta a soberania do Estado Nação (Mazzuoli, 2009 *apud* Drebes, 2012).

O processo de constituição dos Estados Nação, implementado como o principal projeto político internacional nos séculos XIX e meados do século XX, culminou com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. Desde o século XIX, foram criados organismos internacionais para a cooperação em assuntos específicos, como a União Telegráfica Internacional, em 1865, a União Postal Universal em 1874, e a Liga das Nações, em 1919 (ONU, 2013). A Organização das Nações Unidas em seu momento de criação abrigava 51 países, incluindo o Brasil, tendo como objetivo a manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida, a resolução dos problemas internacionais de ordem econômica, social e cultural e a promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais da população mundial (Oliveira, 2002). Para a gestão dessas diretrizes internacionais a ONU criou uma estrutura que abriga, entre outras, organizações específicas como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a Organização Internacional do Trabalho, a Organização Mundial da Saúde; programas como o Programa da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Programa da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente; além do Banco Mundial (Figura 1).

Desde 2006, a Organização das Nações Unidas abriga 193 Estados Nação (ONU, 2013), sendo que nos territórios nacionais vivem cerca de três a seis mil etnias dependendo dos critérios para defini-las. Este fato evidencia que nos estados coexistem várias nações. Apesar dessa diversidade, o projeto de integração nacional que esteve em curso juntamente com o projeto de criação dos Estados Nação, objetivou forjar uma identidade homogênea cultural e etnicamente, estabelecendo uma relação desigual entre o grupo étnico dominante e os grupos étnicos minoritários (que podem, às vezes, constituir maiorias numéricas) (Stavenhagen, 1985).

¹ O Estado não precisa ter um território completamente definido, pois a ONU tem admitido Estados com questões de fronteira, por exemplo, Israel (Mazzuoli, 2009 *apud* Drebes, 2012)

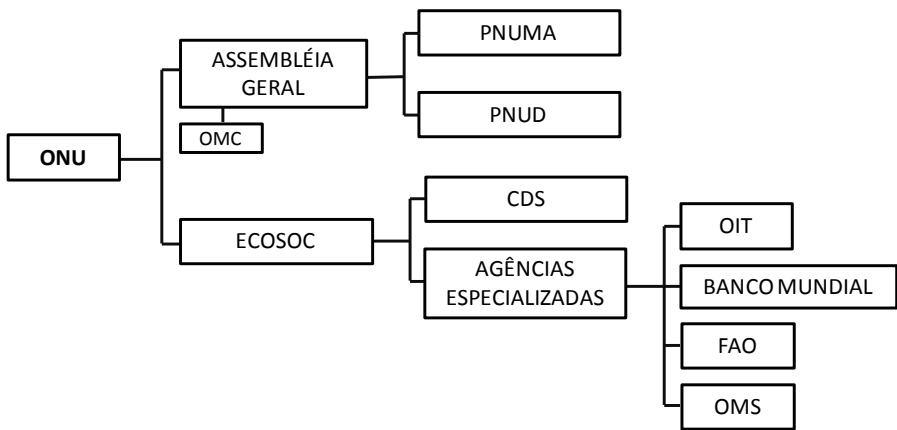


Figura 1 – Estrutura da Organização das Nações Unidas

Legenda: OMC- Organização Mundial do Comércio

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ECOSOC – Conselho Econômico e Social da ONU

CDS – Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável

OIT – Organização Internacional do Trabalho

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

OMS – Organização Mundial da Saúde

Fonte: PNUMA/ONU.

Processos históricos, socioeconômicos e culturais, respaldados pelas forças militares e pela construção das legislações nacionais, garantem a construção da identidade nacional como reflexo dos interesses dos grupos dominantes (Figura 2). Este processo legitima que o Estado assuma os interesses do grupo dominante como interesses nacionais. Como o Estado é o mediador dos interesses nacionais perante o sistema internacional ele recebe o apoio das estruturas da Organização das Nações Unidas, como a Organização Mundial do Comércio e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento, para a consolidação de projetos de desenvolvimento e manutenção da soberania nacional.

De acordo com Stavenhagen (1985), este processo tem como consequências o desenvolvimento regional desigual, na medida em que os grupos étnicos estejam vivendo em espaços próprios, o acesso diferenciado às posições de privilégio ou poder, gerando exclusão desses grupos na vida social, econômica e política do país, inclusive:

[...] esta relação desigual, às vezes, assume a forma de um colonialismo interno, que não está restrito aos países do Terceiro Mundo, embora seja aí, talvez, onde ele aparece de forma mais aguda (Stavenhagen, 1985, p. 33).

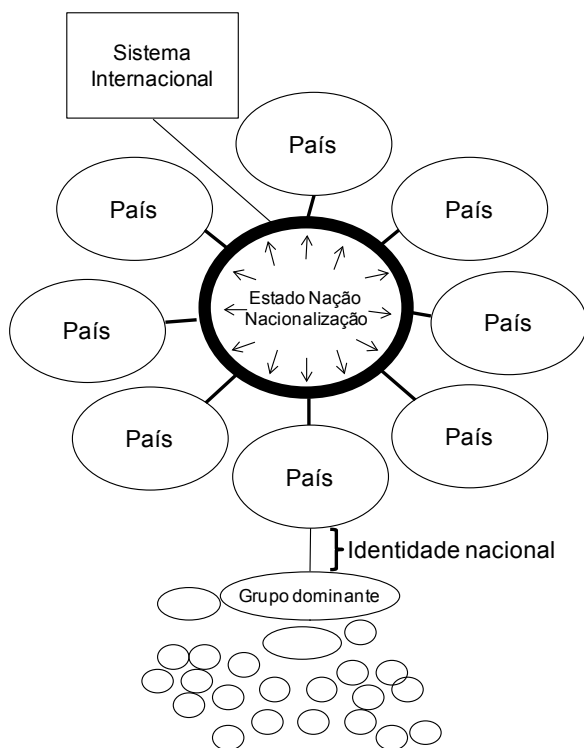


Figura 2 – Esquema ilustrativo do estabelecimento da identidade nacional relacionada aos interesses de grupos étnicos dominantes no âmbito dos Estados Nação
 Fonte: Elaborado pelas autoras.

A ideologia nacionalista, que objetivava a formação da identidade nacional, foi a mola propulsora para a implantação de políticas governamentais de assimilação e incorporação das culturas indígenas aos Estados Nação na América Latina. No Brasil, a primeira constituição, a Constituição do Império do Brasil de 1824, ignorou a existência de indígenas no território nacional (Printes, 2012). Conforme Raymundo (2011), nesse período foi fomentada pelo Estado a miscigenação como um instrumento civilizatório capaz de transmitir hábitos e valores relacionados ao trabalho, tidos como universais, por meio do contato cotidiano e dos casamentos mistos. Visualizava-se promover a inclusão social, evitando a necessidade de mão de obra escrava, e construir um povo brasileiro homogêneo.

Uma das primeiras normativas que se refere à questão indígena no Brasil foi o Código Civil de 1916 que impõe aos indígenas o estado de tutela pelo

Estado, por considerá-los relativamente incapazes. Corroborando esta relação de subordinação ao Estado, o Estatuto do Índio de 1973 apresentava as categorias *isolados, em vias de integração e integrados* (Brasil, 1973). Até a Constituição Federal de 1988, a sétima constituição brasileira, os direitos indígenas foram sempre direitos temporários, devendo deixar de existir conforme estes fossem sendo “integrados e assimilados à comunhão nacional” (Leitão e Araújo, 2008 *apud* Printes, 2012, p. 38).

Paralelamente ao tratamento jurídico destinado aos indígenas, o processo de ocupação do território brasileiro pela sociedade abrangente, por meio do avanço da fronteira agrícola, ampliação da malha viária e processos de urbanização, caudatários de um projeto de desenvolvimento baseado no produtivismo e crescimento econômico, levou à sobreposição entre territórios tradicionais e territórios ocupados pelos interesses nacionais (Little, 2002). Este conflito acirrado na segunda metade do século XX teve como consequência o genocídio de etnias indígenas da América do Sul, processo justificado pela ideologia nacionalista.

De acordo com Stavenhagen (1985), além do genocídio, o etnocídio também foi praticado, este sendo a política de destruição da identidade cultural de um grupo étnico, apoiada nas noções desenvolvimentistas. Apesar do etnocídio não ser considerado um crime, a discussão sobre etnocídio se fortaleceu na América Latina na década de 1970, fomentando eventos como a Reunião de Barbados (1971) e a Reunião de Peritos sobre Etnodesenvolvimento e Etnocídio na América Latina, realizada em San José de Costa Rica (1981). Esses movimentos passaram a tensionar o conceito de “desenvolvimento”, conforme Stavenhagen:

“Desenvolvimento” significa mudança, evolução, crescimento, metamorfose. Mas devemos perguntar: desenvolvimento de onde para onde, e de quê para quê?, de pequeno a grande?, de atrasado a adiantado?, de simples a complexo?, de jovem a velho?, de estático a dinâmico?, de tradicional a moderno?, de pobre a rico? de inferior a superior? (Stavenhagen, 1985, p. 12).

É neste contexto que o etnodesenvolvimento se fortalece como crítica à teoria do desenvolvimento e à abordagem marxista que não levaram em conta a questão étnica (Stavenhagen, 1985). Ao mesmo tempo, como reação ao integracionismo indígena e políticas etnocidas, indo contra a lógica desenvolvimentista, que considerava as sociedades indígenas e tradicionais como obstáculos ao desenvolvimento (Verdum, 2002).

De acordo com Stavenhagen (1985) o etnodesenvolvimento é o desenvolvimento de grupos étnicos no interior de sociedades abrangentes, permitindo

que os mesmos tenham iguais oportunidades de desenvolvimento social, econômico e cultural dentro da estrutura mais ampla. O etnodesenvolvimento se expressa na capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada de guiar o seu próprio desenvolvimento (Batalla, 1995). Para o autor:

[...] por etnodesenvolvimento se entende o exercício da capacidade social de um povo para construir o seu futuro, aproveitando para isso o conhecimento de sua experiência histórica e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com um projeto que se defina segundo seus próprios valores e aspirações; então, o processo de etnodesenvolvimento exige o cumprimento de um certo número de condições e requisitos de diversas ordens, como a política, jurídica, econômica e cultural (Batalla, 1995, p. 1)

O etnodesenvolvimento se expressa na relação do estado e da sociedade com os grupos étnicos, podendo estar presente em diferentes níveis, desde a formulação da legislação nacional, a partir da inclusão da diversidade em sua estrutura, ao nível local, no estabelecimento da relação dos órgãos responsáveis do estado e da sociedade com os grupos étnicos. Nesta perspectiva Stavenhagen (1985) destacou um conjunto de seis características da abordagem do etnodesenvolvimento. Primeiramente, o etnodesenvolvimento está voltado à criação de uma estratégia destinada a satisfazer as necessidades fundamentais da população, incluindo a diversidade étnica, mais do que ao crescimento econômico. No contexto de um país, isso significa que deve concentrar seus recursos e esforços para produzir os bens essenciais para suprir as necessidades básicas dos menos favorecidos, antes de buscar imitar os padrões de consumo e produção das nações industrializadas.

A segunda característica está centrada em uma visão voltada ao desenvolvimento interno do país, chamada por Stavenhagen de endógena, e não uma visão externa orientada às exportações e importações. Segundo o autor, o desenvolvimento deve primeiro responder às necessidades do país, coletiva e socialmente definidas, mais do que ao sistema internacional. A terceira característica contempla a inclusão das tradições culturais existentes no âmbito dos processos socioeconômicos e culturais, e não sua rejeição como obstáculo ao desenvolvimento, como nas primeiras reflexões sobre o desenvolvimento. A quarta é o respeito pelo meio ambiente, priorizando as necessidades internas e a mitigação dos impactos ambientais na implantação de projetos de desenvolvimento e não aceitando imposições internacionais. O autor propõe que os países em desenvolvimento pautem suas necessidades para a cooperação internacional. A quinta característica enfoca o uso dos recursos locais, sempre que possível, quer sejam naturais, técnicos ou humanos; ou seja, ela se orienta para a autonomia e sustentabilidade nos

níveis local, regional e nacional. A sexta característica propõe a participação dos grupos étnicos envolvidos em todos os níveis do processo de desenvolvimento: da formulação de necessidades às etapas de planejamento, execução e avaliação.

As características delineadas por Stavenhagen para o etnodesenvolvimento se aproximam da abordagem do ecodesenvolvimento, desenvolvida por Ignacy Sachs, ao incluir a questão ambiental e o desenvolvimento endógeno e autosustentado, entretanto com a inclusão da diversidade étnica.

A seção seguinte irá apresentar o conceito de povos e comunidades tradicionais, discutindo as implicações da relação destes grupos, inscritos em uma cultura diferenciada, com o estado e com a sociedade.

Povos indígenas e populações tradicionais: qual o seu espaço na modernidade?

A categoria população tradicional foi proposta na década de 1990 pelo antropólogo Antonio Carlos Diegues com base no contexto de mobilização do movimento social dos seringueiros que, articulado ao movimento ambientalista, conquistou a implementação de uma nova categoria de unidade de conservação: a Reserva Extrativista (Diegues, 1994). Esta inova ao incluir grupos étnicos em espaços protegidos e por propor um sistema de gestão participativo, cabendo ao Estado a regulamentação da convivência dos territórios tradicionais com os territórios protegidos.

A criação da categoria populações tradicionais proposta no âmbito acadêmico fortaleceu a luta dos movimentos sociais pela demanda por seus territórios, consolidando uma categoria política cujos desdobramentos “vão desde o reconhecimento da alteridade de determinado grupo até a legitimação de seu acesso a determinados territórios” (Dal Forno et al., 2011, p. 19). Embora academicamente a conceituação de população tradicional seja uma tarefa complexa, destacando-se a impossibilidade de defini-la pela adesão à tradição pelo fato de envolver a noção de uma cultura dinâmica (Cunha e Almeida, 2013), politicamente sua definição é imprescindível para a delimitação dos grupos beneficiários das políticas do Ministério do Meio Ambiente.

De acordo com Cunha e Almeida (2013) associar a categoria à produção de baixo impacto ambiental para depois caracterizá-la como populações com práticas sustentáveis é “mera tautologia”. Considerá-las como populações sem contato com o mercado seria assumir a exclusão da sua maioria na atualidade, ainda mais diante das políticas de inclusão social implementadas desde a década de 2000. Segundo os autores:

O que todos esses grupos possuem em comum é o fato de que tiveram pelo menos em parte uma história de baixo impacto ambiental e de que têm no presente interesses em manter ou em recuperar o controle sobre o território que exploram. E, acima de tudo, estão dispostos a uma negociação em troca do controle sobre o território (Cunha e Almeida, 2013, p. 1).

No âmbito acadêmico a definição de populações tradicionais é um tema bastante debatido cujo conteúdo é objeto de disputas por se remeter a campos de conhecimento e de poder (Dal Forno et al., 2011). Do mesmo modo, no âmbito do legislativo são utilizadas diversas categorias que vão sendo modificadas ao longo do tempo, como populações tradicionais, utilizada no ano 2000 no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Brasil, 2000), Povos Indígenas e Tribais utilizada em 2004 na Convenção 169 da OIT (OIT, 2011) e Povos e Comunidades Tradicionais, utilizada em 2009 na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. No Quadro 1 são apresentadas as definições para as categorias citadas.

As principais características presentes nas definições apresentadas nos instrumentos legais ressaltam o fato de serem grupos culturalmente diferenciados que possuem conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, apresentando formas próprias de organização social, econômica, cultural e política e que usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução. Especificamente, os povos indígenas apresentam uma característica histórica distintiva que é o fato de descenderem de populações que habitavam o atual Estado Nação no momento do contato e da colonização. Em nome do legado histórico esta característica garante o direito aos seus territórios originários, sem a imposição pelo Estado de que desenvolvam práticas sustentáveis de manejo dos recursos naturais que garantam a conservação das áreas, como é o caso da negociação que as populações tradicionais assumem para o acesso a seus territórios.

Na América Latina as reivindicações dos povos indígenas centram-se na garantia aos seus territórios, no maior controle dos recursos e/ou maior autonomia local, incluindo alguns casos de autogoverno político ou interdependência. No Brasil os quilombolas, assim como os indígenas, estão com seus direitos garantidos pela Constituição, mas estão à espera da titulação de seus territórios. Quando os grupos étnicos não tem uma base territorial, mas encontram-se dispersos na sociedade mais ampla, as reivindicações voltam-se a aspectos culturais ou econômicos, como o reconhecimento de sua identidade cultural (Stavenhagen, 1985). No Brasil muitas populações tradicionais transitam por esta situação, bem como pela demanda a seus territórios e o acesso aos recursos naturais.

QUADRO 1

Categorias que se referem aos grupos étnicos presentes nas legislações atuais

Categorias	Definição	Instrumento jurídico
Populações tradicionais	Sua existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais , desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica	Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Art. 20 (Brasil, 2000)
Povos Tribais em Países Independentes	Apresentam condições sociais, culturais e econômicas que os distinguem de outros setores da coletividade nacional, e que estão regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial	Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, Art. 1º (OIT, 2011)
Povos em Países Independentes	Considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas	Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, Art. 1º (OIT, 2011)
Povos e Comunidades Tradicionais	Grupos culturalmente diferenciados , que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social , que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica , por meio de conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Inciso I, Art. 3º (Brasil, 2007)

Fonte: Brasil (2000 e 2007) e OIT (2011).

Contudo, ambos, povos indígenas e populações tradicionais, têm o respaldo da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais para a garantia dos princípios do etnodesenvolvimento, propostos por Stavenhagen (1985) e Batalla (1995) na condução do seu desenvolvimento, conforme o Artigo 7º:

Os povos interessados deverão ter o direito de *escolher* suas próprias *prioridades* no que diz respeito ao *processo de desenvolvimento*, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de *controlar*, na medida do possível, o *seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural*. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente (OIT, 2011, art. 7º).

No Brasil a Constituição Federal de 1988 foi o principal marco legal na implementação das diretrizes do etnodesenvolvimento. Segundo Santilli (2005), a Constituição lida de forma sistêmica a partir dos dispositivos referentes à cultura, ao meio ambiente, aos povos indígenas e quilombolas e à função socioambiental da propriedade permite visualizar os princípios da multiculturalidade, pluriétnicidade e socioambientais. Entretanto, o Brasil não assumiu no texto da Constituição, de forma literal, a condição de um país multicultural e pluriétnico, diferentemente da Bolívia que se constitui em um *estado unitario social de derecho plurinacional comunitario* (Baptista, 2011). De acordo com Batalla (1995):

[...] a capacidade autônoma dos grupos étnicos, em macrosociedades complexas e plurais, como as que integram a América Latina, só pode ser alcançada se estas sociedades (neste caso, os povos indígenas), constituem unidades políticas com possibilidade de autodeterminação.

[...] A legitimidade dos grupos étnicos como unidades político-administrativas diferenciadas se traduz, necessariamente, no reconhecimento jurídico de suas próprias formas de organização internas (Batalla, 1995, p. 478).

De acordo com Santilli (2005) a Constituição Federal ao definir os direitos indígenas como direitos coletivos, reconhecer seus direitos culturais, bem como seus direitos à organização própria, lançou as bases legais para a construção de um Estado pluriétnico, que represente o caráter multicultural da sociedade brasileira.

Considerações finais

O principal paradigma transcendido após a Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais refere-se a que os povos indígenas e populações tradicionais deixam de ser parte de um Brasil arcaico, fadado ao desaparecimento e impeditivo do desenvolvimento, para integrarem a modernidade. As críticas travadas por Stavenhagen (1985) à noção de um desenvolvimento linear, proposto pelas teorias do crescimento

econômico da década de 1940, fundamentam-se na inexistência de uma evolução unilinear de uma sociedade subdesenvolvida a uma desenvolvida, bem como à alusão de que nenhum processo evolutivo de nacionalização conduz uma multiplicidade de grupos étnicos a uma única cultura. Para o autor:

não há motivo para se supor que os Estados Nação existentes (que variam em tamanho e complexidade) sejam, naturalmente, unidades mais viáveis para o desenvolvimento (econômico, social, político, cultural) do que os milhares de grupos étnicos estimados no mundo (Stavenhagen, 1985, p. 41).

É neste contexto que a partir da diversidade étnica nos Estados Nação vislumbram-se múltiplos caminhos para o desenvolvimento, assim como “múltiplas modernidades” (Eisenstadt, 2000). A inclusão da diversidade étnica na estrutura política, socioeconômica e cultural do Estado Nação possibilita o fortalecimento da identidade nacional como pluriétnica com a contribuição das demandas dos diferentes grupos na constituição dos interesses nacionais capitaneados pelo Estado (Figura 3). Dessa forma se reconfiguram e ampliam as relações dos países na conformação do sistema internacional passando a incluir princípios, diretrizes e ações pautados pela multiplicidade de interesses dos grupos étnicos, como parte de um processo que se retroalimenta.

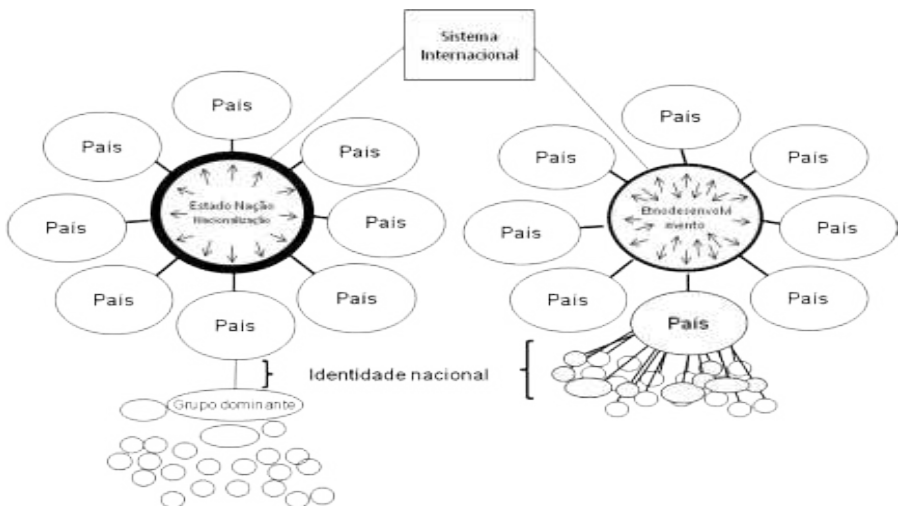


Figura 3 – Esquema ilustrativo da reconfiguração da relação entre o sistema internacional, a identidade nacional e os grupos étnicos no âmbito dos Estados Nação

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Referências

- BAPTISTA, M. M. *O Mbyá Reko (modo de ser guarani) e as políticas públicas na região metropolitana de Porto Alegre: uma discussão sobre o etnodesenvolvimento*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BATALLA, G. Etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de organizacion. In: BATALLA, G.; GÜEMES, L. O. *Obras escogidas de Guillermo Bonfil Batalla*. Tomo 2. México: INAH/INI, 1995, p. 464-480.
- BRASIL. *Lei n. 6.001*, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. FUNAI. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/quem/legislacao/estatuto_indio.html>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- _____. *Decreto n. 6.040*, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 5 jan. 2013.
- _____. *Lei n. 9.985*, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, par. 1º, inciso I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 07 jan. 2013.
- _____. *Decreto n. 5.051*, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 07 jan. 2013.
- CUNHA, M. C.; ALMEIDA M. *Quem são as populações tradicionais?* Disponível em: <http://uc.socioambiental.org/territorios-de-ocupacao-tradicional/quem-sao-as-populacoes-tradicionalis>. Acesso em 10 mar. 2013.
- DAL FORNO, M.; VERDUM, R.; KUBO, R. R. Riscos e conflitos ambientais na perspectiva da conservação da natureza e das identidades sociais. In: COELHO-DE-SOUZA, G. (Org.). *As transformações no espaço rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. (Série do Plageder).
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- DREBES, J. S. O estado no direito internacional público: formação e extinção. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 104, set. 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12240&revista_caderno=16>. Acesso em 13 fev. 2013.
- EISENSTADT, S. N. Multiple modernities. *Daedalus*, Vol. 129 (1), p. 1-29, 2000.
- LITTLE, P. E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. (Série Antropologia, 322).
- OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE*, Curitiba, 5 (2), p. 37-48, 2002.

ONU. *A história da organização*. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/a-historia-da-organizacao/>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT/Organização Internacional do Trabalho*. Brasília: OIT, 2011.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *Documento Informativo Projeto GATI*, v.11, 2011.

PRINTES, R. B. *Gestão territorial e ambiental: contribuições de um emergente debate para a afirmação dos territórios sociais indígenas*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RAYMUNDO, L. O. *Legislar, amalgamar, civilizar: a mestiçagem em José Bonifácio de Andrada e Silva (1783-1823)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTILLI, J. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2005.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico*, 84, p. 11-44, 1985.

VERDUM, R. Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). In: LIMA, A. C. S.; BARROSO-HOFFMANN, M. (Org.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contracapa/LACED, 2002, p. 87-105.

Pós-desenvolvimento e estudos rurais: notas sobre o debate e agenda de pesquisa

Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

Estudos críticos sobre as políticas e os programas de desenvolvimento assumiram nas últimas décadas um importante papel na análise de intervenções sociais e econômicas planejadas. As múltiplas vertentes analíticas que apareceram recentemente nas ciências sociais partilham da ideia de que pontos de vista que problematizem o modo como os processos de desenvolvimento (rural ou urbano) são elaborados, organizados e colocados em prática auxiliam a complexificar este tema ainda candente nas ciências sociais. Simultaneamente, parte destes estudos sugere que a racionalidade do desenvolvimento precisa ser examinada, isto é, o modo como se constroi a lógica das intervenções, suas justificativas políticas e os fundamentos ético-normativos. Como efeito, os mesmos autores sustentam a importância em entender como e por que contestações a políticas de desenvolvimento são acionadas. Um ponto de vista dentre todos os que disputam lugar e “olhar legítimo” sobre o problema adquiriu um posicionamento teórico-político determinado: ao invés de procurar reconstruir um tipo de desenvolvimento mais igualitário, inclusivo ou ambientalmente responsável, o pós-desenvolvimento busca destruir a narrativa do desenvolvimento e imaginar uma era em que ele não seja mais o pilar organizador e nuclear das sociedades.

Apesar disto, o pós-desenvolvimento não pode ser considerado um paradigma unitário, já que uma gama de perspectivas e pontos de vista aparecem sob esta denominação. Para fins de compreensão desta diversidade, podemos afirmar que é uma vertente com um conjunto de proposições, mas muitos dos autores que a sustentam possuem conexões apenas parciais – e que, para complexificar ainda mais, seus pensamentos e posições se transformam ao longo dos anos.

Este capítulo tem por finalidade realizar um balanço panorâmico sobre o pós-desenvolvimento. Tematizado por diversos pesquisadores de diferentes países, observa-se que o debate encontra ainda pouca fertilidade acadêmica no Brasil. Portanto, espera-se poder contribuir com a discussão sobre o assunto e, especialmente, aprofundar o debate sobre o tema do desenvolvimento que amplie as possibilidades analíticas e os instrumentais teóricos até então conhecidos.

Na próxima parte do texto, apresento qual o posicionamento teórico e político do pós-desenvolvimento e, na seguinte, o foco epistemológico que esta perspectiva, apesar de bastante diversa, ocupa observando-se a obra de alguns autores. Nas seguintes seções, demonstro como o pós-desenvolvimento se distingue de outros pontos de vista críticos das concepções convencionais sobre desenvolvimento, quais críticas aparecem a esta proposta e quais tipos de orientações e caminhos metodológicos podem ser construídos.

Duas contestações

Os estudos que inauguraram o assim denominado pós-desenvolvimento se construíram a partir de duas contestações interligadas: a primeira relacionada a processos e políticas de desenvolvimento e a segunda de caráter teórico.

Entre os anos 1950 e fins dos anos 1970, países da América Latina, África e parte do continente asiático se tornaram campo de experimentos em políticas de desenvolvimento. Após os anos de reconstrução da Europa, destruída pela 2ª guerra mundial, os esforços se voltam para as nações consideradas “atrasadas” em termos de urbanização e industrialização. Por meio da ajuda internacional, via financiamento e incentivos, Estados organizaram programas de alavancagem econômica e investimento pesado (industrial e em infraestrutura) na tentativa de romper com o suposto retardo da modernização social e promover o crescimento econômico, que deveria ser mimético à modernização ocorrida nos países da Europa e nos EUA.

Neste processo, os Estados se tornaram condutores das políticas e dos programas de desenvolvimento, isto é, os atores principais. Passados muitos

anos, pesquisadores passaram a se concentrar em analisar os resultados dos esforços do desenvolvimento. Em meados dos anos 1980, importantes pesquisas apresentam seus resultados iniciais e mostram que as políticas de desenvolvimento possuem papel central na despolitização de problemas sociais, ou seja, para cooperação entre países acontecer e a ajuda internacional conseguir implementar projetos nos lugares ditos “subdesenvolvidos”, será preferível que os agentes se acomodem aos problemas sociais (desigualdades, por exemplo) e políticos locais sem tocar nas estruturas de dominação (Ferguson, 1990). Outro aspecto demonstrado pelos pesquisadores diz respeito à orientação dos programas: as intervenções têm hierarquia e partem de um grupo de pessoas interessadas em determinadas transformações e não em outras, o que se costuma denominar de caráter *top-down* das políticas (Escobar, 1995). Além disto, as intervenções objetificam as pessoas e instrumentalizam a vida ao quantificá-la e promovê-la por meio do utilitarismo e do produtivismo (Ferguson, 1990; Escobar, 1995). Portanto, a crítica ao desenvolvimento assumiu um ponto de vista que sublinha todos os efeitos negativos que qualquer política com fins supostamente benéficos constitui (Rist, 2008).¹

Do ponto de vista teórico, correspondente à segunda contestação, o pós-desenvolvimento se insere claramente na problematização às duas narrativas principais que se tornaram balizadoras do debate entre os anos 1960 e meados dos anos 1970: a teoria da modernização e o marxismo (Escobar, 2005). As teorias da modernização procuraram sustentar os diferentes estágios do desenvolvimento e as pré-condições para que ele ocorra (Rostow, 1974), pouco manifestando discutir o que significa de fato desenvolvimento e quais os dilemas de se posicionar por uma definição. Amparadas na dicotomia “tradicional-moderno”, as teorias da modernização mostravam elementos empíricos que constituíam a passagem de um estado (tradicional) para outro (moderno): incrementos graduais em rendas monetárias e no Produto Interno Bruto, diminuição da população marginal ao sistema de produção e consumo do mercado capitalista, ganhos em produtividade, racionalidade orientada a objetivos e universalismo como valor. Já a perspectiva marxista, com diferentes matizes, enfatizava os efeitos contraditórios do desenvolvimento, mostrando que o conflito de classes no capitalismo criava desigualdades e tensões. De certo modo, o desenvolvimento na abordagem marxista é algo positivo, pois é o próprio capitalismo que produz problemas e não permite que os benefícios

¹ Buscar referenciais fundadores do pós-desenvolvimento não é tarefa simples, pois literatura de crítica ao tema emerge em diferentes lugares num período aproximado. Pode-se mencionar o trabalho de Escobar (1984) como o primeiro a refletir o desenvolvimento (e o “terceiro mundo”) pelo prisma dos referenciais analíticos de Foucault (Corbridge, 2007).

do progresso social e econômico aconteçam para a sociedade como um todo, haja vista a natureza da divisão de classes.

No espaço agrário, as teorias da modernização apregoavam a intensificação tecnológica e o produtivismo como modos de resolução dos problemas de ineficiência da agropecuária. A “revolução verde” posta em prática, pode-se dizer, se constituiu no ápice da perspectiva analítica. No ponto de vista marxista, os problemas de apropriação e acumulação de capital eram centrais para a realização da rentabilidade (Mann e Dickinson, 1978), mas a inovação tecnológica e o gerenciamento da força de trabalho – entre familiar e não familiar, por exemplo (Friedmann, 1978) – podia acirrar a polarização de classes sociais e criar abismos sociais mais intensos. Os estudos sobre complexos agroindustriais (Kageyama e Silva, 1983) e sua transformação profunda sobre a relação entre empresas e agricultores, o trabalho assalariado no campo, a propriedade rural e a categoria “renda da terra” como empecilho ao desenvolvimento agrário são alguns dos tópicos pelos quais o marxismo adquiriu força.

O pós-desenvolvimento se diferencia das duas matrizes antes analisadas ao demonstrar que o problema não está na lentidão ou ineficácia da modernização (que, se esperaria, o remédio seria apostar ainda mais para a modernização se completar); tampouco, tal qual a visão marxista, o problema está no que o desenvolvimento não faz, pois não está em jogo simplesmente apropriações de classes dos benefícios das políticas do desenvolvimento ou como criar um modelo de desenvolvimento que não seja capitalista. O nó da questão está no que o desenvolvimento executa. Naquilo que ele faz – instrumentalizar, mercantilizar, intervir na vida das pessoas, planejar, modificar e colonizar os modos de vida tradicionais, criar programas “de cima para baixo”, quantificar resultados e construir realidades por meio de diagnósticos e relatórios – o desenvolvimento é muito eficiente. Em uma passagem conhecida, Escobar afirma:

[...] O discurso e a estratégia do desenvolvimento produziu seu oposto: subdesenvolvimento e empobrecimento massivos, opressão e exploração com raros testemunhos igualáveis. A crise de dívida, a fome no Sahel, a pobreza crescente, a desnutrição e a violência são somente os signos mais patéticos do fracasso de quarenta anos de desenvolvimento (Escobar, 1995, p. 4).

Não é raro encontrar diagnósticos pessimistas e avaliações severas com as políticas e os programas de desenvolvimento entre os autores do pós-desenvolvimento, tal como esta passagem antes destacada. Apresentadas as contestações e críticas da perspectiva, a seção seguinte aborda o foco epistemológico da proposta.

Pós-desenvolvimento: foco epistemológico

Uma primeira aproximação aos estudos orientados à desconstrução do imaginário do desenvolvimento coloca o leitor em face de certa diversidade de olhares teóricos e epistemológicos. Em que pese esta heterogeneidade, é possível observar que os primeiros trabalhos em torno da perspectiva assumiram uma posição muito clara: incorporar à análise do “terceiro mundo” e do desenvolvimento o manancial conceitual trabalhado por Michel Foucault. Esta abordagem continua a alimentar os estudos atuais (Li, 2007; Ilcan e Phillips, 2010) – embora se afirme que as pesquisas mais recentes enfatizam contextos, articulações sociais e o papel dos atores. Ainda assim, talvez se possa afirmar que a notoriedade da perspectiva tenha sido em parte por esta leitura pós-estruturalista do fenômeno do desenvolvimento. Por esta razão, o privilégio analítico será dado a este ponto de vista.²

Escobar (1995 e 2008) sustenta que políticas, programas e projetos de desenvolvimento constroem realidades. O que este autor deseja afirmar a partir desta sentença? Se a teoria da modernização possui um olhar positivista ou funcionalista e o marxismo parte de uma epistemologia realista, o pós-desenvolvimento se ampara em duas influências: o pós-estruturalismo de Michel Foucault e, no caso de alguns autores (como Escobar), os estudos pós-coloniais. Cabe uma pequena ressalva. A recepção dos estudos de Foucault foi expressiva, inclusive para parte dos autores pós-coloniais, incluindo nestes o livro *Orientalismo* de Edward Said. Tanto nos textos de Foucault como no trabalho seminal de Said emerge a noção de que o foco das investigações deve privilegiar os discursos (filosóficos e científicos, principalmente) e como estes moldam a realidade. Portanto, esta é uma abordagem *interpretativa-constitutivista* (Escobar, 2005, p. 21); ela não apenas mostra que o mundo que conhecemos é aquele da fala e do discurso, mas ele é resultado de articulações entre regimes de verdade e de poder. Ao enunciarmos algo utilizamos recursos de poder para construir realidades – tal fato se apresenta no amálgama de textos, diagnósticos e interpretações produzidos ao longo de décadas sobre povos e países que foram denominados de, e portanto tornados, “subdesenvolvidos” como uma verdade cabal.

De fato, isto significa que as oposições entre “tradicional *versus* moderno” e entre “subdesenvolvido *versus* desenvolvido” são construções conceituais que criam verdades socialmente aceitas, elas próprias não podem ser tomadas tal

² Para outras orientações epistemológicas, alguns dos quais possuem conexões apenas indiretas (quando há) com o pós-estruturalismo, ver os trabalhos de Esteva (2000), Ribeiro (2008), Gibson-Graham (2004), Rist (2008) e as diversas publicações de Serge Latouche.

como verdades incontestáveis. Escobar (1995) e Esteva (2000) mostram, um tanto quanto estupefatos, que o famoso discurso de Harry Truman em 1949, em que pela primeira vez a noção de subdesenvolvimento foi utilizada num discurso público e com tom político, transformou dois terços da população mundial em subdesenvolvida num ato de fala. Ao criar o problema do subdesenvolvido, cria-se todo o dispositivo do desenvolvimento que se tornou poderoso ao também construir as instituições de promoção do desenvolvimento (Banco Mundial, BID), os especialistas do campo, os saberes especializados, os agentes parceiros (governos, universidade, ONGs), as populações alvo.

Como mostra Escobar (2005, p. 21), enquanto as teorias da modernização orientam-se por conceitos tais como mercado e indivíduo e o marxismo por conceitos de produção e trabalho, o pós-estruturalismo toma a linguagem e o sentido como pontos cruciais de análise. Paralelamente, se para os primeiros a sociedade, o mercado e os direitos são objetos de estudo, para as perspectivas marxistas está em questão focar em estruturas sociais, relações sociais e ideologias. No caso do pós-estruturalismo, o objeto de investigação estará tanto na representação/discurso como na articulação saber-poder. Como resultado, não se pode deixar de observar que teorias têm efeitos analíticos e políticos. As teorias da modernização estabelecem como mecanismos de mudança social a existência de melhores teorias e dados, além de intervenções mais focadas – portanto são questões técnicas que importam nesta visão e não se problematiza a intervenção. Por outro lado, as orientações de cunho marxista indicam que os mecanismos de mudança estão calcados na luta de classe.

Finalmente, o que emerge como problemática do pós-estruturalismo e permite a mudança é a modificação das “práticas de saber e fazer” (Escobar, 2005, p. 21). Este ponto final sugere que não se pode falar em um divórcio entre conhecimento e poder e que as visões anteriores possuíam um tom generoso com mudanças técnicas, científicas e econômicas (elas seriam capazes de gerar efeitos positivos para todo o corpo social). Numa visão que desconstrói estas premissas, observa-se que se não houver mudanças nas práticas de saber e de fazer não haverá reais transformações na sociedade – por exemplo, nas relações de dominação de gênero, na violência das decisões do Estado, no modo como o conhecimento se legitima com poder dos cientistas, etc.

Distinções

O pós-desenvolvimento não se confunde com outras importantes críticas ao modelo convencional sobre desenvolvimento: o desenvolvimento

sustentável, a abordagem multidimensional que se popularizou e diversificou a partir do Índice de Desenvolvimento Humano da ONU e a abordagem das capacitações.

As premissas que guiam a noção de desenvolvimento sustentável são anteriores à elaboração do pós-desenvolvimento, tendo como marcos os movimentos ambientalistas dos anos 1960, críticas de intelectuais engajados (por exemplo, Rachel Carson e seu livro *Primavera Silenciosa*), o Clube de Roma, a Conferência de Estocolmo de 1972 e a Eco-92. No entanto, como sublinha Rist (2008), embora a relevância para apostar em novas (e “boas”) práticas, agendas para conservação da biodiversidade e diminuição da liberação de gases poluentes, o termo desenvolvimento sustentável se tornou um modo de manter os processos de desenvolvimento apenas adicionando um adjetivo ao termo e que possui impactos reais tímidos.

De outro lado, o pós-desenvolvimento não se aproxima das abordagens multidimensionais ou das capacitações, porque não está em questão reconstruir o desenvolvimento – na versão multifacetada ou “como liberdade” (Sen, 2000) – ou tentar salvar a ideia civilizadora de levar o desenvolvimento onde não o encontramos. As perspectivas de Sen e de autores que trabalham na perseguição destes objetivos consistem em romper com a equação ‘desenvolvimento = crescimento econômico’. Por conseguinte, tentar encontrar um modo mais eficaz de se pensar e perseguir o desenvolvimento é muito diferente de “imaginar uma era pós-desenvolvimento” (Escobar, 1995). No âmbito do pós-desenvolvimento o que se pretende é livrar-se do desenvolvimento enquanto narrativa que orienta planos, conduz populações por meio de planejamento econômico e alimenta utopias (Rist, 2008; Walsh, 2010).

Críticas e avaliações ao pós-desenvolvimento

Se, de um lado, pode-se concluir que o pós-desenvolvimento não se confunde com a reconstrução de viés sustentável do desenvolvimento, nem sequer com a abordagem multidimensional ou das *capabilities*, há outras associações programáticas, relações de influência teórica e paralelismos a serem destacados. Como é de se observar, a literatura em antropologia produziu desde os anos 1970 críticas ao programa da *development anthropology* de cunho aplicado e orientada *para o* desenvolvimento, isto é, comprometida com o ideário desenvolvimentista (Carneiro, 2012). De maneira paralela, Asad (1973) organiza uma obra em torno dos efeitos imperialistas e o caráter colonialista de parte da antropologia produzida até então. O importante trabalho de Said já

mencionado foi um marco também, não somente por aprofundar o uso dos referenciais de Foucault, porém também pela ótica de ver o mundo fora do eixo euro-americano com lentes críticas sobre a maneira como a representação do outro é construída. Pode-se afirmar que tanto o pós-colonialismo e como o programa *modernity/coloniality/decoloniality* são importantes correntes de pensamento que compõem o cenário em que o pós-desenvolvimento encontra afinidades, existindo ainda outras que mereceriam destaque, tais como a teoria feminista, os estudos subalternos e os estudos culturais.³

Estas articulações conceituais foram alvo de avaliações críticas. Corbridge (2007, p. 180) menciona que

Muitos numa espécie de pós-esquerda, enquanto isso, colocaram o desenvolvimento sob a luz da virada pós-colonial. Eles preferem ver o desenvolvimento como um conjunto de técnicas experimentais que produzem o ‘Terceiro Mundo’ como lugar patologizado de diferença/subdesenvolvimento.

De certo modo, Corbridge apresenta questionamentos relevantes, dos quais destaco: se o desenvolvimento se orienta a governar pessoas, será possível a existência de sociedades em que governamentalidade não apareça de nenhum modo? Isto é, para Corbridge, viver em sociedade é habitar regimes de poder e formas de socialização, e destas ninguém escapa – sendo a arquitetura do desenvolvimento uma constelação de poder entre outras.

De qualquer maneira, respostas ao pós-desenvolvimento sugerem que esta proposta interpretativa ganhou adeptos e opositores. Alguns trabalhos avaliaram o pós-desenvolvimento com ênfase nos aspectos metodológicos (Ziai, 2007; Brigg, 2002), outros buscaram mostrar problemas de cunho político e programático (Storey, 2000; Pottier, 2003). Para Ziai (2007) e Brigg (2002) os problemas dizem respeito ao modo como a obra de Foucault é lida. Na visão do primeiro, atribuiu-se relevância demasiada à unidade e à continuidade dos discursos do desenvolvimento enquanto formadores de mentalidades, corpos, disciplinas e problemas. Ziai sustenta que esta forma de análise (que considera toda a máquina do desenvolvimento como forte e quase monolítica) faz uma derrapagem de uma das premissas basilares de Foucault (1986): a de que o conjunto de enunciados de um campo de saber opera pela dispersão e pela descontinuidade e não forma unidade formal, apenas regularidades. Já a orientação de Brigg (2002) sugere que o pós-desenvolvimento concede excesso de importância ao suposto colonialismo que sobreviveria na era desenvolvi-

³ Não abordarei estas perspectivas aqui e remeto o leitor aos textos de Carvalho (2001), Maia (2009), Domingues (2009) e Radomsky (2011 e 2013).

mentista, deixando de perceber que no período uma série de problemas fora ultrapassada, a começar pela superação das relações efetivamente coloniais. De modo ainda mais enfático, o exercício do poder na era desenvolvimentista se exerce por meio da biopolítica, no sentido empregado por Foucault, portanto procurando administrar e promover a vida.

Para além das posturas epistemológicas, há outras dimensões críticas sobre o pós-desenvolvimento. Pottier (2003) sustenta que a análise pós-estruturalista, ao tornar o discurso do desenvolvimento a ancoragem metodológica das pesquisas, não dá respostas satisfatórias sobre o espaço do poder na maneira em que ele aparece na prática. Ao realizar isto, não se observam que negociações em torno de projetos de desenvolvimento sempre acontecem na sua efetivação. Sob outro olhar, a leitura de Storey mostra que os autores que se aproximam do pós-desenvolvimento alimentam posições políticas românticas em relação aos movimentos sociais e à sociedade civil, não percebendo neles estratégias políticas e jogos de poder.⁴

É possível ainda perceber que entre os que mais se opõem e os que estão no núcleo do pós-desenvolvimento aparecem pontos de vista intermediários, absorvendo parte das propostas e se posicionando de modo diferenciado. Este é o caso dos recentes trabalhos de De Vries (2013) e Cesarino (2012). De Vries (2013) utiliza-se da figura conceitual da máquina, que Ferguson (1990) havia acionado em seu instrumental analítico para dar conta de como o desenvolvimento funciona como um dispositivo.⁵ No entanto, De Vries demonstra, por uma perspectiva que se baliza entre Lacan e Žizek, que a máquina do desenvolvimento coloca em movimento expectativas e desejos de pessoas e, após criar sonhos, não os realiza. Ou seja, está em questão perceber que expectativas e promessas são alimentadas por formuladores e propositores do desenvolvimento para populações, portanto as vontades devem ser levadas a sério e suas promessas não podem ser abandonadas (De Vries, 2013). Este desejo passa por processos de persuasão, mas já está no âmago dos sujeitos.

O trabalho de Cesarino (2012) dialoga de maneira incessante com autores que se posicionam a partir do desenvolvimento enquanto governamentalidade, no entanto há um deslocamento da centralidade do discurso para etnografia de projetos e programas, ou seja, dar prioridade ao estudo aprofundado e qualitativo sobre as diferentes etapas de formulação, criação de acordos de cooperação, implementação de políticas, monitoramento e

⁴ Algumas respostas a estes argumentos podem ser encontrados em Rist (2008) e Escobar (2008).

⁵ O conceito de dispositivo é trabalhado por Foucault, mas um excelente ensaio interpretativo é *O que é um dispositivo?* de Agamben (2009). Paredes Peñafiel et al. (2013) utilizam o conceito de dispositivo aplicando-o num estudo sobre desenhos ontológicos e bioconstrução no sul do Brasil.

avaliação. A pesquisa de Cesarino foca a cooperação internacional entre países do hemisfério sul, especialmente os “novos doadores” no campo internacional (Brasil, China, Índia, África do Sul, etc.). Neste novo cenário, a despolitização pode acontecer tal qual no modelo de cooperação para o desenvolvimento norte-sul – que Ferguson havia mostrado –, isto é, doadores não se intrometem em assuntos de soberania nacional e os projetos acabam se acomodando às desigualdades e aos processos relacionados a disputas por poder nos locais. De outro lado, sua apreensão dos problemas mostra que o olhar “estrangeiro” ou de organismos internacionais nem sempre é o único a representar os sujeitos do desenvolvimento: em muitas ocasiões, é o parceiro e executor dos projetos em nível local que toma antecipadamente qual será o grupo-alvo da ajuda internacional, e esta possível relação de “colonização via desenvolvimento” por agentes externos (organizações multilaterais, bancos internacionais ou Estados) é mais complexa do que pode parecer. Basicamente, com a miríade de atores em relação e num mundo de conexões globais – somado ao fato do recente aparecimento dos “novos doadores” – a oposição ‘*outsider/insider*’ precisa ser melhor destrinchada. Sobre esta (possivelmente reificada) relação de oposição, a autora escreve:

[Portanto,] é menos sobre a dicotomia comumente encontrada na literatura entre estrangeiros/neocolonialistas modernos e os povos locais/tradicionais camponeses [...] do que sobre relações entre sujeitos pós-coloniais que foram diferentemente moldados por camadas históricas sucessivas de integração desigual nas margens do sistema mundial capitalista (Cesarino, 2012, p. 514, tradução do autor).

A crítica à onda de trabalhos orientados pelo pós-desenvolvimento tem a capacidade de complexificar a reflexão e criar novas modalidades metodológicas para pesquisar as vicissitudes das políticas e programas de desenvolvimento. A passagem antes citada nos direciona a envolver mais elementos nos estudos e que permitam ir além de denunciar poderes neocoloniais para análises sobre os diferentes processos sócio-históricos que constituem o social. A seguir, elaboro pontos reflexivos sobre algumas possibilidades de pesquisa.

Notas sobre pesquisa social e a perspectiva do pós-desenvolvimento

Do ponto de vista político – possivelmente num tom menos radical – Escobar mostra que imaginar uma era pós-desenvolvimento refere-se menos

a destruir o desenvolvimento enquanto tal e mais a possibilidade de que este não seja mais a narrativa que dê sentido ao nosso tempo histórico (Escobar, 2010). Quiçá esta possibilidade esteja ofuscada, seja pelos que ainda apregoam o liberalismo como solução, seja pelas recentes alusões ao festejado neodesenvolvimentismo que recupera parcialmente a aspiração do crescimento econômico de décadas passadas. Em termos metodológicos, no entanto, o pós-desenvolvimento apresenta ferramentas para análise crítica de políticas e programas de desenvolvimento.

1. Ao desnaturalizar a ideia de que o desenvolvimento é necessariamente benéfico e que uma linearidade histórico-evolutiva é um caminho lógico, faz-se relevante também desnaturalizar a noção de progresso.
2. Se a noção de progresso não é um componente natural humano, torna-se mais evidente que as políticas e programas de desenvolvimento apareceram num determinado período histórico (com efetividade real pós-1945) e se constituíram como procedimentos de intervenção. Estas ações induzidas visam transformações na população-alvo (olhando-as sob o prisma de que elas sempre têm carências) e possuem um diagnóstico previamente realizado dos problemas somado a uma orientação articulada sobre o resultado esperado (ver também Navarro, 2001).
3. Como ator crucial dos processos de desenvolvimento, o Estado e suas ações (des)articuladas precisam ser apreendidos nos termos de uma ambivalência. Isto significa desconstruir a noção de dádiva por parte da ação estatal ao “levar” o desenvolvimento onde ele não existe, ou seja, de que o desenvolvimento deve ser trasladado e promovido não se coloca sob este prisma – haja vista que subdesenvolvimento é uma construção discursiva e modo de representar um estado das coisas. Dádiva e poder estão implicados e os diversos estudos mostram que o campo do desenvolvimento é constituído por relações de dominação (Ribeiro, 2008).
4. Como consequência do anterior, estudar o desenvolvimento diz também respeito a examinar as racionalidades de governo, o gerenciamento da sociedade por parte dos Estados e de organizações ou agências internacionais, portanto o dispositivo do desenvolvimento em cada caso, as práticas de governo difusas, as complexas articulações de poder e os processos de subjetivação dele decorrentes.
5. Os processos de subjetivação não são apenas decorrentes de políticas e programas de desenvolvimento, tampouco resultado de uma

relação binária entre *outsiders/insiders* dos projetos de intervenção ou, como aparece nos escritos politicamente mais radicais, “colonizadores”/“colonizados” (aqui entendendo colonização metafóricamente e esta ocorrendo através de políticas de desenvolvimento). Como mostra Cesarino (2012), as arenas de embate em que ocorrem negociações, disputas e imposição de projetos de desenvolvimento aglutinam distintos atores, para os quais as posições *neo*, *alter*, *anti*, *pós* e *pró*-desenvolvimentista não necessariamente representam condição entre agentes externos *versus* internos e estrangeiros *versus* nacionais. Portanto, a complexidade reside em examinar os comportamentos e os múltiplos pontos de vista que os atores assumem durante os processos.

6. Ao concentrar esforços de investigação no dispositivo, a orientação particular reside em conceder possibilidades para traçar genealogias. Apropriando-se dos escritos de Foucault com alguma margem interpretativa, isto significa proceder buscando não as origens remotas, mas as rupturas e descontinuidades nas formações discursivas e nas técnicas empregadas no que diz respeito a políticas de desenvolvimento. Portanto, de um lado, analisar discursos e a formação de conceitos e como eles operam em determinados períodos, como apareceram e de que maneira certas articulações enunciativas demarcam novas modalidades de nomear e de falar sobre problemas socioeconômicos. De outro, examinar como discursos sobre os problemas se relacionam a práticas específicas, projetos e programas de intervenção. Neste último caso, é atentar-se para a profissionalização dos agentes do desenvolvimento e, correlativamente, a constituição de entidades e organizações que institucionalizam o desenvolvimento e passam a abrigar estes profissionais (Escobar, 2005).
7. Por fim, as provocações por parte daqueles que se posicionam num espectro afastado do pós-desenvolvimento suscita questões de ordens prática e teórica. Qual o papel de uma descrição densa e da etnografia? Como afirmou Ziai (2007), o pós-desenvolvimento enseja a possibilidade de uma democracia radical, é necessário lidar com abertura dialógica e com a criação de simetrias com os interlocutores em campo, mesmo que estes expressem profundo desejo de desenvolvimento, tal como De Vries (2013) sustenta. Particularmente, tomar esta possível vontade a sério é importar-se com a experiência dos outros – e as promessas não cumpridas.

No que tange aos estudos rurais, os pontos acima sistematizados são igualmente importantes, embora se possa refletir sobre especificidades. Particularmente no Brasil, há poucos estudos e um avanço sob este prisma poderia complexificar as análises sobre o rural brasileiro.

Primeiramente, observa-se que uma parte importante dos escritos críticos da *modernização da agropecuária* foi realizada sob os olhares do marxismo, da perspectiva do desenvolvimento sustentável, entre algumas outras. O pós-desenvolvimento possibilitaria outra leitura do processo (já brevemente mencionada aqui) direcionando para distintos aspectos normativos e interpretativos.

Em segundo lugar, estudos sobre *diagnósticos* dos espaços rurais realizados por entidades governamentais e não governamentais e suas tecnologias de produção de saber também poderiam ser objeto de análises críticas. Como os diagnósticos são ferramentas de construção da realidade? Como os diferentes estudos (estudos de impacto ambiental, diagnósticos sobre pobreza rural, entre outros) operam e fundamentam as intervenções? De que forma conquistam legitimidade política e social os diagnósticos que sugerem respostas aos problemas para regiões rurais consideradas atrasadas?

Terceiro, a partir dos resultados de pesquisa de Ferguson (1990), cabe investigar o papel e os efeitos das políticas e programas de desenvolvimento nos *conflitos* entre atores de um determinado território. Para o caso estudado pelo autor, a implementação das ações ocasionou despolarização dos problemas sociais, mas vale indagar: em todos os casos isto ocorrerá? Em quais situações rurais as intervenções e projetos podem gerar mitigação e em quais existirá asseveramento dos conflitos?

Em quarto lugar, se modificar as *práticas de saber e fazer* é um mecanismo crucial de mudança, estudos orientados pelo pós-desenvolvimento poderiam apostar em analisar conhecimentos em ação, suas arenas de debate e as relações sociais de poder entre diferentes agentes do espaço rural (entidades de pesquisa e/ou extensão, ONGs, movimentos sociais etc.). Como elemento normativo, por à prova uma possível simetria de distintos saberes pode gerar resultados relevantes em pesquisas sobre conhecimentos rurais locais ou tradicionais.

Como quinta e última questão, refletindo *dimensões metodológicas*, analisar e estudar programas ou projetos de desenvolvimento rural não deve se confundir com melhorá-los e tampouco em apenas apontar seus erros. Examinar as intervenções é realizar um esforço por dissecá-lo, procurando (i) entender as lógicas ou justificativas que presidem as ações dos diferentes atores em jogo, (ii) analisar textos que orientam ações de organizações (projetos, relatórios, diagnósticos) e sua construção discursiva (como são escritos, de quais ferramentas metodológicas e estatísticas se valem e quais dados utilizam) tendo como panorama os

diferentes níveis em que políticas de desenvolvimento rural são agenciadas e articuladas em diferentes escalas – internacional, nacional e regional.

Existe, dessa maneira, espaço profícuo para analisar criticamente os processos sociais e políticas/programas de desenvolvimento. Todavia, é preciso perguntar: ao final, o que significa “crítica”? Ao se voltar à obra de Foucault, Lemke (2011, p. 27) sustenta que crítica é “o movimento pelo qual o sujeito dá, ele mesmo, o direito de questionar a verdade sobre seus efeitos de poder e questionar o poder nos seus discursos de verdade”. Se entre desenvolvimento e verdade permanece um liame, faz ainda sentido que a verdade do desenvolvimento seja, pelo menos, questionada.

Agradecimentos

O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) pelo apoio financeiro concedido para a realização da pesquisa que originou este capítulo.

Referências

- AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- ASAD, T. *Anthropology & the colonial encounter*. Londres: Ithaca Press; Humanities Press, 1973.
- BRIGG, M. Post-development, Foucault and the colonisation metaphor. *Third World Quarterly*, v. 23, n. 3, p. 421-436, 2002.
- CARNEIRO, M. S. Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 4, p. 129-158, 2012.
- CARVALHO, J. J. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*, v. 15, p. 107-147, 2001.
- CESARINO, L. M. Anthropology of development and challenge of South-South cooperation. *Vibrant*, v. 9, n.1, p. 509-537, 2012.
- CORBRIDGE, S. The (im)possibility of development studies. *Economy and Society*, v. 36, n. 2, p. 179-211, 2007.
- De VRIES, P. Comunidad y desarrollo en los Andes Peruanos: una crítica etnográfica al programa de modernidad/colonialidad. *Sociologias*, v. 15 (33), p. 248-281, 2013.
- DOMINGUES, J. M. Global modernization, ‘colonization’ and a critical sociology for contemporary Latin America. *Theory, Culture & Society*, v. 26, n. 1, p. 112-133, 2009.
- ESCOBAR, A. Discourse and power in development: Michel Foucault and the relevance of his work to the Third World. *Alternatives*, v. 10, p. 377-400, 1984.

_____. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

_____. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, D. (Coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005, p. 17-31.

_____. *Territories of difference: place, movements, life, redes*. Durham: Duke University Press, 2008.

_____. Latin America at a crossroads: alternative modernizations, post-liberalism, or post-development? *Cultural Studies*, v. 24, n. 1, p.1-65, 2010.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Org.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERGUSON, J. *The anti-politics machine: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 2.ed. Rio: Forense-Universitária, 1986.

FRIEDMANN, H. Simple commodity production and wage labour in the american plains. *Journal of Peasant Studies*, London, v. 6, n. 1, p. 71-100, 1978.

GIBSON-GRAHAM, J.-K. The violence of development: two political imaginaries. *Development*, v. 47, n. 1, p. 27-34, 2004.

ILCAN, S.; PHILLIPS, L. Developmentalities and calculative practices: the millenium development goals. *Antipode*, v. 42 (4), p. 844-874, 2010.

KAGEYAMA, A.; SILVA, J. G. Os resultados da modernização agrícola dos anos 70. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 537-559, 1983.

LEMKE, T. Critique and experience in Foucault. *Theory, Culture and Society*, v. 28, n. 4, p. 26-48, 2011.

LI, T. *The will to improve: governmentality, development, and the practice of politics*. Durham: Duke University Press, 2007.

MAIA, J. M. Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 71, p. 155-168, 2009.

MANN, S.; DICKINSON, J. Obstacles to the development of a capitalist agriculture. *Journal of Peasant Studies*, v. 5, n. 4, p. 466-481, 1978.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, 15 (43), p. 83-100, 2001.

PAREDES PEÑAFIEL, A. P.; MARQUES, F.; PROMPT, C. Desenhos locais: experiências de bioconstrução no oeste do estado de Santa Catarina com agricultores familiares. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, n. 1, p. 41-64, 2013.

POTTIER, J. Negotiating local knowledge: an introduction. In: POTTIER, J.; BICKER, A.; SILLITOE, P. (Ed.). *Negotiating local knowledge: power and identity in development*. Londres: Pluto Press, 2003, p. 1-29.

RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e emergência de “modernidades” alternativas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, p. 149-162, 2011.

_____. Pós-desenvolvimento, indicadores e culturas de auditoria: reflexões críticas sobre governança e desenvolvimento. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 49 (2), p. 155-163, 2013.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 80, 2008.

RIST, G. *The history of development: from western origins to global faith*. 3.ed. London: Zed Books, 2008.

ROSTOW, W. *Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não-comunista)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

SAID, E. *Orientalism*. New York: Vintage Books, 1978.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

STOREY, A. Post-development theory: romanticism and Pontius Pilate politics. *Development*, v. 43, n. 4, p. 40-46, 2000.

WALSH, C. Development as buen vivir: institutional arrangements and (de)colonial entanglements. *Development*, v. 53, n. 1, p. 15-21, 2010.

ZIAI, A. The ambivalence of post-development: between reactionary populism and radical democracy. In: _____. (Ed.). *Exploring post-development: theory and practice, problems and perspectives*. London: Routledge, 2007, p. 111-128.

Parte III

**Metodologias de pesquisa
em desenvolvimento rural**

Sobre a delimitação do rural: atualizando o debate sobre as metodologias que desmistificam o fim do rural no Brasil

Roni Blume
Sergio Schneider

Introdução

A delimitação do rural e do urbano no Brasil tem sido tema de reflexão entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento em face das dificuldades conceituais e metodológicas que o tema impõe. A fragilidade da concepção dual da relação rural/urbana aponta para uma problemática que apresenta não só desafios conceituais, mas também implicações práticas no que tange ao entendimento sobre o tamanho que o rural assume no país.

Talvez seja importante frisar que a discussão sobre um recorte espacial já não se encontra mais arraigada nas antigas concepções dicotômicas que procuravam definir o rural em oposição ao urbano. Parece estar superada a ideia da associação do rural ao atrasado, ao isolamento e à tradição; e o urbano ao progresso, à integração e à modernidade (Solari, 1973; Sorokin e Zimmerman, 1929). Foram vários os estudos e pesquisadores que contribuíram para a reava-

lorização do meio rural a partir da década de 1980, que resultaram em avanços teóricos, políticos e normativos sobre o que veio a ser denominado de “nova ruralidade” (Abramovay, 1999 e 2003; Graziano da Silva, 1999; Carneiro, 2001; Wanderley, 2002).

No cerne dos trabalhos sobre a nova ruralidade despontavam tendências analíticas visando ressaltar a importância de se valorizar além dos processos econômicos e produtivos da agricultura ou da atividade agrícola *stricto sensu*, também a dinâmica social que influencia a composição do espaço rural e até mesmo a articulação com o urbano.

Neste contexto, a compreensão do rural e da ruralidade passaram a integrar as novas dinâmicas relacionadas à segmentação do mercado de trabalho em atividades agrícolas e não agrícolas, mas também aspectos sociológicos e etnográficos ligados as formas de construção e redefinição das identidades sociais, assim como a cultura, a sociabilidade e os modos de vida. Segundo Kageyama (2008), este deslocamento igualmente levou a maior interação entre os ambientes rural e urbano, pois o mercado de trabalho e os espaços de lazer e desfrute da qualidade de vida passaram a ser os mesmos. Neste sentido, transformou-se o próprio entendimento sobre as dinâmicas espaciais do rural, pois a atividade econômico-produtiva continua mantendo uma relação direta com o lugar que a condiciona, mas também permite uma resignificação no que tange aos aspectos simbólicos ligados ao processo de formação espacial.

Assim, para determinados espaços rurais, mesmo com toda a força da modernização tecnológica da agricultura e dos efeitos da sociedade pós-industrial sobre a cultura e a identidade, os habitantes continuam a manter suas características rurais, que são distintas do urbano, sendo estas peculiares aos pequenos municípios. Nestes termos, como salientado por Wanderley (2002), os pequenos municípios passam a conformar a projeção real e normativa da própria ruralidade no Brasil. Em face de sua quantidade numérica, não é difícil concluir que o Brasil ainda é um país majoritariamente rural, contradizendo assim o derradeiro destino preconizado pelas estatísticas que previam o seu iminente desaparecimento.

Os trabalhos de Veiga (2001) foram particularmente ilustrativos no sentido de que apontaram que as estatísticas sobre a ruralidade brasileira são perpassadas por determinadas concepções e enfoques disciplinares, que acabam influenciando a discussão sobre os usos e as formas de definição normativa que se entende ser o rural. O autor é particularmente incisivo ao afirmar que as definições para a distinção do espaço urbano e do espaço rural adotadas no Brasil são insatisfatórias, ou até mesmo simplórias, por ainda estar atreladas ao Decreto Lei nº 311 de 1938, que por ainda estar em vigor acaba orientando o censo demográfico.

A principal crítica é dirigida ao critério legal sob o qual o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pela operacionalização e divulgação dos dados demográficos do país, se apoia para diferenciar o que é rural do que é urbano.¹ A norma legal baseia-se em critérios administrativos que decorrem da definição dos perímetros urbanos pelo poder público local (executivo e legislativo municipais). Nestes termos, as fronteiras espaciais estabelecidas na primeira instância estão atreladas aos delineamentos normativos que orientam a cobrança do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU (arrecadação para o município) e o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural – ITR (arrecadação para a União). Portanto é a finalidade da arrecadação tributária que acaba orientando uma definição territorial, que se sobressai a despeito de qualquer critério de distribuição demográfica ancorado a fatores sociais, econômicos ou até mesmo ambientais. Assim, as fronteiras entre o rural e o urbano no Brasil são definidas a partir da definição residual do rural como toda a área física que resta depois de subtraído tudo o que seja considerado urbano, segundo a lei municipal, a partir da lei do perímetro urbano.

Embora não restrito ao debate sobre a necessidade de reorientação do que se entende por rural e quais critérios deveriam ser utilizados para sua definição, Veiga acaba concluindo a partir de vários estudos que “o Brasil é menos urbano do que se calcula” (Veiga, 2002). O ponto de partida do autor é o questionamento que faz da altíssima taxa de urbanização de 81,25%, apresentada pelo Censo Demográfico de 2000, uma vez que este parece não corresponder ao perfil real da sociedade brasileira. Desde este alerta, surgiram vários estudos tentando propor uma abordagem diferenciada para tratar os limites tênues entre o rural e o urbano, valorizando critérios e variáveis de relação direta com a questão geográfica da localização da população (Veiga, 2002; Blume, 2004; Schneider e Blume, 2004; Girardi, 2008; Malmann, 2011).²

O objetivo deste capítulo tem o intuito de destacar a importância de metodologias alternativas que propõem diferentes abordagens para espacializar o rural brasileiro e o que cada uma destas pode contribuir para com o debate dos estudiosos que necessitam dimensionar o tamanho e a localização

¹ Já foi assimilado e aceito que não é por força e vontade do IBGE que a definição utilizada não se altera. Os próprios técnicos não se esquecem de lembrar que o Instituto precisa cumprir a legislação e não possui autonomia para agir de outro modo. Coloca-se nesta explicativa a força da decisão política sobre a importância de se estabelecer critérios técnicos-científicos.

² Cabe destacar que estes trabalhos tiveram como ponto inicial de discussão as informações legadas, em âmbito internacional, pelos trabalhos *Créer des indicateurs ruraux pour étayer la politique territoriale* e o *Territoinal Indicators of Employment – focusing on rural development*, realizados pela OCDE em 1994 e 1996; e em âmbito nacional *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*, de 1999, desenvolvido pela parceria entre IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP.

do rural no espaço. A importância de apresentar alternativas para simular um diferente recorte espacial para o rural torna-se pertinente quando se visa o desenvolvimento rural que não implique em sua superação ou redução ao urbano. Acreditamos que seja uma questão coerente e premente para o Brasil este tipo de precaução, especialmente levando-se em conta que a cada novo censo demográfico que é divulgado amplia-se a taxa de urbanização do país. No último Censo Demográfico, em 2010, esta taxa se elevou para 85,4%; e por este critério o rural e/ou a ruralidade encolhe a cada novo censo do IBGE, estatisticamente se aproximando do seu próprio fim.

O recorte do rural através de diferentes perspectivas metodológicas

A inquietude de alguns pesquisadores com os operacionalizadores normativos do censo demográfico brasileiro motivou estes a proporem uma reorientação para se delimitar o que se compreende por espaço rural. Na sua opinião, estes indicadores não traduzem a realidade da situação rural da população, dificultando assim a compreensão do espaço ocupado pelo rural no contexto espacial geral contemporâneo.

No plano analítico, a proposição de critérios para simular um recorte espacial diferente para o rural, com impacto nos índices demográficos, pode ser simplesmente contornada ao se observar determinado patamar populacional, como por exemplo: Suíça, Portugal, Grécia, Itália e Espanha, são aglomerados rurais as localidades com menos de 10.000 habitantes.

Na mesma linha, em várias partes do mundo são utilizados diferentes critérios que implicam na variação dos percentuais estatísticos da população, tal como pode ser observado nos trabalhos de Abramovay (1999); Blume (2004) e Girardi (2008). Cabe ressaltar que em termos de delimitação para o binômio rural/urbano é comum encontrar três modos: a delimitação administrativa, a funcional com patamar populacional e a funcional com ênfase na ocupação agrícola e mais o patamar populacional. Segundo Blume (2004), ao se observar diferentes classificações administrativas ou funcionais, se ressalta a diversidade dos critérios para a formação dos índices absolutos, e entre estas a definição político-administrativa ou legal, adotada no Brasil, é a mais simplificadora. Aprofundando a pesquisa sobre a diversidade de critérios utilizados em diferentes países, Girardi (2008) conclui que os principais elementos utilizados nas classificações oficiais de áreas e de populações como rurais ou urbanas são as seguintes: i) definição político-administrativa ou legal; ii) tamanho populacio-

nal; iii) ocupação da população; e d) densidade demográfica. Sendo que estes elementos podem figurar combinados, em especial o tamanho populacional e a densidade demográfica.

Mas é preciso ir além de questionar os índices absolutos para se propor uma transposição do nível dedutivo para o operacional, e isto requer o uso de metodologias analíticas. Neste área do conhecimento observam-se diferentes abordagens, que estão a disposição de interessados para serem executadas ou até mesmo aprimoradas, pois toda a proposta empírica tem como princípio a natureza dinâmica visando dar conta de ler e compreender determinada realidade. Ou seja, a cada nova proposta um recorte diferente pode ser estabelecido a medida que se acrescentam variáveis analíticas na intenção de retratar por aproximações sucessivas a realidade de forma mais acurada. Contudo é mister entender o comportamento dos resultados a medida que se detalha a investigação. Os resultados podem apresentar tendências, e estas confrontar com a realidade instituída de forma a corroborá-la ou desmistificá-la. Neste corolário, em ordem crescente de agregação de variáveis para se estabelecer um recorte territorial do rural diferenciado, em termos de tamanho populacional, apresentam-se as propostas de Veiga (2002) e OCDE (1994), e sua leitura e aplicação por Blume (2004) e Mallmann (2011), finalizando com o estudo de Girardi (2008).³

A contribuição de J. E. da Veiga para a definição dos limites do rural e do urbano

A contribuição de José Eli da Veiga parte de uma constatação empírica, que é a taxa de urbanização de 81,2%, informada pelo IBGE para o ano de 2000, que segundo o autor não corresponde ao perfil rural real da sociedade brasileira. Sob o sugestivo título *O Brasil é menos urbano do que se calcula* (Veiga, 2002), o autor procura demonstrar quão equivocado e reducionista é vincular a ruralidade a um critério normativo como o do IBGE, que define como rural toda a área que estiver fora dos domínios do perímetro urbano. E como urbana entende-se toda a sede de município ou distrito, independente de quaisquer outras características.

Segundo Veiga (2001, 2002, 2004a e 2004b) a definição do que seja rural ou urbano no Brasil se alteraria completamente caso fosse abandonada

³ Cabe destacar que para este texto não será realizada uma análise visando problemas operacionais das abordagens, nem tão pouco, uma comparação de resultados pontuais das aplicações, pois a intenção é apresentar como os autores constroem propostas alternativas a normativa oficial visando um recorte diferenciado para quantificar a população rural no país e o que podemos aprender com estes trabalhos.

a referência à norma administrativa oriunda do decreto lei oficial nº 311, elaborado em 1938. Em seu lugar, Veiga propõe a utilização da densidade demográfica e do patamar de população para criar um novo corte que permita separar o rural do urbano.

Na sua opinião, estes seriam os critérios mais adequados para medir o grau de artificialização da natureza pela pressão antrópica sobre os ecossistemas, pois a vantagem de se utilizar estes critérios é que eles caracterizam as áreas rurais pela sua rarefação populacional. Quanto menor for a pressão antrópica sobre o ambiente, menor será a artificialização dos ecossistemas e maiores serão as chances destes locais serem rurais. É por isso que se considera a “pressão antrópica” como o melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios (Veiga, 2002, p. 33). Neste sentido, a perspectiva de Veiga ressalta os atributos ambientais como definidores da ruralidade, sendo os critérios baseados na intensidade de seu uso em função da ação humana.

Em termos de operacionalização, a metodologia sugerida por Veiga utiliza para a distinção dos municípios a densidade demográfica associada a determinado patamar populacional. Cabe ressaltar que a preocupação de Veiga restringe-se às áreas rurais, pois para as áreas urbanas adota como referência os resultados do estudo *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*, de 1999, do IPEA/IBGE/NESUR-IE/UNICAMP.

Assim, separando os inequivocamente urbanos (200 municípios de 12 aglomerações metropolitanas, 178 das 37 demais aglomerações e 77 dos centros urbanos), Veiga classifica os municípios em duas classes. A primeira classe é formada por municípios considerados de médio porte, que também podem receber a denominação de intermediários. A classe médio porte é configurada por municípios que apresentarem população no intervalo de 50.000 a 100.000 habitantes ou cuja densidade supere os 80 hab/km²; mesmo que estes tenham menos de 50.000 habitantes. A segunda classe no estudo é composta por municípios que apresentam, simultaneamente, menos de 50.000 habitantes e densidade menor que 80 hab/km², sendo estes classificados como municípios de pequeno porte ou essencialmente rurais.

Assim, a aplicação da abordagem é executada mediante dois cortes diferenciados para caracterizar o rural brasileiro. A partir daí o autor conclui que “não pertence ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural, 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos municípios. E que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes” (Veiga, 2002, p. 34).

Caso fosse utilizado este novo recorte, as estimativas de Veiga são de que a proporção da população que reside no espaço rural passaria de 18,8% para 30%, tomando como referência o ano de 2000. Além de criticar a definição normativa do IBGE para definir o que seja rural no Brasil a contribuição mais importante de Veiga parece residir no fato de estimular o uso de critérios demográficos como alternativa para os estudos populacionais no Brasil.

A contribuição do estudo da OCDE para a definição dos limites do rural e do urbano

Preocupada em proporcionar um recorte diferenciado para o estudo do rural a OCDE (*Organization for Economic Co-operation and Development*) assumiu, em 1991, o desafio de elaborar uma abordagem metodológica que permitisse entender e comparar o rural entre os 24 países membros da organização visando organizar dados para o planejamento de políticas de desenvolvimento rural.

Para operacionalizar a metodologia classificatória, a OCDE recorreu a indicadores demográficos, em dois níveis hierárquicos subnacionais de detalhamento geográfico, que são o local e o regional. Para classificação de nível local a densidade demográfica foi critério principal de seleção, pois trata-se de uma noção de fácil compreensão. Sejam quais forem suas características as áreas rurais serão sempre menos densamente povoadas que as urbanas. Para o nível regional foi articulada a variável densidade demográfica a mais dois critérios: i) patamar populacional com referência às comunidades rurais; e ii) patamar populacional com referência a centros urbanos.

Para organizar o trabalho os pesquisadores da OCDE fixaram o corte distintivo para diferenciar as unidades locais rurais das urbanas ao patamar de 150 habitantes por quilômetro quadrado (150 hab/km²). Assim, todas as unidades locais com densidade inferior a 150 hab/km² foram classificadas como unidades locais rurais e as com densidade superior a este limite como unidades locais urbanas. A exceção é o Japão, onde se estipulou 500 hab/km² para o corte.⁴

O segundo parâmetro de classificação utilizado pela OCDE (1994) é o nível regional, também entendido como territorial. Nos parâmetros estabe-

⁴ Segundo o estudo da OCDE fazendo ensaios com outros pontos de corte 100 hab/km² e 200 hab/km², o resultado final para a população rural não apresenta grandes modificações. O valor de 150 hab/km², no entanto, foi considerado “*une certaine part d’appréciation arbitraire*” (OCDE, 1994, p. 27).

lecidos pela OCDE, a região compreende unidades territoriais maiores que as definidas para as unidades locais, sendo observado para tal feito as configurações regionais de cada país. A operacionalização da metodologia consiste em identificar três diferentes tipos de regiões ou territórios: os essencialmente rurais, os relativamente rurais e os essencialmente urbanos. Assim, para o nível territorial regional, a classificação seguiu as seguintes condições para as três categorias de região:

- Regiões Essencialmente Rurais (RER): aquelas em que habitam, em unidades de base rurais, mais de 50 % da população regional.
- Regiões Relativamente Rurais (RRR): aquelas onde habitam, em unidades de base rurais, entre 15% e 50% da população regional.
- Regiões Essencialmente Urbanas (REU): aquelas em que menos de 15% da população regional habitam em unidades de base rurais.

Associado a este nível hierárquico é realizada também uma reclassificação das regiões observando um critério secundário relacionado com a presença de centros urbanos nestas regiões. Deste modo, serão reclassificadas as Regiões Essencialmente Rurais em Regiões Relativamente Rurais se nesta possuir um centro urbano com mais de 200.000 habitantes e a população residente neste centro não for inferior a 25% da população regional. No mesmo sentido evolutivo as Regiões Relativamente Rurais serão reclassificadas Regiões Essencialmente Urbanas se nesta possuir um centro urbano com mais de 500.000 habitantes e a população residente neste centro não for inferior a 25% da população regional.

A figura abaixo sistematiza o recorte territorial proposto pela abordagem da OCDE.



Figura 1 – Sistema de recorte territorial e seus critérios de classificação
Fonte: OCDE (1994).

Cabe destacar que Girardi (2008) fez uma simulação utilizando a metodologia da OCDE para classificar a distribuição da população no território brasileiro. Através da aplicação verificou-se que predominam no território as regiões essencialmente rurais, com poucas regiões essencialmente urbanas e regiões relativamente rurais. Em termos percentuais populacionais, utilizando como base o Censo de 2000, 43,06% da população brasileira situa-se nas regiões essencialmente rurais, 16,05% em regiões relativamente rurais e 40,19% em regiões essencialmente urbanas. Utilizando somente como base as regiões rurais a taxa de urbanização brasileira, para o ano de 2000, estaria próxima dos 57%, bem abaixo dos 81,25%.

Outra ferramenta classificatória proporcionada pelo estudo da OCDE é a grade de indicadores territoriais para ser aplicada sobre a classificação das unidades territoriais oriundas da tipologia. A grade de indicadores tem como finalidade analisar o desempenho das regiões visando a aplicação desta metodologia em ações de planejamento e indução do desenvolvimento por meio de indicadores que facilitem a descrição de aspectos demográficos, sociais, econômicos e ambientais, indispensáveis ao entendimento deste processo. Na Figura 2 a seguir pode-se verificar os indicadores divididos em quatro áreas de interesse, sendo que cada qual é composta por uma grade de indicadores básicos.

População e Migração				Bem Estar Social e Equidade			
Densidade	Habitantes / Km ²	Valor Absoluto % rural	População Superfície	Rendas	PIB por Habit. Rendas Particulares	Por Hab. Disponível	Nominal Real (comgida)
Evolução	Varição Total Saldo Natural Saldo Migratório	Valor Absoluto % por Ano % por Hab.		Moradia	Ocupação Equipamentos	Pessoas por peça % Famílias possuem W.C etc.	
Estrutura Demográfica	Índices Demográficos	% População	Sexo Idade	Educação	Ensino Superior	Valor absoluto % pop. (> 25 anos)	
Família	Classes de Tamanho Famílias Monoparentais			Saúde	Mortalidade Infantil	Taxa de mortalidade Pop. (<1 ano)	
Comunidades	Classes de Tamanho	% Pop. Classe		Segurança	Taxa de criminalidade	Por Habitante	
Estrutura e Performance Econômica				Ambiente e Viabilidade			
Força de Trabalho	Taxa de Atividade	% pop. (15-64) % Mulheres		Topografia e Clima	Zonas Montanhosas Período de Vegetação	Km ² altitude > 600m	
Empregos	Crescimento Total Desemprego	V. Absoluto %	Total Idade Sexo	Uso do Solo	Agricultura Terras Áreas Florestas	Hectare % Superf. Total Evolução por Ano	
Setores	Ocupação Valor Adicionado	% Primário % Secundário % Terciário	Agricultura Silvicultura Etc.	Habitantes e Espécies	Zonas Protegidas Espécies Ameaçadas	Km ² % Superf. Total % das espécies conhecidas	
Produtividade	Valor Adicionado	Total (moeda) Crescimento (preço const.) Por Trabalhador		Solos e Água	Riscos de Erosão Balanço dos Elementos Retira de d'água	Classe de Risco N, P, K m ²	% Terras
Investimentos	Formação de Capital	Total % PIB	Privado Público	Qualidade do Ar	Balanços Emissão Recepção	SO ₂ CO ₂	Por Hab. Por. Km ²

Figura 2 – Grade de indicadores territoriais rurais propostos pela OCDE
Fonte: OCDE (1994, p. 41).

Segundo a OCDE, esta lista de indicadores não deve ser tomada como definitiva, pois depende do trabalho ou projeto que se busca realizar. Principalmente deve-se avaliar a situação das áreas rurais a serem analisadas, pois podem existir diferenças ou similaridades entre regiões de mesma ou diferente tipologia.⁵

Como se pode verificar a grade é bem sugestiva, mas devido a gama de variáveis a ser operacionalizada esta talvez tenha aplicabilidade reduzida ou condicionada à unidade territorial. Neste sentido, concorda-se com Girardi (2008) que a aplicabilidade dos indicadores de forma mais acurada deve ser pensada para casos pontuais.

Tendo por base a metodologia da OCDE e sua facilidade de aplicação por se deter em variáveis demográficas aplicadas a uma unidade territorial fixa, Blume, no seu trabalho de dissertação de 2004, realizou um ensaio da metodologia para o Rio Grande do Sul visando explorar as fronteiras entre o rural e o urbano. Para tanto adaptou a metodologia da OCDE combinando esta com a proposta de Veiga (2001) e denominou a proposta com o sugestivo nome de abordagem territorial escalar hierarquizada (TEH).

A abordagem TEH foi operacionalizada em dois níveis hierárquicos, local e regional. Para o nível local foram considerados como unidades territoriais fixas os municípios e para o nível regional as microrregiões geográficas estabelecidas pelo IBGE. A escolha destas unidades como representativas do nível analítico foram estabelecidas visando um futuro ensaio da mesma para o restante do país.⁶

O incremento que ocorreu na TEH em relação à abordagem da OCDE foi a adaptação do valor da densidade demográfica para aplicação no nível hierárquico local, sendo esta reduzida de 150 hab/km² para 80 hab/km², e a inclusão do patamar populacional de 100.000 para se estabelecer o corte classificatório. Assim, tomando por base os dados do Censo de 2000, os municípios que apresentaram densidade demográfica menor do que 80 hab/km² foram classificados pela TEH como municípios rurais. Para os que apresentaram densidade demográfica maior ou igual a 80 hab/km² ou um valor maior ou igual a 100.000 habitantes para população total, foram classificados como municípios urbanos. Para o segundo nível hierárquico seguiu-se os mesmos critérios estabelecidas pela OCDE. Assim as microrregiões foram classificadas

⁵ Alguns dos resultados da aplicação da abordagem territorial proposta pela OCDE podem ser apreciados através dos estudos do projeto REMI (Rural Employment Indicators) (OCDE, 1996).

⁶ Cabe destacar que tal ensaio ocorreu somente para o estado do Paraná, fazendo parte do trabalho intitulado *Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia*, publicado na Revista Paranaense de Desenvolvimento do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), no segundo semestre de 2004.

em: microrregiões essencialmente rurais (mais de 50% vivendo em unidades rurais); microrregiões relativamente rurais (entre 15% e 50% da população); e microrregiões essencialmente urbanas (15% da população habitando em unidades rurais). Como resultado final da aplicação da TEH verificou-se que o rural gaúcho é maior do que o resíduo de 18,75% legado pelo Censo Demográfico de 2000, pois tendo por base somente o quantitativo das regiões essencialmente rurais este percentual subiria para quase 33%.

O trabalho de Mallmann (2011) foi realizado a partir do estudo de Blume (2004), embora a autora proceda ao refinamento das variáveis e dos classificadores categóricos, tanto para o nível local como para o regional para o Rio Grande do Sul. Assim estabelece a nível local, através de uma combinação entre densidade demográfica (menor ou maior do que 80 hab/km²) e variação de patamares populacionais (entre 50 mil e 100 mil habitantes), quatro categorias classificatórias ao invés de duas: essencialmente rural, relativamente rural, relativamente urbano e essencialmente urbano. A diferenciação em mais uma faixa de classificação (relativamente urbano) organizou e reclassificou os municípios de forma a projetar os que potencialmente podem se tornar urbanos.

Para o nível regional, a autora fez a opção de operacionalizar a classificação tendo como base para as unidades territoriais os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE's), e ampliou as categorias de três para quatro: essencialmente rurais (ER – mais de 50% da população habitando municípios rurais); relativamente rurais (RR – entre 30% e 50% nos municípios rurais); relativamente urbanos (RU – entre 15% e 30% nos municípios rurais); e essencialmente urbanos (EU – menos de 15% da população habitando municípios rurais).

Neste sentido, tomando por base o Censo Demográfico de 2010, Mallmann (2011) conclui que apenas 46,65% da população do Rio Grande do Sul vive em municípios essencialmente urbanos, sendo que a taxa do Censo apresenta como resultado 85% de população urbana.

Portanto, tomando por base operadores demográficos apresentados nas abordagens verifica-se a versatilidade e a simplicidade de se utilizar estes critérios. Ao combiná-los com patamares populacionais devidamente escalonados, possibilitam um maior número de recortes para serem analisados, aumentando a possibilidade de distinguir o rural do urbano em unidades territoriais.

A contribuição do estudo de E. P. Girardi para a definição dos limites do rural e do urbano

Mesmo que se comprove a eficiência e a praticidade no uso das variáveis densidade demográfica e patamar populacional para o cálculo populacional da

unidade territorial, vale notar que este pode ser aprimorado ao se incrementar outras dimensões, como por exemplo, a econômica. Tal avanço foi experimentado no trabalho de Eduardo Paulon Girardi, de 2008, intitulado *O rural e o urbano: é possível uma tipologia?*

Ao conjugar variáveis demográficas (densidade e patamar populacional) com variáveis de dimensão econômica (População Economicamente Ativa – PEA e Produto Interno Bruto) em âmbito municipal para os setores primário, secundário e terciário, em duas etapas de operação, o autor avança em termos de abordagem nos elementos caracterizadores do rural e do urbano.⁷

Assim, na primeira etapa de sua análise, foram utilizados os dados do PIB e a PEA municipais para gerar quatro classes: Classe (C1) – predominância da PEA e do PIB no setor primário pela importância na geração de riquezas e no trabalho da população; Classe (C2) – predominância da PEA no setor primário e do PIB no setor secundário e compreende provavelmente os municípios onde a população está envolvida em agricultura familiar e a maior parte do PIB é proveniente de aposentadorias, pensões e salários de órgãos públicos; Classe (C3) – apresenta predominância da PEA e do PIB nos setores terciário e secundário. Nesta classe existe correlação entre a importância do PIB e da PEA em cada setor e o secundário é inferior ao terciário em ambos os casos; e a Classe (C4) – corresponde ao grupo dos municípios com importância industrial e extrativo-mineral e nela predomina a PEA nos setores secundário e terciário e o PIB no setor secundário.

Na segunda etapa foram trabalhadas as variáveis densidade demográfica e tamanho populacional. Nesta observou-se uma significativa correspondência hierárquica entre estas variáveis e as classes anteriormente propostas. Assim, a partir deste cruzamento de variáveis foi elaborada a tipologia básica do estudo resultando em quatro grupos: i) C1 = municípios rurais; ii) C2 = municípios rurais com economia baseada no setor terciário; iii) C3 = municípios urbanos; e iv) C4 = municípios urbanos industriais/mineradores.

Para a distribuição da população na tipologia o autor considerou como urbanos os habitantes que pertencem aos municípios de tipos urbanos e municípios urbanos industriais/mineradores, além dos que residem nas seguintes localizações de área definidas pelo IBGE: cidade ou vila – área urbanizada; área urbana isolada; e aglomerado rural de extensão urbana. Para a contabi-

⁷ Cabe destacar que para conjugar distintas variáveis foi utilizado o método de análise de agrupamentos denominado Classificação Hierárquica Ascendente (CHA). Além disso, foi tomada como referência teórica a abordagem do *continuum* rural-urbano onde o rural mais intenso é marcado pela baixa densidade populacional e predominância econômica do setor primário e o urbano pela alta densidade e a predominância do setor terciário.

lização do rural foi considerada a população total dos municípios tipificados como rurais (municípios rurais e municípios rurais com economia baseada no setor terciário), independente de residir em aglomerados ou não, e também a população residente nos municípios tipificados como urbanos, mas que não residem nas três áreas cujos habitantes consideramos urbanos (cidade ou vila – área urbanizada; área urbana isolada; e aglomerado rural de extensão urbana).⁸ Desta forma, tomando por base o Censo Demográfico de 2010, o autor conclui que aplicando a metodologia sugerida a taxa de urbanização brasileira seria de 73,04%.⁹

O uso de classificadores territoriais como sugestão para estabelecer um recorte espacial do rural

Não raro pesquisadores e formuladores de políticas públicas se utilizam dos dados secundários dos órgãos oficiais de estatística praticamente sem questionar os critérios que foram utilizados na sua elaboração. No caso brasileiro, observou-se que o rural segundo as normas e leis torna-se refém de um recorte arbitrário em que os critérios demográficos e funcionais são substituídos por critérios político-administrativos em nível municipal. Portanto, os limites do rural e do urbano tornam-se extremamente voláteis territorialmente, uma vez que a definição do que é o rural ou urbano sofre injunções e influências da vontade política e administrativa.

Diante deste fato, o que mais se pode fazer além de ter parcimônia e prudência quando é necessário incorporar dados populacionais ou espaciais em trabalhos científicos ou técnicos? Não se trata aqui de desvalorizar a informação oficial, mas ratifica-se a importância de associá-la a informações complementares que proporcionam uma melhor noção territorial do espaço em questão.

Partindo das abordagens anteriormente referenciadas será organizado um procedimento em etapas com operadores capazes de promover um recorte diferenciado para rural a qual denominaremos de caracterizadores territoriais hierarquizados. Cabe destacar que existe uma correlação direta e positiva entre

⁸ O autor ainda destaca que não foi contabilizada a população urbana para os municípios tipificados como rurais, visto que são poucos os municípios deste grupo em que o tamanho populacional ultrapassa 20.000 habitantes.

⁹ Além desta classificação pela tipologia básica o autor ainda propõe a inclusão das regiões metropolitanas e tem como resultado a tipologia denominada de completa. Maiores detalhes podem ser observados na íntegra do trabalho que está disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_d.htm#metodologia_elaboracao>.

a quantidade de variáveis e a abstração da realidade. Motivo este que atribui ao usuário da informação precisar o grau de exigência com o uso dos caracterizadores em relação ao reporte da realidade.

Em princípio, as metodologias citadas proporcionam três etapas de caracterização territorial, em conjunto com estas será sugerida uma quarta pelo uso de imagens de satélite e ferramentas de geoprocessamento.

A primeira etapa de caracterização territorial tem como operador hierárquico a variável Densidade Demográfica (habitantes por quilômetro quadrado – hab/km²), defendida em todas as abordagens anteriormente referenciadas pela sua versatilidade e imparcialidade. É mister saber que esta deve estar ancorada a um critério de corte, um valor que seja representativo para manter a imparcialidade. Devido a este fato surge como coadjuvante e como operador para a segunda etapa de caracterização territorial o patamar populacional (população absoluta) que pode ser tomado isolado ou combinado com a densidade demográfica. A partir destas duas variáveis já é possível operar um recorte territorial diferenciado, sendo que o mesmo pode ser aplicado a quatro escalas geográficas: a nacional, a estadual, a regional e a local.

Como terceira etapa de caracterização territorial agregam-se às variáveis demográficas as variáveis multidimensionais: econômicas, ambientais, sociais e culturais. O quadro da OCDE (Figura 2) fornece interessantes sugestões para compor as variáveis multidimensionais, bem como no trabalho de Girardi (2008) um exemplo de uso para variáveis econômicas. Cabe destacar que para este nível de informação nem sempre estão disponíveis os dados básicos para operacionalizar as variáveis ao nível do recorte territorial desejado. Assim, em termos hierárquicos, quanto maior for o número de variáveis a serem operacionalizadas igualmente será a tendência da classificação ficar restrita a escala local.

Para a quarta etapa de caracterização territorial se sugere como operacionalizador o uso de imagens de satélite e ferramentas de geoprocessamento que permitem caracterizar o espaço.

Atualmente estão disponíveis na rede mundial de computadores imagens de satélite com ótima resolução e atualidade para praticamente todo o globo terrestre. O mais popular, destes meios é o *Google Earth*, que pode ser utilizado para visualização e identificação de elementos morfológicos que caracterizam o espaço geográfico. Entre estes elementos pode se destacar como caracterizadores para o urbano: as manchas urbanas com sistema viário, edificações, aparelhos públicos, áreas verdes, entre outros, e para o espaço rural, a cobertura vegetal temporária e permanente ligadas ao uso de terras agrícolas, áreas de preservação, solos desnudos, canais de drenagem e irrigação, barragens e açudes, entre outros (Equipo Urbano, 2007). Sobre o uso de imagens de satélite

para caracterização morfológica, Lozano e Cuervo (2009) desenvolveu uma metodologia de classificação reunindo informações referentes a geometrias, estruturas e texturas como identificadores conceituais para o espaço. Aplicando a classificação e ligando esta a questões culturais, aspectos ambientais e socioeconômicos que influenciam sobre a morfologia urbana obteve uma visualização diferenciada para a interpretação destas estruturas.

Desse modo, observando a potencialidade desta ferramenta sugerimos o seu uso para visualização e interpretação de padrões morfológicos que influenciam na distinção dos espaços urbanos e rurais. Em termos analíticos a Figura 3 a seguir apresenta os classificadores territoriais e as quatro etapas da operacionalização.

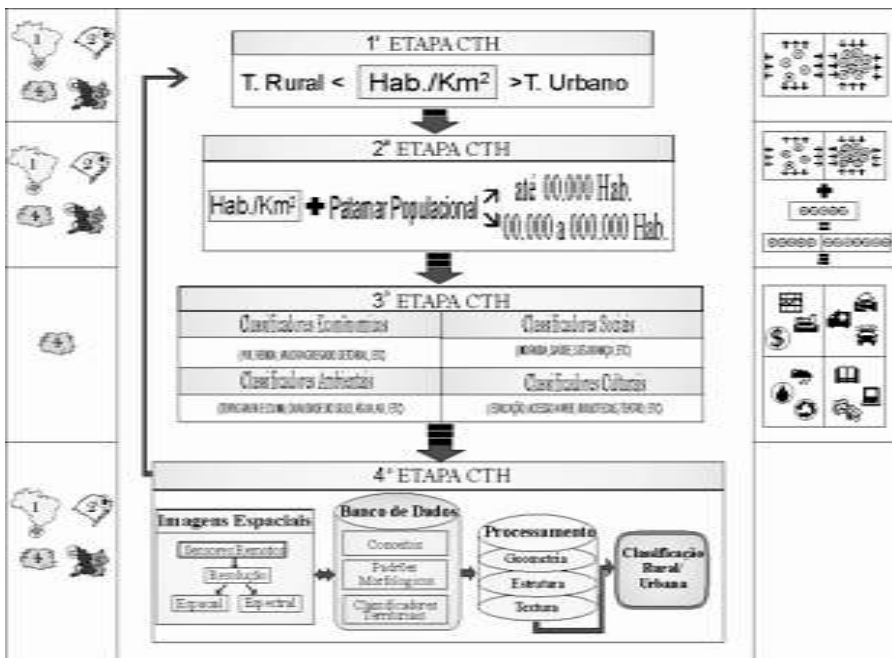


Figura 3 – Esquema com as etapas de operacionalização da caracterização territorial hierarquizada
Fonte: Os autores.

Como se pode observar na Figura 3 as etapas de caracterização são evolutivas, apresentando uma maior complexidade para organização e análise dos dados. Cabe destacar que a quarta etapa pode ser operacionalizada tanto num sentido de verificação e análise das etapas anteriores, como também pode servir

como base ao integrar os dados das outras etapas aos algoritmos que melhoram a espacialização dos dados.

Considerações finais

O propósito deste trabalho foi o de atualizar e sistematizar o debate sobre as relações rural-urbano no Brasil. Verificou-se que através do resgate de diferentes metodologias de classificação, que independem do refinamento utilizado, todas as abordagens analisadas convergiram no entendimento de que os dados do IBGE subestimam o tamanho real e efetivo do rural por limitarem-se a uma definição residual que se assentam em critérios administrativos. Da mesma forma, verificou-se que a simples agregação de uma variável, como a densidade demográfica, pode ser suficiente para relativizar os limites entre o que é o rural e o urbano no país.

À medida que vão sendo incorporadas mais variáveis, o recorte do rural tende a esboçar uma tentativa de aproximação da realidade. Nestes termos há uma tentativa implícita em cada proposta metodológica aqui revisada de aproximar o rural normativo da ruralidade enquanto uma definição analítica. Contudo, é necessário esclarecer que as dinâmicas sociais não estão subjugadas a formas rígidas e estas sugestões de classificação podem estar reproduzindo uma simplificação da realidade.

Não obstante, mesmo correndo o risco da simplificação, vale notar que o uso das novas ferramentas analíticas permite que se estabeleça um recorte diferenciado da representação das dinâmicas espaciais e um diferente entendimento da imagem territorial do recorte rural-urbano. Estas imagens podem ser facilmente visualizadas no *Google Maps*, pois com apenas alguns cliques tornou-se fácil navegar por áreas altamente recortados por vias e arruamentos, com quadriculação mais perfeita, sendo estas uma fidedigna imagem do espaço urbano. Da mesma forma que se pode viajar, mesmo sem ter estradas vicinais, por áreas com predominância de solo desnudo ou áreas altamente vegetadas, fortes indicadores dos componentes de uma paisagem rural.

Portanto, para se analisar as diferentes formas de definir o rural, parece importante que os estudiosos não tomem as estatísticas oficiais como retrato da realidade, uma vez que os números não refletem uma espacialidade territorial, social e econômica, mas uma espacialidade territorial politicamente arbitrada.

As discussões sobre uma maior aproximação entre o rural normativo e o analítico parecem ter superado o caráter embrionário. Novos fatores indicam que o aprimoramento das metodologias, bem como o uso de novas ferramen-

tas, tais como a geoinformação, poderão contribuir para generalizações melhor fundamentadas, bem como para a especificidade das análises.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Projeto BRA/97/013. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. (Mimeo).

_____. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BLUME, R. *Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). *O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização*. Vol. 7. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica/Unicamp: 2004.

CARNEIRO, M. J. T. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 1998.

_____. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade. II Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro. *Anais...* Campinas: IE/Unicamp, out. 2001.

CLARK, D. *Introdução à geografia urbana*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FEE. *Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: [s/n], 2001.

FERREIRA, L. C.; FERREIRA, L. C. Águas revoltas: um balanço provisório da Sociologia Ambiental no Brasil. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 54, p. 83-100, 2002.

GIRARDI, E. P. *O rural e o urbano: é possível uma tipologia?* Presidente Prudente: [s/n], 2008. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/downloads.htm>>. Acesso em: 4 nov. 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

GUIVANT, J. S. Encontros e desencontros da sociologia rural com a sustentabilidade agrícola: uma revisão bibliográfica. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 38, 1994, p. 51-78.

HEIDRICH, A. L. Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

IBGE. *Sinopse preliminar do censo demográfico* Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. 2 vol. Campinas: IE-Unicamp, 1999.

IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP/IPARDES. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas e regionais*: Sul. Vol. 6. Brasília: Ipea, 2000.

KAGEYAMA, A. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LOZANO, V. P. C.; CUERVO, G. V. Guía de clasificación morfológica de zonas urbanas a partir de sensores remotos. *Ar@cne. Revista electrónica de recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, n. 120, 2009. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/ aracne/ aracne-120.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

MALLMANN, L. *Rio Grande do Sul: rural ou urbano?* Uma análise demográfica do Estado com base nos dados do Censo 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MARTINS, J. S. As coisas no lugar: da ambigüidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo. In: _____. *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo: Hucitec, 1978.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*: prefácio e introdução. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção Os Economistas).

MDA/SDT/CONDRAF. *Referências para o programa territorial de desenvolvimento rural sustentável*. Documento de trabalho. Brasília: IICA, set. 2003.

OCDE. *Créer des indicateurs ruraux pour étayer la politique territoriale*. Paris: OCDE, 1994.

_____. *Territorial indicators of employment: focusing on rural development*. Paris: OCDE, 1996.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S.; BLUME, R. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 107, p. 7-135, 2004.

SOLARI, A. *Sociologia rural latinoamericana*. Buenos Aires: Paidós, 1973.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C. *Principles of rural-urban sociology*. New York: Hery Holt, 1929.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. S. *Introdução crítica à sociologia rural*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. *Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STROHAECKER, T. M. Quadro da urbanização recente no Rio Grande do Sul. XXI Encontro Estadual de Geografia. *Anais...* Caxias do Sul, 2002, p. 101-111.

VEIGA, J. E. A face rural do desenvolvimento. 27º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. *Anais...* Belém, 8-10 de dezembro de 1999, p. 1301-1318.

_____. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho vargista ao zoneamento ecológico-econômico. XIX Encontro Nacional de Economia. *Anais...* Salvador, dezembro de 2001.

_____. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. A dimensão rural do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 71-94, 2004a.

_____. Destinos da ruralidade no processo de globalização. VIII Seminário da Rede Iberoamericana de Investigadores sobre globalização e território (RII). *Anais...* Abril de 2004b.

_____. Nem tudo é urbano. *Ciência e Cultura*, ano 56, n. 2, p. 26-29, abr./jun. 2004c.

VILLAVERDE, V. *Territórios, ruralidade e desenvolvimento*. Curitiba: Iparde, maio 2004.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 15, p. 87-145, 2000.

_____. Regards sur le rural brésilien. In: ZANONI, M.; LAMARCHE, H. *Agriculture et Ruralité au Brésil*. Paris: Éditions Karthala, 2001, p. 27-58.

_____. Urbanização e Ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural; estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. In: LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E. M. *Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura*. Sergipe: Embrapa Tabuleiros Costeiros/Universidade Federal de Sergipe, 2002.

Recursos eletrônicos

EQUIPO URBANO. El uso de *Google Earth* para el estudio de la morfología urbana de las ciudades. I. Alcances y limitaciones. *Ar@cne*, Revista electrónica de recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, n. 100, sept. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/ aracne/ aracne-100.htm>>. Acessado em: 9 fev. 2011.

GIRARDI, E. P. *O rural e o urbano: é possível uma tipologia?* Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/72936279/10/A-PROPOSTA-DETIPOLOGIA-DO-IBGE>>. Acesso em: 4 nov. 2012.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <<http://earth.google.com/>>. Acesso em: 14 mar. 2010.

CASTRO, V.; VARGAS, G. Guía de clasificación morfológica de zonas urbanas a partir de sensores remotos. *Ar@cne*, Revista electrónica de recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, n. 120, mayo 2009. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/ aracne/ aracne-120.htm>>. Acesso em: 9 fev. 2011.

Estilos de agricultura: capturando a diversidade do rural contemporâneo

Paulo André Niederle
Fabiano Escher
Marcelo Antonio Conterato

Introdução

O processo de diferenciação social na agricultura sempre constituiu um dos temas centrais do debate agrário (Neves, 1985). No entanto, com frequência esta noção foi paradoxalmente utilizada para elucidar um suposto processo linear de homogeneização, resultado esperado, por exemplo, das políticas de modernização conservadora da agricultura levadas a cabo a partir dos anos 1960. De outro modo, a história recente revelou que a modernização da agricultura e os processos de mercantilização e externalização sobre os quais ela se fundou, acabaram por produzir uma notável diversidade e diferenciação social, fenômenos que no caso brasileiro ainda merecem um olhar mais atento por parte dos pesquisadores. Os estudos contemporâneos sobre o desenvolvimento rural passaram a revisitar estas questões, agora na perspectiva de uma nova agenda de pesquisa sobre os fatores que determinam a heterogeneidade da agricultura e suas implicações à estruturação de políticas públicas (Schneider, 2009; Gasques, Vieira Filho e Navarro, 2010; Buainain e Dedecca, 2010).

Durante os anos 1990, a discussão em torno dessa questão foi suscitada, e ao mesmo tempo obstada, pela contraposição estabelecida entre campesinato e agricultura familiar, deixando erroneamente de observar práticas e processos de desenvolvimento rural que foram fundamentais para definir as formas de agricultura atualmente existentes no Brasil e as definições normativas que estas carregam. A incorporação da agricultura familiar enquanto categoria sociopolítica ocasionou uma virada fundamental nos estudos rurais, que, até então, se conservavam eminentemente centrados na questão agrária (Abramovay, 1998; Veiga, 1991). Temas como pluriatividade, agroindustrialização, multifuncionalidade, território e participação social provocaram um verdadeiro renascimento teórico do rural (Kayser, 1990), e passaram a constituir explicações mais amplas não apenas para a manutenção das formas familiares de produção, mas também para a crescente diversidade que compõe o mundo rural. Contudo, muitas abordagens continuaram reproduzindo uma dicotomia pouco evidente entre campesinato e agricultura familiar, quase sempre pautando os processos sociais que levariam à metamorfose de uma forma social para a outra.

Ao mesmo tempo, consolidaram-se as primeiras tipologias para representar a diferenciação interna da agricultura familiar, como aquela produzida pelo Relatório FAO/INCRA (1994) – reproduzida recentemente para análise dos dados censitários de 2006 (Guanziroli, Buainain e DiSabatto, 2012) – que, a partir de uma diferenciação entre estabelecimentos rurais consolidados, em transição e periféricos, influenciou decisivamente a produção de políticas públicas para esse segmento, em particular a formatação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).¹ Mais tarde o próprio Pronaf acabaria tornando-se uma expressão da heterogeneidade da agricultura familiar, incorporando diferentes linhas de financiamento com vistas a facilitar o ingresso no programa de grupos sociais cujas especificidades impedem uma vinculação precisa com a noção corrente de agricultura familiar (Grisa, 2012; Leite e Wesz Junior, 2010). Nos últimos anos, as lutas por reconhecimento empreendidas por esses grupos foram determinantes para solidificar a compreensão de um rural plural, povoado por quilombolas, indígenas, ribeirinhos, lavradores, colonos, sitiantes, parceiros, pescadores, seringueiros, caiçaras, roceiros, arrendatários, moradores, neorurais e uma extensa gama de grupos identitários disseminados pelo território nacional.

Por outro lado, a aglutinação desses inúmeros segmentos sob o grande guarda-chuva normativo criado para a “agricultura familiar”, contribuiu para consolidar outra dicotomia, agora em relação ao chamado “agronegócio”,

¹ Cabe ressaltar também o estudo referencial coordenado por Lamarche (1993).

cuja representação emergente unificou grupos sociais igualmente heterogêneos: patronato rural, empresários rurais, fazendeiros, ruralistas, estancieiros e, inclusive, empresas transnacionais dos setores de sementes, agrotóxicos e biotecnologias. O resultado foi a petrificação de duas categorias políticas que passaram a disputar as estratégias de desenvolvimento rural, institucionalizando suas diferenças em dois ministérios para tratar das questões agrícolas e rurais, que, diga-se de passagem, muitas vezes mais aproximavam do que distanciavam tais categorias: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) focalizando as políticas do agronegócio, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tratando das ações para a agricultura familiar, reforma agrária e outros públicos específicos. Novamente, contudo, a diversidade é preterida em prol de uma representação de cada uma dessas categorias, o que facilita a ação política, mas, quando incorporada aos modelos analíticos, encontra limites evidentes para explicar a realidade empírica do meio rural, que é muito mais heterogênea, diversa e multifacetada.²

Os limites analíticos que essas categorias impõem à análise social incitam a construção de inúmeras proposições teórico-metodológicas que visam compreender a diversidade do rural contemporâneo. Dentre os estudos recentes encontram-se modelos centrados em variáveis econômico-produtivas que tentam dar conta da “heterogeneidade estrutural” da agricultura brasileira (Santos e Vieira Filho, 2012). Com frequência o reconhecimento dessa heterogeneidade tem servido para justificar o uso diferenciado de políticas agrícolas e tecnológicas para agricultores com capacidade de resposta produtiva, e políticas sociais para agricultores pobres que aguardam a inevitabilidade do seu desaparecimento. Expressa com eloquência em um artigo recente de Alves e Rocha (2010), essa perspectiva afirma a necessidade de políticas sociais “para ganhar tempo” até que o meio rural seja finalmente povoado apenas por uma classe de agricultores com condições estruturais para competir nos mercados agrícolas. Ao fim e ao cabo, nessa perspectiva a heterogeneidade é novamente concebida como um resquício do passado que poderia ser superado por um novo surto de modernização. Ou talvez, na melhor das hipóteses, na reificação de estruturas sociais, resultado da imperfeição ou incompletude dos mercados

² De certo modo, a própria representação emergente de uma “classe média rural” (Neri, Melo e Monte, 2012) oferece sustentação política para o reconhecimento de segmentos sociais que se tornaram invisíveis na contraposição entre agricultura familiar e agronegócio. Atualmente, a disputa desse segmento tornou-se um fator decisivo para a consolidação de distintas compreensões sobre o papel do rural na sociedade brasileira (Picolotto, 2012). Há novamente o risco, contudo, de diluir a heterogeneidade em prol de uma representação unificada de um novo segmento que reivindica outra estratégia para o desenvolvimento da agricultura brasileira.

globais acionados por agricultores que se diferenciariam em função da capacidade de reduzir custos de produção e transação em estruturas extremamente hierarquizadas capazes inclusive de moldar padrões de consumo.

As questões acima referidas serviram de estímulo para a reflexão sobre proposições analíticas para o escrutínio da diversidade de formas sociais de produção no meio rural que evitem as armadilhas impostas pelas definições político-normativas. O capítulo analisa uma abordagem com um forte viés socioeconômico e institucionalista articulada em torno da noção de “estilos de agricultura”. Originalmente desenvolvida por Hofstee (1946), em *The Causes of Diversity in Dutch Agriculture*, na década de 1990 esta noção foi retomada por Jan Douwe van der Ploeg e colegas da Universidade de Wageningen (Holanda) para fundamentar um modelo de análise dos fatores da diversidade da agricultura europeia. Sua proliferação fez, todavia, com que surgissem várias reformulações face à definição inicial, formatando um conceito definido e ilustrado desde vários aspectos analíticos e também normativos e com inúmeras formas de operacionalização (Ploeg, 2008; Vanclay et al., 2006; Commandeur, 2003; Fairweather e Klonsky, 2009; Brodt, Klonsky e Tourte, 2006). Nosso objetivo é explorar o potencial desse conceito à análise da diversidade do meio rural.

Para tanto, o conteúdo está organizado em quatro seções além dessa introdução. Na primeira seção discutimos a produção da diversidade em vista dos processos de mercantilização e modernização da agricultura. Em seguida, apresentamos uma espécie de genealogia da noção de estilos de agricultura, apontando para as múltiplas dimensões que o conceito pretende abarcar. A terceira seção exemplifica os usos possíveis dessa noção na construção de metodologias que buscam aferir a heterogeneidade das formas de produção no meio rural. O capítulo encerra com breves considerações sobre as perspectivas e os limites dessas metodologias.

Agricultura familiar e mercantilização: a contribuição neomarxista e além

Desde os esparços escritos de Marx (1978) sobre os camponeses e a renda da terra, os estudos marxistas sobre o mundo rural, tratados à época como a “questão agrária”, consistiram em investigar as transformações nas formas de propriedade da terra e, como consequência, as transformações na estrutura de classes decorrentes do desenvolvimento do modo de produção capitalista e do processo de acumulação de capital e suas consequências na agricultura. Os autores marxistas se preocuparam em mostrar como, nestes processos, deter-

minadas formas sociais são superadas ou eliminadas com o avanço da divisão social do trabalho e como novas formas emergem em seu lugar. Primeiramente nos países de capitalismo avançado e depois naqueles de capitalismo tardio, os processos históricos de industrialização e urbanização foram modificando profundamente as estruturas e dinâmicas socioeconômicas, demográficas e espaciais das regiões e localidades. Contudo, as teses clássicas de Lênin (1988) sobre a diferenciação social, que levaria a desagregação do campesinato e a sua transformação em capitalistas agrários ou em proletários, e de Kautsky (1986) sobre a superioridade técnica da grande exploração tipicamente capitalista, não vieram a se confirmar de forma absoluta, embora ressaltem aspectos ainda atuais.

A partir deste debate clássico, ainda com surpreendente expressão nos campos político e acadêmico, avançou-se para um entendimento de que a expansão das relações capitalistas de produção e a mercantilização da agricultura e do espaço rural não implicaram em processos homogeneizantes e lineares, mas em uma diversidade de padrões tecnológicos e institucionais de organização do trabalho e da produção, de inserção nos mercados e de representação ideológica. Essa compreensão paulatinamente ganha espaço acadêmico e expressa interessante potencial de aportar avanços nas formas de apreensão, análise e intervenção em ações em prol do desenvolvimento rural.

Em meados da década de 1970, essa questão foi retomada em um debate entre autores neomarxistas norte-americanos e ingleses no âmbito da chamada Sociologia da Agricultura (Buttel, Larson e Gillespie Jr., 1991; Schneider, 1997). Um primeiro conjunto de contribuições partiu da análise dos “obstáculos ao desenvolvimento capitalista na agricultura”. Nesse sentido, Mann e Dickinson (1978) sustentam que a persistência de formas não propriamente capitalistas de produção deve-se à incapacidade da produção capitalista em superar os limites impostos pela natureza, os quais geram obstáculos ao progresso tecnológico. Por sua vez, Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) alertam que os capitais agroindustriais procuram eliminar riscos, incertezas e discontinuidades dos processos naturais por meio de processos de *apropriacionismo* e *substitucionismo*, os quais não se revelam, contudo, suficientes para promover uma completa industrialização da agricultura.

Um segundo conjunto de contribuições associou-se à análise das especificidades das relações sociais engendradas na agricultura, resignificando o conceito de “produção simples de mercadorias” utilizado originalmente por Marx (1982) para caracterizar a produção mercantil pré-capitalista que se integrava de modo apenas parcial à nova divisão social do trabalho e aos circuitos de produção e realização do valor. Os principais autores dessa vertente foram

Friedmann (1978a, 1978b e 1986) e Bernstein (1979 e 1986). Friedmann procura conciliar ao referido conceito marxiano variáveis chayanovianas como ciclo demográfico e relações de parentesco, sustentando a perspectiva de que a reprodução das formas familiares de produção advém do modo como combinam a propriedade da empresa e a provisão do trabalho, característica que se torna ainda mais relevante sob condições de plena inserção nos mercados, em uma economia plenamente monetizada. Por sua vez, Bernstein sustenta que para as unidades familiares produtoras de mercadorias não há possibilidade de distintos “graus de mercantilização”, mas apenas uma completa integração aos mercados – adequada aos critérios de especialização e competitividade –, o que incorre em uma mercantilização completa, inexorável e irreversível.

Na medida em que estes autores analisam as posições de classe dos “pequenos produtores de mercadorias (PPM)” ou “produtores simples de mercadorias (PSM)” de uma maneira muito rígida – em termos de relações de exploração baseadas na produção e apropriação do valor excedente no processo de acumulação de capital –, os agricultores tendem a ser tratados como uma forma homogênea no que tange ao modo como se inserem nas estruturas de classe e nas estruturas de mercado de uma determinada formação socioeconômica. Por isso, apesar de reconhecidos avanços, o potencial analítico desses enfoques começou a perder força desde meados dos anos 1980, em virtude de reproduzirem análises centradas em modelos excessivamente estruturais e um tanto lineares e homogeneizantes, onde a mudança social é vista fundamentalmente a partir da intervenção de forças externas (em modelos únicos e homogeneizantes de mercado e de estado).

É verdade que, à medida que a organização do trabalho e da produção na agricultura passa a ser submetida a um conjunto variado de pressões sociais e econômicas externas, ocorre um processo de transformação que, gradativamente, compromete várias das características não capitalistas das formas sociais presentes no meio rural, o que, por sua vez, afeta aspectos da cultura e da sociabilidade dos grupos sociais, ocasionando “metamorfoses” no próprio modo de vida dos agricultores. Deste modo, a mercantilização adentra as mais distintas esferas de relações sociais, atribuindo às interações humanas e materiais que ali se reproduzem, valores mercantis que passam a concorrer com outros valores na orientação das ideias e racionalidades e das ações e práticas dos agricultores.

Esse processo de mercantilização pode ser caracterizado pela ampliação das relações de troca, decorrentes da complexificação da divisão social do trabalho, em uma sociedade crescentemente organizada sob o predomínio da produção de bens e serviços cuja circulação ocorre através do intercâmbio mercantil. Neste processo, os agricultores inserem-se em diferentes mercados

e, assim, integram-se à dinâmica da economia capitalista. Entretanto, a mercantilização não é um processo linear e previsível capaz de definir de antemão que uma forma social de produção tenha sua manifestação social e econômica estruturalmente determinada. Trata-se de um processo histórico controverso que envolve disputas entre os agricultores, determinadas frações do capital e o Estado acerca do controle dos recursos produtivos e, assim, dos próprios mercados em que interagem. Em algumas situações, a mercantilização pode inclusive ser decorrência de uma ação deliberada dos próprios agricultores com vistas a prover maior autonomia em face de outras formas de dominação tradicionais que historicamente se perpetuaram fora das estruturas do mercado capitalista (clientelismo, coronelismo, etc.).

Com vistas a rediscutir a complexidade desse processo, autores como Long e Ploeg (1994), ligados ao que posteriormente veio a denominar-se Perspectiva Orientada aos Atores, operaram uma ressignificação das categorias neomarxistas anteriormente citadas, mas recolocando na cena sociológica a capacidade de “agência” dos agricultores. Inicialmente, Ploeg (1992) propõe a possibilidade de mensurar distintos “graus de mercantilização” a partir da proporção entre o *quantum* de mercadorias mobilizadas pelos agricultores nos diversos mercados e os valores de uso reproduzidos internamente à unidade de produção. Ao fazê-lo, o autor reconhece que a resiliência dessas formas sociais pode estar associada à possibilidade dos agricultores desenvolverem estratégias de resistência ao intercâmbio mercantil e a subsunção ao capital, mobilizando um amplo repertório de recursos fora dos mercados e um conjunto de interações baseadas no princípio da reciprocidade, em relação à natureza e outras coletividades humanas, abrindo “espaços de manobra” para manter e ampliar a sua autonomia.

Ao mesmo tempo, Ploeg (2009) propõe uma abordagem que permite avançar na superação das oposições entre campesinato e agricultura familiar, oferecendo substância analítica para estudar essas distintas categorias sociais do meio rural brasileiro. Em um esforço para compreender a heterogeneidade estrutural das formas de produção no meio rural, além das formas empresariais, corporativas ou capitalistas, baseadas na exploração do trabalho e orientadas ao lucro no sentido da acumulação, o autor sustenta a existência de dois outros “modos de fazer agricultura”, ambos abarcados pela noção corrente de agricultura familiar: a “forma camponesa” e a “forma empresarial”. Segundo Ploeg (2009, p. 16), “a essência e as principais diferenças entre [ambas], não residem tanto nas relações de propriedade; elas situam-se principalmente nas (diferentes) formas através das quais a produção, a distribuição e a apropriação do valor são ordenadas”. Retornando aos conceitos neomarxistas, enquanto

na forma camponesa os agricultores podem ser caracterizados como “pequenos produtores de mercadorias”, na forma empresarial estes se definem como “produtores simples de mercadorias”. No entanto, o autor não utiliza esses conceitos com o intuito de estabelecer uma classificação rígida dessas formas sociais, ou para representar uma determinada realidade por meio da distinção reificada entre duas formas de fazer agricultura. O intuito é fornecer uma caracterização de duas vias históricas típicas de desenvolvimento da agricultura diante dos processos de mercantilização, visto que as expressões que a agricultura familiar assume concretamente não são manifestações puras resultantes de uma via ou de outra.

Finalmente, cabe citar, mesmo que de maneira breve, os mecanismos através dos quais são dinamizados os processos de mercantilização que, especialmente no caso brasileiro, estão na base das transformações tecnológicas e institucionais que se convencionou chamar de “modernização da agricultura”, sob a égide do modelo da “Revolução Verde”. De acordo com Long (2001), frequentemente a mercantilização da agricultura envolve ainda três processos interconectados. Em primeiro lugar, um processo de “externalização” do processo de produção através do qual ocorre a transferência do controle de tarefas, recursos e atividades produtivas, até então exercido pelos próprios agricultores, para agentes externos, de maneira que os processos não podem se reproduzir fora do alcance do capital. Assim, as práticas e rotinas são modificadas por controles externos, alterando a autonomia relativa das unidades de produção e transformando suas condições objetivas (materiais) e subjetivas (simbólicas) de reprodução social. Articulado a isto, a “cientificação” dos processos de produção incrementa a geração e incorporação de tecnologias exógenas que aumentam o controle do processo de trabalho agrícola e da natureza por “agentes externos”. E, finalmente, a “centralização estatal” da agricultura, num processo onde diversas instituições (crédito, P&D, extensão rural) se ocupam de coordenar os conflitos de interesse e mediar as decisões coletivas concernentes à produção agropecuária e à dinâmica dos espaços rurais, especialmente através de políticas públicas de caráter setorial, mas não somente.

Estilos de agricultura: origens e desenvolvimento da abordagem

Os efeitos que a mercantilização traz consigo não podem ser apreendidos genericamente, de modo que a diversidade das formas de agricultura emerge como símbolos das desuniformidades que caracterizam este processo. Mas é

necessário criar instrumentos analíticos para apreender esta diversidade. A abordagem dos “estilos de agricultura” apresenta uma proposta promissora para analisá-la sem incorrer nos reducionismos presentes, por um lado, em estudos generalistas que, ancorando-se em termos como agricultura familiar ou agronegócio, apresentam explicações macroestruturais que encobrem as heterogeneidades internas a esses grupos, e, por outro lado, em estudos particularistas que visualizam cada unidade de produção como um universo ímpar de relações sociais.

Explorar as contradições e heterogeneidades das relações entre os agricultores e os mercados impõe recorrer a uma complexa dialética que impede tanto o recurso a reducionismos metodológicos (seja estruturalistas ou individualistas) quanto o estabelecimento de associações lineares entre determinado grau de mercantilização e um estilo de agricultura específico. Como demonstram Long e Ploeg (1994), ainda que existam nítidas interrelações entre estilos de agricultura e conjuntos específicos de relações sociais, é impossível conceber uma tendência unilinear na qual os estilos emergem como efeitos diretos de causas particulares.

Seguramente, nas situações em que a mercantilização reflete a inserção em mercados globais de *commodities* agrícolas é razoável imaginar que ela procure subordinar os discursos e as práticas dos agricultores a um regime sociotécnico dominante. Contudo, mesmo onde este processo apresenta-se intensamente desenvolvido, não conseguiu impor que a única alternativa esteja entre se adaptar ou desaparecer (Niederle, 2007; Conterato et al., 2010; Escher, 2011). Os agricultores possuem um papel ativo, ora ampliando e aprofundando, ora resistindo e transformando as formas de inserção subordinada ao mercado. Eles estabelecem comportamentos diversos frente a condições estruturais relativamente homogêneas, a partir dos quais são estruturadas estratégias variadas. Assim, “novos estilos de agricultura emergem da capacidade de resistência contida dentro da agricultura. Os agricultores usam a maleabilidade do processo de produção e o espaço de manobra contido nos mercados e tecnologia, para construir novas respostas face ao projeto dominante de modernização” (Ploeg, 2008, p. 115).

Inicialmente, a noção de estilos de agricultura esteve articulada às dimensões da cultura e da localidade, representando “um complexo e integrado conjunto de noções, normas, conhecimentos e experiências portados por um grupo de agricultores em uma região específica” (Ploeg, 1994, p. 17). Essa construção esteve articulada às diferenças interregionais da agricultura europeia. Contudo, à medida que se tornou evidente a heterogeneidade no seio de uma mesma localidade, estilos de agricultura tornaram-se principalmente um

fenômeno intrarregional sendo referidos, primeiramente, às distintas lógicas produtivas dos estabelecimentos rurais, em uma perspectiva mais diretamente orientada aos atores, seus projetos e suas estratégias (Ploeg, 2008).³

A rigor, a noção de “estilos de agricultura” revela-se uma categoria polisêmica que busca representar um conjunto de práticas e ideias normativas em relação ao modo como as unidades de produção são estruturadas. Um estilo envolve um modo específico de estruturação das relações sociais de produção onde as práticas são associadas a um repertório de valores culturais expresso em normas, regras e convenções compartilhadas, o qual, por sua vez, é constantemente testado, desafiado e reafirmado pelas práticas. A partir dessa definição reconhecidamente abrangente, desenha-se um quadro de análise que focaliza três aspectos fundamentais: (a) um conjunto de noções estratégicas, valores, normas e percepções que os agricultores utilizam para organizar as unidades de produção; (b) uma estruturação específica da prática agrícola que corresponde a uma noção estratégica de repertório cultural; e (c) um conjunto determinado de interrelações entre as unidades de produção e os mercados (Ploeg, 1992). Esses três componentes (hábitos, práticas e mercados) têm estado presentes em praticamente todo o desenvolvimento das discussões metodológicas a respeito da identificação de diferentes estilos de agricultura, orientando a construção de variáveis e modelos para o escrutínio da diversidade do meio rural (Howden e Vanclay, 2000).

Não obstante, tendo em vista o caráter multidimensional da definição, ela passou a ser concebida de diversas maneiras a partir do “ponto de entrada” dos pesquisadores. Assim, Vanclay et al. (2006, p. 73) sustentam a possibilidade de perceber estilos de agricultura como “um conjunto de estratégias para a agricultura (cursos de ação para sobreviver), onde uma estratégia refere-se a um conjunto de guias práticos e/ou racionalidades para tomar decisões de acordo com uma situação particular”. Neste caso, estilos e estratégias vinculam-se a uma espécie de lógica reprodutiva, a qual pode ser investigada em termos de um *calculus*, isto é, uma gramática que estrutura os processos de tomada de decisão nas unidades de produção (Ploeg, 2008).

Similarmente, em um texto anterior, Howden e Vanclay (2000, p. 295) sustentam que “vários estilos de agricultura em uma região representam um repertório de visões de mundo e estratégias possíveis”. De fato, em uma perspectiva eminentemente orientada aos atores, o conceito de estratégia é

³ Não será desenvolvida aqui uma análise detalhada das divergências teóricas e metodológicas entre autores em relação à noção de estilos de agricultura. O artigo de Vanclay et al. (2006) caminha nesta direção e oferece ao leitor suas posições sobre as principais questões em discussão.

inseparável da noção de agência humana. As estratégias representam projetos específicos e, conforme Schneider (2009, p. 108), apresentam-se justamente como uma “ligação que parece superar a dicotomia sociológica em torno do problema da relação estrutura-agente ou processos micro *versus* macro.” As estratégias relacionam-se a uma lógica reprodutiva que passa a compor a coluna vertebral de um estilo de agricultura.

Esta lógica é condicionada por relações sociais específicas. As estratégias são formadas nos limites dos condicionantes institucionais que exercem pressões sobre as unidades familiares. Portanto, “estilos são criados, não somente através de dinâmicas socioculturais, mas também como resposta a forças estruturais – diferentes estilos existem para diferentes situações de mercado dos diferentes agricultores” (Vanclay et al., 2006, p. 63). Tal assertiva reforça a vinculação estreita entre as características da agricultura e as estruturas sociais, econômicas e culturais existentes em determinados recortes empíricos e temporais. Economias locais e regionais dinâmicas são fundamentais na constituição de formas dinâmicas de agricultura, ampliando o leque de vinculações desta para além dos mercados de produtos e serviços agropecuários, ganhando terreno vinculações aos mercados de trabalho não agrícola e também formas diversas de agregação de valor e múltiplos usos do rural.

O reconhecimento das múltiplas estratégias e lógicas reprodutivas não resolve, contudo, o problema da construção de representações coerentes que possam ser expressas em termos de um estilo de fazer agricultura. Para tanto, inicialmente Ploeg (1994) propõe tipologias em uma perspectiva eminentemente hermenêutica, com categorias representacionais que focalizam os discursos dos agricultores em relação a si mesmos e aos demais. Este tipo de opção metodológica gerou oposições em virtude da constatação de que os discursos dos atores sociais são sempre parciais e, não raro, contraditórios na sua interligação com as práticas (Whatmore, 1994). Com vistas a testar esse tipo de proposição metodológica Howden e Vanclay (2000) identificaram estilos de agricultura a partir dos discursos e categorias referidos por agricultores australianos e, quando lhes apresentaram a classificação daí originada, perceberam que eles mesmos não conseguiam se enquadrar em qualquer estilo. Disso os autores concluem que os estilos de agricultura são uma construção mais intelectual do que social. “Estilos não são reais, tangíveis e descritivamente identificáveis; ao invés disso, eles são um instrumento heurístico” (Vanclay et al., 2006, p. 79).

Em outro momento, quiçá procurando responder as críticas, Ploeg (2008) complementa as tipologias baseadas em categorias representacionais com uma abordagem em termos de redes sociotécnicas. Neste caso, estilos de

agricultura emergem como estruturações específicas de redes que articulam atores e objetos, onde o elemento diferenciador entre os estilos reside no modo como são ordenados e interagem os diferentes *actantes* da rede. Em alguns casos, essas formas de ordenação revelam estilos muito próximos ao regime sociotécnico dominante na agricultura moderna (em termos de uma crescente mercantilização, externalização e cientificação), enquanto outros estabelecem mecanismos alternativos com potencial de produzir novidades (*novelties*) que sustentam formas mais autônomas de agricultura.

Em todo caso, seja centrando-se na pluralidade de estratégias criadas pelos agricultores, seja coletando categorias êmicas que expressem as representações dos próprios agricultores sobre suas condições, ou ainda apoiando na cartografia de distintas redes sociotécnicas, é difícil estabelecer tipologias “realistas” de estilos de agricultura, as quais, conforme define Whatmore (1994), procuram desvendar tendências coerentes de relações econômicas e sociais entre o objeto de estudo e seu contexto estrutural. Para a autora, a construção dessas tipologias depende da possibilidade de operar a construção de um esquema classificatório onde despontam algumas variáveis (utilizadas geralmente para caracterizar o grau de mercantilização) relacionadas causal e estruturalmente a determinados fenômenos sociais objetos de investigação. Esta não é, contudo, uma opção menos arriscada, uma vez que pode dissolver a diversidade em prol de uma representação aparentemente coerente de processos sociais contraditórios.

Estilos de agricultura: aplicações e operacionalização na pesquisa empírica

Nenhum instrumento analítico conhecido permite tecer afirmações categóricas a respeito dos fatores que definem a complexidade do rural e da agricultura em todas as suas dimensões, ou mesmo sobre as inúmeras causas que afetam os processos de mudança social em diferentes contextos espaciais e temporais. Por conta disso, os pesquisadores são desafiados a construir modelos dinâmicos capazes de retratar dimensões específicas dos processos sociais mais relevantes. Isso não é diferente com o conjunto de estudos que se utilizam da noção de estilos de agricultura. Sem intenção de abarcar a ampla variedade de modelos que vêm sendo utilizados para representar diferentes estilos, nessa seção apresentamos algumas opções teórico-metodológicas que foram objeto de aplicação em pesquisas empíricas recentes, e que se apresentam como desdobramentos das discussões acima referidas. Esses modelos podem

oferecer uma contribuição importante aos estudos que se voltam ao escrutínio da diversidade do mundo rural.

Uma primeira forma de operacionalização é aquela que vincula os estilos de agricultura ao repertório de estratégias criadas pelos agricultores. Essa abordagem foi utilizada por Niederle (2007) para analisar a diferenciação nas lógicas produtivas de agricultores familiares inseridos em um território do Brasil meridional fortemente marcado pelo processo de modernização, o qual tornou a produção de *commodities* agrícolas o eixo de desenvolvimento do meio rural. Para diferenciar padrões de desenvolvimento, o autor associa distintos estilos de agricultura a múltiplas estratégias reprodutivas, demonstrando que, mesmo em contextos altamente modernizados (mercantilização, externalização, cientificização) alguns estilos revelam a capacidade dos agricultores em encontrar espaços para arquitetar novos mecanismos de reprodução social, articulando formas inovadoras de internalização de recursos (produção para autoconsumo), agregação de valor (agroindustrialização) e atividades não agrícolas (pluriatividade). Ao mesmo tempo, revela que, em determinadas situações, a inserção aos mercados não possui necessariamente efeitos corrosivos sobre a base autônoma de recursos das unidades familiares, uma vez que esta interação pode se dar em um nível diferenciado, a partir, por exemplo, da construção de circuitos curtos de comercialização para produtos de qualidade diferenciada (Schneider e Niederle, 2010).

A escolha deste tipo de entrada metodológica permite focalizar as lógicas individuais e familiares, confrontando as práticas e os discursos utilizados para justificá-las. Ao analisar as estratégias é possível olhar mais detidamente o conjunto de interações sociotécnicas que viabilizam distintas trajetórias de desenvolvimento rural, as quais se cristalizam em diferentes estilos. Contudo, o foco nas estratégias dificulta avançar em uma representação coerente dos estilos de agricultura, pelo menos no que tange à construção de tipologias das unidades de produção. De outro modo, nesse caso as tipologias concentram-se nas próprias estratégias (reativas ou adaptativas) desenvolvidas por diferentes unidades de produção, sem uma correspondência exata entre um estilo e uma determinada estratégia.

Uma segunda vertente de análise pode ser associada às pesquisas de Fairweather que retomam a perspectiva hermenêutica inicialmente desenhada por Ploeg, mas acrescentam um conjunto de técnicas de pesquisa retiradas da psicologia social, em particular a chamada Metodologia Q, desenvolvida inicialmente por Stephenson (1953). Amplamente incorporada nos estudos voltados à investigação da subjetividade humana, essa metodologia combina elementos de análise qualitativa e quantitativa. Operacionalmente, trata-se

do ranqueamento de opiniões por meio de análise fatorial, o que, segundo Fairweather e Klonsky (2009), permite documentar diferentes tendências de comportamento à medida que torna passível de mensuração a subjetividade dos grupos sociais. Aplicada em pesquisas na Nova Zelândia (Fairweather e Keating, 1994) e nos Estados Unidos (Brodt et al., 2006), esta metodologia abriu caminho para estudos que buscam prover mecanismos para identificar padrões de subjetividade, os quais podem ser referidos como “tipos” e que, nos termos em que opera o debate, são compreendidos como estilos.

Fairweather e Klonsky (2009) sustentam que o uso desse tipo de metodologia permite construir uma abordagem que, mesmo não sendo eminentemente participativa, é diretamente informada pelos agricultores, isto é, pelo modo como esses representam suas práticas e suas relações com o mundo. Os estilos expressam padrões de concordância entre os agricultores acerca de diferentes visões sobre o modo de fazer agricultura. Esses pontos de vista abarcam uma complexa interação entre objetivos, estratégias e interesses, os quais identificam um estilo de agricultura diferenciado. Isso necessariamente envolve julgamentos morais acerca do que os agricultores consideram como sendo “o melhor modo de organizar suas unidades de produção e a vida social”, o que é resultado de uma complexa teia de relações mediadas por elementos materiais e simbólicos.

Um terceiro conjunto de estudos está relacionado a modelos que utilizam estatística multivariada com dados quantitativos. No Brasil, Conterato (2008) e Escher (2011) utilizaram a análise fatorial e de *cluster* para o estudo dos estilos de agricultura. A partir de dados quantitativos, o agrupamento de *clusters* busca reunir e classificar os casos (unidades de produção) em grupos, a partir de informações sobre as medidas de um conjunto de variáveis, características ou atributos de cada caso. O objetivo é identificar grupos homogêneos por meio de um procedimento classificatório que põe em evidência os vínculos entre as observações, agrupando-as com base em suas semelhanças. Os agrupamentos resultantes apresentam alta homogeneidade interna (entre os casos de um mesmo *cluster*) e alta heterogeneidade externa (entre os casos de *clusters* distintos).

Conterato (2008) aplica análise fatorial em um total de 67 variáveis que formam 17 fatores. A partir disso, o autor define sete dimensões de análise (estrutura fundiária e uso da terra; unidade doméstica, demografia e escolaridade; trabalho e meios de produção; mercantilização, externalização e dependência; produção, mercados e autonomia; rendimento e remuneração; distribuição proporcional da renda total) com 27 variáveis, que explicam mais de 80% da variância entre os casos. Por sua vez, Escher (2011) adapta essa metodologia adicionando ainda uma variável referente a “instituições e sociabilidade”,

contabilizando um total de 33 variáveis explicativas. Em relação à construção original de Conterato (2008), Escher (2011) busca ainda incluir variáveis compostas, sempre que possível e conveniente, bem como variáveis qualitativas relativas à participação, determinantes do voto, confiança, motivações e representações do rural. Todavia, apesar dessas variáveis “comportamentais” contribuírem para a caracterização dos tipos, os resultados encontrados pelo autor revelam o predomínio dos fatores socioeconômicos para explicar a variabilidade entre os casos analisados.

Ambos os autores encontraram representações coerentes da diversidade da agricultura familiar em seus trabalhos. A pesquisa de Conterato (2008) em diferentes regiões do Rio Grande do Sul identificou cinco estilos de agricultura familiar, característicos dos contextos analisados e das suas respectivas dinâmicas de desenvolvimento rural: (a) agricultura familiar altamente descapitalizada e economicamente vulnerável; (b) agricultura familiar capitalizada, altamente especializada e mercantilizada; (c) agricultura familiar voltada para o autoconsumo e dependente de transferências sociais; (d) agricultura familiar descapitalizada e dependente da produção de *commodities*; (e) agricultura familiar diversificada e altamente capitalizada.⁴ Segundo o autor, a identificação e a caracterização desses grupos homogêneos fortalece a percepção de que a diversidade da agricultura familiar e as dinâmicas regionais de desenvolvimento rural são aspectos complementares que precisam ser analisados de modo integrado (Conterato, Schneider e Waquil, 2010). Em regiões onde o padrão ou modelo agrícola de desenvolvimento é hegemônico, a agricultura familiar viabiliza-se através da especialização produtiva com base em *commodities*, acompanhado ainda de um padrão tecnológico socialmente excludente e de um sistema de crédito rural que tende a reforçar a assimetria que rege as relações entre os agricultores e os grandes conglomerados agroalimentares mundiais. Em outros casos, a diversidade advém dos mecanismos acionados pelos agricultores familiares para se distanciarem, tanto quanto for possível, das situações de risco, de fragilidade e de vulnerabilidade a que estão expostos.

Uma abordagem similar foi desenvolvida por Commandeur (2003) no contexto da agricultura europeia. Neste caso, contudo, a autora busca justamente complementar a análise fatorial, centrada em dimensões de uma microeconomia chayanoviana das unidades de produção, com técnicas de investigação qualitativa que exploram dimensões comportamentais e representações subjetivas, sem necessariamente integrá-las em uma matriz de variáveis

⁴ A pesquisa de Escher (2011), da mesma forma, também identificou cinco estilos de agricultura familiar.

quantificáveis. A abordagem procura definir estilos de agricultura a partir das correlações entre dados quantitativos relativos, por exemplo, a produtividade, intensidade e escala de produção, e uma série de informações recolhidas em questionários semiestruturados e entrevistas abertas nos quais os agricultores são demandados a responder questões acerca da estruturação das práticas agrícolas, formas de integração mercantil, lógicas de organização dos processos de trabalho e representações acerca de sua condição de vida e expectativas futuras.

A rigor, esta proposição envolve três momentos distintos. Primeiro, parte-se de um conjunto de entrevistas semiestruturadas com o objetivo de identificar aspectos relevantes para identificação dos estilos. A partir dos discursos dos agricultores é identificado um conjunto de características que permite ao pesquisador estabelecer categorias representacionais associadas a distintos parâmetros de classificação. Com isso a autora define quatro estilos de suinocultores identificados por uma “categoria metafórica” que expressa uma imagem representacional: *entrepreneurship*, *craftsmanship*, *inheritorship* e *tendership*. O segundo momento envolve a construção de parâmetros quantitativos de tipificação, os quais derivam em indicadores numéricos e que servem de base para a formulação de questionários estruturados. Neste caso, a análise fatorial resultou em cinco grupos assim nomeados pela pesquisadora: *entrepreneur*, *craftsman*, *steward*, *stockman* e *shifter*. Finalmente, há um esforço de comparação entre as metodologias, o qual não visa definir uma terceira tipologia integradora das anteriores, mas identificar os fatores que se destacam na diferenciação dos estilos de agricultura. Segundo Commandeur (2003), no caso analisado os fatores determinantes da diferenciação revelaram-se, por um lado, o nível de ambição e racionalidade dos suinocultores e, por outro, a capacidade e aptidão dos mesmos. Outros fatores com relevância foram os níveis de produtividade e as formas de gestão dos processos produtivos. Note-se, portanto, que o objetivo não reside na identificação dos estilos como um fim em si mesmo, mas no uso da metodologia para identificar fatores de diferenciação social.

Os estudos acima referidos seguramente não esgotam as referências acerca das inúmeras possibilidades metodológicas para o escrutínio dos estilos de agricultura, haja vista inclusive a recente proliferação das pesquisas que lançam mão desse referencial. Mas eles exemplificam três diferentes entradas analíticas que têm sido utilizadas com alguma frequência, a saber: (a) as estratégias reprodutivas como elementos definidores de padrões de desenvolvimento que formatam diferentes estilos; (b) os discursos representacionais dos agricultores enquanto expressões do modo como eles mesmos identificam diferentes estilos; (c) e indicadores quanti e qualitativos da estruturação dos processos de

produção que permitem identificar grupos coerentes de unidades de produção. O principal desafio desses estudos torna-se integrar esses instrumentos em um único corpo analítico (incumbência que poderia ser facilmente remetida a debates mais amplos e controversos da teoria sociológica) ou, o que tem sido mais recorrente, utilizá-los simultaneamente de modo a explorar aspectos de complementaridade que permitam abarcar os elementos definidores de um estilo de agricultura: um conjunto de valores e ideias normativas, práticas e formas de estruturação dos processos produtivos e os mecanismos de inserção nos mercados.

Considerações finais

Em trabalho recente, Navarro e Pedroso (2011) discutem os limites de um conjunto de proposições normativas e teórico-metodológicas para a compreensão da diversidade da agricultura brasileira. Segundo os autores, tendo em vista os limites das categorias normativas usuais, torna-se cada vez mais relevante “discutir as possibilidades de interpretação acerca dos diversos e distintos coletivos sociais rurais separáveis por parâmetros socioeconômicos ou por identidades socioculturais existentes no mundo rural” (Navarro e Pedroso, 2011, p. 128). A constatação do trabalho é, contudo, pouco animadora no que tange aos efetivos esforços que vêm sendo desenvolvidos nesse sentido: “Se examinados os anos mais recentes, talvez cobrindo as duas últimas décadas, esse grande campo analítico das ciências sociais continua inexplorado, e praticamente nenhum aporte inovador foi oferecido, pouco se conhecendo sobre a estrutura social em regiões rurais, a não ser a partir de fatos episódicos e assistemáticos” (Navarro e Pedroso, 2011, p. 134). Menos animadora ainda é a síntese da discussão, na medida em que a crítica dirigida às abordagens existentes não é acompanhada de uma proposição inovadora para entender os fatores que determinam a evolução das hierarquias sociais resultantes dos processos de diferenciação social no meio rural.

Dentre as abordagens criticadas pelos autores, atenção particular é dedicada àquela relacionada aos “estilos de agricultura”, apresentada como o resultado de “uma ideia demasiadamente genérica”, decorrente de “uma noção pouco feliz e mais retórica do que operacional”, que conduz, assim como a abordagem dos sistemas agrários, a “uma tipologia estática”. De outro modo, somos levados a reconhecer a existência de esforços empreendidos nas duas últimas décadas no aprimoramento de uma abordagem que, originada a partir de uma noção genérica, aprimorou seu ferramental de modo a emprestar aos

estudiosos instrumentais metodológicos para análise da heterogeneidade do mundo rural, como ilustram os estudos acima referenciados. Mas isso também nos leva a reconhecer os limites dessa abordagem. O principal deles é, em alguma medida, decorrência do seu próprio sucesso, qual seja: a profusão de métodos e técnicas de investigação que abarcam apenas parcialmente as realidades sociais, de forma mais dinâmica ou estática, mas frequentemente desconectados.

De todo modo, enquanto aguardamos soluções inovadoras para captar a diversidade do mundo real, a abordagem mostra-se promissora, sobretudo na medida em que tem permitido aos pesquisadores chamar atenção para fatores geralmente negligenciados em outras abordagens. Ao invés de um foco em variáveis econômicas tradicionais como produção e produtividade dos fatores, essa abordagem sugere voltar a atenção não para os resultados, mas para os processos e formas de organização das práticas produtivas e da vida social no meio rural, integrando ainda o repertório de valores e representações que definem uma estruturação específica para as relações sociais e econômicas. Assim, elementos institucionais e culturais adentram ao somatório dos critérios utilizados para distinguir e classificar as formas sociais de agricultura. Ao fim e ao cabo, mais importante do que a tipologia em si (que pode facilmente conduzir a novas reificações), a principal virtude dessa abordagem é explorar os fatores que produzem a diversidade do meio rural.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ALVES, E.; ROCHA, D. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. *A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA/MAPA, 2010.
- BERNSTEIN, H. African peasantries: a theoretical framework. *Journal of Peasant Studies*, London, v. 6, n. 4, p. 420-444, 1979.
- _____. Capitalism and petty commodity production. *Social Analysis: The International Journal of Cultural and Social Practice*, n. 20, p. 11-28, dec. 1986.
- BRODT, S.; KLONSKY, K.; TOURTE, L. Farmer goals and management styles: implications for advancing biologically based agriculture. *Agricultural Systems*, v. 89, n. 1, p. 90-105, 2006.
- BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. Mudanças e reiteração da heterogeneidade do mercado de trabalho agrícola. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. 1.ed. Brasília: IPEA, 2010, p. 123-153.

BUTTEL, F. H.; LARSON, O. F.; GILLESPIE JÚNIOR, G. W. *The sociology of agriculture*. New York: Greenwood Press, 1991.

COMMANDEUR, M. *Styles of pig farming: a techno-sociological inquiry of processes and constructions in twente and the achterhoek*. Wageningen: Wageningen University, 2003.

CONTERATO, M. A. *Dinâmicas regionais de desenvolvimento rural e estilos de agricultura: uma análise a partir do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: UFRGS, 2008.

CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. *Ensaios FEE*, v. 31, p. 149-186, 2010.

ESCHER, F. *Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da agricultura familiar: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

FAIRWEATHER, J. R.; KEATING, C. Goals and management styles of New Zealand farmers. *Agricultural Systems*, v. 44, n. 2, p. 181-200, 1994.

FAIRWEATHER, J. R.; KLONSKY, K. Response to Vanclay et al. on farming styles: Q Methodology for identifying styles and its relevance to extension. *Sociologia Ruralis*, v. 49, n. 2, 2009.

FRIEDMANN, H. World market, state, and family farm: social bases of household production in the era of wage labor. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, v. 20, n. 4, p. 545- 586, Oct. 1978a.

_____. Simple commodity production and wage labour in the American plains. *Journal of Peasant Studies*, London, v. 6, n. 1, p. 71-100, 1978b.

_____. Patriarchal commodity production. *Journal of Cultural and Social Practice*, n. 20, p. 47-55, dec. 1986.

GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2010.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Das lavouras às biotecnologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRISA, C. *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: UFFRJ, 2012.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DISABATTO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil (1996 e 2006). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, p. 351-370, 2012.

HOFSTEE, E. W. *The causes of diversity in dutch agriculture*. Wageningen: Wageningen Agricultural University, 1946.

HOWDEN, P; VANCLAY, F. Mythologisation of farming styles in Australian broadacre cropping. *Rural Sociology*, v. 65, n. 2, p. 109-25, jun. 2000.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

- KAYSER, B. *La renaissance rurale*. Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.
- LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Unicamp, 1993.
- LEITE, S. P.; WESZ JUNIOR, V. J. *Sistemas de financiamento para projetos territoriais estratégicos de natureza multisetorial: análise do Programa Territórios da Cidadania*. 2010. (Relatório de pesquisa).
- LÊNIN, V. I. U. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- LONG, N. *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*. México: CIESA, 2001.
- LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a re-constitution of the concept of structure. In: BOOTH, David. (Ed.). *Rethinking Social Development: theory, research and practice*. London: Longman, 1994, p. 62-90.
- MANN, S. A. *Agrarian capitalism in theory and practice*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1990.
- MANN, S. A.; DICKINSON, J. Obstacles to the development of a capitalist agriculture. *Journal of Peasant Studies*, v. 5, n. 4, p. 466-481, 1978.
- MARX, K. *O Capital: o processo global de produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Livro 3, v.4-v.6.
- _____. *O capital: o processo global de acumulação capitalista*. São Paulo: Difel, 1982.
- MOONEY, P. *My own boss? Class, rationality and family farm*. London: Westview, 1988.
- NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. *Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar*. Brasília: Embrapa, 2011.
- NERI, M. C.; MELO, L. C. C. de; MONTE, S. dos R. S. *Superação da pobreza e a nova classe média no campo*. Brasília: FGV, 2012.
- NEVES, D. P. A diferenciação sócio-econômica do campesinato. *Ciências Sociais Hoje*, p. 87-132, 1985.
- NIEDERLE, P. A. *Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- PICOLOTTO, E. L. Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 11, p. 158-167, 2012.
- PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. (Ed.). *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992, p. 153-195.
- _____. Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 32, n. 2, p. 240-246, 1993.
- _____. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, N. A. (Ed.). *Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development*. Assen: Van Gorcum, 1994, p. 7-30.

_____. *Camponeses e impérios alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 15-58.

SANTOS, G. R. dos; VIEIRA FILHO, J. E. R. *Heterogeneidade estrutural na agricultura brasileira: elementos estruturais e dinâmicos da trajetória produtiva recente*. Brasília: IPEA, 2012. (Texto para Discussão, n. 1740).

SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 14, n. 2, 1997, p. 225-238.

_____. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers. *Journal of Peasant Studies*, v. 37, p. 379-405, 2010.

STEPHENSON, W. *The study of behavior: Q technique and its methodology*. Chicago: University of Chicago Press, 1953.

VANCLAY, F. et al. The social and intellectual construction of farming styles: testing Dutch ideas in Australian agriculture. *Sociologia Ruralis*, v. 46, n. 1, p. 61-82, 2006.

VEIGA, J. E. da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: HUCITEC, 1991.

WHATMORE, S. Farm household strategies and styles of farming: assessing the utility of farm typologies. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, N. A. (Ed.). *Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development*. Assen: Van Gorcum, 1994, p. 32-37.

O autoconsumo nos estabelecimentos rurais brasileiros: importância e distintas propostas de mensuração

Catia Grisa
Sergio Schneider
Marcelo Antonio Conterato

Introdução

Os estudos sobre produção para autoconsumo ganharam um novo impulso na primeira década do século XXI. Diferentemente da interpretação predominante outrora entre certos estudiosos do mundo rural e gestores públicos de que esta prática simbolizava o atraso ou um resquício do passado que não tardaria a desaparecer, observa-se recentemente uma ressignificação do autoconsumo como tradição recontextualizada que, ao associar-se ao mundo rural contemporâneo, assume novos papéis e significados relacionados à identidade, saberes culturais, sociabilidade, segurança alimentar e nutricional, e redução da pobreza rural. Renovam-se, assim, as análises e interpretações sobre a produção para autoconsumo na agricultura familiar.

Autores clássicos das ciências sociais já aportaram elementos para compreender o “lugar” desta prática na reprodução social do campesinato. Chayanov (1974) interpretou que os camponeses perseguiram a provisão da

subsistência e se organizavam segundo um balanço entre a penosidade do trabalho e as necessidades de consumo do grupo familiar. O trabalho do camponês e de sua família seria realizado até atender as suas necessidades e, a partir deste ponto, deixaria de ser efetivado pois continuá-lo significaria expor a família a um grau de exploração da força de trabalho que não lhe geraria acréscimos ou atenderia necessidades culturalmente definidas como marginais. Por sua vez, Wolf (1976) observou que a organização familiar camponesa perseguia o atendimento de um mínimo calórico exigido pela família e a provisão de diversos fundos necessários ao cultivo agrícola seguinte, à aquisição de instrumentos de trabalho, à reprodução de relações sociais e para a transferência de excedentes para os grupos dominadores. A produção para o consumo da família ganhou, assim, centralidade na obra destes autores.

No Brasil, Garcia Junior (1983 e 1989), por exemplo, discutiu o funcionamento e a lógica que rege a decisão da família na escolha entre a produção para subsistência e a produção comercial. Heredia (1979) analisou os produtos destinados à subsistência, os cultivos escolhidos e suas representações. Ambos os autores evidenciaram que os camponeses preferem os cultivos com a marca da “alternatividade”, que diz respeito à característica de atender tanto ao consumo da família, quanto à necessidade de transformá-los em valores de troca, dependendo do preço, da perecibilidade e da demanda da família. Analogamente, Candido (2001) analisou os meios de vida dos caipiras de Rio Bonito e enfatizou, entre outros aspectos, a economia de subsistência, a conformação de um mínimo vital dado pelas necessidades físicas e culturais, os modos de obtenção dos alimentos, as alterações que foram ocorrendo na alimentação do caipira, os mitos e representações em torno desta, a sociabilidade e a reciprocidade envolvida nas trocas de alimentos. Em todos estes trabalhos e em pesquisas mais recentes, a produção destinada ao consumo da família aparece como central na reprodução social dos camponeses e, portanto, objeto de análise da sociologia rural e dos estudos sobre desenvolvimento rural.¹ Do nordeste e norte ao sul do Brasil, vários autores ressaltaram a importância social e econômica da produção para o autoconsumo na agricultura familiar (Teixeira e Silva, 2008; Menasche, 2007; Grisa, 2007; Leite, 2004; Gazolla, 2004; Maluf, 2003; Norder, 1998).

Acompanhando esta retomada do tema nos estudos rurais, observa-se igualmente a valorização da produção para o autoconsumo no âmbito governamental. Vários programas e políticas dos governos federal e estaduais

¹ Isto não significa, contudo, o isolamento do mercado e a autossuficiência alimentar decorrente da produção para autoconsumo, conforme indicou Woortmann (1978, p. 5).

passaram a reconhecer a produção para o autoconsumo como um elemento que contribui na promoção da segurança alimentar e nutricional, na redução da pobreza e na inclusão socioproductiva no meio rural. O “Plano Brasil Sem Miséria”, executado em âmbito nacional, e seu congênere no Rio Grande do Sul, o “Programa RS Mais Igual”, são exemplos neste sentido. Em ambos há ações que buscam estimular a produção para o autoconsumo aliada a um conjunto de políticas que visam enfrentar a pobreza extrema por meio de melhorias nas condições socioeconômicas das famílias rurais no Brasil.

Visando contribuir neste contexto e estimular mais estudos sobre a temática, este capítulo discute alguns aspectos metodológicos que devem ser considerados na mensuração da produção para o autoconsumo. A partir da análise de estudos que tomaram para si este desafio, são elencados alguns elementos que permeiam a definição de autoconsumo, as diferentes formas de levantar e quantificar esta produção a campo e como atribuir valor monetário a mesma. Em um segundo momento discute-se a importância da produção para o autoconsumo no Brasil a partir de um exercício pioneiro de compilação dos dados do Censo Agropecuário de 2006. Nesta seção também é apresentada a metodologia que orientou os autores deste trabalho e a equipe do IBGE na seleção de informações do último Censo Agropecuário para a elaboração deste exercício. Por fim são realizadas algumas considerações sobre o trabalho aqui discutido.

Elementos para aferir a produção para o autoconsumo

Uma das primeiras dificuldades ao estudar a produção para o autoconsumo situa-se em como mensurar esta estratégia de reprodução social. O que considerar como produção para o autoconsumo? Qual o melhor método de coleta e quantificação dos dados? Que valor atribuir ao autoconsumo? Para contribuir neste debate, com base em uma análise de distintas metodologias para calcular o autoconsumo, esta seção elenca alguns elementos que devem ser considerados nos estudos e pesquisas sobre a produção para o autoconsumo.

Um elemento inicial que deve ser considerado diz respeito à definição de produção para autoconsumo. Para alguns autores, o autoconsumo refere-se a toda a produção realizada em um estabelecimento e destinada ao consumo da família, dos animais do estabelecimento e outros usos da atividade produtiva (Leite, 2004; Maluf, 2003). Para outros, a produção para o autoconsumo diz respeito a toda a produção realizada pela família e destinada unicamente ao seu próprio consumo, incluindo itens alimentares e não alimentares (instrumentos

domésticos, artesanato, lenha, materiais para construção, etc.) (Chimello, 2010; Barbosa, 2003; Garcia Filho, 1999). Outros estudiosos consideram autoconsumo apenas a produção alimentar realizada pela família e destinada ao seu próprio consumo (Duval, 2009; Zanetti e Menasche, 2007; Wagner, Marques e Menasche, 2007; Grisa, 2007; Dombek, 2006; Gazolla, 2004; Santos e Ferrante, 2003; Norder, 1998). Ter compreensão destas definições é fundamental, pois a partir delas definem-se os recursos metodológicos que devem ser utilizados a campo para mensurar e analisar a produção para autoconsumo.²

Um segundo elemento importante ao analisar a produção para autoconsumo concerne à escolha do método de levantamento dos dados. Garcia Filho (1999) indica proceder à identificação da produção obtida (inclusive os subprodutos) e o destino da mesma: comercialização, autoconsumo, consumo improdutivo, semente para a próxima safra, etc., sendo que a parte autoconsumida constituirá o produto bruto de autoconsumo. Baseando-se nesta metodologia, Santos e Ferrante (2003) realizaram um levantamento da quantidade autoconsumida durante uma semana em cada mês, pelo período de doze meses consecutivos. Estes dados foram recolhidos ao fim de cada semana pelo técnico de campo, que identificava falhas ou erros de medidas, submetendo-os a correções. O grau de detalhamento, a periodicidade da coleta e o acompanhamento dos dados tornam o resultado deste método muito próximo aos dados reais.

Leite (2004) também utilizou levantamento sistemático da produção para o autoconsumo. Conforme o autor, a equipe de pesquisadores realizou levantamentos mensais durante um ano sobre os orçamentos domésticos e as produções agrícola, pecuária, extrativista e agroindustrializada obtidas e seus destinos, sendo que a estes produtos foi atribuído o preço de venda. Do Valor Bruto de Produção foram diminuídas as doações, a produção armazenada e a produção vendida, sendo a resultante a produção para o autoconsumo. O levantamento periódico desta metodologia possibilita a obtenção de informações igualmente mais próximas da importância econômica real do autoconsumo. Todavia, esta metodologia demanda a descrição de todos os sistemas produ-

² Neste trabalho conceitual é imprescindível considerar, como observa Lovisololo (1989), que não são as características ou as quantidades que definem o autoconsumo. É equívoco caracterizar esta produção como residual ou associar a quantidades pequenas e produtos incompatíveis aos padrões de qualidade dos mercados. O que define é a lógica que orientou a produção. Assim, “[...] o produto vendido não é nem um resíduo nem um excedente da produção de autoconsumo, da mesma forma que este último não é uma subtração ao produto comercial” (Lovisololo, 1989, p. 143). O que a caracteriza é o seu valor de uso para os membros da família (Grisa e Schneider, 2008).

tivos do estabelecimento, seus destinos e valoração, o que implica em maior detalhamento e tempo para a pesquisa.

No projeto de pesquisa “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul” (Pesquisa AFDPL – UFRGS/UFPeI/CNPq, 2003), coordenado pelos professores Sergio Schneider e Flávio Sacco dos Anjos, os alimentos autoconsumidos também foram discriminados, porém o levantamento ocorreu por meio de um questionário que indagava o consumo anual, sem acompanhamento periódico. No levantamento dos alimentos da horta e do pomar foi solicitado aos entrevistados que estimassem o consumo em valores monetários, tendo em vista a grande diversidade destes alimentos e a dificuldade de contabilizar as quantidades consumidas em um ano agrícola (por exemplo, quantos pés de alface, laranjas, tempero verde, etc.). Embora este método apresente possíveis imprecisões em razão do levantamento demandar o consumo anual, a sua escolha foi orientada pelo tempo disponível para a pesquisa e pela praticidade e simplicidade que oferece *vis-à-vis* o levantamento periódico.

No projeto de pesquisa “Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras”, cujos resultados estão compilados em Maluf (2003), os autores adotaram o critério da estimação do valor que os agricultores familiares despenderiam para adquirir os alimentos do autoconsumo no mercado, complementando com a descrição dos principais bens produzidos. Este procedimento possui a vantagem da praticidade e da rapidez, porém, como lembram os autores, as unidades familiares geralmente não têm o hábito de contabilizar sua produção, principalmente quando se trata da produção para autoconsumo, o que dificulta uma aproximação maior da realidade, contribuindo para a subestimação desta produção.

Por fim, cita-se a metodologia utilizada por Norder (1998) que mensurou o autoconsumo a partir de informações da porcentagem de nutrientes autoconsumidos e comprados. No levantamento realizado pelo autor foram evidenciados nove nutrientes produzidos e consumidos pela própria família, em proporções oscilantes entre eles. Dentre estes, o autor optou pela comparação do percentual de autoconsumo de calorias. Dispondo da porcentagem de calorias autoconsumidas e do valor em reais utilizado para obter no mercado o percentual de nutrientes comprados (complementar a 100%), chegou-se a um valor monetário atribuído ao autoconsumo. Por exemplo, se uma família autoconsumiu um percentual de 49,11% e comprou 50,89%, correspondente a 0,37 salários mínimos *per capita*, o valor monetário do autoconsumo é de 0,36 salários mínimos *per capita*. Segundo esta metodologia, o valor do

autoconsumo irá oscilar de acordo com o gasto da alimentação comprada e do percentual de consumo calórico que estes alimentos representam (Norder, 1998). O valor do autoconsumo resulta de uma estimação com base no valor das calorias compradas, por conseguinte, é necessário o conhecimento destas também. Esta metodologia pode ser questionada a respeito da consideração apenas da porcentagem de calorias e se o valor do autoconsumo, ao ser calculado com base no custo das calorias compradas, corresponde ao seu valor real.

Outro elemento importante no estudo da produção para o autoconsumo – e, geralmente, o mais controverso – diz respeito ao valor atribuído a estes alimentos. A metodologia mais assídua é aquela derivada de Garcia Jr. (1989), que considera os preços ao consumidor (preço de compra). Em sua obra *O sul: caminho do roçado*, o autor procura demonstrar a racionalidade que orienta a escolha dos cultivos entre os camponeses. O autor observa que elementos como a flutuação dos preços, a existência de condições técnicas de produção, e o consumo e a disponibilidade de força de trabalho da família interferem na decisão das unidades familiares de produzir para o “gasto da casa” ou produzir lavouras comerciais. Se os preços são de tal ordem que produzindo lavouras comerciais, com o mesmo trabalho que seria despendido na lavoura de subsistência, os camponeses podem fazer frente às demandas alimentares da família, a opção é pela produção de lavouras comerciais e não pela produção de subsistência. Se a renda monetária oriunda da lavoura comercial não permite atender ao consumo socialmente necessário, o camponês opta pela produção de subsistência que garante a alimentação da família. Segundo o autor, é somente com base neste cálculo racional (considerando os preços de aquisição de alimentos nos mercados) que as unidades familiares conseguem calcular se a produção comercial é compensadora ou se continuam produzindo para a subsistência. Seguindo este raciocínio, Garcia Filho (1999, p. 52) e demais autores afirmam que “É, portanto, pelo preço de compra desses bens que se deve valorizar o autoconsumo” (Piccin, 2012; Santos e Ferrante, 2003; Maluf, 2003; Garcia Filho, 1999).

Outros autores preferem atribuir o preço ao produtor (preço de venda), como procedido na pesquisa AFDPL – UFRGS/UFPel/CNPq (2003) e nos trabalhos de Grisa (2007), Gazolla (2004), Anjos et al. (2004), Leite (2004) e Barbosa (2003). Alguns autores justificam este procedimento em decorrência da grande variação de preços ao consumidor entre mercados, disparidade que se potencializa em se tratando de universos sociais distintos e distantes geograficamente, como era o caso dos quatro primeiros estudos. Ademais, algumas pesquisas visam calcular a renda total das famílias rurais e os autores ponderam que, se atribuído o preço de compra, poder-se-ia superdimensionar a produção do autoconsumo sobre esta.

Conceituação, métodos de coleta, quantificação das informações e atribuição de valor monetário à produção para o autoconsumo são elementos fundamentais que devem ser considerados em qualquer estudo e análise que se propõe a mensurar esta estratégia de reprodução social. Os objetivos, a amplitude, o tempo e os recursos que cada pesquisa dispõe provavelmente sinalizarão qual a metodologia mais adequada para cada caso. Isto dito, não exige, contudo, os pesquisadores e estudiosos do meio rural dos desafios de aperfeiçoar estas metodologias aproximando-as cada vez mais da realidade da agricultura familiar.

Por fim, é relevante enfatizar, como já advertia Chayanov (1981), que as unidades econômicas camponesas e familiares não podem ser analisadas e tratadas a partir dos conceitos e princípios utilizados para medir a eficiência de uma empresa capitalista, considerando que aquelas organizam seu trabalho e sua produção não com a finalidade de obter lucro, mas, sobretudo, de atender o bem-estar de sua família e viabilizar a reprodução social na sociedade em que se encontram imersas. Não raro, é possível encontrar no meio rural uma família que produz frango caipira para o seu consumo a um custo superior ao frango que poderia ser adquirido nos supermercados, ou uma família que prefere produzir pães, bolos e biscoitos, dependendo uma quantidade de tempo importante de sua jornada de trabalho, ao invés da praticidade da aquisição nos mercados locais. Um conjunto de valores orienta estas escolhas. A dimensão econômica é apenas uma das razões que justificam a realização desta prática, a qual envolve igualmente dimensões culturais, identitárias, de sociabilidade, reciprocidade e segurança alimentar e nutricional, perceptíveis fundamentalmente por pesquisa qualitativa e etnográfica.

O autoconsumo no Brasil: uma leitura a partir do Censo Agropecuário de 2006

Esta seção discute a importância da produção para o autoconsumo no Brasil por meio dos dados do Censo Agropecuário de 2006, um exercício inovador no âmbito dos estudos rurais brasileiros sobre o tema, os quais até o momento concentraram-se fundamentalmente em estudos de caso. Considera-se como autoconsumo neste trabalho toda a produção (alimentar e não alimentar) realizada pela família e destinada ao seu próprio consumo. Com base nesta definição, procurou-se mensurar esta produção a partir das informações que o IBGE dispunha no Censo Agropecuário daquele ano.

Quando o recenseador visita os estabelecimentos rurais, ele solicita ao entrevistado o principal destino da produção não vendida, sendo que esta pode ter sido direcionada ao consumo da família, ao consumo dos animais, para estoque, transformação ou beneficiamento, semente para o plantio, e sem consumo ou estocagem no estabelecimento. O IBGE consegue delimitar os estabelecimentos rurais que tiveram como principal destino da produção não vendida o consumo da família. O Censo Agropecuário não valora (R\$) os produtos de cada destino da produção não vendida, contudo dimensiona o valor da produção total e da produção vendida.

Com estes elementos e dentro das possibilidades metodológicas, o autoconsumo foi calculado a partir da seguinte equação: para todos os estabelecimentos que tiveram como principal destino da produção não vendida o consumo da família, considerou-se produção para o autoconsumo a resultante da diminuição entre o valor da produção total e o valor da produção vendida. Este procedimento foi utilizado para todos os produtos oriundos da horticultura, silvicultura, floricultura, extração vegetal, lavoura permanente, lavoura temporária e agroindústria. No caso dos produtos de origem animal, a mensuração do autoconsumo ocorreu a partir do valor do conjunto dos animais abatidos no estabelecimento valorados pelo entrevistado e do resultado da equação “produção total-produção vendida” para produtos como mel, ovos, peixes e cera de abelha. É mister destacar que, visando não sobre-estimar o autoconsumo, os derivados de carne não foram considerados na agroindústria, pois estes já estão contemplados ao considerar os animais abatidos no estabelecimento no consumo de produtos de origem animal.

Por um lado, essa metodologia corre o risco de superestimar o autoconsumo, já que os estabelecimentos que tiveram como principal destino da produção não vendida o consumo da família também podem ter estocado seus produtos ou destinado ao consumo dos animais e, de acordo com esta fórmula, toda esta produção é considerada autoconsumo. Por outro lado, essa metodologia também subestima o autoconsumo pelo fato de não contabilizar este nos estabelecimentos que tiveram como principal destino da produção não vendida o estoque ou o consumo dos animais, por exemplo.

Malgrado estas limitações, a equação construída com a ajuda dos técnicos do IBGE, responsáveis para analisar os dados do Censo Agropecuário de 2006, possibilita uma primeira estimativa nacional da produção para o autoconsumo nos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Ademais, esta iniciativa sinaliza para o reconhecimento da produção para o autoconsumo nas estatísticas oficiais e contribui para maior visibilidade desta importante estratégia de reprodução social no meio rural.

Com base nesta metodologia, o Censo Agropecuário de 2006 indicou que, dos 5.175.636 de estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil, 72,72% produzem para o autoconsumo, demonstrando a recorrência e a atualidade desta prática. Os dados sinalizam ainda que, em 18% dos estabelecimentos rurais, o autoconsumo responde por mais de 90% da produção total (Tabela 1). Se considerarmos a participação do autoconsumo em 50% da produção total, são mais de 30% dos estabelecimentos nesta condição, demonstrando claramente a relevância do autoconsumo na produção total. Estes dados expressam a importância do autoconsumo, mas não significam que estes estabelecimentos dependam unicamente desta atividade. As estratégias de reprodução social dos estabelecimentos rurais extrapolam o âmbito da produção agrícola, envolvendo igualmente a realização de atividades não agrícolas e um conjunto de renda cada vez mais diversificado (previdência social, transferências sociais, etc.).

TABELA 1

Número, porcentagens de estabelecimentos e valores (R\$) médios de autoconsumo segundo a proporção do valor desta prática na produção total

% do autoconsumo	nº de estabelecimentos	% dos estabelecimentos totais	Valor médio do autoconsumo/ estabelecimentos
PERC > 90	924.759	17,87	5.379,46
80 < PERC <= 90	158.905	3,07	5.670,51
70 < PERC <= 80	173.585	3,35	4.148,36
60 < PERC <= 70	182.231	3,52	4.086,90
50 < PERC <= 60	197.562	3,82	4.156,36
40 < PERC <= 50	232.394	4,49	4.118,12
30 < PERC <= 40	255.112	4,93	3.246,61
20 < PERC <= 30	305.414	5,90	2.779,84
10 < PERC <= 20	439.751	8,50	2.177,02
0 < PERC <= 10	890.939	17,21	1.131,47
0 = PERC	1.414.984	27,34	–

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 (“tabulação especial” realizada pelo IBGE/MDA).

Elaboração: Projeto IPEA/PGDR 2010/2011.

A Tabela 2 apresenta o valor médio (R\$) do autoconsumo segundo estratos de área para o Brasil. Observa-se que o valor médio desta produção tende

a elevar-se à medida que aumenta a área dos estabelecimentos: produtores sem área produzem valor anual médio por estabelecimento de R\$ 1.278,24; estabelecimentos com área menor que cinco hectares apresentam autoconsumo médio anual de R\$ 1.559,92; por sua vez, estabelecimentos com área situada entre 100 e 200 hectares apresentam autoconsumo de R\$ 6.270,84. Ainda segundo a Tabela 2, 36% dos estabelecimentos brasileiros que produzem para autoconsumo dispõem de no máximo cinco hectares; 48% possuem de até 10 hectares; e quase 80% vivem em estabelecimentos com até 50 hectares. Mesmo que a produção para autoconsumo possa ser realizada em pequenos espaços, estima-se que a área disponível pode ser um fator limitante ao desenvolvimento da atividade, seja pelo tamanho, seja pelo fato de que geralmente estas áreas encontram-se degradadas ou com baixa fertilidade devido ao seu uso intensivo (Gadelha e Maluf, 2008). Ademais, dispondo de áreas menores, as unidades familiares podem optar por produzir cultivos comerciais (mais rentáveis monetariamente), intensificando os fatores de produção terra e trabalho (Grisa, 2007). Estes dados instigam a realização de estudos qualitativos para evidenciar em quais circunstâncias ocorre esta produção para autoconsumo.

TABELA 2
**Valor médio da produção para o autoconsumo (R\$) nos estabelecimentos
 brasileiros com esta prática, segundo estratos de área**

Estratos de área	nº de estabelecimentos	% dos estabelecimentos totais c/ autoconsumo	valor (R\$) total autoconsumo total	valor médio (R\$) autoconsumo/ estabelecimento
> que 0 a menos 5	1.365.980	36,29	2.130.814.427,00	1.559,92
de 5 a menos 10	448.88	11,92	1.170.313.350,24	2.608,88
de 10 a menos 20	538.334	14,30	1.664.413.073,89	3.091,79
de 20 a menos 50	614.807	16,34	2.495.935.615,08	4.059,71
de 50 a menos 100	275.580	7,32	1.430.848.314,16	5.192,13
de 100 a menos 200	151.360	4,02	949.153.597,36	6.270,84
de 200 a menos 500	100.864	2,68	896.738.663,67	8.890,57
> que 500	66.269	1,76	1.770.018.653,00	26.709,60
produtor sem área	201.773	5,36	257.913.933,12	1.278,24
Total	3.763.555	100	12.766.149.627,52	3.392,05

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 (“tabulação especial” realizada pelo IBGE/MDA).
 Elaboração: Projeto IPEA/PGDR 2010/2011.

A Tabela 3 apresenta a relação entre autoconsumo e produção total dos estabelecimentos. Conforme os dados, na medida em que aumentam os estratos da produção total, os valores médios do autoconsumo por estabelecimento também se elevam. Enquanto os estabelecimentos com produção total situada entre R\$ 0,00 e R\$ 2.500,00 produzem um valor médio anual de autoconsumo de R\$ 491,02, os estabelecimentos com produção total entre R\$ 2.500,00 e R\$ 10.000,00 produzem um valor médio de R\$ 1.621,31, e assim sucessivamente. Estes resultados se somam às indicações realizadas acima relativas à área e vão ao encontro de estudos que evidenciam valores superiores desta produção nas unidades mais capitalizadas, confirmando que o autoconsumo não se restringe a propriedades empobrecidas ou decadentes, sendo praticado e recorrente também entre agricultores com maior valor total da produção (Grisa, 2007; Norder, 2004; Santos e Ferrante, 2003; Guevara, 2002; Garcia Jr., 1994). A produção para autoconsumo não interfere ou concorre com os cultivos comerciais, complementando as estratégias de reprodução social das famílias rurais.

TABELA 3
Número de estabelecimentos e valor médio do autoconsumo (R\$)
nos estabelecimentos brasileiros, segundo estratos de valor (R\$) da produção total

Estratos de valor (R\$) da produção total	Nº de estabelecimentos	Valor total (R\$) autoconsumo	Valor médio (R\$) do autoconsumo/ estabelecimento
maior que 0 e menor que 2.500	1.970.157	967.380.869,04	491,02
de 2.500 a menor que 10.000	872.739	1.414.980.474,39	1.621,31
de 10.000 a menor que 25.000	446.830	1.499.447.428,77	3.355,74
de 25.000 a menor que 50.000	225.295	1.406.085.447,26	6.241,09
de 50.000 a menor que 100.000	121.618	1.431.800.238,73	11.772,93
de 100.000 a menor que 500.000	103.234	2.617.159.580,77	25.351,72
de 500.000 e mais	20.779	3.424.605.169,50	164.810,87
sem valor de produção	2.903	4.690.419,00	1.615,71

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 (“tabulação especial” realizada pelo IBGE/MDA).
 Elaboração: Projeto IPEA/PGDR 2010/2011.

Se os dados das tabelas anteriores sinalizam que a produção para autoconsumo apresenta valores médios anuais mais elevados nos estabelecimentos “mais estruturados”, é importante ressaltar que é nos estabelecimentos menores que esta atividade assume um impacto mais relevante sobre o valor da produção total e se torna, portanto, uma importante estratégia de reprodução social

(Tabela 4). A produção para autoconsumo responde por 24,81% do valor da produção total nos estabelecimentos sem área e representa 18,63% do valor da produção total nos estabelecimentos com área menor que cinco hectares. Esta proporção que vai sendo reduzida à medida que aumentam os estratos de área, a exemplo do estrato de 200 a 500 hectares em que a importância do autoconsumo reduz-se para 4,75%.

A Tabela 4 indica ainda que, em termos gerais, o autoconsumo responde por 7,78% da produção total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros que realizaram esta prática. Isto significa que quase 8% de tudo que é produzido nos estabelecimentos permanece para o consumo da própria família. Ainda que os dados não permitam identificar quanto o autoconsumo representa na alimentação total da família, este número corrobora com as discussões apontadas na introdução referente à importância social e econômica do autoconsumo e sua interface com a segurança alimentar.

TABELA 4
Importância do autoconsumo (%) no valor da produção total (VPT) nos estabelecimentos em que o mesmo foi identificado, segundo estratos de área

Estratos de área (ha)	Nº de estab.	% Estab.	Valor da produção total (VPT) (R\$)	Valor do Autocon. (VA) (R\$)	VA/VPT (%)
Maior 0 a menos de 5	1.365.980	36,29	11.434.902.834,61	2.130.814.427,00	18,63
de 5 a menos de 10	448.588	11,92	9.309.299.497,16	1.170.313.350,24	12,57
de 10 a menos de 20	538.334	14,30	14.161.420.025,87	1.664.413.073,89	11,75
de 20 a menos de 50	614.807	16,34	22.137.155.680,18	2.495.935.615,08	11,27
de 50 a menos de 100	275.580	7,32	14.033.284.671,76	1.430.848.314,16	10,20
de 100 a menos de 200	151.360	4,02	13.399.937.130,61	949.153.597,36	7,08
de 200 a menos de 500	100.864	2,68	18.886.547.289,72	896.738.663,67	4,75
mais de 500	66.269	1,76	59.584.359.814,02	1.770.018.653,00	2,97
produtor sem área	201.773	5,36	1.039.387.485,42	257.913.933,12	24,81
Total	3.763.555	100,00	163.986.294.429,35	12.766.149.627,52	7,78

Fonte: Censo Agropecuário 2006 ("tabulação especial" realizada pelo IBGE/MDA).

Elaboração: Projeto IPEA/PGDR 2010/2011.

Este trabalho também abordou a importância do autoconsumo entre os estados brasileiros e o Distrito Federal. Observou-se que a grande maioria dos estabelecimentos rurais apresenta produção para autoconsumo, a exemplo dos estados de Piauí e Ceará onde esta prática se faz presente, respectivamente, em 89,72% e 90,15% dos estabelecimentos rurais – as porcentagens mais elevadas

do país. Chama a atenção os casos do Rio de Janeiro e São Paulo, tendo em vista que ambos apresentaram as menores proporções do país: o autoconsumo está presente em 34,92% e 39,54% dos estabelecimentos rurais respectivamente. As razões para estas diferenças demandam estudos específicos, extrapolando as informações disponíveis neste trabalho.

Os menores valores anuais médios do autoconsumo encontram-se no nordeste brasileiro. Sergipe e Pernambuco, por exemplo, apresentam valores anuais na ordem de R\$ 1.453,37 e R\$ 1.449,32, respectivamente. Os maiores valores médios encontram-se em São Paulo e Santa Catarina, R\$ 9.680,03 e R\$ 7.016,19 sucessivamente. Estes dados reforçam a discussão anterior sobre a relação entre produção para autoconsumo e condição socioeconômica dos estabelecimentos rurais. Com efeito, 53% das pessoas com domicílio rural classificadas como pobres e 70% do total de pessoas extremamente pobres no Brasil situam-se no nordeste (Mattei e Maluf, 2011), região que apresenta os menores valores médios de produção para autoconsumo.

Se, por um lado, o nordeste reúne os menores valores médios de autoconsumo, por outro, é nesta região e no norte que o autoconsumo assume maior importância no conjunto da produção agropecuária. No Acre e no Piauí, o autoconsumo responde por 32,43% e 30,66%, respectivamente, do valor da produção total, os valores mais elevados do país. Visualiza-se, portanto, a relevância do autoconsumo na reprodução social dos estabelecimentos rurais em situação de maior vulnerabilidade social. Onde esta prática assume maior relevo é justamente onde ela tem mais dificuldades de ser estimulada e expandida. Por sua vez, a região centro-oeste concentra os valores mais baixos do país. No Distrito Federal e no Mato Grosso, o autoconsumo responde, respectivamente, por 2,30% e 2,77% do valor da produção total. Deve-se considerar que o centro-oeste apresenta os maiores valores de produção total por estabelecimento do Brasil, o que dilui a importância relativa do autoconsumo. Contudo, conforme já aludido, estudos específicos poderão esclarecer melhor as razões destas diferenças.

Considerações finais

Os dados apresentados demonstram que a produção para autoconsumo não é um estorvo ou um traço tradicional a ser removido dos estabelecimentos agropecuários do Brasil. Trata-se de uma tradição recontextualizada que pode garantir a segurança alimentar, promover o acesso a produtos alimentares saudáveis e frescos, e contribuir na estabilidade econômica das unidades

produtivas, sejam elas pequenas unidades produtivas e mais vulneráveis, com poucas chances de aumentar suas escalas, sejam aquelas que participam ativamente e em grandes proporções do mercado, mas não abandonaram a “produção pro gasto” que lhes dá autonomia, qualidade alimentar e identidade social ao alcance da mão. Trata-se, portanto, de uma prática que deve ser considerada e incluída nas políticas de desenvolvimento rural e nas políticas de enfrentamento da pobreza rural que ganham proeminência no período recente. Deve-se considerar os elementos que condicionam e interferem no desempenho desta prática, e estimular a produção para o autoconsumo conjuntamente com o espectro mais amplo de estratégias de reprodução social das famílias rurais brasileiras.

Mais que discutir a relevância econômica da produção para autoconsumo, este capítulo elencou alguns aspectos metodológicos fundamentais para o estudo e mensuração desta prática. Inserido em um esforço maior de apresentar subsídios metodológicos para os estudos sobre o desenvolvimento rural, este capítulo discutiu elementos relacionados à definição de autoconsumo, métodos de coleta dos dados e monetarização desta estratégia de reprodução social. Almeja-se que este trabalho contribua e estimule a realização de novos estudos e pesquisas sobre o autoconsumo e possibilite um aprofundamento metodológico sobre a análise do mesmo.

Referências

- ANJOS, F. S. *et al.* Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância do autoconsumo na agricultura familiar gaúcha. 42º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. *Anais...* Cuiabá: SOBER, 2004.
- BARBOSA, D. B. A. *Avaliação da renda de autoconsumo como fator de subestimação da renda domiciliar*: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária. Brasília: UnB, 2003.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9.ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2001.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.
- CHIMELLO, R. Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar. *Unoesc & Ciência*, v. 1, n. 2, p. 163-174, 2010.
- DOMBEK, L. A. *Autoconsumo e segurança alimentar em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas: UNICAMP, 2006.

- DUVAL, H. C. *Da terra ao prato: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Araras: UFSCAR, 2009.
- GADELHA, E.; MALUF, R. S. A contribuição da produção para autoconsumo no acesso aos alimentos. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n. 39, p. 40-43, jun. 2008.
- GARCIA FILHO, D. P. *Guia metodológico: diagnóstico de sistemas agrários*. Brasília: INCRA/FAO, 1999.
- GARCIA JUNIOR, A. R. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UnB/MCT-CNPQ, 1989.
- _____. Geração de rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989): comentários sobre o estudo da FAO. In: ROMEIRO, A. *et al. Reforma agrária: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes; IBASE/FAO, 1994, p. 87-98.
- GAZOLLA, M. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (orgs.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981
- GRISA, C. *A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar: um estudo comparativo no Rio Grande do Sul. *Teoria & Pesquisa*, v. 17, n. 2, p. 47-74, 2008.
- GUEVARA, L. E. T. Autoconsumo y reciprocidad entre los campesinos andinos: caso Fômeque. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, Colômbia, n. 48, p. 79-98, 2002.
- HEREDIA, B. M. A. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEITE, S. P. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia brasileña. In: BELIK, W. *Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina*. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 123-181.
- LOVISOLO, H. R. *Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.
- MALUF, R. S. (Coord.). *Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras*. Relatório final de pesquisa. Rio de Janeiro, 2003.
- MATTEI, L.; MALUF, R. Pobreza rural: concepções, determinantes e agenda de políticas públicas para seu enfrentamento. *Fórum DRS: Boletim Eletrônico*, ano 5, edição 72, jan. 2011.

- MENASCHE, R. *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- NORDER, L. A. C. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. *Cadernos de Debate*, São Paulo, v. 6, p. 40-58, 1998.
- _____. *Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil*. Tese (Doutorado). Wageningen: Universidade de Wageningen, 2004.
- PICCIN, M. B. Assentamentos rurais e geração de renda: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados. *Economia e Sociedade*, v. 21, n. 1 (44), p. 115-141, abr. 2012.
- SANTOS, I. P.; FERRANTE, V. L. S. B. *Da terra nua ao prato cheio: produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo*. Araraquara: Fundação ITESP/UNIARA, 2003.
- TEIXEIRA, I. B. C.; SILVA, A. G. A realidade do padrão alimentar de famílias rurais no nordeste. In: SILVA, A. G. *Financiamento rural: dos objetivos às escolhas efetivas*. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 73-118.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Programa de Pós-Graduação em Agronomia. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul – AFDLP*. Projeto de Pesquisa. Porto Alegre/Pelotas, 2003.
- WAGNER, S. A.; MARQUES, F. C.; MENASCHE, R. Agricultura familiar à mesa. In: MENASCHE, R. (Org.). *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 58-100.
- WOLF, E. *Sociedades camponesas*. 2. ed. Rio de Janeiro: [s/n], 1976.
- WOORTMANN, K. Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final. *Série Antropologia*, Brasília, n. 20, 1978.
- ZANETTI, C.; MENASCHE, R. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASCHE, R. (Org.). *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 130-141.

Análise escalar: apreendendo práticas e processos rurais de desenvolvimento

Anelise Graciele Rambo

Introdução

Neste trabalho objetiva-se demonstrar como a análise escalar é capaz de auxiliar na identificação e compreensão de práticas e processos rurais de desenvolvimento que ocorrem em múltiplas escalas. No estudo aqui apresentado, a abordagem escalar é compreendida enquanto uma proposição metodológica, a subsidiar a análise de dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural, em experiências de produção de etanol pela agricultura familiar.

As escalas podem ser compreendidas enquanto face geográfica das práticas e processos rurais. Esta face geográfica pode apontar os atores e as tramas que permeiam e dão dinamicidade ao que vem sendo denominando nova ruralidade, ou seja, um rural, caracterizado por uma grande diversidade de ocupações, serviços e atividades, por novas funções não exclusivamente produtivas, bem como por sua revalorização (Kageyama, 2008). Consequentemente é possível melhor compreender como ocorrem as dinâmicas e processos de desenvolvimento rural, o que pode gerar subsídios para os atores locais, para *policymakers*, bem como para pesquisas acadêmicas.

Ademais, a análise escalar assume relevância, uma vez que o território vem sendo entendido como um regulador autômato de relações, como dotado da propriedade de sintetizar e encarnar projetos sociais e políticos. Personifica-se o território, ao preconizar que o mesmo tem poder de decisão, desde que dotado do adequado grau de densidade institucional e comunitária. À ação pública caberia apenas animá-lo e sensibilizá-lo, construindo confiança e consensos duradouros. Tais consensos surgem como pressupostos e não como propósito a ser construído (Brandão, 2004). Identificar como se dão as dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural, por meio da identificação dos atores, quais os recursos mobilizados, como são constituídas as tramas que permeiam e dão dinamicidade a tais práticas territoriais, evitando a personificação do território, são questões que a análise escalar permite abordar.

Para atingir o objetivo ao qual se propõe, este capítulo está estruturado em cinco seções. Seguindo esta introdução, serão apresentados elementos da abordagem escalar pertinentes aos estudos rurais para, na sequência, tratar de questões relacionados às análises das dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural. Na terceira parte serão expostas as experiências pesquisadas, suas trajetórias, atores e escalas, bem como os resultados alcançados. Estes resultados foram obtidos por meio de entrevistas a agricultores familiares e atores representantes de organizações e instituições que participam das experiências. Na quarta seção buscar-se-á, com base na abordagem multiescalar, analisar a dinâmica territorial de produção de etanol pela agricultura familiar. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas.

A análise multiescalar para a compreensão de práticas e processos rurais de desenvolvimento

Para abordar a questão da escala, importa ressaltar a diferença entre a cartográfica e a geográfica, esta última foco do presente trabalho. A escala cartográfica se refere a um instrumento da geografia e representa o espaço como forma geométrica, sendo um instrumento que auxilia as necessidades empíricas da escala geográfica. Esta, por sua vez, trata de representar as relações que as sociedades mantêm com essas formas geométricas (Racine, Raffestin e Ruffy, 1983). A questão da escala geográfica vem ganhando espaço desde os anos 1980 e 1990, quando a ideia de escala fixa, rígida, perde força para uma concepção mais relacional e discursiva.

Sendo assim, Brenner (2001) afirma que a escala geográfica é uma dimensão dos processos socioespaciais. O autor tece uma série de pontos a serem

considerados na investigação das dinâmicas escalares, as quais são constituídas e continuamente retrabalhadas através de estruturas básicas coletivas de ação social, continuamente reproduzidas, modificadas e transformadas coletivamente, por hábitos diários, rotinas, práticas, negociações, experimentos, conflitos e lutas (Brenner, 2001).

Existem, de acordo com Brenner (2001), múltiplas formas e padrões de estruturação escalar, sem contar que as escalas envolvem relações dentro de hierarquias aninhadas e redes interescares dispersas. O significado, função, história e dinâmica de qualquer escala geográfica só pode ser entendida, relacionamente, nas suas ligações para cima, para baixo e lateralmente a outras escalas geográficas.

A escala, portanto, não pode ser adequadamente interpretada enquanto um sistema de *containers* territoriais definida por um tamanho geográfico absoluto, ou por uma malha, nas palavras de Raffestin (1993). Cada escala geográfica é constituída através de sua posição na evolução histórica dentro de uma estrutura relacional mais ampla de processos socioespaciais, relações e interdependências “esparças” verticalmente e “dispersas” horizontalmente. Nesse sentido, Brenner (2001) enfatiza que as hierarquias escalares constituem mosaicos e não pirâmides: mosaicos sobrepostos de formas desiguais e com geometrias escalares densamente interligadas.

Os processos de estruturação escalar geram ainda efeitos causais contextualmente específicos. Se a estruturação escalar de determinado processo social gera ou não resultados empíricos sociológica ou politicamente significativos, é uma questão empírica que só pode ser compreendida por meio de pesquisas de contextos específicos. Estes processos podem ser cristalizados em escalas fixas, na medida em que interagem com outros processos para a produção de estruturas de organização hierarquicamente aninhadas. Neste contexto, as instituições do Estado têm desempenhado um papel significativo na demarcação, reprodução, modificação, destruição e criação das principais hierarquias escalares (Brenner, 2001).

Brenner (2001) ressalta que os processos de estruturação escalar constituem geografias e coreografias de poder social. Reportando-se a Swyngedouw (1997, p. 141) conclui que “[...] a contínua reorganização e reestruturação das escalas espaciais é uma parte integrante das estratégias sociais e das lutas pelo controle e empoderamento”.

Fischer (2002), ao focar sua discussão na questão dos poderes locais e nas diferentes escalas do desenvolvimento, enfatiza que estes poderes remetem a relações de força por meio das quais se processam alianças e conflitos entre os atores, bem como a formação de identidades e práticas de gestão. Múltiplas

escalas estão presentes em projetos de pequeno porte, onde os atores sociais se envolvem em relações com diversos níveis de governo, comunidades, agentes financeiros locais, nacionais e internacionais (Fischer, 2002).

Purcell e Brown (2005), e Born e Purcell (2006) tratam de uma importante questão ao mencionarem que é preciso ter cautela ao preconizar soluções locais,¹ e chamam atenção sobre a armadilha local. Ressaltam que não há uma escala adequada, ideal ao desenvolvimento, nem local, nem regional, nacional ou mesmo global. O alcance dos objetivos a que os processos de desenvolvimento se propõem estão relacionados ao poder dos atores sobre o território, e isto se dá em diferentes escalas.

Ainda na década de 1990, Cox (1998) traz importantes elementos para as análises escalares. Apontou que a escala é um conceito central no discurso político e acrescentou dois pontos importantes aos debates: o primeiro ressalta a distinção entre os espaços de dependência e os espaços de engajamento.² O segundo destaca a pertinência de não entender as escalas como unidades de área, mas como redes de interação, o que leva o autor a tratar do *jumping scales*, ou salto de escalas.

Para Jones (1998) a distinção entre os espaços de dependência e de engajamento é importante porque aponta para a variedade de formas escalares que podem ser construídas. Sublinha que, como uma representação, a escala pode estar implicada na promoção de relações particulares de poder e de espaço em vantagem de alguns grupos sociais, mas em desvantagem de outros. Por sua vez, Judd (1998) lembra que as relações de poder oriundas do Estado podem limitar a flexibilidade de resistência tal como considerado por Cox (1998). O autor defende a ideia de que o Estado, ao construir escalas ou mesmo ao falhar em efetivá-las, tem o poder de limitar os atores políticos a concretizar suas próprias escalas de engajamento.

Morrill (1999), em seus estudos, trata de como diferentes escalas jurisdicionais são aproveitadas por interesses e propósitos próprios. Martin (1999), a partir do artigo de Morrill (1999), defende a visão de que as relações escalares devem considerar mais atentamente os múltiplos interesses e identidades sociais, ou os múltiplos atores em cada escala relacionada à cadeia de tomada de

¹ Mior (2006) complementa ressaltando o perigo da idealização do local como um portador isolado das qualidades necessárias para o desenvolvimento rural. Para evitar tal problema, sugere a noção de redes de desenvolvimento rural, que conectariam elementos locais e não locais necessários ao desenvolvimento.

² Os espaços de dependência remetem a arenas localizadas dentro das quais os indivíduos estão enraizados por seus interesses sociais, comerciais ou de emprego. Espaços de engajamento seriam os conjuntos de relações que se estendem em espaços de dependência, mas também para além deles, para construir redes de associação e troca (Howitt, 2000).

decisão, não se restringindo apenas aos níveis de governo. O foco das análises, para Martin (1999), deve voltar-se para além de uma análise da autoridade do governo de diferentes jurisdições, que são escalas mais fixas. A análise escalar deve abarcar um exame de lutas e negociações entre todos os atores sociais envolvidos no processo de tomada de decisão.

De forma sintética, Born e Purcell (2006) destacam que há três aspectos inerentes à análise escalar, quais sejam: (a) a escala é uma construção social, portanto, uma estratégia; (b) é simultaneamente fluida e fixa e, por fim, (c) é relacional. A figura que segue propõe um esquema didático para a identificação e posterior análise escalar.

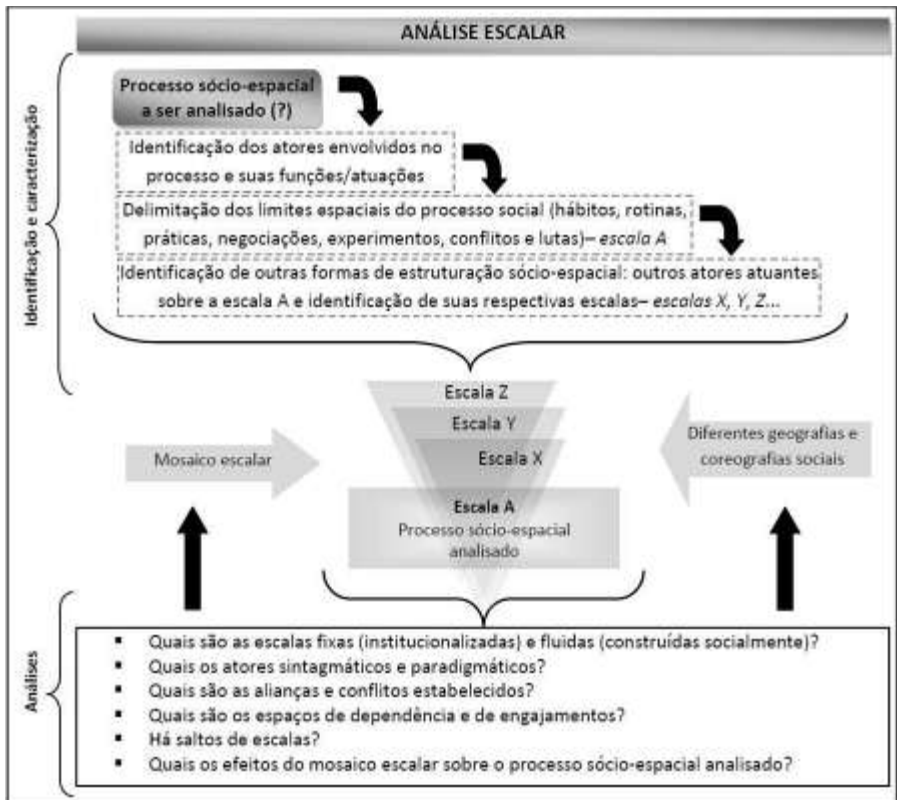


Figura 1 – Esquema para realização de análises escalares de processos socioespaciais
Fonte: Elaboração própria.

A Figura 1 busca sintetizar as principais ideias apresentadas nesta seção, sugerindo passos para a realização da análise escalar. Esta é dividida em duas

partes: uma voltada à identificação e caracterização e a segunda à análise propriamente dita. Parte-se, portanto, da identificação do processo socioespacial que se pretende verificar, seus atores e sua delimitação espacial, passando pela identificação das escalas e atores com os quais há interações. Na sequência, importa analisar a atuação dos atores sintagmáticos e paradigmáticos, alianças, conflitos, escalas de engajamento ou dependência, saltos de escalas, o que aponta as geografias e coreografias sociais e, por consequência, é possível verificar o mosaico escalar decorrente do processo analisado.

A análise multiescalar de dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural

Neste trabalho, a análise escalar é aplicada ao estudo de práticas de desenvolvimento rural a partir da perspectiva territorial. Neste sentido, o território é concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, como produto dos atores sociais (Estado, organizações, indivíduos) (Raffestin, 1993). São esses atores que, com diferentes níveis de poder, produzem o território. Para Raffestin (1993) quando se apropria de um espaço, o ator sintagmático – aquele que realiza um programa – o territorializa concreta ou abstratamente, o que se dá em diferentes escalas. Entretanto, fazem parte das dinâmicas territoriais também os atores paradigmáticos, que são uma pluralidade de indivíduos que têm em comum o fato de estarem fixados numa porção da terra, mas não participam ativamente dos processos territoriais. Sendo assim, o processo socioespacial a ser analisado remete ao exercício do poder. Portanto, estar-se-á tratando de *escalas geográficas de poder e gestão*.

Por sua vez, o desenvolvimento territorial é compreendido enquanto exercício de poder de múltiplos atores sobre o espaço que resulte em práticas, processos, estratégias, projetos e políticas com vistas a atendimento das demandas, necessidades e interesses dos atores sintagmáticos, dando origem a novos usos políticos e econômicos (Becker, 1983) do território. Boisier et al. (1995) destacam que o objetivo do desenvolvimento territorial é triplo: (a) o aperfeiçoamento do território, entendido como um sistema físico e social complexo, dinâmico e articulado; (b) o aperfeiçoamento da sociedade ou comunidade; e (c) o aperfeiçoamento de cada pessoa que habita o território (Boisier et al., 1995).

Ademais, os novos usos do território remetem às inovações. Para Méndez (2002) todas as comunidades territoriais dispõem de recursos (econômicos, humanos, ambientais, institucionais, culturais, etc.) os quais constituem seu real potencial de desenvolvimento, devendo-se encontrar atores e estratégias capazes de atribuir valor a tais recursos.

Amin e Cohendet (2004) tratam da arquitetura do conhecimento (*architectures of knowledge*) formada por um conhecimento especializado/codificado (*knowledge*) e por um saber resultante da prática e da interação em determinados contextos sociais (*knowing*). A comunidade seria o lócus onde os processos de geração, acumulação e distribuição do conhecimento acontecem. Os novos usos do território decorrem, portanto, deste conhecimento tácito proveniente de estratégias de socialização, mobilizando nós, malhas e redes, territorializando-se sob forma de estratégias que atendam a demandas dos atores territoriais.

Este conhecimento, segundo Ploeg et al. (2004) contribui para os processos de desenvolvimento rural, na medida em que produz novidades (*novelties*), ou seja, um rompimento de rotinas, resultante do trabalho associado ao conhecimento local dos agricultores. O desvio das rotinas refere-se a um novo modo de fazer algo, mediante a trajetória linear da modernização da agricultura. A inovação territorial, que remete aos novos usos do território, ou às novidades como trata Ploeg et al. (2004), consiste, portanto, na capacidade de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos problemas existentes (Méndez, 2002).

A análise multiescalar de experiências de produção de etanol pela agricultura familiar

O noroeste do Rio Grande do Sul é uma região reconhecida enquanto produtora de soja. No entanto, os agricultores familiares têm tradição no cultivo da cana de açúcar, em grande parte destinada ao autoconsumo ou a comercialização de produtos como melado, açúcar mascavo, cachaça por meio de pequenas agroindústrias.

Para compreender a trajetória das microdestilarias importa ressaltar que a produção de etanol no noroeste gaúcho tem sua gênese na organização social, consequência dos problemas gerados pela Revolução Verde. É esta organização que dá origem a Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais Fronteiriços (ASTRF), um ator importante na mobilização pela constituição da Cooperativa dos Produtores de Cana de Porto Xavier (Coopercana), outro marco da organização regional.

A trajetória da Coopercana inicia em 1984, quando é constituída a Alpox S/A (Usina de Álcool de Porto Xavier), a qual se valeu dos incentivos do Proálcool. Divergências entre sócios majoritários (empresários) e minoritários (agricultores familiares) levou à constituição da Coopercana, formada por agricultores familiares e funcionários da Alpox.

Para que fosse possível a criação da Coopercana, foi fundamental a atuação das igrejas (católica e evangélica), do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), da ASTRF e da Cooperativa de Pequenos Agricultores de Porto Xavier (Coopax), para motivar e organizar agricultores e funcionários em prol da criação da Cooperativa.

A Coopercana, que hoje possui cerca de 300 associados que cultivam cana em propriedades de 5 a 20 ha, é a única usina de etanol do estado. Ambas, ASTRF e Coopercana são marcos da organização local/regional e, junto a outros atores, são parceiras das microdestilarias.

A microdestilaria do município de Dezesseis de Novembro/RS

A trajetória acima descrita leva um grupo de agricultores do município de Dezesseis de Novembro a se organizar em torno da produção de etanol, motivados pelo trabalho de um de seus integrantes na ASTRF, a qual desenvolvia ações junto a Coopercana. A partir da atuação da ASTRF e entidades parceiras, surgem discussões em outros municípios acerca da produção do agrocombustível em pequenas unidades de processamento. Na região, há 11 projetos, dos quais 5 estão instalados, e 3 produzem etanol.

Este conjunto de projetos deu origem ao *Fórum de Energias Renováveis Missões e Fronteira Noroeste*, o qual reúne além das microdestilarias, a ASTRF e a Arede, o Poder Público Municipal e STRs dos municípios interessados, Coopercana, Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Fronteira Noroeste Ltda. (Cooperluz), a Cooperativa Central da Agricultura Familiar Ltda. (Unicooper), ONG Políticas Públicas - Outro Mundo é Possível (PPOMP). O Fórum apoia a elaboração dos projetos técnicos das microdestilarias, além de discutir a implementação de modelos e políticas energéticas apropriadas à região.

Outra organização parceira é a Unicooper, formada por cooperativas da agricultura familiar, que incentiva a produção, processamento e comercialização de produtos alternativos à soja. Neste sentido, a Unicooper apoia a produção de etanol, sendo que alguns projetos estão diretamente ligados a estas cooperativas.

No caso de Dezesseis de Novembro, são cinco famílias que reuniram em torno da produção de etanol. Esta é inaugurada em 2007 e passa a produzir em 2008, alcançando uma produção de 30.000 litros de etanol. A demanda pelo combustível tem sido maior que a produção.

Para a implementação desta microdestilaria havia, pelo menos, três problemas. O primeiro referia-se à produção de equipamentos de pequeno porte

para a agricultura familiar. O segundo dizia respeito aos recursos necessários para a instalação da estrutura de produção. O terceiro relaciona-se à comercialização do etanol, que não pode se dar de forma direta com o consumidor, mas sim a uma empresa distribuidora. Este último ainda demanda uma solução.

O primeiro problema começou a ser solucionado quando, em 2003, a ASTRF realizou um seminário que propôs discutir a ampliação da produção de cana no município de Porto Xavier e região. Neste evento os agricultores tomaram contato com uma empresa familiar do município de Jaguari/RS, a qual se dispôs a criar os equipamentos e se mantém parceira da microdestilaria.

A solução da falta de recursos financeiros passou pela elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do território rural das Missões, no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat). A partir deste programa, os atores locais financiaram a maior parte do projeto. O restante dos recursos foi obtido por meio do Pronaf Agroindústria, acessado por intermédio da Cresol Porto Xavier, cooperativa de crédito a qual os agricultores se associaram.

Além da troca de conhecimentos sobre os equipamentos entre os agricultores e a empresa de Jaguari/RS, os saberes relacionados ao processo de produção do etanol, bem como do cultivo da cana, se dão principalmente entre os agricultores e a Coopercana.

A Associação Agrícola São Carlos (Aasca) – Porto Xavier/RS

A iniciativa para a constituição da Aasca está atrelada à Coopercana. Lideranças desta cooperativa, que também atuavam na Coopax e no STR, iniciaram as discussões em prol da constituição de uma nova associação, devido à escassez de oportunidades para os jovens do campo, em especial, para os filhos de associados da Coopercana.

Os interessados dão início à construção da infraestrutura, em 2007, acessando recursos do Pronaf Agroindústria também via Cresol – Porto Xavier. A agroindústria inicia a produção dos derivados de cana, produção esta orgânica e sem utilização de fogo nos canaviais.

No intuito de ampliar as alternativas de renda e diversificação da produção, a Aasca começa a produzir panifícios e picles, incentivada pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Para agregar mais um produto aos já existentes, a Associação acessa recursos do Pronat e instala uma torre de destilação de etanol, a qual necessita de adequações para iniciar a produção.

Além da torre, adquirida de uma metalúrgica familiar do município de Santa Rosa/RS, houve a aquisição de outros equipamentos para fomentar a produção de panifícios, geleias e cachaça. Esta última reúne alambiqueiros de todo município. Em 2009, através do Pronaf Mais Alimentos, é adquirido um microtrator, destinado ao manejo da horta para o fomento da produção de picles. Porém, este trator interessa aos associados, sobretudo pela intenção de adaptá-lo ao corte da cana, uma vez que há dificuldades na obtenção de mão de obra. Em 2010, foi inaugurado um quiosque, projeto liderado pela Coopax junto a Aasca, cujo objetivo é criar mais um ponto de venda para os produtos oriundos da agricultura familiar do município.

Usando a análise multiescalar para compreender a dinâmica territorial de desenvolvimento rural proveniente das microdestilarias

Considerando que a escala geográfica representa as relações que as sociedades mantêm com o espaço, e sendo que neste trabalho se analisam práticas territoriais de desenvolvimento rural, importa verificar as relações de poder e gestão bem como as configurações espaciais resultantes deste exercício de poder. Para tal, buscou-se levantar quais atores estão envolvidos na estruturação das microdestilarias e como estes configuram redes ou tramas sobre o espaço, com vistas ao desenvolvimento das experiências.

A figura abaixo – mosaico escalar – representa os múltiplos atores (sin-tagmáticos e paradigmáticos) e escalas presentes nas microdestilarias. Estas mobilizam em torno de si quatro escalas, identificadas a partir da observação dos atores que, de alguma forma, contribuíram com a estruturação das experiências. Assim, observou-se três escalas fixas, constituídas político-institucionalmente e outra construída socialmente, formando uma rede capaz de pressionar ou acessar demais escalas de modo a atender suas demandas, necessidades e interesses.

Tal como apresentado na Figura 1, identificado o processo socioespacial – produção de etanol pela agricultura familiar – o passo seguinte remete a apontar a escala representativa deste processo. No caso analisado, identificou-se uma escala local, representada pela abrangência das microdestilarias, considerando a localização das propriedades dos agricultores associados. Esta escala local estabelece relações com outras institucionalizadas – ou fixas: a municipal, correspondente aos municípios onde se localizam as experiências, uma vez que houve participação do poder público municipal na sua implemen-

tação; a regional, que se refere ao território rural das Missões, recorte criado no âmbito do Pronat no qual se inserem os municípios das microdestilarias; e a nacional, escala a qual coube o financiamento das experiências por meio da referida política pública.

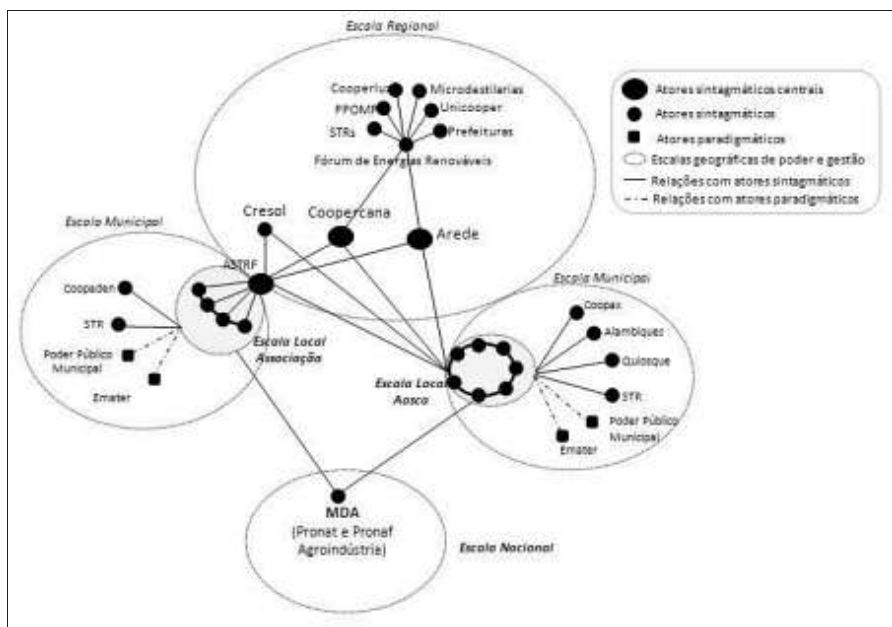


Figura 2 – Mosaico escalar resultante das microdestilarias
Fonte: Elaboração própria.

As trajetórias das microdestilarias evidenciam a interação escalar por meio das redes de atores que se estabelecem entre as organizações para a constituição destas experiências. Inicialmente pode-se destacar a Coopercana, pois foi a partir desta organização que se iniciaram as discussões para a formação de novas associações produtoras de etanol. Num segundo momento, a Cresol foi importante para viabilizar a aquisição dos equipamentos. Outros atores a destacar são as cooperativas da agricultura familiar (Coopax e Coopaden), além da Arede que mobiliza os projetos regionalmente. Esta cooperação entre as organizações já é histórica no recorte analisado, sendo, as mais recentes, resultado de mobilizações anteriores, constituídas para atender a demandas principalmente da agricultura familiar.

Entretanto, não são apenas os atores locais que possibilitam a produção de etanol pela agricultura familiar. O envolvimento de atores das demais escalas – fixas – também foi imprescindível ao processo, uma vez que viabilizou a instalação das microdestilarias, por meio de políticas públicas da escala federal, além de atores que disseminaram os projetos na escala regional.

Importa ressaltar que a participação do poder público municipal mostrou-se menos expressiva. Quando se estabelecem relações entre poder público municipal e as experiências, estas se limitam às contrapartidas exigidas pelo governo federal quando da aplicação dos recursos das políticas públicas. Os entrevistados, em geral, relatam que questões e ideologias políticas dificultam maior cooperação entre os atores. Estas questões correspondem à primeira parte (análise e caracterização) da Figura 1.

Aprofundando as questões analíticas que remetem à segunda parte da Figura 1 (análises), Hadjimichalis e Hudson (2008) parecem contribuir. Mencionam que as relações e hierarquias de poder existem muito antes do aparecimento das redes de relações econômicas e de governança. Judd (1998) destaca que o Estado, ao construir escalas ou mesmo falhar nesta construção, tem o poder de limitar os atores a edificarem suas próprias escalas de engajamento.

Ao analisar o caso das microdestilarias, pode-se dizer que as assimetrias entre o poder público municipal e as experiências levam os atores da sociedade civil a organizar uma nova escala intramunicipal, ora denominada escala local. Isso não quer dizer que esta seja independente da municipal, mas torna-se um espaço distinto, de engajamento (Cox, 1998; Jones, 1998), deixando de ser simplesmente um espaço de dependência em relação à escala municipal. Ademais, a escala local torna-se um espaço de engajamento na medida em que o Estado cria novas escalas, neste caso, os territórios rurais.

Embora Raffestin (1993) afirme que o Estado é por natureza um ator sintagmático, frente às assimetrias observadas no caso das duas microdestilarias, o Estado em sua escala municipal aproxima-se mais de um ator paradigmático. Além do poder público municipal se limitar às exigências do Pronat, houve relatos de que, por vezes, em função de interesses divergentes, recursos financeiros eram devolvidos aos programas. Como aponta Fischer (2002), nas diferentes escalas do desenvolvimento, os poderes remetem a relações de força por meio dos quais, se processam alianças e conflitos entre os atores. Este cenário local/regional evidencia que as análises escalares devem considerar mais atentamente os interesses e identidades sociais, ligadas às tomadas de decisão, não se restringindo aos níveis de governo, nem somente às sinergias de poder (Martin, 1999).

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS) também mostra-se como um ator sintagmático. Nos dois municípios sua participação também é menos significativa, ora pela falta de recursos humanos para atender as demandas de extensão rural, ora por não haver técnicos especializados na cadeia da cana de açúcar.

Ademais, a trajetória das microdestilarias passa pela formação de redes de interação, com característica de *jumping scales* tal como aborda Cox (1998). Na medida em que há a formação de uma escala local distinta da municipal, que interage com a escala regional (território rural das Missões), observa-se uma estratégia política de construção de um espaço de engajamento, que salta a escala municipal e estadual, embora não escape ao Estado em ambas. Pelo contrário, está significativamente vinculada ao Estado, uma vez que os atores envolvidos apontam as políticas públicas como imprescindíveis ao desenvolvimento das experiências. Nesse sentido, a escala local (das microdestilarias) faz uso de escalas jurisdicionais para atender a interesses e propósitos próprios (Morrill, 1999).

A colocação de Jones (1998) também encontra correspondência nas experiências. O autor afirma que saltar escalas envolve uma política de representação, com grupos locais reformulando discursos e os transformando em lutas políticas, por meio da promoção de relações de poder em benefício de alguns grupos sociais. Em torno dos projetos das microdestilarias observa-se a formação de grupos que vêm construindo consensos sobre a diversificação da produção e das fontes de renda, além da geração de agrocombustíveis integrada à produção de alimentos. Estes consensos mostram-se enquanto uma luta política, na medida em que os atores que se identificam com tal ideia, organizam-se localmente, acessam recursos federais e, desta forma, constituem escalas de engajamento.

Para Fischer (2002), múltiplas escalas estão presentes em projetos de pequeno porte, onde os atores sociais se envolvem em relações com diversos níveis de governo, comunidades, agentes financeiros. Se as microdestilarias, em parte, saltam as escalas municipal e estadual, não o fazem com a nacional, uma vez que dependem desta, principalmente para viabilizar financeiramente seus projetos. No caso da Associação de Dezesseis de Novembro, houve apenas acesso ao Pronat e Pronaf Agroindústria para a instalação da microdestilaria. No caso da Aasca, observa-se o acesso a um número maior de políticas públicas, uma vez que a Associação não se restringe à produção de etanol, não sendo sua principal atividade. Nesse sentido, foram acessados, além do Pronaf Agroindústria e do Pronat, o PAA, Pronaf Mais Alimentos e Pnae.

É esta interação escalar que permite aos atores locais/regionais impregnarem novos usos políticos e econômicos sobre o território. Enquanto usos

econômicos é possível destacar a produção de etanol, por parte da associação de Dezesseis de Novembro, a produção dos demais derivados de cana e dos panifícios por parte da Aasca, além da implementação do Quiosque. Estas são novas fontes de renda para as famílias envolvidas, sobretudo quando se considera o cenário histórico da agricultura na região, pautada no monocultivo da soja.

Enquanto novos usos políticos pode-se citar a constituição do Fórum de Energias Renováveis, um ator regional que aglutina os projetos das microdestilarias. As próprias associações de agricultores familiares que se formaram para a implantação das microdestilarias representam novos usos políticos, fomentadas pelo Pronat. Ou seja, os atores das escalas locais fazem uso de escalas jurisdicionais – territórios rurais – para atender seus propósitos (Morrill, 1999).

As dinâmicas escalares – sua estruturação e reorganização – tornam possível novos usos do território. Quando estes usos se pautam nas especificidades locais, remetem a inovações territoriais. Como já apontado, para Méndez (2002), todas as comunidades territoriais dispõem de um conjunto de recursos que constituem seu potencial de desenvolvimento. É possível afirmar que as experiências analisadas valeram-se do capital social existente na região (Bandeira, 2003) uma vez que estão pautadas em dispositivos coletivos (cooperativas, associações, fóruns).

As microdestilarias também podem ser consideradas respostas criativas (Méndez, 2002) a problemas vivenciados pela agricultura familiar, em especial os decorrentes da monocultura da soja nas pequenas propriedades. Estas experiências são criadas no intuito de serem mais uma alternativa de agregação de renda.

Os casos em questão também são carregados de *knowing* (Amin e Cohendet, 2004), ou seja, de saber resultante da prática e da interação de determinados contextos sociais. Isso se expressa pela produção de etanol pela agricultura familiar e a produção de equipamentos de pequeno porte, adaptados tanto à produção de combustível quanto aos demais derivados de cana (melado, melaço, açúcar mascavo, cachaça).

Para Amin e Cohendet (2004) a comunidade é um lócus onde os processos de geração, acumulação e distribuição do conhecimento acontecem. No caso das microdestilarias, uma dinâmica territorial se forma em torno da geração destes conhecimentos. Grupos formais e informais surgem (as associações, o Fórum), trocas voluntárias ocorrem (entre Coopercana, Arede, Cresol...), seja para estruturar as associações, seja para buscar máquinas, equipamentos, técnicas e tecnologias para a produção de etanol pela agricultura familiar.

É possível evidenciar a geração de novidades como aponta Ploeg et al. (2004). Há uma modificação, um rompimento de uma rotina existente, qual seja, a produção de soja em pequenas propriedades e de forma individual pelos

agricultores familiares. As novidades que surgem estão associadas aos conhecimentos locais. As agroindústrias são pautadas em atividades já realizadas pelos agricultores, no entanto, destinadas em geral ao autoconsumo. Faziam parte do dia a dia das famílias, porém, a partir de desvios nas rotinas, estabeleceu-se um novo modo de realizar estas atividades, destinando-as ao mercado, tornando-se novas fontes de renda para as famílias.

Por fim, tentando dar conta da última questão apontada na Figura 1, é possível considerar que as experiências têm promovido o aperfeiçoamento do território, na medida em que têm contribuído para a diversificação das atividades produtivas diminuindo a dependência da monocultura da soja, têm incentivado a produção de alimentos, bem como atividades mais sustentáveis pelas iniciativas de produção orgânica. A produção do etanol está integrada às demais atividades das propriedades, além de mostrar-se mais sustentável por substituir combustíveis fósseis. Tem promovido o aperfeiçoamento da sociedade pelos alimentos disponibilizados à comunidade (pelo PAA, Pnae) e pelo fornecimento de um combustível menos poluente. Além disso, têm promovido o aperfeiçoamento das pessoas, pois, segundo os próprios atores envolvidos, a autoestima aumentou, novas fontes de renda foram proporcionadas e os jovens têm sido incentivados a investir nas atividades rurais.

Considerações finais

Buscou-se neste trabalho demonstrar a contribuição da análise escalar para os estudos das dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural, a partir das iniciativas de produção de etanol pela agricultura familiar. Observa-se que a análise escalar é complexa, uma vez que o desenvolvimento rural não se apresenta enquanto uma pirâmide com fluxos unidirecionais, sejam *top down*, seja *botton up*, mas sim enquanto mosaicos de múltiplas formas pautados nos interesses de múltiplos atores. Pode-se considerar as escalas enquanto a face geográfica dos processos de desenvolvimento. Esta face geográfica pode apontar os atores e as tramas territoriais que permeiam, dão dinamicidade ou limitam experiências como as apresentadas. É possível compreender como os atores buscam atender a suas demandas, além de ser possível analisar as potencialidades e debilidades presentes nas trajetórias de desenvolvimento. Isto traz subsídios tanto para os atores territoriais avaliarem suas práticas, quanto para *policymakers* orientarem as políticas de desenvolvimento.

A análise das experiências evidenciou que as dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural mobilizam múltiplos atores e escalas, envolvendo

relações de poder inclusive assimétricas, não ficando restritas às escalas locais ou a escalas mais amplas como a nacional.

Por outro lado, além das análises tendo por foco as escalas geográficas de poder e gestão, parece tornar-se pertinente estudos acerca de dinâmicas escalares formadas a partir da identidade. Compreender o papel da identidade, ou mesmo da cultura, no alcance dos objetivos e interesses de diferentes grupos torna-se importante pela relevância que o tema vem assumindo, inclusive nas políticas públicas, podendo-se citar, por exemplo, os territórios de identidade do Pronat e PTC.

Enfim, a abordagem escalar das dinâmicas territoriais demonstra o quão complexos são os processos de desenvolvimento e, por conta disso, coloca-se enquanto um ferramental importante para compreender tais processos, ferramental este ainda pouco utilizado e explorado, mesmo dentro da ciência geográfica. Necessita-se, portanto, de mais e novos estudos teóricos e empíricos para qualificar esta proposição metodológica.

Referências

- AMIN, A.; COHENDET, P. *Architectures of knowledge: firms, capabilities, and communities*. New York: Oxford, 2004.
- BANDEIRA, P. S. *Desenvolvimento regional, cultura política e capital social*. Relatório de análise dos resultados. 2003. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/forum_democratico/desenv_regional/pesquisa_relatorio.htm>. Acesso em: 10 ago. 2003.
- BECKER, B. K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. K.; COSTA, R. K.; SILVEIRA, C. B. (Org.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.
- BOISIER, S. *et al. Sociedad civil, actores sociales y desarrollo regional*. Santiago do Chile: Ilpes/Cepal, 1995.
- BORN, B.; PURCELL, M. Avoiding the local trap scale and food systems in planning research. *Journal of Planning Education and Research*, v. 26, p. 195-207, 2006.
- BRANDÃO, C. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul./dez. 2004.
- _____. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Unicamp, 2007.
- BRENNER, N. The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration. *Progress in Human Geography*, v. 25, n. 4, p. 591-614, 2001.
- CASTRO, I. E. de. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COX, K. R. *Spaces of globalization: reasserting the power of the local*. New York: The Guilford Press, 1998.

DELANEY, D.; LEITNER, H. The political construction of scale. *Political Geography*, v. 16, n. 2, p. 93-97, 1997.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: _____. (Org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

HADJIMICHALIS, C.; HUDSON, R. Redes, desarrollo regional y control democrático. In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Comp). *Repensando el desarrollo regional: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana*. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2008, p. 375-395.

HOWITT, R. Nests, webs and constructs: contested concepts of scale in political geography. In: AGNEW, J.; MITCHELL, K.; TUATHAIL, G. (Ed.). *A companion to political geography*. Blackwell: Oxford, 2000. Disponível em: <<http://www.es.mq.edu.au/rhowitt/POLGEO.htm>>. Acesso em: 8 jan. 2010.

KAGEYAMA, A. A. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

JONES, K. T. Scale as epistemology. *Political Geography*, v. 17, n. 1, p. 25-28, 1998.

JUDD, D. R. The case of the missing scales: a commentary of Cox. *Political Geography*, v. 17, n. 1, p. 29-34, 1998.

MARTIN, Deborah G. Transcending the fixity of jurisdictional scale. *Political Geography*, v. 18, p. 33-38, 1999.

MÉNDEZ, R. Innovación y desarrollo territorial: algunos debates teóricos recientes. *Eure*, Santiago do Chile, v. 28, n. 84, p. 63-83, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/scielo.php>>. Acesso em: 16 jul. 2004.

MIOR, L. C. Desenvolvimento rural: a contribuição da abordagem das redes sociais e sociotécnicas. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 268-293.

MORRILL, R. Inequalities of power, costs and benefits across geographic scales: the future uses of Hanford reservation. *Political Geography*, v. 18, p.1-23, 1999.

PLOEG, J. D. van der *et al.* On regimes, novelties, niches and co-production. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. *Seeds of transitions: essays on novelty production, niches and regimes on agriculture*. Assen: Van Gorcum, 2004, p. 1-30.

PURCELL, M.; BROWN J. C. Against the local trap: scale and the study of environment and development. *Progress in Development Studies*, v. 5, n. 4, p. 279-297, 2005.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação: contribuições para uma interpretação de mecanismo de escala prática da geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 123-135, jan./mar. 1983.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SCHNEIDER, S. Ciências sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. *Campo e Território*, Uberlândia, v. 4, n. 7, p. 24-62, fev. 2009.

STUIVER, M. *et al.* The power of experience: farmer's knowledge and sustainable innovations in agriculture. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. *Seeds of transitions: essays on novelty production, niches and regimes on agriculture*. Assen: Van Gorcum, 2004, p. 93-118.

SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: 'glocalization' and the politics of scale. In: COX, K. *Spaces of globalization*. New York: Guilford Press, 1997, p. 137-166.

Pobreza rural: instrumental para a abordagem monetária

Ely José de Mattos
Paulo Dabdab Waquil
Marcus Vinícius Alves Finco

Introdução

Estudar pobreza, seja ela urbana ou rural, implica dois esforços diferentes, mas complementares. O primeiro deles é estabelecer um entendimento do fenômeno, ou seja, ter clara a definição de pobreza. O segundo esforço é operacionalizar o conceito através de análise empírica, seja através de análises descritivas ou medidas mais elaboradas. Este texto procura tratar destes dois aspectos, ainda que o foco central seja o da operacionalização. No referencial teórico que segue, discute-se o conceito de pobreza com enfoque especial na abordagem a ser desenvolvida de ponto de vista estatístico, que é a abordagem monetária. Toda a metodologia e estimações dos resultados estão calçadas nesta abordagem. Especial atenção é dada à questão da base de dados, procurando deixar claras as suas particularidades, vantagens e desvantagens. Assim, o texto é desprezioso no sentido de aprofundar análise de resultados específicos.

Trata-se de um trabalho de apresentação e discussão de método e instrumental para o estudo da pobreza, como foco no comparativo entre urbano e rural.

Referencial teórico

O primeiro desafio enfrentado nos estudos sobre pobreza, seja rural ou urbana, é o entendimento do que este fenômeno representa, uma vez que o seu significado está diretamente ligado às próprias medidas. Diferentes abordagens oferecem suporte ao estudo da pobreza, colaborando com a definição deste fenômeno. A abordagem monetária, neste contexto, se destaca como a abordagem mais utilizada em trabalhos que tratam de avaliar pobreza – inclusive pobreza rural.

Conforme ponderam Comim e Bagolin (2002), a justificativa corrente para o foco na variável renda está atrelada a aspectos como o grau de correlação desta variável com outros elementos de privação, inexistência de outras variáveis sociais de forma ampla, dificuldade de ponderação e agregação de diferentes dimensões e, também, a necessidade de medidas comparáveis entre diferentes áreas geográficas. A abordagem monetária, no entanto, não é baseada meramente em uma percepção de que é *proxy* para os demais aspectos da vida das pessoas. Ela tem uma fundamentação teórica clara. Esta abordagem é traduzida, fundamentalmente, através da formulação de linhas de pobreza. Um determinado valor monetário é definido como o mínimo para que uma pessoa não seja considerada pobre. Conforme aponta Ravallion (1998), a determinação desta linha de pobreza está calcada na teoria microeconômica do consumidor. Segundo o autor “... *the poverty line can be interpreted as a point on the consumer's expenditure function, giving the minimum cost to a household of attaining a given level of utility at the prevailing prices for given household characteristics*” (Ravallion, 1998, p. 3).

A assertiva aponta a pobreza, teoricamente, como falta de um determinado nível mínimo de utilidade. A utilidade é um conceito que não é diretamente mensurável, residindo basicamente no campo teórico.¹ Neste aspecto, a definição é absoluta no espaço utilidade, mas é relativa no espaço de consumo, pois depende das características dos domicílios. Para fazer a tradução de um determinado nível de utilidade em valores monetários é necessário lidar com problemas, conforme destaca Ravallion (1998): referência e identificação. O

¹ Sen (1983, 1985 e 2000) apresenta uma análise pormenorizada dos aspectos relacionados ao conceito de utilidade.

problema da *referência* é o de definir um determinado nível de utilidade amplamente aceito, que seja aquele capaz de tornar o indivíduo alguém que não se ajuste à definição de pobre, ou seja, garantir um patamar mínimo de bem-estar. O segundo problema, da *identificação*, se origina no fato de que as pessoas (consumidores) revelam suas escolhas pela demanda, sendo esta condicionada pela própria utilidade a ser alcançada; porém, as características dos domicílios podem afetar a forma como o bem-estar é apropriado – e isto nem sempre é captado claramente pela demanda. Assim, identificar a forma como aquele nível de utilidade definido é realizado nos domicílios é um desafio adicional.

Os diferentes métodos de definição de linhas de pobreza monetária almejam, em alguma medida, resolver estes dois problemas (Ravallion, 1994 e 1998). A estimação de um valor monetário limite para situações de pobreza precisa partir de um consenso sobre o nível de bem-estar (utilidade) mínimo e também contar com uma forma de avaliar este nível de forma homogênea entre as pessoas. As maneiras práticas de estimação das linhas podem ser entendidas como ferramentas “... *to anchor the reference utility level*” (Ravallion, 1998, p. 7).

De acordo com Soares (2009), a maioria das linhas de pobreza utilizadas no Brasil e na América Latina nos últimos anos são aquelas baseadas em informações *objetivas*, mais especificamente em métodos de necessidades nutricionais. Este método, presente na literatura pela primeira vez em Rowntree (1901), procura “... calcular o custo de uma cesta mínima de nutrientes e, a partir dela, fixar uma linha de pobreza ou pobreza extrema” (Soares, 2009, p. 16). Assim, os problemas de referência e identificação são tratados pela homogeneização do conceito (alimentação) e também pela conversão deste em termos monetários. Os trabalhos de Sonia Rocha são amplamente baseados em linhas de pobreza nutricionais: Rocha (1997, 2000 e 2007). De forma similar, nas estimativas sobre pobreza do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA),² o critério para linha monetária é a composição de uma cesta básica suficiente para atender adequadamente a alimentação de uma pessoa (contando com as orientações FAO e da OMS). Ainda em Neri (2007) é possível encontrar este tipo de aproximação.

A falta de consenso em termos objetivos (inclusive aqueles nutricionais), entre outros problemas como a dificuldade de comparação dos resultados entre diferentes realidades (nacionais ou regionais), levou ao surgimento também de linhas *relativas*. Estas linhas são formuladas com base em frações de renda – como percentis, por exemplo. Conforme destaca Soares (2009), a justificativa

² Disponíveis via sistema de dados do Ipea (IPEADData),

destas linhas residiria no fato de que se a média de renda representa o padrão de vida (consumo) de uma sociedade, uma fração disto poderia representar uma realidade abaixo de um padrão aceitável, um nível de pobreza.

Também são destaques as chamadas linhas *administrativas*, fundamentadas em alguma regulamentação ou política pública específica, sem necessariamente fazer menção direta às questões objetivas (ou mesmo relativas). As linhas de pobreza que referem o salário mínimo são um exemplo. Enquanto o salário mínimo, constitucionalmente, deveria ser aquele valor capaz de suprir as necessidades dos cidadãos, quem não aufere valores compatíveis está experimentando alguma privação.³

Mais popular, a linha de US\$ 1,00 PPC (paridade do poder de compra) diário foi adotada pelo Banco Mundial como referência para comparação da pobreza entre os países. Porém, apesar de adotada administrativamente sem muita contestação teórica, esta linha não surgiu de uma determinação estritamente *ad hoc*. Ela é fruto de trabalhos técnicos do Banco Mundial onde são comparadas várias linhas de pobreza de diversos países e que acabaram por convergir para uma média aproximada de US\$ 1,00 PPC por dia, que acabou por ser adotada como referência.

Já a experiência brasileira com relação às linhas administrativas é recente e significativa. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) lançou em maio de 2011 uma linha de pobreza (extrema) oficial. A definição desta linha foi baseada em um trabalho do Ipea assinado por Osorio et al. (2011). De acordo com o estudo, o ponto de partida para a definição desta linha foi o valor que habilitava as pessoas ao recebimento do benefício incondicional do Programa Bolsa Família (PBF) quando da sua criação, que era de R\$ 50,00 domiciliar *per capita* – um quarto de salário mínimo em 2003. Levando este valor para o ano censitário de 2010, corrigindo pelo INPC, o valor é de R\$ 70,00 – linha de pobreza extrema oficial vigente.⁴ Um argumento adicional seria o de que este valor se aproxima daquela métrica de US\$ 1,00 PPC diário.

Do ponto de vista teórico, duas críticas centrais recaem sobre esta linha oficial: a falta de objetividade na definição de pobreza e a potencial simplificação excessiva de um fenômeno complexo – sendo que estas duas críticas podem ser consideradas em conjunto. As linhas de pobreza que adotam a abordagem monetária estão invariavelmente atreladas a esta estrutura simplificadora, que

³ Nestes estudos aparecem os cortes de um salário mínimo, meio salário mínimo e até ¼ de salário mínimo.

⁴ Uma linha de pobreza (não extrema) seria o dobro daquela (R\$ 140,00).

apresenta um espaço informacional focado na renda. No entanto, a mudança de base informacional dá à luz abordagens diferenciadas, capazes de oferecer um entendimento mais complexo e multidimensional da pobreza.

Uma alternativa, proposta por Amartya Sen (1983 e 1985), é mudar o foco dos recursos para as realizações. Segundo a Abordagem das Capacitações, então, a base informacional de avaliação é aquilo que as pessoas são e fazem – os chamados funcionamentos. As capacitações, por seu turno, podem ser entendidas como vetores de funcionamentos potenciais, ou seja, as possibilidades de realizações disponíveis ao indivíduo sobre as quais ele tem poder de escolha. Em seu trabalho *Poor, Relatively Speaking*, de 1983, Amartya Sen advoga que as capacitações “[...] *differ both from commodities and characteristics, on the one hand, and utilities, on the other*” (Sen, 1983, p. 167). Segundo ele, uma maneira de perceber pobreza seria absoluta em termos de capacitações mínimas (e não utilidade) e relativa em termos de recursos (monetários, inclusive) necessários para habilitar estas capacitações. Desta forma, a variável focal seria as capacitações, isto é, a liberdade das pessoas realizarem seus estados de ser e estar.

No entanto, as capacitações não são diretamente observáveis em termos empíricos, o que dificulta sobremaneira a operacionalização de abordagens desta natureza. Martha Nussbaum, trabalhando sobre as “Capacitações Humanas Centrais”, cria uma lista de dez itens que aponta como capacitações básicas, relacionadas à saúde, emoções, raciocínio, etc., que poderiam ser utilizadas como norte para uma medida absoluta (Nussbaum, 2003). Mas este trabalho está muito mais relacionado a uma discussão sobre teoria da justiça do que propriamente a aspectos empíricos sobre pobreza absoluta.

Trabalhos como o de Martinetti (2000), Lelli (2001), Bagolin (2005) e Mattos e Waquil (2006) são exemplos de tentativas de operacionalização deste conceito. Todos eles lidam com uma complexidade considerável e contam com quase nenhum consenso acerca de métodos e resultados. A forma mais popular pela qual a Abordagem das Capacitações foi apresentada empiricamente⁵ é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto inicialmente no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990 (RDH, 1990). Este índice incorpora o chamado “paradigma do desenvolvimento humano”, que prega que o desenvolvimento de uma nação deve ser avaliado pela ampliação da capacidade de escolha das pessoas – este seria a materialização mais prática do argumento básico do “desenvolvimento como liberdade” defendido por Amartya Sen (Sen, 2000). Porém, este índice não trata especificamente sobre pobreza.

⁵ Ainda que com importantes ressalvas (Anand e Sen, 1994).

Nem exclusivamente associados a uma perspectiva absoluta em termos de linha monetária, nem tampouco puramente vinculada à Abordagem das Capacitações, uma série de trabalhos são desenvolvidos agregando dimensões específicas aos conceitos mais elementares de pobreza. Trabalhos como os de Waquil e Mattos (2003), Comim e Bagolin (2002), Picolotto (2005) e Finco e Doppler (2011) são exemplos de estudos que agregam à análise dimensões como educação, saúde e condições de moradia. Os trabalhos que apelam à multidimensionalidade oferecem maior poder de análise e possibilidades de interpretação. No entanto, a desvantagem é que trata-se de uma metodologia mais difícil de implementar e também de interpretar. Mesmo através de indicadores sintéticos, não é possível escapar de um grau maior de complexidade analítica. Já a abordagem monetária tem como vantagem a simplicidade e consolidação já estabelecida das medidas. Para o presente estudo, o foco será exclusivamente na abordagem monetária, em função das questões levantadas no parágrafo anterior. A metodologia, na seção seguinte, é composta de três elementos: base de dados, medidas de desigualdade e medidas de pobreza.

Metodologia

Base de dados e variáveis selecionadas

A base de dados amplamente utilizada para estudos sobre desigualdade e pobreza no Brasil, atualmente, é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta pesquisa tem cobertura similar à do Censo Demográfico, porém é feita através de um procedimento de amostragem probabilística de domicílios. O trabalho de Silva et al. (2002) faz uma apresentação detalhada dos procedimentos de amostragem da PNAD e a maneira pela qual se lida com a base de modo a incorporar o plano amostral na análise.

Além de ser considerada a pesquisa de variáveis socioeconômicas mais ampla, depois do Censo Demográfico, ela tem a vantagem de ser realizada anualmente – exceto em ano censitário. Esta pesquisa oferece um conjunto de variáveis de caráter permanente – como questões relacionadas à renda, trabalho, habitação e educação – e outras em forma de pesquisa complementar. Estas pesquisas suplementares são diferentes a cada ano: em 2008, por exemplo, foi publicado um suplemento com informações exclusivas sobre saúde, enquanto em 2009 o suplemento foi centrado na vitimização e acesso à justiça.

Apesar da importância da pesquisa, ela não está livre de limitações. Uma delas diz respeito às delimitações das áreas em rural e urbana. A PNAD utiliza como referência a malha setorial do Censo Demográfico imediatamente anterior. Como o Censo é decenal, são realizadas nove pesquisas com a mesma malha, sem incorporar as alterações de legislação que reclassificam as áreas brasileiras. Conforme apontam Del Grossi e Silva (2002), o fato de o Censo respeitar a legislação sobre delimitação rural-urbana, muitas áreas são “urbanizadas” sem que necessariamente tenha havido um processo de êxodo rural característico. Ainda neste contexto, os autores chamam a atenção ao fato de a fração amostral de áreas rurais ser relativamente pequena. Dada a heterogeneidade do meio rural brasileiro, o aumento desta fração amostral seria importante para captar estas diversidades. Por fim, a questão dos rendimentos é outro ponto onde a PNAD apresenta carências. Dois aspectos precisam ser considerados: o primeiro é a ausência da declaração de rendimentos variáveis, pois o que se investiga na pesquisa é o rendimento do último mês. A conhecida sazonalidade agrícola, assim, acaba sendo ignorada. O outro aspecto diz respeito à ausência de declaração de valores relacionados ao autoconsumo, que é uma variável de evidente importância para o meio rural (Corrêa, 1998; Del Grossi e Silva, 2002).

De qualquer modo, trata-se de uma base confiável e que oferece um poder de análise considerável. O presente trabalho será baseado na PNAD 2011, que é a última pesquisa disponível até o momento. As principais variáveis de rendimento disponíveis são as seguintes: rendimento mensal do trabalho principal, rendimento mensal de todos os trabalhos, rendimento mensal de todas as fontes, rendimento de pensão, aposentadorias e abonos, outros rendimentos. A variável utilizada aqui será o *rendimento domiciliar per capita* (RDPC),⁶ que considera a renda de todas as fontes dividida pelo número de componentes do domicílio que não sejam pensionistas, empregados domésticos ou parentes de empregados domésticos. Os domicílios considerados são apenas aqueles particulares permanentes e com declaração de renda.

É importante enfatizar, neste momento, que utilizar os pesos amostrais disponíveis na PNAD é importante para ter análises mais robustas. O ideal é utilizar todo o esquema de amostragem, como apontado por Silva et al. (2002). No entanto, neste trabalho optou-se por fazer uso apenas dos pesos para não tornar o exercício excessivamente complexo, uma vez que o objetivo central é discutir as medidas de distribuição de renda e pobreza.

⁶ Esta é a variável recorrentemente utilizada em estudos de distribuição de renda e pobreza, Ver, por exemplo, Hoffmann (2009) e Barros et al. (2000).

No tocante à análise, antes de mergulhar diretamente nas linhas e medidas de pobreza, é importante realizar um estudo exploratório da variável renda, que envolve especialmente a sua distribuição. Os estudos sobre distribuição de renda estão proximamente associados ao entendimento do próprio fenômeno pobreza – quando se discute o processo de redução da pobreza, por exemplo, a melhoria na distribuição de renda costuma estar associada (Soares et al., 2009; Soares e Satyro, 2009).

Para estudar a distribuição de renda, propõe-se avaliar estatísticas descritivas que incluem os *percentis de renda*. Considerando as pessoas ordenadas de forma crescente em função da sua renda, o percentil informa o valor da renda para um determinado percentual acumulado de pessoas. Por exemplo, um 10º percentil de R\$ 200,00 significa que 10% dos indivíduos auferem menos do que este valor.

A *Curva de Lorenz* partilha deste mesmo raciocínio, porém com o elemento adicional de avaliar o percentual de renda acumulado. Considere x_i a renda da i -ésima pessoa em uma população com n pessoas. Estes indivíduos são ordenados da seguinte forma:

$$x_1 \leq x_2 \leq \dots \leq x_n \quad (1)$$

A renda média desta população pode ser calculada como:

$$\mu = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_i \quad (2)$$

Agregando cumulativamente as pessoas até a i -ésima posição na sequência (1):

$$p_i = \frac{i}{n} \quad (3)$$

e a proporção da renda acumulada é:

$$\Phi_i = \frac{1}{n\mu} \sum_{j=1}^i x_j \quad (4)$$

Esta proporção de renda acumulada reflete quanto da renda total é acumulada até a i -ésima pessoa. A Curva de Lorenz, então, é um gráfico onde p_i está no eixo horizontal e Φ_i no eixo vertical – veja Figura 1. Cada ponto

deste gráfico informa qual o percentual de renda acumulado pelo respectivo percentual de pessoas.

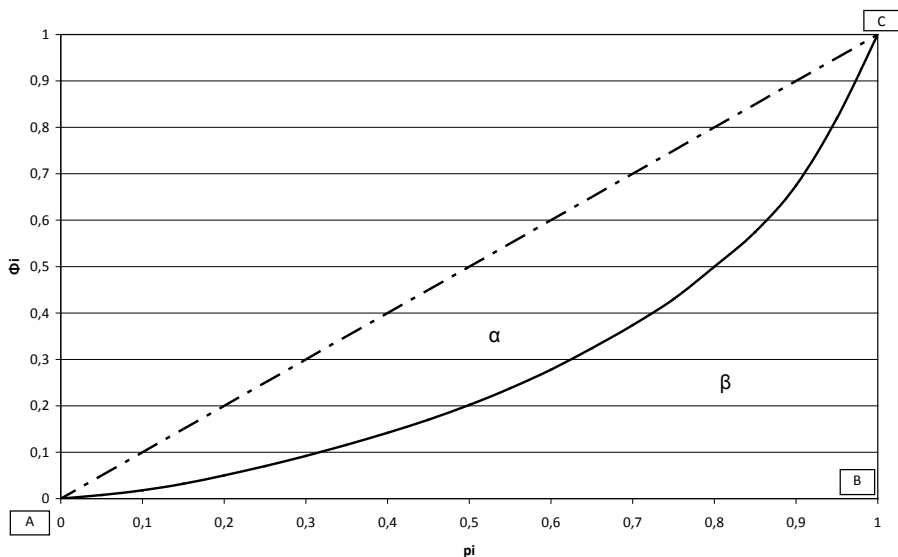


Figura 1 – Curva de Lorenz
 Fonte: Elaborado pelos autores.

Se cada pessoa tivesse a mesma renda, o gráfico apresentaria uma reta de 45° de inclinação – a chamada linha de perfeita igualdade (linha tracejada no gráfico). Se apenas uma pessoa auferisse toda a renda, teríamos uma perfeita desigualdade, demonstrada no gráfico por uma linha sobre o eixo horizontal e depois uma linha paralela ao eixo vertical na extremidade oposta (trecho ABC no gráfico). A Curva de Lorenz, em situações empíricas normais, fica entre estas duas curvas (um exemplo é a linha cheia representada no gráfico). Quanto mais afastada da linha de perfeita igualdade estiver a Curva de Lorenz, pior é a distribuição de renda, pois maior parcela da população auferem menor percentual de renda. A área entre a Curva e esta linha de perfeita igualdade é chamada de β . A área entre a Curva e o eixo das abscissas é batizada de β . Estas áreas são importantes, pois dão origem ao Índice de Gini. Esta medida pode ser matematicamente descrita desta forma:

$$G = 1 - 2\beta \tag{5}$$

O índice de Gini mede o grau de desigualdade de uma distribuição, sendo que ele fica no intervalo $0 \leq G < 1$. Quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade na distribuição considerada – mais afastada é a Curva de Lorenz da linha de perfeita igualdade, isto é, maior é a área . Para maiores detalhes sobre a medida consultar Hoffmann (1998).

Estudada a distribuição de renda, ainda que de forma preliminar a partir destas ferramentas, é possível avançar para o estudo das medidas de pobreza propriamente ditas. O primeiro passo é a definição das linhas de pobreza. Assim, propomos utilizar a linha de meio salário mínimo domiciliar *per capita* (R\$ 272,50),⁷ a linha de extrema pobreza de R\$ 75,11 domiciliar *per capita* e a linha de pobreza de R\$ 150,22 domiciliar *per capita*.⁸ Definidas as linhas, a primeira medida a ser calculada é a *proporção de pobres*:

$$H = \frac{p}{n} \quad (6)$$

onde p é o número de pessoas abaixo da linha considerada e n a população total. Esta medida retrata a extensão da pobreza, mas não sua intensidade, ou seja, não é possível saber quão abaixo da linha de pobreza cada pessoa se encontra. Para averiguar esta característica, é possível utilizar um *índice de insuficiência de renda*:

$$I = \frac{1}{pz} \sum_{i=1}^p (z - x_i) \quad (7)$$

sendo que z é a linha de pobreza adotada e x_i é a renda da pessoa i . Esta medida informa qual o percentual de renda seria necessário para que todas as pessoas que estão abaixo da linha de pobreza atingissem a linha. Quanto mais próximo da unidade, maior a severidade a insuficiência de renda.

As duas medidas anteriores tratam de pobreza, com base em uma linha definida, sem levar em consideração a distribuição da renda. O *Índice de Sen*, por seu turno, incorpora não apenas a extensão (H) e profundidade (I) da

⁷ De acordo com o salário vigente em 2011 (R\$ 545,00).

⁸ Estes valores são resultado dos R\$ 70,00 e R\$ 140,00, respectivamente, definidos oficialmente em 2010 atualizados pelo INPC para setembro de 2011.

pobreza, mas também considera a distribuição da renda entre os pobres. A medida é assim expressa:

$$P = H[I + (1 - I)G^*] \quad (8)$$

onde G^* é o índice de Gini entre os pobres. Variando entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, pior é a situação de pobreza. Apesar de não ser tão intuitivo quanto as medidas anteriores, ela é a mais sofisticada ao incorporar três características fundamentais para estudar pobreza: extensão, intensidade e distribuição. Na próxima seção, será desenvolvida uma análise que leva em consideração estas medidas em perspectiva comparativa entre o meio rural e o meio urbano. O intuito é exercitar a aplicação das ferramentas e seus aspectos interpretativos.

Resultados

Como o objetivo central deste texto é discutir metodologia, não há intenção de explorar mais a fundo as idiosincrasias dos resultados. As análises terão como foco a interpretação das diferenças do ponto de vista do método. Como unidades de análise, foram escolhidos três estados diferentes: Rio Grande do Sul (RS), Minas Gerais (MG) e Rio Grande do Norte (RN). A justificativa para esta escolha é a heterogeneidade entre eles, que ficará clara nos resultados a seguir. Esta seção será dividida em duas partes principais. A primeira delas tratará de questões mais descritivas, incluindo a distribuição da renda. Já a segunda parte avança nas medidas de pobreza, lembrando que serão desenhados comparativos entre os meios rural e urbano no sentido de ilustrar a metodologia.

Distribuição da renda

As diferenças nas médias do rendimento domiciliar *per capita* são acentuadas, tanto entre os estados quanto entre as situações censitárias (rural e urbano). Conforme consta na Tabela 1, a renda média do RS é a maior, tanto no rural quanto no urbano. Enquanto neste estado as pessoas do meio urbano auferem 50% mais do que aquelas do meio rural, no RN esta diferença é de 110%.

TABELA 1
Renda média e razão da renda - Estados selecionados – R\$ de 9/2011

	Renda domiciliar <i>per capita</i> média (R\$)		Razão Urbano/ Rural
	Urbano	Rural	
Rio Grande do Sul	962,58	630,40	1,5
Minas Gerais	808,41	429,22	1,9
Rio Grande do Norte	614,95	294,69	2,1

Fonte: PNAD/IBGE. Cálculos realizados pelos autores.

TABELA 2
Percentis de renda e razão urbano/rural – Estados selecionados – R\$ de 9/2011

		Percentis						
		5	10	25	50	75	90	95
RS	Urbano	150,00	210,00	375,00	620,00	1.066,00	1.948,00	2.750,00
	Rural	100,00	150,00	272,00	496,00	775,00	1.135,00	1.593,00
	Razão	1,5	1,4	1,4	1,3	1,4	1,7	1,7
MG	Urbano	139,00	185,00	306,00	537,00	858,00	1.533,00	2.400,00
	Rural	74,00	112,00	179,00	312,00	545,00	817,00	1.090,00
	Razão	1,9	1,7	1,7	1,7	1,6	1,9	2,2
RN	Urbano	80,00	113,00	189,00	324,00	581,00	1.281,00	2.115,00
	Rural	32,00	47,00	110,00	196,00	340,00	545,00	672,00
	Razão	2,5	2,4	1,7	1,7	1,7	2,4	3,1

Fonte: PNAD/IBGE. Cálculos realizados pelos autores.

Os percentis de renda, que constam na Tabela 2, oferecem um cenário de diversidade também acentuado. As diferenças entre os estados são mais agudas nos percentis mais baixos, enquanto que a razão entre urbano e rural, dentro de cada estado, são maiores em ambos os extremos da distribuição, isto é, tanto nas rendas mais altas quanto nas rendas mais baixas. Se observarmos o estado do RS, os valores dos percentis já indicam uma clara desigualdade: enquanto

os 5% mais pobres do meio urbano ganham até R\$ 150,00 domiciliar *per capita*, os 5% mais ricos ganham mais de R\$ 2.750,00; no meio rural estes valores são de R\$ 100,00 e R\$ 1.593,00, respectivamente. No caso do RN estas diferenças são ainda maiores.

A Curva de Lorenz, combinando o acumulado das pessoas com o acumulado da renda, conforme já discutido na metodologia deste texto, fornece uma ideia mais intuitiva sobre distribuição. A Figura 2 traz esta curva para o estado do RS, comparando o rural com o urbano. Como explícito no gráfico, a concentração do meio rural é menor do que aquela do urbano – a linha cheia está mais próxima da linha de perfeita igualdade do que a linha pontilhada. Também é possível notar maior distanciamento entre as curvas nos percentis populacionais maiores.

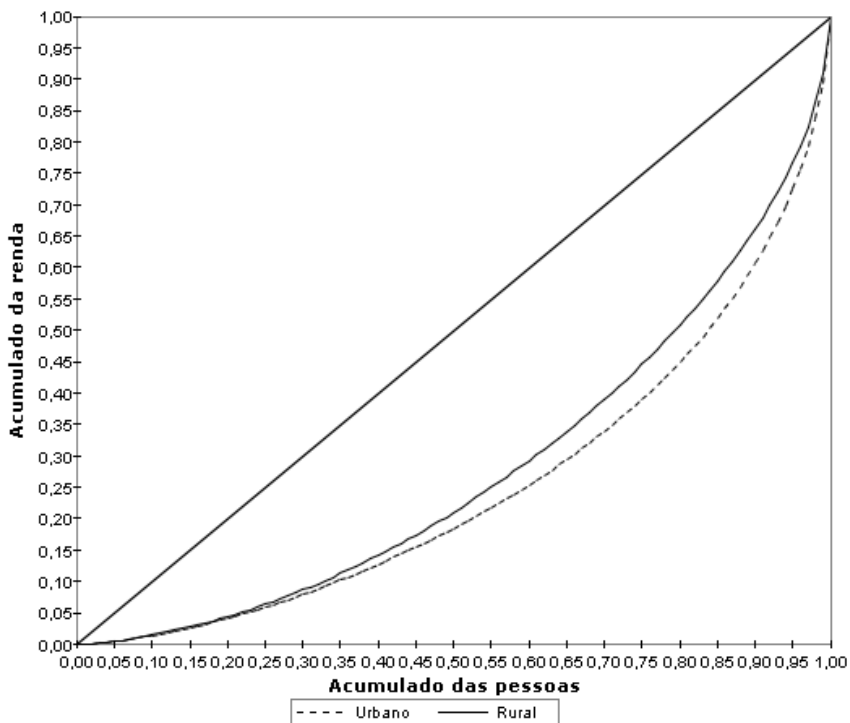


Figura 2 – Curvas de Lorenz – Rio Grande do Sul – 2011

Fonte: Dados da PNAD/IBGE. Gráfico elaborado pelos autores.

Os resultados mostrados até aqui indicam que no meio rural a renda média auferida é consideravelmente menor, assim como é menor a desigualdade.

Também foram apontadas as diferenças marcantes entre os estados considerados. Para asseverar as diferenças em termos de desigualdade na distribuição de renda (entre os estados e entre os meios rural e urbano), é importante que se calcule o índice de Gini. Os resultados estão na Tabela 3.

TABELA 3
Índice de Gini – Estados selecionados – 2011

	Total	Urbano	Rural
RS	0,484	0,486	0,433
MG	0,496	0,492	0,443
RN	0,559	0,553	0,497

Fonte: PNAD/IBGE. Cálculos realizados pelos autores.

Os índices estimados apontam que o estado do RS é o menos desigual – apesar de 0,484 não ser um índice de Gini considerado baixo –, enquanto que o RN é o mais desigual. Para todas as três UF's consideradas, a desigualdade é sensivelmente menor no meio rural. Agora, para explorar a questão interpretativa destes resultados, uma questão factível seria a seguinte: quando se associa a renda média baixa do RN, por exemplo, com um nível de desigualdade relativamente alto, quais as hipóteses explicativas? Primeiramente, é possível pensar que existe um conjunto de pessoas muito ricas, que apesar de não influenciar significativamente a média para cima, afetam o índice de Gini, gerando desigualdade. Também seria possível argumentar que uma parte considerável da distribuição, que conta com rendas menores, é efetivamente muito menor do que nos outros estados, o que afetaria a média e o índice de Gini. Os valores dos percentis sugerem que a segunda hipótese tem mais força: o valor dos percentis mais baixos é efetivamente modesto na comparação com os outros estados, embora os valores dos percentis mais altos não guardem o mesmo grau de proporcionalidade, isto é, são mais similares. Esta observação pode conduzir a atenção para a parte mais pobre da distribuição. Agora, a tarefa passa a ser explorar as diferenças em termos de pobreza.

Pobreza

Os conceitos de pobreza foram discutidos nas etapas iniciais deste trabalho, sendo que agora passam a ser obtidos os resultados. Primeiramente, a

Tabela 4 traz a proporção de pobres (H) para cada uma das três linhas sugeridas: meio salário mínimo (0,5 SM), pobreza oficial (pobreza) e pobreza extrema oficial (pobreza extrema).

TABELA 4
Proporção de pobres – Estados selecionados – 2011

	RS			MG			RN		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
0,5 SM	17,2%	15,7%	25,3%	24,9%	21,0%	45,2%	46,2%	40,8%	66,1%
Pobreza	6,0%	5,2%	10,6%	8,2%	6,0%	19,4%	21,1%	16,7%	37,3%
Pobreza extrema	1,8%	1,7%	2,4%	2,6%	2,0%	5,2%	6,6%	4,4%	14,4%

Fonte: PNAD/IBGE. Cálculos realizados pelos autores.

De acordo com os percentuais estimados, o RN é o estado com a maior proporção de pobres, independentemente da linha que se adote. O RS, na outra ponta, é o estado com os menores percentuais. Fica evidenciado, também, que o meio rural apresenta níveis de pobreza significativamente maiores do que o meio urbano. E isso é especialmente evidente para a pobreza extrema. O caso do RN é emblemático: 4,4% de pobres extremos no meio urbano, enquanto no meio rural são 14,4% da população.

Avançando na metodologia proposta, calcula-se agora o índice de insuficiência de renda (I). Este índice mede a profundidade da pobreza, entendida como a distância dos pobres da linha. Os resultados estão na Tabela 5.

Como este indicador é sensível à distância dos pobres da linha estabelecida, e não necessariamente do número de pobres, os resultados podem ser analisados de forma apartada da proporção de pobres. Em termos de pobreza extrema, o estado do RS é o que está em piores condições de severidade, com um índice de insuficiência de 0,617 para a população total, 0,662 no meio urbano e 0,445 no meio rural. Porém, em termos de pobreza rural, o RN é o estado em pior situação com um índice de 0,504. É importante observar que este estado é o único onde a profundidade da pobreza (em qualquer linha) é maior no meio rural do que no meio urbano. Este resultado se associa com as constatações de uma renda média muito baixa e percentis baixos em patamares modestos.

TABELA 5

Índice de insuficiência de renda – Estados selecionados – 2011

	Rio Grande do Sul		
	Total	Urbano	Rural
0,5 SM	0,370	0,363	0,390
Pobreza	0,389	0,405	0,348
Pobreza extrema	0,617	0,662	0,445
Minas Gerais			
	Total	Urbano	Rural
0,5 SM	0,355	0,334	0,406
Pobreza	0,381	0,401	0,349
Pobreza extrema	0,595	0,654	0,472
Rio Grande do Norte			
	Total	Urbano	Rural
0,5 SM	0,422	0,389	0,496
Pobreza	0,384	0,351	0,438
Pobreza extrema	0,476	0,451	0,504

Fonte: PNAD/IBGE. Cálculos realizados pelos autores.

Finalmente, resta associar as informações de extensão da pobreza (H) com a sua severidade (I). Isto será feito através do cálculo do Índice de Pobreza de Sen (P). Além de associar estas duas variáveis, ele também considera a distribuição de renda entre os pobres. Os resultados estão dispostos na Tabela 6.

Quando se avalia pobreza sob um prisma composto, como no caso do Índice de Sen, os resultados são consolidadores de todas as análises feitas previamente neste trabalho. O estado com os piores índices de pobreza é o RN, tanto no meio rural quanto no meio urbano, sendo este resultado esperado em função da distribuição de renda ruim e das rendas especialmente baixas nos primeiros percentis desta distribuição. O estado do RS, por outro lado, é o estado com os menores índices de pobreza extrema. Este índice encerra o conjunto analítico proposto. Através dos resultados foi possível constatar uma situação pior no estado do RN frente aos outros dois, em ambas as áreas censitárias, assim como se percebeu uma situação mais aguda em termos de pobreza no meio rural comparativamente ao urbano. Neste trabalho não foi privilegiada a análise mais minuciosa dos indicadores, que carece de ser feita

em trabalhos aplicados. A prioridade foi dada à apresentação das ferramentas e exemplificação.

TABELA 6
Índice de Pobreza de Sen – Estados selecionados – 2011

	Rio Grande do Sul		
	Total	Urbano	Rural
0,5 SM	0,089	0,080	0,135
Pobreza	0,034	0,031	0,052
Pobreza extrema	0,015	0,015	0,014
Minas Gerais			
	Total	Urbano	Rural
0,5 SM	0,125	0,101	0,247
Pobreza	0,046	0,036	0,098
Pobreza extrema	0,020	0,017	0,033
Rio Grande do Norte			
	Total	Urbano	Rural
0,5 SM	0,264	0,218	0,427
Pobreza	0,114	0,083	0,224
Pobreza extrema	0,041	0,027	0,095

Fonte: PNAD/IBGE. Cálculos realizados pelos autores.

Conclusões

Este trabalho procurou ser pragmático em definir o referencial teórico da abordagem monetária e estabelecer sua relação com o ferramental utilizado, que se aplicou tanto ao meio urbano quanto ao meio rural. Foi apresentada uma estrutura analítica composta de três etapas: i) entendimento teórico do fenômeno pobreza, através da abordagem monetária; ii) análise de distribuição de renda, que está fortemente associada a pobreza na abordagem monetária; e iii) medidas específicas de pobreza que exploraram questões como extensão e profundidade desta situação. Cabe o alerta de que este é apenas um método utilizado para o estudo da pobreza, sendo que não há a pretensão de sugerir que se trata de melhor ou o único factível. Uma série de arcabouços teórico-

-empíricos vem sendo desenvolvidos e que dão conta de estudar esta situação social de diversas maneiras. Ao leitor fica o critério de avaliar a viabilidade da proposta aqui presente aos fins que almeja.

Referências

- ANAND, S.; SEN A. K. *Human Development Index: Methodology and Measurement*. New York: Human Development Report Office Occasional Paper 12, 1994.
- BAGOLIN, I. P. *Da renda às capacitações: analisando e avaliando o desenvolvimento humano*. Tese (Doutorado em Economia). Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 21-47.
- COMIM, F.; BAGOLIN, I. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. *Revista Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 23, n. Especial, p. 467-90, 2002.
- CORRÊA, A. M. C. *Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira: 1981-1990*. Piracicaba: Editora Unimep, 1998.
- DEL GROSSI, M.; SILVA, J. G. O uso das PNAD's para as áreas rurais. *Texto para Discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, Rio de Janeiro, n. 874, p. 1-33, 2002.
- FINCO, M. V. A.; DOPPLER, W. The Brazilian program of biodiesel and its 'pro-poor' strategy: reality or dream? A Multi-dimensional measurement of poverty using fuzzy sets. *Quarterly Journal of International Agriculture*, 50, n. 2, p. 133-154, 2011.
- HOFFMANN, R. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- _____. Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição das aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 18, n. 1 (35), p. 213-31, 2009.
- LELLI, S. Using fator analysis vs. Fuzzy sets theory: assessing the influence of diferente techniques on Sen's functioning approach. *CES Discussion Papers*, Leuven, n. 1.21, p. 1-35, 2001.
- MARTINETTI, E. C. Multidimensional assessment o well-being based on Sen's functioning approach. *Rivista Internazionali di Scienze Sociali*, Milano, CVII, n. 2, p. 207-39, 2000.
- MATTOS, E. J.; WAQUIL, P. D. Pobreza rural do Rio Grande do Sul: comparando abordagens. 3º Encontro de Economia Gaúcha. *Anais...* Porto Alegre, 2006.
- NERI, M. C. (Coord). *Miséria, desigualdade e política de renda: o real do Lula*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS 2007.
- NUSSBAUM, M. Capabilities as fundamental entitlements: Sen and social justice. *Feminist Economics*, London, v. 9, n. 2-3, p. 33-59, 2003.

- OSÓRIO, R. G.; SOARES, S. S. D.; SOUZA, P. H. G. F. Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil. *Texto para Discussão*, n. 1619. Brasília: IPEA, 2011.
- PICOLOTTO, V. C. *Pobreza como privação de capacitações no Rio Grande do Sul*. Trabalho apresentado no VII Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC Sul, Porto Alegre, 2005.
- RAVALLION, M. Measuring social welfare with and without poverty lines. *American Economic Review*, Nashville, v. 84, n. 2, p. 359-64, 1994.
- _____. Poverty lines in theory and practice. *LSMS Working Paper*, Washington, n. 133, p. 1-35, 1998.
- ROCHA, S. Do consumo observado à linha de pobreza. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 27, n. 2, 1997.
- _____. Estimación de linhas de indigência e pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- _____. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- ROWNTREE, B S: “*Poverty: A Study in Town Life*”. London: Macmillian and CO, 1901.
- SEN, A. K. Poor, relatively speaking. *Oxford Economic Papers*, v. 35, n. 2, p. 153-69, 1983.
- _____. *Commodities and capabilities*. Amsterdam: North Holland, 1985.
- _____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, P. L. N.; PESSOA, D. G. C.; LILA, M. F. Análise de dados da PNAD: incorporando a estrutura do plano amostral. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(4), p. 659-70, 2002.
- SOARES, S. S. D. Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais. *Texto para Discussão*, Brasília, n. 1381, 2009.
- SOARES, S. S. D.; SÁTYRO, N. O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional, Impactos e Possibilidades Futuras. *Texto para Discussão*, n. 1424. Brasília: IPEA, 2009.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). *Human Development Report 1990. Concept and Measurement of Human Development*. Oxford and New York. Oxford University Press, 1990.
- WAQUIL, P. D.; MATTOS, E. J. Pobreza rural e urbana no Rio Grande do Sul: uma análise além da renda. *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 2, p. 105-22, 2003.

Métodos participativos na extensão rural: processos e práticas

Alberto Bracagioli

Introdução

O desenvolvimento é composto por uma constelação semântica, rodeado de ideias-força que se alteram ao longo do tempo. No princípio foi concebido como sinônimo de crescimento econômico, porém hoje se associa com uma série de adjetivações que procuram qualificar seu significado. Essas disputas provêm de diferentes matizes ideológicos, porém longe de chegar a um consenso, as disputas permanecem desde o fim da Segunda Guerra Mundial (Joscelyne et al., 2000).

No campo do desenvolvimento rural, mais especificamente, tem havido uma sucessão de terminologias que buscam precisar práticas e conceitos com o objetivo de responder aos desafios contemporâneos. Hoje o rural não se resume ao agrícola, o desenvolvimento não é apenas sinônimo de crescimento econômico e os agricultores não são apenas agentes passivos das ações recomendadas pelo ensino, pesquisa e extensão rural.

A partir da década de 1980 emerge na bibliografia (Ellis e Biggs, 2001) uma série de publicações que demonstram a importância do protagonismo dos agricultores nos processos de desenvolvimento. De maneira geral, essas

abordagens tem como elemento propulsor o reconhecimento das deficiências da abordagem do tipo *top-down*. Este foco tem a intenção de colocar as pessoas como centrais nos projetos, reconhecendo suas necessidades, perspectivas, conhecimentos, prioridades e habilidades, possibilitando com que influenciem e compartilhem o desenho, implementação e avaliação dos projetos de desenvolvimento.

Apresentaremos aqui um conjunto de princípios e práticas relacionadas aos métodos participativos. Iniciaremos definindo o conceito de metodologias participativas e algumas práticas mais usuais. Também apresentaremos alguns elementos críticos do seu uso, seus limites e possibilidades. Para darmos um enfoque prático do uso destes métodos, apresentaremos o processo de aprendizagem participativa junto aos conselhos municipais de desenvolvimento rural. Por fim, fechamos este capítulo com uma reflexão denominada “o através e o revés da participação”.

Metodologias participativas

As metodologias participativas, de forma geral, consistem num conjunto de ferramentas, métodos e procedimentos que buscam permitir ou promover a participação dos atores sociais em um processo.¹

Existem diversas compreensões e interpretações sobre o significado da participação dos atores nos projetos, estando relacionadas com diferentes influências intelectuais que houve ao longo do tempo. Uma cronologia da teoria e prática da participação no desenvolvimento (Hickey e Mohan, 2004) estabelece como marco inicial a década de 1950 com o desenvolvimento de comunidades, posteriormente a denominada participação emancipatória nas décadas de 1960 e 1970 com a contribuição de Paulo Freire e a teologia da libertação. Na década de 1980 ocorre o predomínio de uma visão populista da participação no desenvolvimento através do Banco Mundial e Robert Chambers (Chambers, 1983; Chambers et al., 1989). Na década de 1990 passa a predominar a abordagem do capital social através de Robert Putnam (2005) e Pierre Bourdieu (1980) e também, no mesmo período, a ideia de governança e participação cidadã (Cheshire et al., 2006). Estas diferentes influências estabelecem interpretações distintas sobre os enfoques da participação e seus significados, desde seu uso instrumental voltado à melhoria da eficiência

¹ Por processo entendemos todo conjunto sequencial de ações com objetivo comum, podendo ser desde uma reunião local até um projeto de desenvolvimento.

dos projetos até uma perspectiva de empoderamento que busca alteração nas relações de força entre os atores (Gonsalves, 2006).

Outros autores consideram que as ferramentas de caráter participativo têm, basicamente, três raízes históricas (Encina, 2003). Uma delas são a etnologia e a antropologia aplicada. Fundamental também foi a contribuição das ciências agrárias com a investigação de sistemas agrícolas e o enfoque do *farmers first* (Chambers et al., 1989), que encorajou a participação dos agricultores na pesquisa agrícola e nos projetos de desenvolvimento. Por fim, houve um importante aporte da área de educação (Freire, 1970) e da ciência social com a pesquisa participante e a investigação ação participativa (Brandão, 1981; Thiollent, 2009).

Estas raízes históricas demonstram a multiplicidade de leituras presentes neste campo, em que determinadas metodologias de caráter participativo podem ter aspectos manipulativos, conforme abordaremos no próximo item: usos e abusos da participação.

Existe uma extensa bibliografia a respeito deste tema, porém o conjunto mais conhecido e utilizado passou a ser conhecido pela sigla DRP.² O DRP consiste num conjunto de ferramentas e técnicas de apreensão da realidade, utilizando um enfoque prático e indutivo e a percepção dos próprios atores. Atualmente tem sido utilizada também a denominação de Aprendizagem e Ação Participativa (AAP), destacando não apenas os contextos de diagnóstico, mas também os planejamentos e prognósticos de realidades.

Existem alguns princípios que são compartilhados nestas abordagens (Loma-Osorio 2003, p. 305). Primeiro, a inversão dos papéis de aprendizagem, onde o facilitador de uma oficina busca aprender a partir dos atores locais, diretamente e através de atividades desenvolvidas *in loco*. O resultado de uma oficina não se resume na construção de mapas, diagramas ou matrizes, mas sim o aprendizado da percepção dos atores locais a respeito do foco temático. Também a aprendizagem deve ser progressiva, não existe um desenho rígido de investigação ou diagnóstico, as ferramentas são utilizadas de forma flexível e a aplicação deve gerar um processo de reflexão e aprendizagem.

Os possíveis desvios deverão ser compensados ao longo do processo, sendo dada atenção aos públicos que podem não ser contemplados na atividade planejada. Fatores sociais, econômicos e culturais podem invisibilizar socialmente determinados públicos, tais como mulheres, jovens, velhos e/ou determinados grupos étnicos. O princípio da ignorância ótima busca

² O significado pode ser encontrado como diagnóstico rural participativo ou diagnóstico rápido participativo. Ver Verdejo, Cotrim e Ramos (2007) e Buarque (2002).

estabelecer uma estimativa adequada da quantidade de informações a serem coletadas e o nível de profundidade, relevância e precisão dos dados fornecidos. Determinadas informações são mais importantes pela sua significação do que pela descrição detalhada.

O princípio da triangulação tem como objetivo melhorar a validade e a confiabilidade nos dados obtidos, através de comprovações cruzadas e utilizando diversas ferramentas, atores, disciplinas e momentos de investigação. Nesse aspecto os dados coletados podem ser complementados por informações secundárias. Por exemplo, um mapa comunitário construído com os atores locais poderá ser complementado ou detalhado com mapas oficiais e imagens de satélite buscando confirmar ou detalhar determinada informação. Por fim, existe uma busca de diversidade de atores e situações. O objetivo dessas metodologias não é conhecer os dados médios, mas sim perceber as diferenças, contradições e contrastes. Algumas políticas de desenvolvimento são baseadas em dados secundários que apresentam apenas informações médias, obscurecendo a diversidade econômica, social, ambiental e étnica.

Como as metodologias participativas utilizam um formato flexível de uso, algumas ferramentas são adaptações ou tem como base outras técnicas tradicionais. Um exemplo é a tempestade de ideias (*brainstorming*) desenvolvida pelo publicitário americano Alex Osborn na década de 1930 (Osborn, 1952), sendo esta técnica utilizada de diversas maneiras enquanto ferramenta participativa. Um livro bastante popularizado na América Latina descreve 80 ferramentas (Geilfus, 2005) para o desenvolvimento participativo, porém o uso mais comum pode ser sintetizado em quatro grandes grupos, conforme apresentado no mapa mental a seguir.³

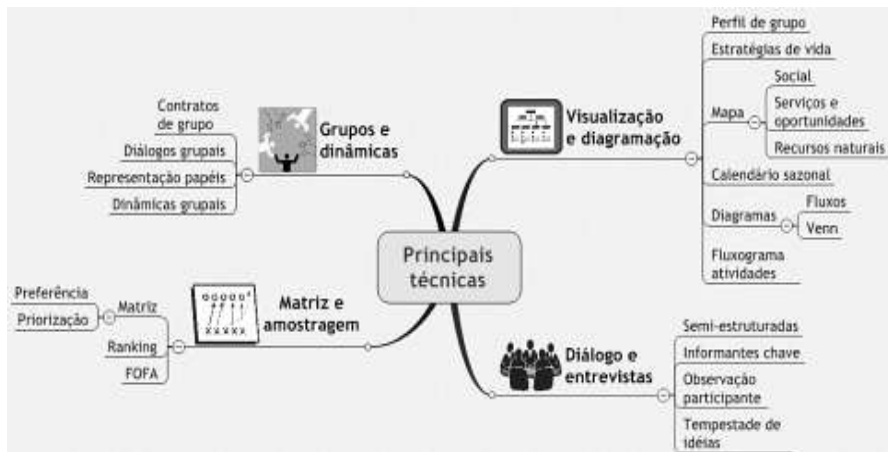
No primeiro grupo do mapa mental (no sentido horário) são as técnicas de visualização e diagramação. Estas ferramentas são principalmente utilizadas na fase de diagnóstico onde, principalmente, os mapas, o calendário sazonal e diagramas de Venn permitem uma visão da comunidade, as principais culturas, atividades desenvolvidas durante o ano e as relações institucionais que são desenvolvidas pelos atores locais.

No grupo dos diálogos e entrevistas existem ferramentas já conhecidas e utilizadas como metodologias qualitativas. As matrizes e amostragens são métodos que permitem graduar, classificar e hierarquizar produtos e analisar indicadores. Existe também a FOFA (fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças) que permite visualizar de maneira ampla os fatores internos e externos

³ A descrição e uso de cada técnica pode ser encontrado nas bibliografias citadas.

e também as fraquezas e ameaças, podendo ser utilizado com a finalidade de planeamento de ações.

Por último, os grupos e dinâmicas envolvem as diferentes técnicas que possibilitam dramatizar situações reais ou imaginárias, permitindo assim observar a percepção dos atores com relação a determinados papéis. Por exemplo, um diagnóstico de conflito entre determinados atores pode ser percebido ou interpretado pela representação de papéis dentro de determinada comunidade.



Quadro 1 – Mapa Mental com as principais técnicas participativas
 Fonte: Elaboração do autor.

As ferramentas participativas, aparentemente, são de simples aplicação e assim tiveram uma rápida difusão em projetos de desenvolvimento, principalmente com o apoio e incentivo das agências financiadoras de projetos. A diversidade e multiplicidades de uso dos métodos participativos trouxeram também aspectos problemáticos, passando a existir um conjunto de elementos críticos ao seu uso conforme desenvolveremos no próximo item.

Usos e abusos da participação

Mais recentemente formou-se um conjunto de críticas ao uso e aos eventuais abusos das metodologias participativas. Uma obra referencial no campo crítico das metodologias participativas é o livro *Participation: the new tyranny?*

(Cooke e Kothari, 2001). Esse livro reúne uma série de estudos e artigos que abordam o uso manipulativo de técnicas e processos participativos. Ressaltam, porém que o objetivo não é desenvolver uma atitude antiparticipação, mas sim apontar para que determinadas críticas possam ser consideradas e internalizadas. Os editores ponderam que atos e processos de participação que visam realmente compartilhar conhecimentos e negociar relações de poder são aspectos positivos destes métodos. O importante é que as ações de caráter participativo estabeleçam um nível de reflexividade definindo os limites do método e o possível uso manipulativo destas ferramentas.

Um dos elementos que necessitam ser percebidos é que as ações desenvolvidas colocam ênfase na intervenção local e na percepção dos atores, porém este “foco” pode, por vezes, obscurecer ou sustentar um nível macro de desigualdades e injustiças. Por exemplo, a compreensão local pode considerar “natural” determinada distribuição de recursos naturais, porém podem ser decorrentes de processos políticos e econômicos de exclusão social. O ponto crítico é que o conhecimento das pessoas é construído em determinado contexto, refletindo as relações sociais e de poder constituída, legitimar a percepção das pessoas pode significar a manutenção de relações de poder assimétricas e, por vezes, injustas. As relações de poder estabelecidas entre facilitadores e comunidade, também entre financiadores e beneficiários pode levar a indução de determinados princípios e pressupostos que são internalizados pela assimetria das relações e não são decorrentes de um processo de reflexão e aprendizagem colaborativa.

Muitas das ações de caráter participativo em projetos de desenvolvimento não têm um caráter radical ou reivindicativo como teve sua vertente emancipatória. Muito do uso atual destas ferramentas busca apenas a eficiência e diminuição dos custos dos projetos, desconsiderando as relações de poder e o processo de aprendizagem e reflexão (Diegues, 2004). Assim as técnicas e ferramentas participativas fazem parte da execução dos projetos de desenvolvimento, passando a estarem incorporadas nas rotinas do serviço público.

O fato das ações desenvolvidas serem em nível de comunidade e terem caráter de grupo traz uma série de outras complexidades ao processo participativo. Primeiro, existe certa idealização do entendimento do que é uma comunidade (Gujt e Shah, 1998), por vezes compreendida como um grupo homogêneo, estático e existindo numa harmoniosa unidade onde as pessoas compartilham interesses e necessidades. Nas comunidades existem relações de poder visíveis e invisíveis baseadas em idade, classe, gênero, etnicidade, religião entre outros aspectos que perfazem as relações sociais. Com relação aos

processos grupais existem outros elementos que devem ser considerados na sua interação. Um dos aspectos é o denominado “paradoxo de Abilene” (Harvey, 1988) descrito por Jerry B. Harvey. Ele apresenta como uma determinada dinâmica de grupo pode fazer com que determinados indivíduos deixem de afirmar suas crenças verdadeiras, por medo de isolamento e separação, levando ao estabelecimento de acordos mal regidos. Alguns outros experimentos, como o de Milgram (1974), evidenciaram como pode ocorrer uma persuasão coercitiva e o consequente processo de obediência “cega” à autoridade. São aspectos que devem ser considerados em qualquer processo de intervenção, buscando compreender e estar atento a todo processo grupal.

Cabe destacar também que em atividades grupais o silêncio é tido como negativo e inoportuno, porém esta autoexclusão ou silenciamento pode ter um significado de estratégia de resistência, tendo em vista que através dele ocorre uma duplicidade antropológica (Maffesoli, 1997) pela qual, para sobreviver, deve-se avançar mascarado e não se desvelar de nada, nem para ninguém, nem para si mesmo, trata-se de uma maneira de conservar a si mesmo individual e coletivamente. Essa duplicidade seria uma espécie de instinto vital que asseguraria de uma só vez a coerência e a continuidade do ser. Por vezes, o silêncio está cercado de palavras não ditas por temor que a explicitação da “sua verdade” possa ser utilizada ou manipulada por aqueles que apenas se utilizam dos dizeres para finalidades acadêmicas ou “científicas” ou para legitimar políticas ou ações que apenas necessitam serem referendadas sem haver uma real legitimidade. São aspectos comuns em populações que sofreram recorrentes processos de exclusão e invisibilidade social.

Alguns autores têm procurado caracterizar esta problemática da participação nas agências de extensão rural (Thornton e Cimadevilla, 2010). Um dos aspectos salientados diz respeito à formação dos profissionais, muitos deles são oriundos das ciências biológicas e exatas acostumados com leituras lineares, lógicas de afinidade temática e coerência cartesiana que colocam limites de apropriação de métodos participativos. Os limites e abusos da participação trazem algumas lições, tais como o de que os processos participativos não são um fim em si mesmo, sendo apenas uma forma de interação comunicacional para a mudança social. O desenvolvimento de uma cultura democrática nas instituições proponentes de métodos participativos e nos locais de aplicação dos mesmos é uma condição essencial para que a participação seja uma ocupação mais do que uma preocupação. Os processos participativos também devem ser considerados sistemas complexos, por consequência existem tensões, incertezas e conflitos que devem ser gerenciados e não se esgotam com a finalização de determinado plano.

O uso do DRP no planejamento dos conselhos municipais de desenvolvimento rural

A partir da década de 1990 diversas organizações no Brasil passaram a utilizar metodologias participativas em suas atividades. Essas iniciativas tiveram diferentes origens, porém permitiram um mosaico de práticas importantes de serem analisadas e refletidas. Neste contexto, apresentaremos a experiência desenvolvida pela Emater/RS-Ascar,⁴ agência oficial de assistência técnica e extensão rural, principal entidade executora das políticas públicas de desenvolvimento rural do Rio Grande do Sul. Essa empresa foi fundada em 1955 e está presente na maioria dos municípios gaúchos. Apesar da sua trajetória difusionista, as atividades participativas e de caráter dialógico tornaram-se presentes na atualidade (Deponi, 2010).

A entrada das metodologias participativas na Emater está relacionada mais nitidamente com a operacionalização de alguns programas, porém algumas atividades de caráter participativo fazem parte das técnicas utilizadas tradicionalmente pela extensão rural. O primeiro programa baseado em metodologias participativas foi o Programa ProRenda em 1990. Esse programa foi constituído numa parceria entre a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul e a GTZ (Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit), agência alemã de cooperação técnica. No Brasil o ProRenda é um dos programas mais antigos da GTZ, concebido na década de 1980 visando a melhoria da qualidade de vida das populações de baixa renda por meio do fortalecimento do exercício da cidadania, adequação de serviços públicos à demanda de usuários, criação de oportunidades para atividades produtivas. Nestas atividades ficou impresso o uso das metodologias participativas, sendo este um mérito da cooperação alemã no Brasil (Valente, 2010). Markus Brose foi um dos consultores da GTZ no Rio Grande do Sul, sendo responsável por um conjunto de publicações sobre participação na extensão rural (Brose, 2004), metodologias participativas (Brose e Amaral, 2001) e democracia participativa no Rio Grande do Sul (Brose, 2010). Através das

⁴ Nas outras referências utilizaremos apenas Emater, expressão esta popularmente utilizada. A razão para utilização do nome de ambas entidades, Emater e Ascar, é que após a criação da Embrater, em 1977, foi criada a Emater no Rio Grande do Sul, desencadeando um processo de incorporação da Ascar/RS à Emater/RS. Em 1980, cancelado o processo de liquidação da Ascar/RS, foi estabelecido um protocolo conjunto com a Emater/RS, articulando as atividades das duas entidades, sem alteração da constituição básica de qualquer delas, que passariam a desenvolver suas atividades de forma solidária e justaposta. A Emater funciona com um escritório central, escritórios regionais e escritórios municipais conveniados com prefeituras, cobrindo cerca de 90% dos municípios gaúchos.

atividades do ProRenda diversos técnicos da Emater, entre outras instituições, foram capacitados, com destaque a região do Vale do Caí, onde se desenvolveu a experiência da Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí (Ecocitrus), a partir de 1994.⁵

Em 1994 foi implantado o Projeto Área Piloto que utilizou o DRP como abordagem metodológica de suas ações. Esse projeto envolveu diversas organizações e foi desenvolvido nos municípios de Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista atuou com foco no desenvolvimento participativo, centrada nos agricultores e na integração microrregional (Nicola, 2004). Assim foram implementados conselhos municipais de desenvolvimento como instância de tomada de decisão (Rodrigues, 2001), sendo utilizado o DRP em nível de comunidade e a elaboração de planos municipais de desenvolvimento e planos microrregionais de desenvolvimento rural. Da mesma forma, foi desenvolvido o Projeto de Caracterização e Análise dos Sistemas Produtivos e Organizativos dos Assentamentos realizado em 1995, decorrente de um convênio entre a Embrapa e a Emater, utilizando a metodologia do DRP de forma integrada ao estudo dos sistemas de produção (Pereira, 1995).

No âmbito da criação do Pronaf⁶ também foi estimulado o uso de metodologias participativas. Uma das iniciativas estimuladas pela criação desta política pública foi à criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), sendo desenvolvidos com a busca da participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do programa. Estas políticas permitiram a emergência de diversas iniciativas de uso de metodologias participativas na construção de planos de desenvolvimento local (Vione, 2002).

No quadro 2 é possível visualizar a magnitude do uso dos DRP aplicados pela Emater entre 2000 e 2005 (Stein, 2007).

Houve assim uma série de programas desenvolvidos em nível estadual que propiciavam espaços de participação dos agricultores e da população em geral. Na Emater em 1999, foi desenvolvido o Programa de Formação Técnico Social que desenvolveu uma série de atividades de formação dos extensionistas, sendo que em um período de quatro anos a totalidade do quadro técnico foi capacitada em metodologias participativas e desenvolvimento rural sustentável.

⁵ Ver <<http://www.ecocitrus.com.br/>>.

⁶ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

QUADRO 2
**DRP's e planos de desenvolvimento comunitário
realizados com a participação da Emater/RS-Ascar**

Metodologias/Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	totais
DRPs	204	1.100	627	296	154	148	2.529
Nº de famílias participantes	8.837	30.625	25.507	12.301	4.961	3.486	88.717
Planos de Desenvolvimento Comunitário	466	756	610	374	336	378	2.584
Nº de famílias participantes	15.403	26.218	25.380	13.987	13.201	23.410	104.398

Esse conjunto de iniciativas criou uma diversidade de métodos e processos de construção de esferas públicas de gestão do desenvolvimento rural. Atualmente além dos tradicionais conselhos existem também fóruns, redes, pactos municipais e em diferentes níveis de espacialidade (municipal, intrar-regional, regional, Coredes,⁷ territorial e estadual).

Experiência do planejamento participativo

Uma das atividades que teve maior ênfase, durante determinado período, foi à aplicação planejamento participativo com uso do DRP. Este processo iniciou em 1996 e consolidou-se em 1999, estendendo-se até 2003/2004 sendo o processo melhor estudado e analisado.⁸ Algumas ferramentas permanecem sendo utilizadas, porém descreveremos adiante o formato metodológico que permaneceu sendo realizado até 2004.⁹

⁷ Os Coredes são os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul criados pela lei n. 10.823 de 17/10/1994, têm o objetivo de formular e executar estratégias regionais, consolidando-as em planos estratégicos de desenvolvimento regional.

⁸ Foram realizadas algumas dissertações tratando sobre os processos de planejamento participativo e o funcionamento dos Conselhos operados pela Emater. Ver Stein (2007), Vione (2002), Kreutz (2004) e Gerber (2002).

⁹ Nesta descrição utilizaremos as análises e descrições realizadas através das monografias anteriormente citadas. Mesmo existindo uma base metodológica comum e certa unidade de dados solicitada pelo sistema de planejamento da empresa, as atividades são diversas respondendo a demandas e capacidades específicas dos regionais da Emater.

Este planejamento era composto basicamente de quatro etapas. A primeira consiste na articulação e formação de uma equipe multidisciplinar, permitindo que as diversas dimensões disciplinares fossem complementadas. A estrutura base dos escritórios municipais é majoritariamente composta por um profissional das ciências agrárias que atua prioritariamente na assistência técnica em agropecuária e um extensionista de bem estar social que desenvolve trabalhos com ênfase em saúde, saneamento, organização e nutrição. Assim, através de parcerias com as prefeituras e outros órgãos torna-se possível articular uma equipe com formações diversificadas e com capacidade de desenvolver o processo metodológico. Durante a execução do orçamento participativo estadual (1999-2002) alguns delegados do OP participavam das atividades de diagnóstico.

A segunda etapa consiste na motivação das comunidades. Este momento envolve o diálogo com as lideranças e representantes da comunidade, apresentando o trabalho que pretende ser feito e a necessidade de envolvimento. É importante que a participação represente a heterogeneidade da comunidade ou região, contemplando a diversidade de necessidades e percepções.

Outra etapa consiste na aplicação do DRP propriamente dito. Conforme dissemos anteriormente, este momento é bastante diverso e as ferramentas utilizadas irão depender do tempo disponível, grau de conhecimento da região, nível de envolvimento dos atores locais entre outros fatores. Sendo assim é importante haver uma preparação prévia dos facilitadores, avaliando a pertinência e importância de cada ferramenta e os elementos citados anteriormente. Desenvolveremos algumas das ferramentas mais utilizadas neste momento.¹⁰

– Mapa da comunidade. Pode ser uma das primeiras ferramentas a ser utilizada, buscando a percepção dos atores com relação às condições de vida e acesso a serviços públicos, também pode ser visualizada a estruturação e heterogeneidade social. Caso interesse fazer uma leitura sobre questão de gênero os grupos podem ser divididos por sexo, produzindo um mapa dos homens e outro das mulheres. Existem outros tipos de mapas que podem ser utilizados, tais como mapa social, de recursos naturais, de fluxos econômicos, de migração, do futuro. Caso seja a primeira técnica aplicada e os atores não conheçam a dinâmica de trabalho é aconselhável aplicar a forma mais simples desta ferramenta.

– Leitura da paisagem. Consiste na observação das características sociais, econômicas e ambientais *in loco*, buscando observar semelhanças e diferenças.

¹⁰ Nosso objetivo neste ponto é apenas apresentar as ferramentas utilizadas, para maiores informações do uso destas ferramentas consulte a bibliografia referenciada.

É possível destacar neste processo os ecossistemas, os tipos de agricultura, a estrutura fundiária, grau de intensificação das culturas e os animais que são criados. Podem ser utilizados materiais secundários como mapas, imagens do Google Maps bem como banco de dados com informações geográficas da localidade. Como produto pode ser produzido uma regionalização da localidade, agregando espaços homogêneos em termos das características observadas. “O resultado da aplicação da ferramenta Leitura da Paisagem constitui-se como instrumento capaz de subsidiar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e demais entidades para análise/formulação de políticas públicas adequadas à realidade do município, sendo necessário, para que isso venha a acontecer, divulgar melhor o documento, tanto para as entidades participantes como para outras também relacionadas com o setor rural” (Nicola, 2004, p. 33),

– Ranking de prioridades. O ranking normalmente é utilizado através de uma matriz, sendo que na linha vertical são colocados os itens que estão sendo analisados e em uma segunda coluna o valor de cada um destes itens. Após a mensuração e discussão de todos os itens é colocada uma ordem de prioridade, onde o mais votado ficará em primeiro lugar. Esta ferramenta é também conhecida como matriz de priorização.

– FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). Esta ferramenta permite visualizar a percepção dos aspectos positivos e negativos em nível interno e externo. No nível interno estão as fortalezas e fraquezas e no externo as oportunidades e ameaças. Após avaliar todas estas dimensões busca-se refletir como tirar vantagens das fortalezas, eliminar as fraquezas, usar as oportunidades e evitar as ameaças. Existe certa dificuldade de diferenciar claramente o que é interno e o que é externo, uma maneira simples de exemplificar é explicar que o externo é o que “não estão em nossas mãos” intervir sobre eles, dependendo de outros fatores e atores.

Após a aplicação das ferramentas é feita uma oficina para fechar o trabalho, planejar e estabelecer as ações que serão desenvolvidas. Nesse momento, bem como nos outros momentos de estruturação das atividades e reuniões, é utilizada a visualização móvel com o uso de painéis e tarjetas. O objetivo da visualização móvel é dar foco às discussões realizadas e estabelecer uma forma de diálogo visualizado das ideias-chaves e as ações que serão desenvolvidas. O método é conduzido por um moderador ou facilitador, registrando os aspectos importantes, porém mantendo sua imparcialidade nas opiniões emitidas (Brose, 2004, p. 170).

O fechamento deste planejamento participativo pode ocorrer num fórum municipal com os representantes envolvidos no processo e, posteriormente, num fórum regional estabelecendo as linhas de trabalho para região. Os resul-

tados obtidos em alguns municípios demonstram diversos aspectos positivos, principalmente sobre o percentual significativo de êxito nas ações produtivas, sendo mais baixas nos investimentos de infraestrutura comunitária e social (Stein, 2007, p. 131). Além destes indicadores mais quantitativos de ações, outras dimensões de impacto têm sido evidenciadas, tais como a melhoria na relação entre atores e melhoria na autoestima dos agricultores. Porém o processo não tem aspectos unicamente positivos e não representam uma solução mágica para o desenvolvimento rural, sendo assim abordaremos o através e o revés da participação no próximo ponto.

○ através e o revés da participação

Existe uma série de fatores que complexificam os resultados da aplicação destas ferramentas. O primeiro aspecto que pode ser considerado é que os resultados obtidos por estas metodologias estão relacionados com a postura dos facilitadores, podendo gerar empoderamento ou manipulação (Kreutz, 2004). Tradicionalmente os cursos de ciências agrárias não tem promovido uma qualificação que propicie abertura e formação cognitiva para estas habilidades, gerando alguns descompassos na ação. Estes profissionais estão acostumados com certa coerência cartesiana, estabelecendo relações lineares de causa e efeito (Thornton e Cimadevilla, 2010), perdendo assim a perspectiva educadora e emancipatória que uma perspectiva participativa deve carregar. As distorções se acumulam quando os “tempos” do processo participativo devem obedecer às exigências burocráticas do projeto, fazendo com que as ações não respeitem o processo do grupo.

Na prática metodológica existem duas circunstâncias que levam à distorção da aplicação destas ferramentas, uma delas é a desconsideração do conhecimento do agricultor e em outro extremo a idealização (Guivant, 1997). O que deve estar em mente é que os conhecimentos expressos são apenas uma percepção que o agricultor ou ator local tem da realidade, sendo este produto das suas relações com o mundo.

Outro aspecto a ser considerado é que o desenvolvimento das oficinas ocorre num processo de interação, ou seja, a opinião expressa está relacionada com este ambiente e com interlocutores específicos. Assim, a opinião ou ponto de vista expresso neste âmbito pode não ser o mesmo que será considerado no espaço privado. As relações de poder que permeiam as relações sociais não podem ser desconsideradas, necessitando sensibilidade para perceber aspectos do ambiente, como as falas, as ausências, os silêncios e a topografia dos

atores durante a realização de uma oficina. Uma análise etnográfica poderia detalhar os meandros e as frestas obscuras de muitos destes processos ditos participativos.

Numa dimensão macro podemos também considerar a escassa cultura democrática das comunidades, organizações e instituições públicas. Por um lado, a participação preconizada nos processos não é praticada nas organizações proponentes, que muitas vezes operam por estruturas hierárquicas estilo *top-down*. Da mesma forma muitas políticas públicas são implementadas, sem qualquer pertinência com as reais demandas das comunidades e com metas audaciosas e tempos exíguos.

Após mais de uma década de experiências a soma das críticas propicia que novas abordagens possam ser gestadas. Apesar dos limites observados nestes processos, devemos impedir o ressurgimento do pensamento tecnocrático e desumanizante, permitindo a emergência de novos atores e práticas no desenvolvimento rural.

Referências

- BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 3, p. 2-3, 1980.
- BRANDÃO, C. R. *Pesquisa participante*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BROSE, M. *Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.
- _____. *Da ditadura positivista à democracia participativa: a expansão da participação popular no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.
- BROSE, M.; AMARAL, A. V. *Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- BUARQUE, S. C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CHAMBERS, R. *Rural development: putting the last first*. New Jersey: Prentice Hall, 1983.
- CHAMBERS, R.; PACEY, A.; THRUPP, L. A. *Farmer first: farmer innovation and agricultural research*. Londres: Intermediate Technology Publications, 1989.
- CHESHIRE, L.; HIGGINS, V.; LAWRENCE, G. *Rural governance: international perspectives*. Londres: Taylor & Francis, 2006.
- COOKE, B.; KOTHARI, U. *Participation: the new tyranny?* Londres: Zed Books, 2001.
- DEPONTI, M. C. *Intervenção para o desenvolvimento rural – o caso da extensão rural pública no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2010.
- DIEGUES, A. C. S. A. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2004.

- ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving themes in rural development 1950s-2000s. *Development Policy Review*, v. 19 (4), p. 437-448, 2001.
- ENCINA, J. *Práxis Participativas desde el Medio Rural*. Madrid: IEPALA Editorial, 2003.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.
- GEILFUS, F. *80 herramientas para el desarrollo participativo*. San José: Iica, 2005.
- GERBER, M. L. *Planejamento participativo: a experiência da região administrativa da Emater/RS de Porto Alegre*. Monografia (Pós-graduação Lato Sensu). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais UFRRJ, Soropédica, 2002.
- GONSALVES, J. F. *Investigación y Desarrollo Participativo para la Agricultura y el Manejo Sostenible de Recursos Naturales*: libro de consulta. Ottawa: IDRC/CRDI, 2006.
- GUIJT, I.; SHAH, M. K. *The myth of community: gender issues in participatory development*. Londres: Intermediate Technology Publications, 1998.
- GUIVANT, J. Heterogeneidade de conhecimento no desenvolvimento rural sustentável. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, v. 14, p. 411-446, 1997.
- HARVEY, J. B. *The Abilene paradox and other meditations on management*. San Francisco: Jossey-Bass, 1988.
- HICKEY, S.; MOHAN, G. *Participation – from tyranny to transformation? Exploring new approaches to participation in development*. Londres: Zed Books, 2004.
- JOSCELYNE, V. L. M. et al. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- KREUTZ, I. J. *Descentralização, participação e planejamento do município de Pirapó-RS*. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Agroecossistemas, UFSC, Florianópolis, 2004.
- LOMA-OSORIO, G. FERRERRO y de. *De los proyectos de cooperación a los procesos de desarrollo: hacia una gestión orientada al proceso*. Tese de doutorado. Universidad Politécnica de Valencia, Departamento de Ingeniería, Valencia, 2003.
- MAFFESOLI, M. *A transfiguração do político: tribalização do mundo*. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- MILGRAM, S. *Obedience to authority: an experimental view*. Londres: Tavistock Publications Limited, 1974.
- NICOLA, M. P. *Ação extensionista e formação de capital social no Projeto Área Piloto-RS*. Dissertação (Mestrado). Curso de Mestrado em Extensão Rural, UFSM, Santa Maria, 2004.
- OSBORN, A. F. *Your creative power: how to use imagination*. Nova Iorque: C. Scribner's Sons, 1952.
- PEREIRA, M. N. C. E. A. *Relatório da capacitação em diagnóstico rápido em sistemas de produção*. Porto Alegre: Emater-RS, 1995.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

- RODRIGUES, P. *Fatores determinantes da adesão às propostas de desenvolvimento local: estudo de dois casos*. Monografia (Especialização). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2001.
- STEIN, M. F. *O planejamento participativo e a democratização das políticas públicas de desenvolvimento rural: o caso do município de Putinga/RS*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2007.
- THIOLLENT, M. T. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- THORNTON, R. D.; CIMADEVILLA, G. *Usos y abusos del participar*. Buenos Aires: INTA, 2010.
- VALENTE, R. C. *A GTZ no Brasil: uma etnografia da cooperação alemã para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-PAPERS, 2010.
- VERDEJO, E.; COTRIM, D.; RAMOS, L. *Diagnóstico rural participativo: guia prático*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, 2007.
- VIONE, G. F. *Metodologias participativas na construção de planos de desenvolvimento local*. Monografia (Pós-Graduação *Lato Sensu* em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

Sistemas agrários e desenvolvimento rural

Lovois de Andrade Miguel
Marcel Mazoyer

Introdução

A compreensão das condições de existência e as particularidades da evolução das sociedades agrárias e de suas respectivas formas de agricultura, tanto em sua expressão mais local quanto em sua expressão regional e nacional e, indiretamente, das dinâmicas agrícolas e agrárias próprias à agricultura, vêm sendo, há muito tempo, um enorme desafio para as diferentes áreas do conhecimento envolvidas com a promoção e a ação em prol do desenvolvimento rural.

Importantes avanços para a compreensão desses fenômenos foram proporcionados, sem dúvida, pela Geografia e pela História a partir do final do século XIX. Ao superarem as abordagens estáticas e restritas até então em voga, essas contribuições proporcionaram elementos fundamentais para a compreensão da gênese e conformação das sociedades agrárias. Identifica-se neste período a formulação de contribuições extremamente relevantes: a necessidade de uma abordagem pluri/multidisciplinar, a necessidade de estudos que abranjam longos períodos históricos, o método regressivo, o uso da cartografia e da estatística, o método comparativo, entre outras.

Especialmente a partir da metade do século XX, em grande parte em decorrência da reconfiguração geopolítica e econômica decorrente da Segunda

Guerra Mundial, cria-se a necessidade de compreender as diferentes formas de agricultura, o mundo rural e suas dinâmicas espaciais, socioeconômicas e produtivas. Fortemente instigada por essa situação e buscando fornecer elementos que permitam conciliar aspectos espaciais e temporais com um aprimoramento da compreensão da situação presente, constata-se, no âmbito da Geografia, em particular da Geografia Agrária,¹ a emergência do conceito de *sistemas agrários* (Deffontaines e Brossier, 2000). A partir dos anos 1960, a ciência agrônoma, procedeu a uma progressiva reelaboração e ajuste do conceito de sistema agrário, originalmente elaborado pelos geógrafos. A “descoberta” e a apropriação desse conceito pela ciência agrônoma estão intimamente relacionadas à necessidade de abordar dois fenômenos distintos que afetavam fortemente a agricultura na segunda metade do século XX.

O primeiro fenômeno está relacionado à aceleração do processo de modernização e intensificação da agricultura, baseado na disseminação e expansão da Revolução Verde.² O impacto contraditório resultante da utilização das técnicas de produção oriundas da Revolução Verde junto aos agricultores e produtores rurais e os resultados em termos sociais e ambientais decorrentes não corresponderam às expectativas esperadas pelos órgãos de extensão e pesquisa.

O segundo fenômeno pode ser atribuído à avaliação crítica dos resultados obtidos pelos grandes projetos e ações de desenvolvimento rural, implementados tanto em países do norte como nos países do sul, que reforçavam a necessidade de novas abordagens para a promoção do desenvolvimento agrícola. Parte considerável desses projetos e ações contribuíram minimamente, ou mesmo negativamente, para a promoção do desenvolvimento agrícola das regiões para as quais eles foram concebidos e executados. Nesse sentido, a bibliografia internacional é pródiga em exemplos de estudos e pesquisas que demonstraram os limites e as insuficiências das abordagens setoriais e de cunho analítico, preconizadas tanto pela pesquisa científica quanto pelos órgãos e instituições encarregados de conceber e executar tais projetos de desenvolvimento rural (a este propósito ver Dumont, 1986; Raynaut, 1997; Martine e Garcia, 1987; Graziano da Silva, 1982; entre outros).

¹ Disciplina da Geografia que busca entender os fenômenos humanos que compreendem as atividades econômicas e ecofisiográficas das áreas cultivadas pelos agrupamentos humanos.

² Entende-se por Revolução Verde o processo de modernização técnica e produtiva ocorrido na agricultura e que teve início no final do século XIX (em algumas regiões do norte), mas, sobretudo, a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Também chamada de Segunda Revolução Agrícola dos Tempos Modernos, a Revolução Verde está baseada na utilização de insumos externos de origem industrial (adubos químicos, combustíveis fósseis, agrotóxicos, etc.), de motomecanização e de plantas e animais selecionados (Mazoyer e Roudart, 2010).

É, portanto, no bojo desse processo de questionamento e busca de novos referenciais conceituais e abordagens metodológicas – que permitissem uma melhor compreensão das realidades agrárias – que o conceito de sistemas agrários foi adotado, reelaborado e reformatado pelas ciências agrárias e, em especial, nas áreas relacionadas a extensão e ao desenvolvimento rural.

A abordagem de sistemas agrários

A abordagem de sistemas agrários preconiza que a compreensão das dinâmicas agrícolas e agrárias passa, necessariamente, por um conhecimento aprofundado e sistemático do processo evolutivo e do contexto histórico onde operam e se articulam as sociedades agrárias. Nesse sentido, a compreensão do processo de formatação de uma agricultura exige uma considerável apreensão das particularidades relacionadas a seus aspectos intrínsecos ou internos (condicionantes ambientais, estrutura social, mercado, conhecimento técnico, etc.) e externos (economia nacional, sistema político, relações de troca, inserção internacional, etc.).

Assim, de acordo com Mazoyer e Roudart (2010), passa a ser imprescindível explicar as origens, as transformações e o papel da agricultura no futuro do homem e da vida, em diferentes épocas e nas diferentes partes do mundo. Segundo esses autores, torna-se indispensável dispor de um corpo de conhecimentos que possa ao mesmo tempo integrar-se à cultura geral e constituir uma base conceitual, teórica e metodológica para todos aqueles que têm a ambição de intervir no desenvolvimento agrícola, econômico e social.

As Ciências Agrárias, ao menos em um momento inicial, vislumbravam a utilização do referencial teórico-metodológico proporcionado pelo conceito de sistemas agrários como uma ferramenta para aprimorar e qualificar a compreensão de realidades agrárias complexas. No entanto, a utilização desse instrumento demonstrou o elevado potencial dessa abordagem tanto para a elaboração como para a execução de ações e intervenções em prol do desenvolvimento rural (Miguel, 2009). De maneira geral, alguns elementos teórico-metodológicos distintos são recorrentes e podem ser identificados nas principais definições e abordagens inspiradas no conceito de sistemas agrários como o enfoque sistêmico, a análise dinâmica e histórica, a materialidade espacial e a estrutura social e produtiva.

A utilização do enfoque sistêmico permite explicar os mecanismos internos que orientam e condicionam uma realidade agrária e que, muitas vezes, dependem não somente das propriedades de seus elementos constitutivos,

mas, sobretudo, de suas inter-relações. Esse preceito impõe considerar que a agricultura, em seu sentido mais amplo, não é uma simples justaposição de atividades produtivas e de fatores de produção, mas, sim, um sistema organizado em torno de interações entre seus múltiplos componentes (Miguel, 2009 e Figueredo e Miguel, 2007).

A abordagem multidisciplinar é vista como sendo não somente uma justaposição de disciplinas, mas um processo dinâmico de interrogação mútua, organizado em torno de uma problemática comum. A cada disciplina corresponde uma área de investigação específica a seu objeto de estudo e com seus métodos de trabalho específicos. Como cada disciplina intervém mais particularmente em determinado nível de compreensão dos fenômenos, a contribuição da multidisciplinaridade consiste em permitir a organização do questionamento entre esses diferentes níveis (Gret, 1984).

Ao recorrer à análise dinâmica, busca-se evidenciar os aspectos contraditórios do processo de desenvolvimento, abordando não somente as lógicas de funcionamento de uma realidade agrária, mas, igualmente, a evolução de suas condições de existência (Gret, 1984; Jouve, 1992).

Em Mazoyer (1985) encontra-se seguramente a definição de sistema agrário mais atual, completa e ampla no âmbito das Ciências Agrárias. Segundo este autor, um sistema agrário “é um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um conjunto de forças de produção adaptado às condições bioclimáticas de um espaço definido e que responde às condições e às necessidades sociais do momento” (Mazoyer, 1985, p. 11). Pode-se definir um sistema agrário como sendo a combinação de uma série de variáveis entre as quais se destacam o meio cultivado; os instrumentos de produção (materiais e força de trabalho); o modo de artificialização do meio; a divisão social do trabalho entre agricultura, artesanato e indústria; os excedentes agrícolas e as relações de troca com outros atores sociais; as relações de força e de propriedade que regem a repartição do produto do trabalho, dos fatores de produção e dos bens de consumo; o conjunto de ideias e instituições que permitem assegurar a reprodução social.

Portanto, é no quadro da abordagem de sistemas agrários que podemos vislumbrar os elementos teóricos capazes de apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber, em grandes linhas, as transformações históricas e a diferenciação geográfica das diferentes formas de agricultura implementadas pela humanidade. Para compreender o que é um sistema agrário, é preciso, em princípio, distinguir, de um lado, a agricultura tal qual ela é efetivamente praticada, conforme se pode observar, o que constitui um *objeto real de conhecimento*; e, por outro lado, o que o observador pensa desse

objeto real e o que diz sobre ele, o que forma um conjunto de conhecimentos abstratos, que podem ser metodicamente elaborados para constituírem um verdadeiro objeto concebido, ou *objeto teórico de conhecimento* e de reflexão (Mazoyer e Roudart, 2010).

A agricultura, tal qual se pode observar em dado lugar e em dado momento, aparece, em princípio, como um objeto ecológico e econômico complicado, composto de um meio cultivado e de um conjunto de unidades de produção (ou propriedades) agrícolas vizinhas, que entretêm e que exploram a fertilidade desse meio. Levando para mais longe o olhar, observaremos que as formas de agricultura praticadas em dado momento variam *de uma localidade a outra*. Se estendermos por um longo período a observação em dado lugar, constataremos que as formas de agriculturas praticadas *variam de uma época para outra*.

Dito de outra forma, a agricultura apresenta-se como um conjunto de formas locais, variáveis no espaço e no tempo, tão diversas quanto as próprias observações. No entanto, apesar dessa diversidade, verifica-se também que as formas locais de agricultura, praticadas em uma região, em uma época determinada, se assemelham suficientemente para serem aproximadas e classificadas em uma mesma categoria. Mas se aprofundarmos essas observações e as seguirmos por mais tempo, distinguiremos então formas de agricultura muito diferentes, que podem ser classificadas em várias categorias. Assim, pouco a pouco, descobrimos que as múltiplas formas de agricultura antigas identificáveis podem ser classificadas em um número finito de categorias, cada uma das quais ocupa um lugar determinado no tempo e no espaço, da mesma maneira que classificamos outros objetos mutáveis, como os seres vivos, os solos, os povoamentos vegetais, etc.

As formas de agricultura observáveis aparecem, pois, como objetos muito complexos, que podemos, todavia, analisar e conceber em termos de sistema. Ora, analisar e conceber um objeto *complexo* em termos de sistema é, em um primeiro momento, delimitá-lo; ou seja, traçar uma fronteira, virtual, entre esse objeto e o resto do mundo; e é considerá-lo como um todo, composto de subsistemas hierarquizados e interdependentes. Analisar e conceber um objeto complexo e animado em termos de sistema é também considerar seu funcionamento como uma combinação de funções interdependentes e complementares, que asseguram a circulação interna da matéria, da energia e, tratando-se de um objeto econômico, do valor, e suas relações com o exterior (Mazoyer e Roudart, 2010).

Portanto, o desenvolvimento de um sistema agrário resulta da dinâmica de suas unidades de produção agrícola. Pode-se assim afirmar que o

desenvolvimento geral ocorre quando todos os tipos de unidades de produção progridem, adquirindo novos meios de produção, desenvolvendo suas atividades, aumentando suas dimensões econômicas e seus resultados. O desenvolvimento é desigual quando certas unidades progridem muito mais depressa que outras. No entanto, o desenvolvimento é contraditório quando certas unidades progridem enquanto outras estão em crise e regridem. A crise de um sistema agrário é considerada geral quando todos os tipos de unidades de produção regridem e tendem a desaparecer. Em certos casos, as unidades de produção que progridem podem adotar novos meios de produção, desenvolver novas práticas e novos sistemas de cultura e de criação e, portanto, engendrar um novo ecossistema cultivável: assim emerge um novo sistema agrário. Chama-se revolução agrícola essa mudança no sistema agrário. Assim, ao longo do tempo, podem surgir, desenvolver-se, declinar e suceder-se, em uma dada região do mundo, sistemas agrários que constituem as etapas de uma série evolutiva característica daquela região (Mazoyer e Roudart, 2010).

A análise da dinâmica dos sistemas agrários nas diferentes partes do mundo e em diferentes épocas permite retomar o movimento geral de transformação, no tempo e no espaço, da agricultura, e expressá-lo sob a forma de uma teoria da evolução e da diferenciação dos sistemas agrários. Concebido desta forma, cada sistema agrário é a expressão teórica de um tipo de agricultura historicamente constituído e geograficamente localizado. Ele é composto de um ecossistema cultivado característico e de um sistema social produtivo definido, que permite explorar sustentavelmente a fertilidade do ecossistema cultivado correspondente. O sistema produtivo é caracterizado pelo tipo de instrumento e de energia utilizado para desmatar o ecossistema, para renovar e para explorar sua fertilidade. O tipo de instrumento e de energia utilizado é, por sua vez, condicionado pela divisão do trabalho hegemônico na sociedade da época (Mazoyer e Roudart, 2010).

Um sistema agrário não pode ser analisado independentemente das atividades a montante que fornecem os meios de produção. Tampouco pode ser analisado independentemente da utilização que é feita de seus produtos pelas atividades a jusante e pelos consumidores. Tampouco pode ser analisado independentemente de outros sistemas agrários concorrentes, pois estes também colaboram para satisfazer as necessidades da sociedade.

O conceito de sistema agrário é o instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de toda forma de agricultura real pela análise metódica de sua organização e de seu funcionamento. Este conceito permite também classificar inúmeras formas de agricultura identificáveis no passado

ou observáveis no presente em um número limitado de sistemas, caracterizados cada um por um gênero de organização e de funcionamento. A teoria da evolução dos sistemas agrários é o instrumento que permite representar as transformações incessantes da agricultura de uma região do mundo como uma sucessão de sistemas distintos, que constituem as etapas de uma série histórica definida. Enfim, a teoria da diferenciação dos sistemas agrários é o instrumento que permite apreender suas grandes linhas e explicar a diversidade geográfica da agricultura em uma dada época (Mazoyer e Roudart, 2010).

Esses instrumentos intelectuais têm uma função heurística: eles permitem apreender, analisar, compreender e explicitar uma realidade infinitamente complexa, extremamente diversificada e constantemente mutável. Mas, por outro lado, explicando metodicamente a organização e o funcionamento de um sistema agrário, concebemos um tipo de arquétipo que proporciona uma imagem coerente e harmoniosa dessa agricultura. Esse arquétipo – que evidencia a racionalidade de uma espécie particular de agricultura, que no fundo é sua razão de ser, de estender-se, de perpetuar-se, adaptando-se no espaço e no tempo – é necessário para identificar e para classificar as formas de agricultura observáveis como pertencentes àquela espécie e para reconhecer suas particularidades e suas eventuais disfunções. Nesse sentido, a concepção de um sistema agrário típico não deve cair na idealização e, menos ainda, na apologia. É preciso fazer a análise dos limites espaciais e temporais daquele sistema.

Além do conceito de sistema agrário, deve-se ressaltar a existência de uma série de conceitos de cunho sistêmico utilizados no âmbito das Ciências Agrárias. Esses conceitos sistêmicos, de abrangência mais micro, são utilizados para descrever e caracterizar os processos produtivos e técnicos que ocorrem na unidade de produção agrícola (UPA). Dentre estes conceitos, destacam-se os conceitos de Itinerário Técnico, Modo de Condução, Sistema de Cultivo, Sistema de Criação, Sistema de Produção e Sistema Social (Quadro 1). Entende-se que uma unidade produção agrícola (UPA) é um sistema composto de um conjunto de elementos em interação (sistemas de cultivo e/ou criação e/ou transformação), influenciados pelos objetivos do agricultor/ produtor rural e sua família (sistema social), aberta e em interação com o meio externo (econômico, ambiental e humano) (Miguel, 2009). Assim, a UPA pode ser concebida como o objeto resultante da interação do sistema social com o sistema de produção.

QUADRO 1

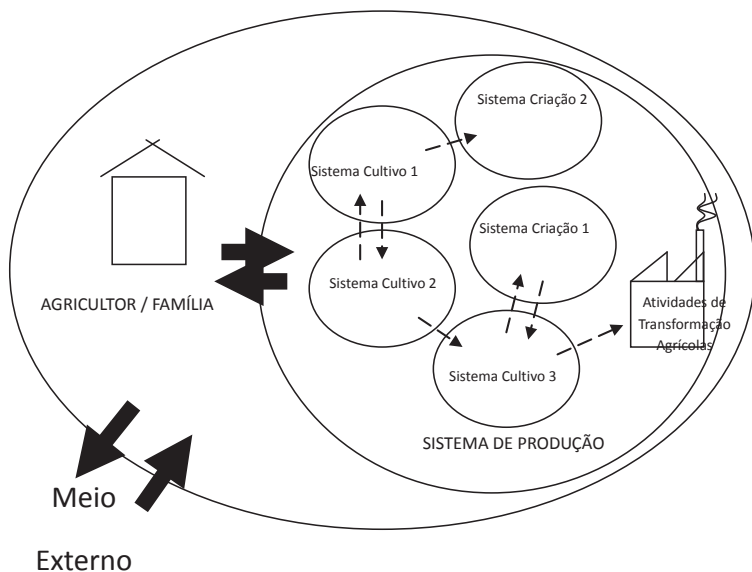
Principais conceitos sistêmicos utilizados no âmbito das Ciências Agrárias para caracterizar e avaliar as unidades de produção agrícola e seu funcionamento

<p>Itinerário Técnico (<i>crop system / itinéraire technique</i>): é a sucessão lógica e ordenada de operações agrícolas utilizadas no cultivo de uma espécie vegetal (Sebillotte, 1990).</p>
<p>Modo de Condução (ou manejo da criação): é a sucessão lógica e ordenada das técnicas de criação aplicadas a uma categoria de uma espécie animal, domesticada ou não (Landais, Lhoste e Milleville, 1987).</p>
<p>Sistema de Cultivo (<i>crop pattern / système de culture</i>): consiste na descrição dos cultivos (e de seus itinerários técnicos específicos) realizados em nível de uma parcela e seguindo uma ordem de sucessão conhecida e recorrente. Um sistema de cultivo pode ser definido pelos tipos de cultivos, pela ordem de sucessão dos cultivos em nível da parcela, bem como pelo itinerário técnico implementado em cada cultivo (Sebillotte, 1990).</p>
<p>Sistema de Criação (<i>système d'élevage</i>): pode ser definido pela combinação dos diferentes modos de condução (ou manejos) aplicados às diferentes categorias de uma espécie animal. Consiste nas atividades coordenadas pelo homem para valorizar produtos agrícolas ou não agrícolas através de animais para obter um produto (leite, carne, peles, trabalho, esterco, etc.) ou com outros objetivos: religião, <i>status</i> social, etc. (Landais, Lhoste e Milleville, 1987).</p>
<p>Sistema de Produção (<i>farming system / système de production</i>): é a combinação de sistema(s) de cultivo e/ou sistema(s) de criação dentro dos limites autorizados pelos fatores de produção de que uma unidade de produção agrícola dispõe (disponibilidade de força de trabalho, conhecimento técnico, superfície agrícola, equipamentos, capital, etc.). Integra igualmente as atividades de transformação e conservação de produtos animais, vegetais e florestais realizados dentro dos limites da unidade de produção agrícola (Dufumier, 2007).</p>
<p>Sistema Social: compreende as práticas sociais, as representações, as estratégias e os objetivos manifestados, de maneira explícita ou não, pelos agricultores/produtores rurais e suas famílias (Miguel, 2009).</p>

Fonte: Organização dos autores

Segundo a abrangência e encadeamento, estes conceitos permitem reconstituir e compreender o funcionamento de partes ou mesmo da totalidade de uma unidade de produção agrícola, hierarquizando os seus componentes mas, sobretudo, evidenciando os fluxos e as trocas (em energia, matéria, capital) entre estes componentes (Quadro 2).

QUADRO 2
Representação de uma unidade de produção agrícola (UPA)
e seus elementos componentes



Fonte: Adaptado de Miguel (2009, p. 25).

Esses conceitos sistêmicos permitem restituir, de maneira hierarquizada e lógica, a estrutura, a organização e as relações existentes em uma unidade de produção agrícola. Cabe ressaltar que, por sua abrangência de microanálise, tais conceitos são perfeitamente combináveis e complementares com o conceito de sistema agrário.

Operacionalização do conceito de sistema agrário

A operacionalização do conceito de sistemas agrários no estudo de uma realidade agrária ou de uma forma de agricultura é realizada basicamente através da realização de um diagnóstico de sistemas agrários, também chamado “análise-diagnóstico de um sistema agrário” (ADSA).

As principais etapas de um diagnóstico de sistemas agrários, segundo Gret (1984), Jouve (1992), Cochet (2011) e Dufumier (2007), são as seguintes:

- **Zoneamento regional:** Primeira e incontornável etapa de um diagnóstico de sistemas agrários, esta etapa consiste na identificação do espaço geográfico no qual os elementos do tipo ecológico e do tipo antrópico se articulam entre si de maneira organizada e finalizada. O espaço geográfico deve ser necessariamente definido e delimitado de maneira clara e precisa pelo pesquisador. Essa delimitação do espaço geográfico é uma “construção” progressiva, segundo a necessidade e o interesse do pesquisador. O zoneamento regional deve delimitar espaços agrários que abarquem características socioeconômicas e geomorfopedológicas relativamente homogêneas e consistem em uma descrição das diferentes “paisagens agrárias” identificáveis no espaço geográfico.
- **Caracterização da evolução e diferenciação dos sistemas agrários:** Esta etapa consiste na reconstituição da evolução e diferenciação dos sistemas agrários que se sucederam no espaço e no tempo no espaço geográfico em estudo. Essa reconstituição, além da utilização de informações qualitativas, deve fazer uso, dentro do possível, de “variáveis socioeconômicas e produtivas” que apresentem informações relevantes acerca da agricultura e do mundo rural. Nesse sentido, deve-se ter o cuidado de buscar explicitar as causas e fatores desencadeadores do declínio/decadência e surgimento/apogeu dos diferentes sistemas agrários que se sucederam ao longo da história agrária.

Além destas duas etapas, o diagnóstico de sistemas agrários pode comportar mais três etapas, posteriores às etapas acima descritas:

- **Caracterização e tipologia dos sistemas de produção:** Consiste no estudo das unidades de produção e na elaboração da tipologia dos sistemas de produção. Pressupõe a construção teórica dos diferentes tipos de sistemas de produção a partir de seu reagrupamento, de acordo com as características e especificidades identificadas nas diferentes unidades de produção da região de estudo.
- **Estudo aprofundado dos sistemas de produção:** Consiste no aprofundamento do estudo dos sistemas de produção com o objetivo de testar hipóteses elaboradas ao longo das etapas precedentes.
- **Proposição e execução de ações e projetos:** Busca identificar, selecionar e difundir possíveis tecnologias que permitam superar as limitações de desenvolvimento; pode igualmente desembocar na realização de novas ações de pesquisa ou políticas públicas, gerais ou específicas.

Cabe salientar que estas três etapas são fortemente relacionadas com a realidade agrária atual e, portanto, são seguidamente utilizadas em estudos e projetos relacionados a ações de desenvolvimento rural.

As fontes de informação para a realização de um diagnóstico de sistemas agrários são bastante variadas e amplas, podendo ser primárias (informações e dados coletados diretamente pelo pesquisador) ou secundárias (coletadas por terceiros e apropriadas pelo pesquisador).

Assim, as principais fontes de informação são:

- informações locais (entrevistas com “informantes-chave”,³ “leitura da paisagem”,⁴ etc.);
- fontes históricas (relatórios, antigos registros, etc.);
- dados secundários (censos, mapas, fotos aéreas, cadastros, trabalhos acadêmicos, etc.);
- bibliografia geral de abrangência regional/nacional;
- bibliografia local.

Para a realização de um diagnóstico de um sistema agrário, recomenda-se observar, com grande cuidado e atenção, alguns princípios, tais como:

- analisar as condições de implementação de inovações em determinado meio rural através do estudo e da experimentação das condições de apropriação dessas inovações pelos grupos sociais locais;
- levar em consideração as relações sociais, as contradições e limitações dos grupos sociais;
- buscar a participação, ao lado dos técnicos e pesquisadores, dos produtores e agricultores envolvidos;

³ São informantes-chave indivíduos detentores de conhecimento e de informações de abrangência local, seja pelas suas atividades profissionais (agrônomos, médicos, engenheiros, etc.), seja por seu período de permanência como moradores ou produtores na região (antigos moradores, agricultores aposentados, políticos, etc.). Muitas vezes, as informações obtidas de forma oral junto aos informantes-chave são a única fonte histórica disponível em nível local e microrregional para embasar o processo de reconstituição da evolução e diferenciação dos sistemas agrários.

⁴ Também chamada de análise da paisagem, a leitura da paisagem consiste na observação e descrição das paisagens agrárias de uma determinada região. As paisagens agrárias são a expressão visível do modo como uma sociedade organizou, explorou e antropizou seu espaço rural, no tempo e no espaço. Podem-se, assim, delimitar os espaços geográficos segundo os modos de exploração do meio implementados pelas sociedades agrárias locais. O principal resultado esperado de uma leitura da paisagem é proporcionar a formatação de um zoneamento agroecológico preliminar da região de estudo. Para mais detalhes ver Miguel (2009).

- buscar a concepção e elaboração de inovações socialmente apropriadas e ecológica e economicamente adaptadas às condições reais das atividades produtivas.

Os principais objetivos de um diagnóstico de sistemas agrários, segundo Gret (1984), Brossier (1987), Cochet (2011) e Jouve (1992), são:

- detectar os principais fatores e condições limitantes da produção agrícola, hierarquizá-los, pesquisar e experimentar localmente as propostas de solução;
- verificar as condições de apropriação das inovações propostas e as condições para difundi-las para um maior número de agricultores e produtores rurais;
- realimentar a pesquisa fundamental, fornecendo um diagnóstico pertinente e realista do meio rural em questão;
- permitir a capacitação e o aperfeiçoamento de pesquisadores, técnicos, agricultores e produtores rurais;
- subsidiar a concepção e a implantação de políticas e programas de desenvolvimento rural de abrangência local, regional ou nacional.

Segundo Miguel (2009), Cochet (2011) e Apollin e Eberhart (1999), a realização de um diagnóstico de sistemas agrários demanda alguns cuidados de cunho metodológico e operacional, tais como:

- utilizar espaços geográficos homogêneos e delimitados espacialmente, ou seja, proceder à realização de um zoneamento agroecológico no qual sejam descritos as características geomorfoclimáticas e os modos de ocupação e utilização do espaço geográfico em estudo;
- elaborar hipóteses sucessivas e progressivas sobre as situações e as realidades identificadas, de modo a permitir um avanço progressivo e contínuo no processo de conhecimento e diagnóstico da realidade agrária;
- evitar desviar o foco do estudo, que deve ter como objeto central a caracterização da realidade agrária local e a evolução do modo de exploração do meio (nunca esquecer que o foco principal é a história da agricultura e do meio explorado, e não a história dos personagens e pessoas eminentes locais);
- levar em conta que a evolução de um sistema agrário não é necessariamente linear e completa, ou seja, que as diferentes etapas de um processo de evolução e diferenciação dos sistemas agrários dificilmente eliminam resíduos de formas e modos de agricultura anteriores; e igual-

mente, que a temporalidade dos eventos nem sempre pode ser definida com precisão, persistindo períodos de sombreamento e de transição entre o novo sistema agrário emergente e o antigo sistema agrário em regressão e em vias de desaparecimento;

- buscar explorar as diferentes dimensões e escalas espaciais/temporais e suas articulações, pois, com tal procedimento, podem-se confrontar os acontecimentos e situações de cunho mais local com eventos mais gerais ou de maior abrangência. Nesse sentido, procurar recorrer constantemente ao estudo das regiões ditas “de entorno”, pois muitos dos eventos e das realidades vivenciadas e identificadas nessas áreas “de entorno” podem se reproduzir, em maior ou menor grau, na área de estudo;
- buscar identificar e descrever os eventos e fatos históricos (locais, nacionais ou internacionais) que permitam explicar as grandes tendências evolutivas (crises, tensões e fatos históricos locais/regionais/nacionais ou internacionais causadores de rupturas e mudanças) que influenciaram a emergência ou o declínio de um sistema agrário;
- evitar particularidades e especificidades não representativas da região de estudo. É bastante comum a generalização errônea de fatos ou eventos únicos ou particulares de poucos indivíduos para o contexto de toda a área ou região de estudo;
- confrontar e/ou cruzar informações e dados obtidos em diferentes fontes de informação (prática chamada de “triangulação” de fontes). Esses procedimentos são indispensáveis para a realização de um diagnóstico de sistemas agrários; eles são tão mais úteis e válidos quanto mais precárias forem as fontes de informação escritas. O cruzamento de fontes diferentes de informações permite realizar uma triagem das informações equivocadas ou avaliadas de maneira errônea e, assim, apurar a qualidade das informações disponíveis. Não hesitar em descartar fontes aparentemente confiáveis, quando estas se mostram irrealis ou destoam das demais fontes de informação;
- buscar a otimização na obtenção e nas trocas de informação, tendo em vista que o tempo e os meios para a realização de um estudo de sistemas agrários são geralmente limitados. Para tanto, alguns princípios gerais são valiosos e podem auxiliar na otimização dos diagnósticos de sistemas agrários:
 - **Princípio da Ignorância Ótima** (“ignorar o que não é necessário saber para a compreensão do objeto de estudo”);

- **Princípio da Imprecisão Adequada** (“não medir nada com mais precisão do que for necessário para a compreensão do objeto de estudo”);
- **Princípio da Saturação** (“parar os levantamentos de dados, quando novas informações não acrescentarem nada de novo”).

Pela sua concepção flexível e grande abrangência, a abordagem de sistemas agrários se mostra um método rápido, pouco exigente em recursos humanos e financeiros e, sobretudo, articulável e complementar a um grande número de abordagens teórico-metodológicas corriqueiramente utilizadas na área do desenvolvimento rural. Igualmente, estas características permitem a esta abordagem uma utilização em aproximações iniciais de realidades agrárias complexas ou sobre as quais dispomos de conhecimento limitado ou segmentado.

Limites e contribuições da abordagem de sistemas agrários no âmbito do desenvolvimento rural

Multidisciplinar na sua essência, a abordagem de sistemas agrários se mostra um método adequado para a compreensão das condições de existência e evolução das sociedades agrárias, tanto na sua dimensão histórica como no que tange a sua dimensão geográfica. Pela sua concepção sistêmica, esta abordagem se mostra igualmente uma poderosa e eficaz ferramenta na concepção, implementação, monitoramento e avaliação de ações em prol do desenvolvimento rural, tanto em nível do poder público quanto da iniciativa privada. Assim, a abordagem de sistemas agrários configura-se como incontornável na concepção de procedimentos de intervenção em realidades agrárias complexas, sobretudo em países em desenvolvimento. Tais considerações se justificam, em grande parte, pelo fato que as abordagens ditas “clássicas” se mostram impraticáveis frente a difícil realidade encontrada nestas situações. Igualmente, pode-se justificar estas considerações pela crescente limitação em recursos financeiros e em tempo que as áreas da pesquisa e da cooperação em prol do desenvolvimento rural têm sendo submetidas nos últimos tempos.

Apesar de uma importante contribuição para a reflexão sobre o desenvolvimento rural e a compreensão de realidades agrárias complexas, o aprimoramento e a vulgarização deste procedimento têm enfrentado problemas e limitações. Entre as limitações identificadas, salienta-se as dificuldades em ultrapassar o difícil equilíbrio entre a prática do desenvolvimento (proposições

operacionais e de resultados a curto prazo) e o ritmo e exigências próprias à atividade de pesquisa. No que tange aos problemas de cunho teórico-metodológicos, pode-se ressaltar as sérias dificuldades encontradas ao tentar modelizar os comportamentos humanos (estratégias dos atores, ambivalência dos comportamentos, ambiguidade das representações, etc.) sob forma de sistema, mais particularmente de sistema social. Igualmente, a identificação das racionalidades e lógicas dos atores sociais implicam na necessidade de um *savoir-faire* nem sempre presente nas equipes encarregadas na implementação de projetos e ações em desenvolvimento rural. Enfim, identifica-se uma série de dificuldades na delimitação do campo de atuação dos pesquisadores/técnicos e dos agricultores e produtores rurais. Seguidamente, tais situações se apresentam na forma de desvios na qualidade da observação por parte do pesquisador (julgamentos pessoais e subjetivos) ou induzindo os atores sociais, ou uma parte deles, a adotarem novas estratégias distintas das esperadas ou almejadas.

Referências

- APOLLIN, F.; EBERHART, C. *Análisis y diagnóstico de los sistemas de producción en el medio rural*: guía metodológica. Quito: Camaren, 1999. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/561.pdf>>.
- BROSSIER, J. Système et système de production – note sur ces concepts. *Cahiers des Sciences Humaines*, Paris, v. 23, n. 3-4, p. 377-90, 1987.
- COCHET, H. *L'Agriculture Comparée*. Paris: Editions Quae/NSS Dialogues, 2011.
- DEFFONTAINES, J.-P.; BROSSIER, J. Système agraire et qualité de l'eau. *Natures, Sciences Sociétés*, Paris, v.8, n.1, p. 14-25, 2000.
- DUFUMIER, M. *Projetos de desenvolvimento agrícola*: manual para especialistas. Salvador: EDUFBA, 2007.
- DUMONT, R. *Pour l'Afrique, j'accuse*. Paris: Plon, 1986. (Coll. Terre Humaine).
- FIGUEREDO, O. A. T.; MIGUEL, L. de A. Algumas considerações sobre o desenvolvimento rural a partir da perspectiva sistêmica. VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção da SBSP. *Anais...* Fortaleza, 2007. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/564.pdf>>.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRET. *Démarches de recherche développement appliquées au secteur de la production rurale des pays en voie de développement*. Paris: BLACT/CFECTI/GRET/SGAR-PACA, 1984. (Coll. des Ateliers Technologique et Développement).
- JOUBE, P. *Le diagnostic du milieu rural*: de la région à la parcelle. Montpellier: Centre National d'Études Agronomiques des Régions Chaudes, 1992. (Études et Travaux du CNEARC, n. 6).

LANDAIS, É.; LHOSTE, P.; MILLEVILLE, P. Points de vue sur la zootechnie et sur les systèmes d'élevage tropicaux. *Cahiers des Sciences Humaines*, Paris, v. 23, n. 3-4, p. 421-37, 1987.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.

MAZOYER, M. *Dynamique des systèmes agraires*. Rapport de Synthèse. Paris: Ministère de la Recherche et de l'Enseignement Supérieur, 1985.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Brasília/São Paulo: NEAD/MDA e Editora da UNESP, 2010. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/790.pdf>>

MIGUEL, L. de A. (Org.). *Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série EAD/SEAD/UFRGS). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/727.pdf>>

RAYNAUT, C. (Org.). *Sabels: diversité et dynamiques des relations sociétés-nature*. Paris: Karthala, 1997.

SEBILLOTTE, M. Système de culture, un concept opératoire pour les agronomes. In: COMBE, L.; PICCARD, D. (Org.). *Les systèmes de culture*. Paris: INRA, 1990, p.165-96.

Sobre os autores e as autoras

Alberto Bracagioli Neto – Graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de Pelotas. É doutorando em Desenvolvimento Rural no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Assessor da direção da Ascar/Emater. E-mail: abracagioli@gmail.com.

Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto – Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutorado pela Université de Paris X, Nanterre. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS. E-mail: mielitz@ufrgs.br.

Catia Grisa – Engenheira Agrônoma (UFPEL), doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), com Doutorado Sanduíche no Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD), em Montpellier/França, professora na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: catiagrisa@yahoo.com.br.

Clarice Fröhlich – Graduada em Ciências Físicas e biológicas (UNIJUI), mestre em Matemática Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora no curso de Ciências Contábeis e de Administração da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). E-mail: clarifro@via-rs.net.

Claude Raynaut – Diretor de pesquisa do Centro Nacional da Pesquisa Científica da França, responsável pela equipe de pesquisa interdisciplinar sobre processos de desertificação na região central de Níger e secretário-geral da Associação Francesa de Antropologia. E-mail: craynaut@hotmail.com.

Egon Roque Frohlich – Bacharel em Filosofia e doutor em Mass Communications pela University of Wisconsin (EUA). Atualmente, atua como docente colaborador convidado junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – mestrado e doutorado multidisciplinares (PGDR/UFRGS). E-mail: egonfrohlich@terra.com.br.

Ely José de Mattos – Graduação em Ciências Econômicas e doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: elymattos@gmail.com.

Fabiano Escher – Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), doutorando em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). E-mail: escher_fab@hotmail.com.

Fabio de Lima Beck – Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Educação pela Universidade de Londres. Atualmente é professor no curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. E-mail: 00001549@ufrgs.br.

Gabriela Coelho-de-Souza – Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Botânica, ênfase em Etnobotânica, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: gabrielacoelho-desouza@gmail.com.

Guilherme Francisco Waterloo Radomsky – Possui graduação em Ciências Sociais, doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é professor dos Programas de Pós-graduação em Sociologia (PPGS/UFRGS) e em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: guilherme.radomsky@ufrgs.br.

Jalcione Pereira de Almeida – Doutor em Sociologia na Universidade de Paris X. Estágio pós-doutoral na Universidade de Paris VII. É professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). E-mail: 00009434@ufrgs.br.

José Carlos Gomes dos Anjos – Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pós-doutorado na Ecole Normale Supérieure de Paris. Atualmente é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul atuando na Pós-Graduação em Sociologia e Desenvolvimento Rural e é coordenador do curso de doutorado em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde. E-mail: jc.dosanjos@docente.unicv.edu.cv.

Leonardo Xavier da Silva – Possui graduação em Ciências Econômicas (PUC-RS) e doutorado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professor vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e em Agronegócios (PPGAgronegócios). E-mail: 00009969@ufrgs.br.

Lovois de Andrade Miguel – Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutorado em Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agrícola pelo Institut National Agronomique Paris Grignon e pós doutorado na AgroParisTech. Atualmente é coordenador e professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). E-mail: lovois@ufrgs.br.

Luciana Leite Lima – Professora do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui doutorado em Ciências Sociais pela Unicamp e mestrado em Sociologia pela UFRGS. E-mail: lucianaleitelima@hotmail.com.

Magda Maria Zanoni – Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Sociologia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne). Atualmente é maitres de conférences da Université de Paris VII - Université Denis Diderot, funcionária da Université de Paris X, Nanterre e funcionária da Université de Bordeaux I. E-mail: magdazanoni@gmail.com.

Marcel Louis Mazoyer – Agrônomo pelo Institut National Agronomique Paris – Grignon (INA PG), doutor em Sistemas Agrários pela École Nationale des Eaux et Forêts (ENGREF), professor emérito do Institut des Sciences et Industries du Vivant et de l'Environnement (AgroParisTech). E-mail: mazoyer.marcel@gmail.com.

Marcelo Antonio Conterato – Graduado em Geografia (UFSM) e doutorado em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Atualmente é docente da UFRGS, com atuação no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR). E-mail: marcelo.conterato@ufrgs.br.

Marcio Gazolla – Engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Santa Maria, mestrado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado-sanduíche em Desenvolvimento Rural na Università di Pisa (Itália). É professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/Campus de Frederico Westphalen/RS. E-mail: marciogazolla@smail.ufsm.br.

Marcus Vinicius Alves Finco – Economista (FURG), com pós-doutorado na School of Forestry & Environmental Studies da Yale University (EUA) e no Institute of Agricultural Economics da Universität Hohenheim (Alemanha). Professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT). É docente colaborador do mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: marcus.finco@gmail.com.

Marília Patta Ramos – Possui graduação em licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais (UFRGS), doutorado em Sociologia – Purdue University e pós-doutoramento no Programa Vilmar Faria (PVF) de Análise Quantitativa em Políticas Públicas no Population Research Center (PRC), da Universidade do Texas. É orientadora de mestrado e doutorado no PPG de Sociologia da UFRGS. E-mail: mariliaramos68@gmail.com.

Marta Julia Marques Lopes – Professora no bacharelado em Saúde Coletiva e nos Programas de Pós-Graduação em Enfermagem e Desenvolvimento Rural, ambos da UFRGS. E-mail: marta@enf.ufrgs.br.

Miguel Angelo Perondi – Professor na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), engenheiro agrônomo, mestre em Administração e doutor em Desenvolvimento Rural. Pesquisador visitante do Institute of Development Studies da University of Sussex. E-mail: perondi@utfpr.edu.br.

Paulo André Niederle – Engenheiro Agrônomo (UFPEL), doutor em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ), com doutorado-sanduíche pelo CIRAD-Montpellier (UMR Innovation)/(Universidade de Lyon II). É professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: pauloniederle@gmail.com.

Paulo Dabdab Waquil – Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Economia Agrícola pela University of Wisconsin (EUA). Atualmente é professor nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: 00009912@ufrgs.br.

Roberto Verdum – Possui graduação em licenciatura em Geografia e Bacharelado em Geografia e doutorado em Géographie et Aménagement pela Université de Toulouse Le Mirail (França). É professor nos cursos de Pós-Graduação em Geografia (IGEO) e Desenvolvimento Rural (FCE). E-mail: verdum@ufrgs.br.

Roni Blume – Graduado em licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é professor da Universidade Federal de Santa Maria e vice-diretor da Unidade Descentralizada de Educação Superior da UFSM em Silveira Martins/RS. E-mail: roniblume@yahoo.com.br.

Rumi Regina Kubo – Possui graduação em Ciências Biológicas e em Artes Plásticas e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua junto ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR). E-mail: rumikubo2002@yahoo.com.br.

Sergio Schneider – Sociólogo, doutor em Sociologia (UFRGS/Université Paris X), pós-doutor pelo Institut of City and Regional Planning (Cardiff University/Wales/UK), professor associado IV do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e de Sociologia (PGSOC/UFRGS). E-mail: schneide@ufrgs.br.

Tatiana Engel Gerhardt – Graduação em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, doutorado em Antropologia Social e Cultural pela Université de Bordeaux Ségalen e pós-doutorado em Antropologia Visual pela Université Bordeaux Segalen (Bordeaux) e Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris). E-mail: tatiana.gerhardt@ufrgs.br.

A **Série Estudos Rurais** constitui-se de uma coleção de publicações que tem como objetivo divulgar estudos, pesquisas e obras científicas na forma de livro que focalizem temas adscritos à problemática da ruralidade e do desenvolvimento no campo das Ciências Sociais. Pretende contribuir para a compreensão dos processos rurais a partir de uma ampla variedade de enfoques analíticos, recuperando interpretações do passado e oferecendo análises sobre os temas e perspectivas emergentes que caracterizem o estado da arte das discussões sobre o desenvolvimento rural nas Ciências Sociais. A **Série Estudos Rurais** resulta de uma parceria da Editora da UFRGS com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As normas para publicação na **Série Estudos Rurais** estão disponíveis em www.ufrgs.br/pgdr (em "livros").

Comissão Editorial: Dr. Sergio Schneider (Coordenador e Editor, PGDR/UFRGS), Dr. Marcelo Antonio Conterato (Editor Associado, PGDR/UFRGS) Dra. Leonilde Sêrvolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ); Dr. Jalcione Pereira de Almeida (PGDR/UFRGS), Dr. Walter Belik (IE/UNICAMP), Dr. Sergio Pereira Leite (CPDA/UFRRJ); Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE), Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra (NEAF/UFPA), Dra. Marilda Menezes (UFCG), Dr. Paulo Dabdal Waquil (PGDR/UFRGS), Dr. Alfio Brandenburg (UFPR), Dr. Fábio Dal Sóglio (PGDR/UFRGS), Dr. Eric Sabourin (CIRAD).

TÍTULOS PUBLICADOS

- 1. A questão agrária na década de 90 (4.ed.)**
João Pedro Stédile (org.)
- 2. Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**
Zander Navarro (org.)
- 3. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável (3.ed.)**
Jalcione Almeida e Zander Navarro (org.)
- 4. A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas (2.ed.)**
Leonilde Sêrvolo Medeiros e Sérgio Leite (org.)
- 5. Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul (2.ed.)**
Sergio Schneider
- 6. Tecnologia e agricultura familiar (2.ed.)**
José Graziano da Silva
- 7. A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil (2.ed.)**
Jalcione Almeida
- 8. A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**
José Eli da Veiga
- 9. Agroecologia (4.ed.)**
Stephen Gillesman
- 10. Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil (2.ed.)**
Ignácio Rangel (org. por José Graziano da Silva)
- 11. Políticas públicas e agricultura no Brasil (2.ed.)**
Sérgio Leite (org.)
- 12. A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil (3.ed.)**
Isabel Cristina de Moura Carvalho
- 13. O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**
Carmen Diana Deere e Magdalena León
- 14. A pluriatividade na agricultura familiar (2.ed.)**
Sergio Schneider
- 15. Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos (2.ed.)**
José de Souza Martins (org.)
- 16. Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil**
Gervásio Castro de Rezende
- 17. O futuro das regiões rurais (2.ed.)**
Ricardo Abramovay
- 18. Políticas públicas e participação social no Brasil rural (2.ed.)**
Sergio Schneider, Marcelo K. Silva e Paulo E. Moruzzi Marques (org.)
- 19. Agricultura latino-americana: novos arranjos, velhas questões**
Anita Brumer e Diego Piñero (org.)
- 20. O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**
José de Souza Martins
- 21. A diversidade da agricultura familiar (2.ed.)**
Sergio Schneider (org.)
- 22. Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**
Jean Philippe Tonneau e Eric Sabourin (org.)
- 23. Camponeses e impérios alimentares**
Jan Douwe Van der Ploeg
- 24. Desenvolvimento rural (conceitos e aplicação ao caso brasileiro)**
Angela A. Kageyama
- 25. Desenvolvimento social e mediadores políticos**
Delma Pessanha Neves (org.)
- 26. Mercados redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**
John Wilkinson
- 27. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável (5.ed.)**
Miguel Altieri
- 28. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**
Maria de Nazareth Baudel Wanderley
- 29. Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**
Sergio Schneider e Marcio Gazollá (org.)
- 30. Turismo rural: iniciativas e inovações**
Marcelino de Souza e Ivo Elesbão (org.)
- 31. Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**
Eric Sabourin
- 32. Dimensões socioculturais da alimentação: diálogos latino-americanos**
Renata Menasche, Marcelo Alvarez e Janine Collaço (org.)
- 33. Paisagem: leituras, significados e transformações**
Roberto Verdum, Lucimar de Fátima dos Santos Vieira, Bruno Fleck Pinto e Luís Alberto Pires da Silva (org.)
- 34. Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**
Guilherme Costa Delgado
- 35. Sete estudos sobre a agricultura familiar do vale do Jequitinhonha**
Eduardo Magalhães Ribeiro (org.)
- 36. Indicações geográficas; qualidade e origem nos mercados alimentares**
Paulo André Niederle (org.)
- 37. Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil**
Sergio Schneider, Marilda Menezes, Aldenor Gomes da Silva e Ilandia Bezerra (org.)
- 38. Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas (Volume 1)**
Marcelo Antonio Conterato, Guilherme Francisco Waterloo Radomsky e Sergio Schneider (org.)

Constantemente estudiosos do mundo rural se veem confrontados com o imperioso exercício da multidisciplinaridade em suas pesquisas. É latente a necessidade de construir e testar diferentes métodos a partir de fenômenos rurais ou agrícolas. Cada vez mais se reconhece a importância de que novas metodologias sejam testadas e (re)constituídas a partir da realidade empírica. Este livro foi pensado para apoiar os estudiosos dos fenômenos rurais, apresentando-se assim como uma compilação de possibilidades teóricas e metodológicas aos interessados pelo rural *lato sensu*.